Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Serviço Social

Raylene Maria Fonseca da Silva

O Ceará *Moderno*: faces e contrafaces da modernização conservadora da era imperialista neoliberal (1987-2018)

Rio de Janeiro
2020

Raylene Maria Fonseca da Silva

O Ceará *Moderno*: faces e contrafaces da modernização conservadora da era imperialista neoliberal (1987-2018)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Área de Concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora: Profª. Dra. Rosangela Nair de Carvalho Barbosa

Rio de Janeiro
2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

S586 Silva, Raylene Maria Fonseca da.
O Ceará *Moderno*: faces e contrafaces da modernização conservadora da era imperialista neoliberal (1987-2018) / Raylene Maria Fonseca da Silva. – 2020.
277 f.

Orientadora: Rosangela Nair de Carvalho Barbosa.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.

1. Ceará – Condições sociais – Teses. 2. Ceará – Condições econômicas – Teses. 3. Capitalismo – Teses. 4. Imperialismo – Teses. I. Barbosa, Rosangela Nair de Carvalho. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 308(813.1)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Raylene Maria Fonseca da Silva

O Ceará *Moderno*: faces e contrafaces da modernização conservadora da era imperialista neoliberal (1987-2018)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Área de Concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 11 de dezembro de 2020.

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Rosangela Nair de Carvalho Barbosa (Orientadora)

Faculdade de Serviço Social – UERJ

Profª. Dra. Alba Tereza Barroso de Castro

Faculdade de Serviço Social – UERJ

Profª. Dra. Maria Fernanda Escurra

Faculdade de Serviço Social – UERJ

Prof. Dr. Cézar Henrique Miranda Coelho Maranhão

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Epitácio Macário Moura

Universidade Estadual do Ceará

Profª. Dra. Tatiana Dahmer Pereira

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os nordestinos que por terras alheias vagaram, vagam e ainda precisarão vagar!

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as adversidades enfrentadas no percurso para a conclusão do doutorado, mas foram muitos, também, os apoios recebidos das mais diversas formas e aos quais me dedico a agradecer nessas breves linhas.

Aos meus pais, Zé Fonseca e Nenê, meu irmão Walney, vovó Maria (*in memoriam*) que partiu durante a realização deste trabalho e demais membros da minha família por todo amor e apoio a mim dedicados.

À minha orientadora Rosangela Barbosa pelas orientações imprescindíveis à construção deste trabalho.

Às minhas amigas, da UECE para a vida, Grazi, Rafa, Geo e Aline (*in memoriam*) que, também, partiu durante a realização deste trabalho.

Aos meus amigos de Ocara, especialmente aqueles com os quais trabalhei no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), pelo apoio e torcida.

Aos "tangos", "golfinhas" e "alfas", pelo apoio, torcida e os momentos de alegria nesse ano mundialmente marcado pela dor, tristeza e incertezas.

Aos amigos da turma de Doutorado 2016 da UERJ, especialmente Régia e Gorete, pelas trocas e apoio mútuo.

À minha terapeuta Mayara Angelim por seu trabalho atencioso que me fortaleceu no último ano dessa trajetória e por sua torcida sincera.

Ao professor Epitácio Macário do Curso de Serviço Social da UECE, pelas trocas e incentivo ao longo de toda minha formação acadêmica.

Aos professores da UERJ pelo saber compartilhado e pelo compromisso com a formação de excelência, mantido mesmo nas maiores adversidades.

Aos professores que compuseram a Banca de Qualificação e/ou de Defesa desta tese – Alba Barroso, Cézar Maranhão, Epitácio Macário, Maria Fernanda Escurra, Mônica Alencar, Tatiana Dahmer –, pelas valiosas contribuições para a realização deste trabalho.

À FAPERJ pela Bolsa de Estudo que me permitiu sair do sertão do Ceará para cursar Doutorado em uma universidade pública no Rio de Janeiro. Que outros trabalhadores possam também fazê-lo!

Horrorizai-vos porque queremos abolir a propriedade privada. Mas em vossa sociedade a propriedade privada está abolida para nove décimos de seus membros. E é precisamente porque não existe para estes nove décimos que existe para vós. Acusai-nos, portanto, de querer abolir uma forma de propriedade que só pode existir com a condição de privar de toda a propriedade a imensa maioria da sociedade.

Karl Marx e Friedrich Engels

RESUMO

SILVA, Raylene Maria Fonseca da. **O Ceará *Moderno*:** faces e contrafaces da modernização conservadora da era imperialista neoliberal (1987-2018). 2020. 277 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

A presente tese tem como objetivo analisar as particularidades da modernização conservadora no Ceará, no contexto do capitalismo imperialista neoliberal, contemplando o período que se estende do início da primeira gestão de Tasso Jereissati em 1987 – quando ocorre a inserção do Ceará de forma pioneira no ciclo neoliberal do desenvolvimento capitalista –, observando o projeto transpartidário do capital na região, ao menos até 2018, com o governador Camilo Santana. A investigação se fundamentou na teoria marxista, apreciando categorias fundamentais e dinâmicas históricas chaves da formação social brasileira e do Ceará. Paralelamente a pesquisa analisou documentos elaborados por órgãos do Governo Federal e do Governo do Estado do Ceará; e indicadores macroeconômicos e sociais. O projeto de modernização da burguesia industrial do CIC, cujos rumos foram mantidos pelos governos seguintes, estruturou-se sobre práticas neoliberais expressas na modernização da máquina administrativa e numa política econômica que, voltada para a inserção do Ceará no mercado mundial, baseou-se na consolidação de obras de infraestrutura e na atração de investimentos – via ofensiva campanha publicitária e desenvolvimento de uma agressiva política de incentivos. Tratou-se de um aprofundamento da modernização conservadora iniciada com os coronéis na segunda metade do século XX, pois, dentre outros aspectos, permaneceu dependente da intervenção do Estado via incentivos fiscais, manteve a forte concentração fundiária e de capital. O Ceará teve reforçado o seu papel como economia agroexportadora dentro da divisão internacional do trabalho – destacando-se a exportação de matérias-primas e de bens de consumo não duráveis como os alimentos e calçados, produzidos mediante superexploração da força de trabalho cearense, expressa, dentre outros aspectos, nos salários abaixo da média nacional e da região Nordeste – bem como manteve seu papel de repositor do exército geral de reserva na divisão regional do trabalho. Constatou-se que essa forma específica de participação do Ceará no processo de valorização do valor produziu um acentuado crescimento econômico e, também, como sua contraface, um forte impacto sobre a questão social no estado, reproduzindo históricas expressões – como a migração da população rural, baixa renda do trabalho, a concentração de renda, informalidade e desemprego acentuados, número elevado de trabalhadores em situação de pobreza e extrema pobreza, precárias condições de moradia, baixo nível de instrução – e produzindo novas manifestações – como o endividamento das famílias e a elevação da violência – sentidas de forma desigual por suas mesorregiões.

Palavras-chave: Formação Social e Econômica do Ceará; Capitalismo Dependente; Modernização Conservadora; Imperialismo Neoliberal; Questão Social no Ceará.

ABSTRACT

SILVA, Raylene Maria Fonseca da. ***Modern* Ceará:** conservative modernization faces and counterfaces of the neoliberal imperialist era (1987-2018). 2020. 277 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

This thesis aims to analyze the conservative modernization particularities in Ceará, in the neoliberal imperialist capitalism context, contemplating a period that extends from the beginning of Tasso Jereissati's first administration in 1987 – when Ceará was inserted in the neoliberal cycle of capitalist development –, observing the capital cross-party project in the region, at least until 2018, with Governor Camilo Santana. This investigation was based on Marxist theory, appreciating fundamental categories and key historical dynamics of both Brazilian and Ceará's social formation. In parallel, this research analyzed documents prepared by Federal and Ceará State Government agencies; and macroeconomic and social indicators. The modernization project of the CIC industrial bourgeoisie, whose course was maintained by following governments, was structured on neoliberal practices expressed in the administrative machinery modernization and in an economic policy that, focused in inserting Ceará in the global market, was based on infrastructure consolidation and investments attraction – using a strong advertising campaign and an agressive incentive policy. It was a conservative modernization deepening, started with colonels in the 20th century second half, since, among other aspects, it remained dependent on the State intervation via tax incentives, keeping a strong land and capital concentration. Ceará State has reinforced its role as an agro-export economy – with emphasis to the exportation of raw materials and non-durable consumer goods such as food and shoes, produced by Ceará workforce overexplotation, wich was expressed in salaries below National and the Brazilian Northeast region averages – as well as maintaining its role as repository for the general reserve in the labor regional division. This specific form of Ceará's participation in the value valorization process produced a marked economic growth and, also, as a counterpart, a strong impact on its social issues, reproducing historical expressions – such as the rural population migration, low income from work, income concentration, increased informatility and unemployment, a high number of workers in poverty or extreme poverty, precarius housing conditions, low education levels – and producing new manifestations – such as indebted families and increased violence – perceived unevenly in the State mesoregions.

Keywords: Social and Economic Formation of Ceará; Dependent Capitalism; Conservative Modernization; Neoliberal Imperialism; Ceará's Social Issues.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Agropecuária no Brasil em 1997..... 96
Figura 2 – Agropecuária no Brasil em 2017..... 96
Figura 3 – Indústria extrativa no Brasil em 1997..... 104
Figura 4 – Indústria extrativa no Brasil em 2017..... 104
Figura 5 – Indústria de transformação no Brasil em 1997..... 110
Figura 6 – Indústria de transformação no Brasil em 2017..... 110
Figura 7 – Mesorregiões do Ceará..... 277

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de participação de grupos de trabalhadores na renda do trabalho no mundo – 2004/2017..... 61

Gráfico 2 – Área total (hectares) dos estabelecimentos agropecuários por Região do Brasil – 1970/1985..... 83

Gráfico 3 – Número de empresas do setor Agropecuário no Brasil e Regiões – 1996/2017..... 97

Gráfico 4 – Área (hectares) total dos estabelecimentos agropecuários por Região do Brasil 1970/2017..... 97

Gráfico 5 – Produção vegetal (tonelada) nas Regiões do Brasil – 1985/2017..... 98

Gráfico 6 – Número de Pessoas ocupadas na agropecuária no Brasil e Regiões – 1996/2017..... 101

Gráfico 7 – Número de empresas no Setor Indústria no Brasil e Regiões – 1996/2017..... 103

Gráfico 8 – Número de indústrias extrativas no Brasil e Regiões – 1996/2017..... 105

Gráfico 9 – Número de Pessoas ocupadas na indústria extrativa no Brasil e Regiões – 1996/2017..... 106

Gráfico 10 – Número de indústrias de transformação no Brasil e Regiões – 1996/2017..... 107

Gráfico 11 – Número de Pessoas ocupadas na indústria de transformação no Brasil e Regiões – 1996/2017..... 111

Gráfico 12 – Número de empresas e outras organizações de Serviços no Brasil e Regiões – 1996/2017..... 112

Gráfico 13 – Percentual de participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto corrente – 1999-2018..... 114

Gráfico 14 – Rendimento domiciliar *per capita* médio no Brasil e Regiões – 1976-2014. 120

Gráfico 15 – Índice de Gini no Brasil e Regiões – 1976-2014..... 124

Gráfico 16 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, no Brasil e Regiões – 2018 127

Gráfico 17 – Exportação de algodão (quilos) da capitania do Ceará – 1777/1821..... 154

Gráfico 18 – Exportação de algodão (quilos) do porto de Fortaleza – 1849-50/1899..... 164

Gráfico 19 – Número de estabelecimentos agropecuários por área (ha) – 1980/2017..... 205
Gráfico 20 – População migrante por mesorregião do Ceará em 2010..... 209
Gráfico 21 – Número de indústrias extrativas e de transformação no Ceará – 1996-2018. 211
Gráfico 22 – Percentual de participação do VAB a preços correntes da indústria no VAB total de cada de cada mesorregião – 1999-2017..... 214
Gráfico 23 – Percentual de participação do VAB a preços correntes da indústria de cada mesorregião no VAB da indústria a preços correntes do Ceará – 1999-2017 216
Gráfico 24 – Percentual de participação do VAB a preços correntes dos serviços de cada mesorregião no VAB dos serviços a preços correntes do Ceará – 1999-2017..... 217
Gráfico 25 – Percentual de participação do PIB a preços correntes do Ceará no PIB a preços correntes do Brasil – 1999-2017..... 219
Gráfico 26 – PIB do Ceará segundo valor adicionado por cada setor econômico a preços básicos – 1939/1990..... 220
Gráfico 27 – Percentual de participação do VAB a preços correntes das atividades econômicas no VAB total do Ceará – 1999-2017..... 221
Gráfico 28 – PIB a preços correntes do Ceará – 1999-2017..... 222
Gráfico 29 – PIB *per capita* a preços correntes do Ceará – 2002-2017..... 223
Gráfico 30 – Renda domiciliar *per capita* média no Brasil, Nordeste e Ceará – 1976-2014..... 225
Gráfico 31 – Salário médio mensal de homens e mulheres nas atividades econômicas com maiores percentuais de ocupação no Ceará – 2009 e 2018..... 229
Gráfico 32 – Taxa de desemprego e informalidade no Ceará – 1992-2014..... 232
Gráfico 33 – Pessoas desempregadas no Ceará – 1993-2014..... 233
Gráfico 34 – Índice de Gini no Brasil, Nordeste e Ceará – 1976-2014..... 234
Gráfico 35 – Percentual de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US$ 1,9 (PPC 2011) no Ceará – 2012-2018..... 236
Gráfico 36 – Percentual de trabalhadores em situação de extrema pobreza na população do Brasil, do Nordeste e do Ceará – 1990-2014..... 237
Gráfico 37 – Percentual de trabalhadores em situação de pobreza na população do Brasil, do Nordeste e do Ceará – 1990-2014..... 238
Gráfico 38 – Percentual de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US$ 1,9 PPC 2011 no Brasil, Nordeste e Ceará – 2012-2018..... 238

Gráfico 39 – Percentual de domicílios com banheiro no Ceará e Mesorregiões – 1991, 2000, 2010..... 243
Gráfico 40 – Percentual de domicílios com abastecimento de água por rede geral no Ceará e Mesorregiões – 1991, 2000, 2010..... 244
Gráfico 41 – Percentual de domicílios com coleta de lixo no Ceará e Mesorregiões – 1991, 2000, 2010..... 245
Gráfico 42 – Percentual de domicílios com esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial no Ceará e Mesorregiões – 1991, 2000, 2010..... 245
Gráfico 43 – Percentual de pessoas com 5 anos ou mais de idade não alfabetizadas no Brasil, Nordeste e Ceará – 1991, 2000, 2010..... 246
Gráfico 44 – Percentual de pessoas com 5 anos ou mais de idade não alfabetizadas por Mesorregião do Ceará – 1991, 2000, 2010..... 246
Gráfico 45 – Percentual de pessoas com 5 anos ou mais de idade não alfabetizadas por faixa etária no Ceará e Mesorregiões – 2010..... 247
Gráfico 46 – Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos) no Brasil, Nordeste e Ceará – 1992/2018..... 249
Gráfico 47 – Esperança de vida ao nascer no Brasil, Nordeste e Ceará – 1992/2018..... 249
Gráfico 48 – Casos de homicídios no Ceará – 1980-2017..... 250

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Empreendimentos beneficiados pelo BNDES no Nordeste – 2005-2013....	137
Quadro 2 –	Informações sobre os governadores do Estado do Ceará – 1987-2018.....	269
Quadro 3 –	Informações sobre o FDI (Decreto nº 32.438/Dezembro de 2017).....	271
Quadro 4 –	Principais exportações do Ceará segundo o valor monetário – anos selecionados.....	203
Quadro 5 –	Municípios cearenses com maior valor monetário de exportação – anos selecionados.....	206

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número e percentual de indústrias extrativas e de transformação no Brasil e regiões – 1966, 1974, 1984..... 82

Tabela 2 – Número de estabelecimentos agropecuários e área total por grupos de área no Brasil – 1970/1985..... 83

Tabela 3 – Percentual dos estabelecimentos e área total por grupos de área no Brasil – 1970/1985..... 84

Tabela 4 – Percentual da população total do Brasil e Regiões por situação do domicílio (urbano ou rural) – 1950/1980..... 85

Tabela 5 – Número de imigrantes, emigrantes e saldo líquido migratório por Região do Brasil – 1991..... 86

Tabela 6 – Exportação brasileira por grandes categorias econômicas – 1997-2018..... 91

Tabela 7 – Exportação brasileira por tipo de produto – 2000/2018..... 92

Tabela 8 – Balança comercial brasileira – 1997-2018..... 93

Tabela 9 – Exportação do Brasil e Regiões por grandes categorias econômicas e valor – 2000/2018..... 94

Tabela 10 – Percentual da área dos estabelecimentos agropecuários por utilização das terras no Brasil e Regiões – 1995, 2006, 2017..... 99

Tabela 11 – Percentual de estabelecimentos e área por grupos de área no Brasil e Regiões – 1995, 2006, 2017..... 100

Tabela 12 – Média Salarial nas atividades da Indústria no Brasil e Regiões – 2017..... 103

Tabela 13 – Número de indústrias de transformação por tipo de atividade econômica nas Regiões do Brasil – 1996, 2017..... 109

Tabela 14 – Média Salarial (salários mínimos) nas atividades do Setor Serviços no Brasil e Regiões – 2017..... 113

Tabela 15 – Percentual de participação das Regiões no PIB do Brasil – 1985/1998..... 115

Tabela 16 – Percentual de participação das Regiões no PIB do Brasil – 1999-2016..... 115

Tabela 17 – Percentual de participação das Regiões no PIB da Agropecuária do Brasil – 1985/1998..... 266

Tabela 18 – Percentual de participação das Regiões no VAB à preços correntes da Agropecuária do Brasil – 1999-2016..... 266

Tabela 19 – Percentual de participação das Regiões no PIB da Indústria do Brasil – 1985/1998..... 267
Tabela 20 – Percentual de participação das Regiões no VAB à preços correntes da Indústria do Brasil – 1999-2016..... 267
Tabela 21 – Percentual de participação das Regiões no PIB dos Serviços do Brasil – 1985/1998..... 268
Tabela 22 – Percentual de participação das Regiões no VAB à preços correntes dos Serviços do Brasil – 1999-2016..... 268
Tabela 23 – PIB (R$) do Brasil e Regiões – 2002-2016..... 117
Tabela 24 – PIB *per capita* (R$) do Brasil e Regiões – 2002-2016..... 117
Tabela 25 – Renda domiciliar *per capita* média (R$) no Brasil e estados – 2014-2018... 120
Tabela 26 – Percentual de domicílios por classe de rendimento mensal no Brasil e Regiões – 1991/2015..... 122
Tabela 27 – Percentual de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil e Regiões segundo linhas de análise do Banco Mundial – 2012-2018..... 125
Tabela 28 – Imigrantes, emigrantes e saldo líquido migratório por Região – 2000/2010 139
Tabela 29 – Imigrantes, emigrantes e saldo líquido migratório por Região – 2000/2005 e 2010/2015..... 139
Tabela 30 – Distribuição das Sesmarias na capitania do Ceará – 1678/1824..... 149
Tabela 31 – PIB do Ceará segundo valor adicionado por cada setor econômico a preços básicos – 1939/1950..... 167
Tabela 32 – Percentual de estabelecimentos industriais nos estados do Nordeste e São Paulo – 1919..... 170
Tabela 33 – Número de estabelecimentos agropecuários e área total dos estabelecimentos por grupos de área no Ceará – 1920/1950..... 173
Tabela 34 – Percentual de Estabelecimentos e área dos estabelecimentos por grupos de área no Ceará – 1920/1950..... 173
Tabela 35 – Número de estabelecimentos agropecuários e área total dos estabelecimentos por atividade explorada e grupos de área no Ceará – 1950..... 175
Tabela 36 – Número de empresas e trabalhadores ocupados por gêneros da indústria de transformação no Ceará em 1950..... 177

Tabela 37 – Número e percentual de estabelecimentos e pessoal ocupado por gêneros da indústria de transformação no Ceará – 1960-1970..... 183
Tabela 38 – Projetos aprovados pela SUDENE por unidade federada – 1960-1984..... 185
Tabela 39 – PIB do Ceará segundo valor adicionado por cada setor econômico – 1950/1980..... 187
Tabela 40 – População residente no Ceará por situação do domicílio – 1950/1980..... 187
Tabela 41 – Percentual de Estabelecimentos e área dos estabelecimentos por grupos de área no Ceará – 1960/1985..... 188
Tabela 42 – Número de estabelecimentos e pessoal ocupado por gêneros da indústria de transformação no Ceará – 1980..... 190
Tabela 43 – Financiamento do BNDES no Ceará – 2002-2018..... 200
Tabela 44 – Dados sobre os estabelecimentos agropecuários no Ceará – 1980-2017..... 204
Tabela 45 – Percentual de participação do VAB de cada setor da economia no VAB total das mesorregiões do Ceará – 1999-2017..... 274
Tabela 46 – População residente no Ceará por situação do domicílio – 1980/2010..... 208
Tabela 47 – Percentual da população residente no Ceará por situação do domicílio – 1991/2010..... 209
Tabela 48 – Movimento migratório no Ceará – 1991/2010..... 210
Tabela 49 – Investimento, emprego e empresas atraídas por período do FDI (R$ de jan./2006) – 1995/2005..... 213
Tabela 50 – Percentual de participação das mesorregiões no PIB do Ceará – 1999-2017..... 222
Tabela 51 – Rendimento domiciliar *per capita* médio mensal no Brasil, Nordeste e Ceará – 2015-2018..... 225
Tabela 52 – Rendimento nominal médio mensal domiciliar *per capita* no Brasil, Nordeste, Ceará e suas mesorregiões em 2010..... 226
Tabela 53 – Média salarial mensal (salários mínimos) por atividade econômica no Brasil, Nordeste e Ceará – 2006/2018..... 227
Tabela 54 – Percentual do pessoal ocupado por atividade econômica no Ceará – 2006-2018..... 275
Tabela 55 – Percentual de trabalhadores por classes de rendimento nominal mensal do trabalho principal nas mesorregiões do Ceará – 2000, 2010..... 230
Tabela 56 – Percentual de PEA e PNEA no Ceará e Mesorregiões – 1991, 2000, 2010.. 231

Tabela 57 – Percentual de trabalhadores em situação de pobreza e extrema pobreza no Ceará e Mesorregiões – 1991, 2000, 2010..... 235
Tabela 58 – Dados sobre o endividamento das famílias em Fortaleza – 2013-2016..... 239
Tabela 59 – Percentual de domicílios por condição de ocupação no Ceará e Mesorregiões – 1991, 2000, 2010..... 242
Tabela 60 – Percentual das pessoas com 14 anos ou mais de idade no Ceará por nível de instrução em 2018..... 248
Tabela 61 – Percentual das pessoas de 15 a 29 anos de idade no Ceará por situação de ocupação e condição de estudo em 2018..... 248
Tabela 62 – Municípios cearenses com as maiores taxas estimadas de homicídios em 2017..... 252

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BC	Bens de Consumo
BEC	Banco do Estado do Ceará
BI	Bens Intermediários
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BK	Bens de Capital
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S.A.
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CGCE	Classificação por Grandes Categorias Econômicas
CIC	Centro Industrial do Ceará
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CODEC	Companhia de Desenvolvimento do Ceará
CV	Comando Vermelho
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FACIC	Federação das Associações do Comércio e Indústria do Ceará
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FDI	Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará
FECOMÉRCIO-CE	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará
FecomercioSP	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIEC	Federação das Indústrias do Ceará
FINOR	Fundo de Investimento do Nordeste
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
GDE	Guardiões do Estado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPDC	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Ceará
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
JUCEC	Junta Comercial da Praça da Cidade de Fortaleza
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUBR	Nações Unidas no Brasil
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCC	Primeiro Comando da Capital
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PD	População Desocupada
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PLAMEG I	I Plano de Metas Governamentais
PLAMEG II	II Plano de Metas Governamentais
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNEA	População Não Economicamente Ativa
PO	População Ocupada
PROS	Partido Republicano da Ordem Nacional
PROVIN	Programa de Atração de Investimento Industriais do Estado do Ceará
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

PSP	Partido Social Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SDHDS	Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SEDET	Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho
Seplan	Secretaria de Planejamento do Estado
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos
SUDEC	Superintendência de Desenvolvimento do Ceará
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UDN	União Democrática Nacional
UFC	Universidade Federal do Ceará
VAB	Valor Adicionado Bruto
VTI	Valor da Transformação Industrial

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	22
1	**A DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO DA FORMA SOCIAL DO CAPITAL**	28
1.1	**A dinâmica da forma social do capital em seus elementos fundamentais**	28
1.2	**Da acumulação primitiva ao imperialismo neoliberal: alguns delineamentos fundamentais dos estágios do desenvolvimento capitalista**	41
2	**PARTICULARIDADES DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL NO BRASIL E NO NORDESTE**	66
2.1	**Particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil, em seus delineamentos básicos**	67
2.2	**Particularidades do desenvolvimento capitalista no Nordeste**	128
3	**TRAÇOS FUNDAMENTAIS DA FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DO CEARÁ NO QUADRO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA BRASILEIRO**	143
3.1	**O processo de ocupação do Ceará com a pecuária**	144
3.2	**A integração do Ceará no quadro do capitalismo dependente brasileiro com a cotonicultura**	153
3.3	**A primeira fase da industrialização do Ceará**	167
3.4	**O processo de integração produtiva do Ceará na economia nacional por meio da ação da SUDENE e do Estado desenvolvimentista e das oligarquias agrárias**	179
4	**O CEARÁ *EM DISPARADA* NOS GOVERNOS DOS EMPRESÁRIOS, ENTRE 1987 E 2018: PROBLEMATIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS**	196
4.1	**O processo de reprodução do valor no Ceará no contexto do capitalismo imperialista neoliberal**	197
4.2	**Os impactos da reprodução do valor no contexto do capitalismo imperialista neoliberal sobre a questão social no Ceará**	224
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	255
	REFERÊNCIAS	259

APÊNDICE A – Percentual de participação das Regiões no PIB e no VAB dos setores da economia brasileira entre 1985 e 2016..... 266
APÊNDICE B – Informações sobre os governadores do Estado do Ceará – 1987-2018..... 269
APÊNDICE C – Informações sobre o FDI..... 271
APÊNDICE D – Percentual de participação do VAB de cada setor da economia no VAB total das mesorregiões do Ceará – 1999-2017..... 274
APÊNDICE E – Percentual do pessoal ocupado por atividade econômica no Ceará – 2006-2018..... 275
ANEXO A – Planos e Programas governamentais de promoção do desenvolvimento do Ceará – 1960-1987..... 276
ANEXO B – Mesorregiões do Ceará..... 277

INTRODUÇÃO

Riacho do Navio, corre pro Pajeú
O rio Pajeú vai despejar no São Francisco
O rio São Francisco vai bater no mei do mar
O rio São Francisco vai bater no mei do mar

Ah! Se eu fosse um peixe
Ao contrário do rio
Nadava contra as águas e nesse desafio
Saía lá do mar pro Riacho do Navio
Eu ia direitinho pro Riacho do Navio
Pra ver o meu brejinho, fazer umas caçada
Ver as pegá de boi, andar nas vaquejada
Dormir ao som do chocalho e acordar com a passarada
Sem rádio e sem notícia das terra civilizada
Sem rádio e sem notícia das Terra civilizada.
(Luiz Gonzaga e Zé Dantas)

A música acima intitulada "Riacho do navio", composta em 1955 por Luiz Gonzaga[1] em parceira com José Dantas, fala da possibilidade – hoje muito remota – de se regressar a um território alheio às transformações desencadeadas pelo capital. Ocorre que essa forma peculiar de realização do trabalho humano e de conexão entre os indivíduos, por objetivar não o atendimento das necessidades humanas, mas sim a produção crescente de valor – trabalho abstrato transformado em dinheiro –, cria um movimento interminável, necessariamente expansivo, que se espraia pelo planeta impondo sua lógica.

Nesse sentido, se o "brejinho" da música, um rincão no Nordeste brasileiro, esteve, aparentemente, afastado do que ocorria nos espaços onde o capital encontrava-se em estágio mais avançado, isso não quer dizer que esse já não estivesse nele presente, numa possível combinação entre elementos modernos e arcaicos. O capital, enquanto modo de produção total, funciona como base para qualquer formação social e o faz de maneira desigual, de forma que

[11] Compositor e cantor nascido em 13 de dezembro de 1912 na fazenda Caiçara em Exu, município do oeste pernambucano que faz fronteira com Crato, município do interior do Ceará. Luiz Gonzaga ficou conhecido como o Rei do Baião e, por meio de sua música, apresentou ao Brasil não apenas a cultura – ritmos, linguagem e tradições – do Nordeste brasileiro, mas também a grave realidade social experimentada pela região. Em suas músicas estão retratadas algumas particularidades do Nordeste, estágios do desenvolvimento capitalista na região, bem como as consequências sociais desse processo e isso feito de forma simples e com muita representatividade – conforme aponta SOUSA (2017), embora o artista tenha interagido com a cultura do Sudeste do país e politicamente posições conservadoras, manteve seu idioleto (língua como é observada no uso particular de um indivíduo) e produziu material que expressa a relativa autonomia da arte. Por essas razões, as músicas eternizadas na voz de Luiz Gonzaga auxiliarão nas análises realizadas no decorrer da presente tese.

"brejinhos" e "civilizações" coexistem e se articulam por meio de relações de dependência, funcionais à expansão capitalista.

Ainda que, de fato, o "brejinho" estivesse isolado, ele seria – de uma maneira específica, resultante da combinação entre suas particularidades e as determinações gerais do capitalismo – incorporado à lógica do capital, pois sua dinâmica em busca da valorização do valor e equacionamento de suas contradições e crise cíclicas leva-o tanto a intensificar sua presença onde já se impôs quanto a submeter novos territórios, atividades e seres humanos às suas relações de produção.

Essa submissão, posta e reposta continuamente pelo capital, tem na expropriação dos meios de produção dos trabalhadores – começando pela terra – sua base social estruturante, instituindo uma desigualdade a ele inerente e que se manifesta de variadas formas, sendo denominada de *questão social*[2]. A origem da expressão está atrelada ao surgimento do pauperismo – fenômeno mais evidente na Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira Revolução Industrial – que despontava como algo novo porque era produzido no contexto do desenvolvimento das forças produtivas, mostrando que se tratava de algo socialmente criado e não de uma condição trans-histórica. Ademais, impactava grande parcela da população, mas não a todos os indivíduos, mostrando que a sociedade burguesa organiza-se sobre uma estrutura de classes sociais e que os efeitos nefastos decorrentes de sua dinâmica econômica atingem a essas desigualmente (NETTO, 2001).

Foi justamente o inconformismo dos trabalhadores pauperizados que produziu formas diversas de protesto ao fenômeno, revelando-o como uma ameaça concreta às instituições burguesas que então se consolidavam. Emergindo como classe e adentrando o cenário político, por meio das lutas sociais em prol de direitos referentes ao trabalho, os trabalhadores extrapolaram a questão social do domínio privado – ou seja, da relação entre capital e trabalho no interior da indústria capitalista – para a esfera pública, demandando intervenção por parte do Estado. Assim, a emersão da questão social está diretamente relacionada aos

[2] Netto (2001) destaca que a expressão questão social foi utilizada desde sua origem na terceira década do século XIX até a metade do referido século, por diferentes agentes (críticos da sociedade e filantropos) das mais variadas visões políticas, para tratar do fenômeno do pauperismo. Entretanto, após a Revolução de 1848, a expressão questão social passa a compor mais o vocabulário conservador (tanto o laico quanto o confessional) que a naturaliza, convertendo-a em objeto de ação moralizadora. Quanto às vanguardas trabalhadoras, essas acederam (no processo de luta no período em questão) à consciência política de que a questão social está colada aos fundamentos da sociedade burguesa, reconhecendo o termo como subterfúgio/desculpa conservadora e, portanto, só usando-o com indicação desse traço, que o autor sinaliza pelo uso das aspas. Feita essa consideração importante, contudo, sinaliza-se que, visando facilitar a escrita, nesta pesquisa a expressão será utilizada sem aspas.

desdobramentos sócio-políticos do pauperismo daquele século (IAMAMOTO, 2001; NETTO, 2001; PASTORINI, 2004; SANTOS, 2012).

Ocorre que para preservar a autovalorização, o capital tem historicamente criado configurações históricas e geográficas variadas que conformam estágios distintos no seu processo de desenvolvimento. Ademais, a reprodução do valor em cada estágio também se apresenta de forma distinta nas diversas formações sociais – em razão das particularidades nelas existentes. Sendo a questão social produto da dinâmica do capital, ela também se apresenta de forma distinta, conforme o estágio do desenvolvimento capitalista e a formação social.

No tocante ao estágio atual de desenvolvimento do capital, o imperialismo neoliberal – a opção por usar essa denominação está atrelada ao intuito de enfatizar a conformação de uma nova etapa dentro da fase imperialista do capital –, tem-se que para fazer frente à crise estrutural de lucratividade iniciada na década de 1970, as economias capitalistas centrais impulsionaram um deslocamento de capital para a esfera financeira e um movimento de contenção à queda da taxa de lucro – que baseado na elevação do grau de exploração do trabalho e no crescimento do comércio global, foi viabilizado pela reestruturação produtiva flexível e o neoliberalismo –, provocando sensíveis alterações na dinâmica capitalista mundial e um agravamento da questão social, acentuando suas formas de expressão e/ou criando novas manifestações.

Em nível de Brasil, a burguesia industrial cearense executou de forma antecipada práticas neoliberais que envolveram desde o ajuste fiscal e a reforma administrativa do Estado até uma política industrial voltada para a inserção da economia local no mercado mundial, sinalizando que o Ceará se inseriu efetivamente no circuito produtivo capitalista típico da era neoliberal já no final do século XX. Sobre esse processo existe ampla produção teórica e, também, sobre a questão social no referido estado, porém, detendo-se à investigação de suas diversas e particulares expressões, de modo fragmentado, colocando em evidência a ausência de produções que tomem o Ceará como totalidade histórica, parte da totalidade do capital.

Nesse sentido, a presente pesquisa se propõe a investigar as particularidades da modernização capitalista do Ceará no contexto do capitalismo imperialista neoliberal – envolvendo o período que se estende do início da primeira gestão de Tasso Jereissati em 1987, quando ocorre a inserção pioneira do estado no novo ciclo do desenvolvimento capitalista, observando o projeto transpartidário do capital na região até 2018, ano de encerramento do primeiro mandato do atual governador Camilo Santana – e seus impactos sobre a questão social.

Para o alcance desse objetivo geral, fez-se necessário: compreender a dinâmica da forma social do capital e as particularidades do seu ciclo atual de desenvolvimento; analisar o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e na região Nordeste, enquanto totalidades das

quais o Ceará faz parte, buscando explicitar a forma pela qual essas formações sociais participam do processo de valorização do valor; investigar a especificidade da dinâmica do capitalismo imperialista neoliberal no Ceará; e analisar as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores cearenses nesse contexto.

A perspectiva de análise adotada na presente pesquisa situa as expressões da questão social no marco da teoria social crítica, compreendendo-a como inerente ao capitalismo, sendo produzida e reproduzida pelo capital em sua busca pela valorização do valor e equacionamento de suas contradições e crises cíclicas. O método analítico empregado – o materialismo histórico dialético – visa apreender a essência (estrutura e dinâmica) do objeto pesquisado e nesse sentido, parte-se do real e do concreto, da forma como o objeto se apresenta na realidade de forma imediata, isolando-o para examiná-lo progressivamente até atingir as suas determinações mais simples, tornando-o algo abstrato. Feito isso, retorna-se, de modo inverso, ao concreto para encontrar o objeto agora como uma totalidade rica de determinações, o concreto pensado (NETTO, 2009).

Nesse sentido, para investigar o incremento capitalista do Ceará e sua repercussão sobre a questão social, no contexto do capitalismo imperialista neoliberal, recorreu-se a algumas categorias da Teoria Social de Marx e de autores da tradição marxista, dentre as quais: capital, mercadoria, trabalho abstrato, valor, mais-valor, divisão social do trabalho, capitalismo dependente e superexploração da força de trabalho. E ainda categorias como expropriação social, contradições e crises do capital, ciclos de desenvolvimento do capital, desenvolvimento desigual e combinado. Essa apropriação teórica foi mediada pela perspectiva analítica da formação social, destacando a divisão do trabalho no sistema do capital e o capitalismo dependente. Os temas articuladores da abordagem das inferências das obras foram a modernização conservadora[3] e a questão social no capitalismo.

[3] Em sua origem, a expressão "modernização conservadora", cunhada pelo sociólogo norte-americano Barrington Moore Jr – em sua obra "As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno" –, traduz uma das três modalidades – as outras duas referem-se às revoluções burguesas que se direcionaram para a forma ocidental de democracia (foi o caso da Inglaterra, França e Estados Unidos) e às revoluções camponesas que culminaram no comunismo (foi o caso da Rússia) – pelas quais países retardatários, centrais ou periféricos, realizaram a transição para as modernas condições capitalistas. No caso da modernização conservadora, experimentada pela Alemanha e Japão, a transição ocorreu com ausência de um movimento revolucionário popular, sendo concretizada por uma revolução conservadora, na qual as antigas elites aristocráticas se articularam com as novas classes sociais emergentes para controlar o processo – a consolidação do novo ocorre, nesse caso, sem profundas rupturas, ou seja, as condições necessárias ao desenvolvimento capitalista vão se consolidando de forma combinada com a manutenção de determinadas estruturas de dominação social –, culminando em experiências autoritárias ou mesmo fascistas. Tem-se, assim, a penetração e consolidação da lógica capitalista, sem que ocorra a modernização das relações sociais e políticas (SILVA, 2018). No tocante a realidade brasileira, a referida expressão tem sido utilizada de forma recorrente por vários autores nacionais para tratar tanto sobre a perene relação entre arcaico e moderno quanto sobre os diversos

O estudo exigiu a combinação da análise diacrônica (da gênese e desenvolvimento) e a análise sincrônica (estrutura e função na sociedade atual). Para tanto, a pesquisa definiu como ferramentas: 1) análise bibliográfica – revisão de produções teóricas (livros, teses, dissertações e artigos científicos) sobre temas relacionados à pesquisa; 2) análise documental – apreciação de documentos pertinentes ao objeto da pesquisa (tais como notas técnicas, relatórios e estudos) elaborados por órgãos do Governo Federal – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – e do Governo do estado do Ceará – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET); 3) análise de indicadores macroeconômicos e sociais – apreciação de dados sobre variáveis articuladas às categorias da pesquisa, coletados de fonte primária (sites de órgãos dos governos Federal e estadual) e fonte secundária (produções teóricas e jornais do estado do Ceará).

Detalhando essa última ferramenta, foram analisados dados produzidos, sobretudo, pelo: IBGE – em razão do grande volume de dados e da forma complexa como estão dispostos no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), a utilização adequada do sistema em questão só foi possível mediante participação em curso de capacitação ofertado pelo referido órgão de pesquisa; IPEA; Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES); Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC); IPECE.

Dentre as variáveis pesquisadas estão: propriedade da terra; dinâmica dos setores da economia (número de empresas e de trabalhadores, atividades realizadas, distribuição espacial, valor salarial, participação no Valor Adicionado Bruto – VAB); migração; riqueza produzida (Produto Interno Bruto – PIB e PIB *per capita*); condições de trabalho (informalidade, desemprego, renda) e de vida (distribuição espacial da população, pobreza, endividamento, condições de moradia, acesso aos serviços de saneamento básico, educação, expectativa de vida, violência). Considerando que o desenvolvimento capitalista ocorre de maneira desigual, os dados, em sua maioria, foram coletados por mesorregião do Ceará.

A exposição dos resultados das reflexões teórico-empíricas sobre o incremento capitalista no Ceará e sua repercussão sobre a questão social, no contexto do capitalismo imperialista neoliberal, está estruturada em quatro capítulos. No primeiro, intitulado "A dinâmica do desenvolvimento da forma social do capital", discute-se sobre a dinâmica do capital em busca pela valorização do valor e equacionamento de suas contradições e crises

episódios componentes do processo de modernização capitalista encaminhados pelo alto, ou seja, pelas classes dominantes sem a participação popular (PEREIRA, 2018).

cíclicas, dando ênfase à produção da questão social como algo inerente a essa dinâmica. Em seguida, discorre-se, de forma sucinta, sobre os estágios do desenvolvimento capitalista.

No segundo capítulo "Particularidades do desenvolvimento do capital no Brasil e no Nordeste", considerando que o desenvolvimento capitalista ocorre de maneira desigual analisa-se as particularidades do seu desenvolvimento e, consequentemente, da questão social no Brasil e em sua região Nordeste. No terceiro capítulo, intitulado "Traços fundamentais da formação econômico-social do Ceará no quadro do desenvolvimento capitalista brasileiro", busca-se analisar a gênese e o desenvolvimento do capital no Ceará, enquanto premissa para entender sua estrutura e função na sociedade atual. Nesse sentido, inicia-se pela análise do processo de ocupação do Ceará com a atividade da pecuária, passando a sua integração no quadro do capitalismo dependente brasileiro por meio da produção de algodão e finaliza-se com a discussão sobre o processo de industrialização no estado.

No quarto e último capítulo, intitulado "O Ceará *em disparada* nos governos dos empresários, entre 1987 e 2018: problematização dos principais indicadores sócio-econômicos", analisa-se o processo de modernização que, executado pela burguesia industrial local, promoveu a inserção antecipada – em nível de Brasil – do Ceará no circuito produtivo capitalista típico da era neoliberal. Procura-se esclarecer a forma como o Ceará vem participando do processo de valorização do valor e seus reflexos sobre a questão social no estado, analisando algumas das suas principais expressões.

A delimitação do objeto investigado na presente tese está diretamente relacionada ao vínculo da pesquisadora com o Ceará – local de nascimento e moradia – e com sua formação acadêmica em Serviço Social. Acredita-se que esta pesquisa contribuirá para o conhecimento sobre a realidade socioeconômica do Ceará, para a ampliação do saber produzido acerca da questão social – objeto de trabalho do Serviço Social – e, de uma maneira geral, para o conhecimento sobre as consequências sociais desencadeadas pela expansão capitalista em seu estágio imperialista neoliberal, sob o domínio do capital financeiro. Esse conhecimento poderá contribuir para a formação e o exercício profissional dos (as) assistentes sociais e de outras categorias profissionais, bem como para a organização e luta da classe trabalhadora.

1 **A DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO DA FORMA SOCIAL DO CAPITAL**

Lá no meu pé de serra
Deixei ficar meu coração
Ai, que saudades tenho
Eu vou voltar pro meu sertão

No meu roçado trabalhava todo dia
Mas no meu rancho tinha tudo o que queria
Lá se dançava quase toda quinta-feira
Sanfona não faltava e tome xóte a noite inteira [...].
(Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira)

A música “No meu pé de serra" – primeira composição resultante da parceria entre Humberto Teixeira e Luiz Gonzaga, gravada por esse último em 1947 – narra o sentimento de saudade de um sertanejo migrante em relação a um modo de vida que, embora permeado por um cotidiano marcado por árdua rotina de trabalho – como o é a agricultura para subsistência realizada com escassos meios de produção –, revela-se para ele repleto de sentido. Os versos apontam para um controle do tempo – permitindo ao trabalhador dedicar-se a outras atividades de seu interesse, como a música e a dança –, do processo de trabalho – produzia o que necessitava – e dos produtos desse resultante, sendo essas condições possíveis porque o trabalhador em questão detinha a propriedade da terra que cultivava.

Não por acaso, conforme ficará demonstrado com as discussões realizadas ao longo do presente capítulo, esse modo de vida constitui uma exceção dentro do modo de produção capitalista e entender a dinâmica da forma social do capital em seus aspectos gerais – por meio da recuperação de aportes centrais dos estudos marxistas sobre a sociedade burguesa – constitui o objetivo dos dois tópicos que se seguem. Essa discussão possibilitará compreender a dinâmica estrutural na qual se insere o complexo Brasil e o complexo Nordeste, enquanto particularidades e totalidades da totalidade social maior do capital, bem como, também, o incremento capitalista do Ceará na cena contemporânea, objeto desta pesquisa.

1.1 **A dinâmica da forma social do capital em seus elementos fundamentais**

A forma social do capital ganha expressão peculiar por meio de uma estrutura econômica mercantil fundamentada na propriedade privada dos meios de produção e no valor,

pois conforme Marx (2013, p.245), o capital "[...] só surge quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra no mercado o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho [...]", disponível para subsunção à produção de valor e mais-valor. Isso é possível apenas quando se tem, por um lado, a expropriação dos meios de vida e, por outro lado, a concentração de riqueza baseada no valor.

Em outras palavras, para que o trabalhador se encontre à disposição do capital é necessário expropriá-lo, retirar-lhe o acesso às condições que garantem sua subsistência, pois delas desprovido só lhe restará vender sua força de trabalho para, em troca, receber o salário que permitirá atender suas necessidades úteis. Esse processo de separação do trabalhador dos meios de produção é uma das marcas da pré-história do capital e do modo de produção correspondente, denominada por Marx (2013) de *acumulação primitiva*[4]. Contudo, não se limita a esse período histórico, uma vez que essa separação não é apenas conservada pelo capital, mas reproduzida em escala ampliada – isso ainda que de forma particular nos diferentes territórios, sendo exemplo disso a formação histórica do Ceará, objeto desta tese, na qual, conforme será visto, a expropriação da terra dos povos originários se efetivou por meio da escravização e, sobretudo, do extermínio desses.

> [...] A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade privada das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de

[4] Marx (2013) narra que, para conseguir se converter em capital industrial, o capital monetário (constituído pelo capital usurário e o capital comercial) herdado da Idade Média necessitou da dissolução tanto do regime feudal no campo quanto da constituição corporativa nas cidades, tendo sido esse processo desencadeado com a expropriação da propriedade privada do trabalho. Além dessa, outras formas de expropriação (da população local ou de outros povos) constituíram momentos fundamentais da acumulação primitiva do capital, sendo esses: a "descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras" (IBIDEM, p.821), seguidos imediatamente pela guerra comercial entre as nações européias. Esses diferentes momentos "foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. (...) lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro" (IBIDEM, p.821). Numa síntese curta, pode-se dizer que com o sistema colonial foi exercido, em favor das metrópoles contra as colônias, o poder de monopólio comercial e a expropriação de riquezas; a dívida pública, complementada pelo moderno sistema tributário, expropriou as populações de países devedores, por meio de impostos sobre os meios de subsistência; ao passo que o sistema protecionista executado pelos países europeus, artificialmente *fabricava fabricantes*, expropriava trabalhadores independentes de seu próprio povo e também de países que deles dependiam, tanto de forma direta – por meio de tarifas protecionistas – quanto indiretamente – como, por exemplo, por meio de prêmios de exportação.

> produção. Ela aparece como "primitiva" porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 2013, p.786).

O processo violento de separação do produtor direto das condições de trabalho inclui a expropriação da terra[5], cujo uso passa a depender da vontade privada de seus detentores – os proprietários fundiários. Marx (2017) evidencia que o monopólio da propriedade da terra é uma premissa histórica e base constante do modo de produção capitalista, pois essa expropriação cria não só a força de trabalho necessária ao capital industrial, mas também seu mercado interno, uma vez que ao liberar trabalhadores da agricultura, libera também seu material de trabalho e os seus meios de subsistência, os quais deixam de ser produzidos pela economia familiar e passam a ser obtidos no mercado capitalista, criando as condições dos laços sociais em torno das mercadorias.

A plenitude do trabalho assalariado é, portanto, uma resultante da ação do capital sobre a propriedade da terra (MARX, 1997). Diferentemente da narrativa sobre uma ligação natural entre cidades e capitalismo – como parte do desenvolvimento do comércio e, por isso, uma forma natural de organização humana –, Wood (2000) demonstra que o capitalismo tem origens agrárias, posto que ele nasceu no campo, como resultante de uma transformação completa nas práticas e relações humanas voltadas para o atendimento das necessidades vitais básicas.

> Talvez o corretivo mais salutar para tais pressuposições – e sua implicações lógicas – seja o reconhecimento de que o capitalismo, com todo o seu impulso específico de acumular e de buscar o lucro máximo, nasceu não na cidade mas no campo [...]. Ele requer não uma simples extensão ou expansão do escambo e da troca, mas uma transformação completa nas práticas e relações humanas mais fundamentais, uma ruptura nos antigos padrões de interação com a natureza na produção das necessidades vitais básicas. Se a tendência de identificar capitalismo com cidades se apresenta associada à de obscurecer a sua especificidade, uma das melhores maneiras de entender essa especificidade é examinar as origens agrárias do capitalismo (WOOD, 2000, p.13).

Sob o domínio do capital, tanto os meios de produção quanto a capacidade de trabalho do trabalhador se apresentam, portanto, como *coisas* dinamizadas pelo capitalista. Consequentemente, também passam ao domínio deste, o processo de trabalho e o produto,

[5] Tomando por base a análise do processo de acumulação primitiva na Inglaterra (cujos acontecimentos se estendem do século XV ao século XVIII), Marx (2013) observa que para além das forças motrizes puramente econômicas – o acúmulo de riqueza leva, em uma escala ampliada, à concentração e à centralização dos meios de produção, conforme será retomado no decorrer da presente tese – que agem no processo de expropriação, esse se efetivou por meio da violência, da fraude e do roubo, por vezes, legitimados pelo Estado: "O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre" (IBIDEM, p.804).

produzido não para atender uma necessidade social do seu produtor direto, mas à necessidade do capital de gerar, ampliadamente, acúmulo de riqueza (MARX, 2013).

A estrutura da economia mercantil capitalista é, assim, composta por produtores privados que, embora produzam de maneira formalmente independente uns dos outros, encontram-se relacionados pela mediação social da mercadoria e da divisão social do trabalho. A conversão dos produtos em trabalho social – capacidade de suprir uma necessidade humana – só se realiza mediante a troca com outros produtores. Essa é viabilizada não pelos valores de uso das mercadorias – esses são um pressuposto, pois para ser trocada a mercadoria deve ter utilidade –, mas pela equiparação da magnitude do valor – substância comum a essas, a saber, trabalho abstrato decorrente do dispêndio de energia humana, medido pelo tempo socialmente necessário à produção – nelas contida (RUBIN, 1980).

O valor, portanto, pode ser descrito como uma propriedade social da mercadoria que consiste em determinado poder de compra, cuja magnitude está atrelada a quantidade de uma característica nela existente, o trabalho abstrato. Ou seja, o valor encontra no trabalho seu fundamento. Quando o valor se transforma em capital (simplificação de valor-capital), pode-se ver que não é mera característica da mercadoria, mas que se autonomiza, transforma-se em realidade independente e que circula, assumindo e abandonando sucessivas formas funcionais (dinheiro e mercadoria) na busca por sua valorização (por meio de mais trabalho), sendo esse o objetivo da produção capitalista, conforme será abordado em grandes traços (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999).

Em suma, a produção capitalista apresenta uma forma peculiar de realização do trabalho humano e de conexão entre os indivíduos. Ao invés de uma produção diretamente social – na qual os sujeitos regulem de forma consciente suas relações – tem-se uma produção mediada pelas coisas produzidas, pois os trabalhos privados somente se tornam sociais, úteis, por meio da troca. Sendo a troca viabilizada pelo valor contido nas mercadorias e o valor a expressão do trabalho abstrato, a produção de valores para troca constitui o objetivo da produção na sociedade capitalista e o trabalho abstrato sua forma histórica específica de realização do trabalho (MARX, 2013; RUBIN, 1980; JAPPE, 2013; BONENTE, 2016).

Essa dinâmica de *intercâmbio de coisas* por dinheiro e com dinheiro se apresenta como se fosse a expressão das próprias relações sociais, porque a superfície da sociedade capitalista é a de uma *coleção de mercadorias*. No entanto, Marx demonstra que a realidade se apresenta assim porque a essência é de um metabolismo social voltado para reprodução ampliada de valor, numa estrutura de sociedade em que a força de trabalho é uma mercadoria cujo valor de uso é produzir valor e mais-valor e que depende dessas relações reificadas para receber em troca o

salário (dinheiro) pela energia alienada ao capital, visando assim suprir suas necessidades de subsistência. Essa particularidade perfila a sociedade capitalista porque essa dinâmica engendrou o trabalho abstrato pela primeira vez na história, conectando universalmente as relações humanas e sociais.

> [...] Se prestarmos atenção ao fato de que a troca é uma forma social do processo de produção, forma que deixa sua marca no próprio curso do processo de produção, então muitas das afirmações de Marx tornar-se-ão completamente claras. Quando Marx repete constantemente que o trabalho abstrato é resultado apenas da troca, isto significa que é o resultado de uma dada forma social do processo de produção. É apenas na medida que o processo de produção adquire a forma de produção mercantil, isto é, produção baseada na troca, que o trabalho adquire a forma de trabalho abstrato e os produtos do trabalho adquirem a forma de valor. Assim, a troca é antes de mais nada uma forma de processo de produção, ou uma forma de trabalho social. Desde que a troca é realmente a forma dominante do processo de produção, ela deixa sua marca no processo de produção direta (RUBIN, 1980, p.165).

Porém, mais que produzir valores, a produção capitalista objetiva valorizar o valor e, assim, promover a apropriação crescente de riqueza abstrata. Isso porque as mercadorias devem sempre conter um valor mais elevado que a soma dos meios de produção (instrumentos, matérias-primas) e a força de trabalho empregados para produzi-las. Conforme ressalta Marx (2013, p.263), o capitalista "quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor", sendo esse uma consequência de alteração no uso da força de trabalho durante o processo produtivo, culminando na apropriação de trabalho abstrato não pago pelo capital ao produtor direto.

> [...] A transformação de trabalho abstrato em dinheiro é o único objetivo da sociedade mercantil; a produção de valores de uso, toda ela, mais não é do que um meio, um "mal necessário", em vista de uma única finalidade: no termo da operação, dispor de uma soma de dinheiro maior do que aquela de que se dispunha no início. A satisfação das necessidades deixou de ser o objetivo da produção, tendo passado a ser um aspecto secundário. A imersão entre concreto e abstrato que observamos primeiro, de maneira abstrata, nas relações entre duas mercadorias, apresenta-se agora como lei fundamental de toda uma sociedade, a nossa, na qual o concreto serve somente para alimentar a abstração materializada: o dinheiro (JAPPE, 2013, p.61).

Tomando por base o pensamento de Marx, Carcanholo & Nakatani (1999) sintetizam que ao longo do seu ciclo de valorização (D–M...P...M'–D'), o capital assume e abandona suas sucessivas formas funcionais (capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria)[6]: o

[6] Esse capital que ao longo do seu ciclo assume e, em seguida, se desfaz de suas sucessivas formas funcionais, é chamado capital industrial e confunde-se com o conceito de capital, no caso em que todas as funções possam ser cumpridas por um mesmo capitalista. Contudo, as diversas formas funcionais do capital industrial se autonomizaram – passaram a ser capital autônomo, com movimento próprio – em decorrência da divisão social entre os capitalistas. Assim as funções do capital-dinheiro, do capital-produtivo e do capital-mercadoria passam a ser desempenhadas por empresas especializadas e com isso, convertem-se, respectivamente, em capital portador de juros ou capital a juros, capital produtivo e capital comercial (CARCANHOLO; NAKATANI,

capital-valor assume a forma capital-dinheiro (D) para realizar a compra das mercadorias (meios de produção e força de trabalho – M) que, necessárias ao processo de produção, assumem a forma de capital-produtivo (P). Essas mercadorias (capital-produtivo) se transformam, por meio do processo de trabalho, em capital-mercadoria (M') que deve conter, necessariamente, um valor maior (mais-valor) que aquele aplicado no início e devem ser vendidas, de forma que o capital assuma novamente a forma capital-dinheiro, porém agora valorizado (D').

> Assim, o conceito de capital expressa o valor em determinado estágio do seu desenvolvimento e consiste em uma relação social expressa que se substantiva. Além disso, é processo, nunca objeto, ser estático, desprovido de movimento, pois se trata de uma sequência articulada e estruturada de metamorfoses em que o agente valor assume ora a forma de dinheiro, ora a forma de mercadorias (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p.290).

Tendo em vista que a magnitude do valor contido numa mercadoria refere-se ao trabalho abstrato socialmente necessário para sua produção e que a quantidade de trabalho, por sua vez, depende do nível de produtividade do trabalho, a obtenção do valor excedente depende de alteração na magnitude do valor da força de trabalho[7] no processo de produção. Segundo Marx (2013), essa alteração consiste em reduzir o tempo de trabalho necessário à reposição do valor que o capitalista pagou pela força de trabalho[8], ampliando, assim, o tempo de trabalho excedente no qual o valor produzido pelo trabalhador é apropriado gratuitamente pelo capitalista. O mais-valor constitui, portanto, trabalho humano não pago.

1999). Essa autonomização das formas funcionais do capital industrial produzirá mudanças profundas na dinâmica capitalista, conforme será abordado no decorrer deste texto.

[7] Segundo Marx (2013), o valor de uma mercadoria é definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, ou seja, seu valor deve ser equivalente ao conjunto dos valores (definidos pelo tempo de trabalho total empregado na produção) das mercadorias utilizadas (matéria-prima, instrumentos e força de trabalho) no seu processo de criação. No que se refere ao valor da força de trabalho, este é equivalente ao valor total dos meios de subsistência necessários à reprodução do trabalhador e de sua família. Esse valor contém um elemento histórico e moral – ou seja, a definição de meios de subsistência sofre variação ao longo da história – e também um limite último que corresponde ao valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis. Mas o autor alerta que "se o preço da força de trabalho é reduzido a esse mínimo, ele cai abaixo de seu valor, pois, em tais circunstâncias, a força de trabalho só pode se manter e se desenvolver de forma precária" (IBIDEM, p.247).

[8] Em razão dos meios de produção não alterarem sua grandeza de valor no processo produtivo – esses apenas transferem seu valor ao produto –, Marx (2013) os define como *capital* constante. Quanto à força de trabalho, o autor a denomina de *capital variável*, pois essa, em razão da dinâmica de extração do mais-valor, altera sua magnitude de valor – transfere ao produto um valor maior do que aquele empregado na sua aquisição – no processo de produção. O autor elucida que a extensão da jornada de trabalho para além do tempo necessário à reposição do valor que o trabalhador recebeu sob a forma de salário, seguida pela apropriação privada da riqueza produzida nesse tempo excedente, traduz-se na produção de mais-valor absoluto. Essa constitui a base geral do sistema capitalista, ou seja, a jornada de trabalho no capitalismo encontra-se dividida em trabalho necessário e mais-trabalho. Sobre essa base se desenvolve a produção de *mais-valor relativ*o que consiste em ampliar o mais-trabalho ao reduzir o tempo de trabalho necessário com o uso de métodos que possibilitem produzir o equivalente do salário do trabalhador em menos tempo, conforme será detalhado adiante.

> Ora, se compararmos o processo de formação de valor com o processo de valorização, veremos que este último não é mais do que um processo de formação de valor que se estende para além de certo ponto. Se tal processo não ultrapassa o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, ele é simplesmente um processo de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, ele se torna processo de valorização. (...) O processo de produção, como unidade dos processos de trabalho [útil e abstrato] e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista de produção de mercadorias (MARX, 2013, p.271-273).

Fato é que, por ter o dinheiro como o início e o fim do seu ciclo (D–M–D'), o processo de valorização do valor cria um movimento interminável[9] (MARX, 2013), marcado por uma dinâmica que subordina todos os indivíduos (trabalhadores e capitalistas) a relações sociais que os constrange e domina, a uma existência estranhada – embora, ressalte-se, trabalhadores e capitalistas vivenciem a subordinação em condições materiais bem distintas.

> Em suma, essa sociedade, mesmo sendo resultado da articulação espontânea entre atos teleológicos, possui uma dinâmica que escapa ao controle de, enfatize-se, *todos os sujeitos*. Como Marx adverte (...), os capitalistas também se dobram à lógica de valorização, sendo impelidos, na condição de representantes do capital, a buscar aumentos de produtividade (...). Por mais curioso que pareça, também não controlam as relações sociais em que comparecem como representação subjetiva de uma categoria objetiva, o capital (BONENTE, 2016, p.60).

Em seu movimento dinâmico, necessariamente expansivo, o capital busca não só a produção do mais-valor, mas também equacionar suas contradições imanentes e as crises cíclicas de realização do valor que – conforme analisam Rubin (1980), Jappe (2013) e Bonente (2016), tomando por base o pensamento de Marx – decorrem do desenvolvimento de suas próprias contradições internas, da dinâmica materializada na mercadoria, cuja estrutura elementar está na separação entre produção e consumo.

Embora esses dois aspectos estejam indissoluvelmente unidos no processo de troca, segundo Rubin (1980), não são previamente organizados e, portanto, devem se ajustar um ao outro em cada transação isolada da vida econômica. Se o ajustamento não ocorrer, todavia, desenvolve-se um hiato dentro do processo de reprodução social que pode gerar especulação

[9] Ao explicar o movimento que transforma o dinheiro em capital, Marx (2013) aponta para a diferença entre o processo de troca que tem o consumo por finalidade (M-D-M) – nesse o dinheiro é meio de troca – e o processo de valorização capitalista que tem o dinheiro por finalidade (D-M-D'): "A repetição ou renovação da venda para comprar encontra sua medida, tal como esse processo mesmo, num fim último situado fora dela, a saber, o consumo, a satisfação de determinadas necessidades. Na compra para vender, ao contrário, o início e o fim, são o mesmo: dinheiro, valor de troca, e, desse modo, o movimento é interminável" (IBIDEM, p.227).

(relações que não correspondem ao movimento da economia real) ou crises baseadas, entre outros, em subconsumo e/ou supercapitalização.

A dinâmica do desenvolvimento capitalista se caracteriza, nos termos de Marx (2013), por três tendências: concentração, centralização e aumento da composição do capital. A concentração refere-se à contínua expropriação de meios de trabalho e capitais, assim como a própria acumulação de capital, em reprodução ampliada. Isso porque, conforme já ressaltado, o propósito do processo capitalista de produção é a valorização do valor pela produção de mais-valor, de modo que cada ciclo de produção resulta em uma quantidade maior de valor (capital na forma dinheiro), a qual deve ser reinvestida para gerar mais mais-valor.

Para isso, o capital não só repõe continuamente a expropriação dos trabalhadores já disponíveis, como trata de expandir seu âmbito de dominação, impondo as relações sociais capitalistas àqueles trabalhadores ainda capazes de prover com meios próprios sua subsistência, por meio da expropriação dos meios de produção e, consequentemente, expansão do trabalho abstrato. Ou mesmo, a apropriação por meio da destruição de outros capitais. Nesse sentido, a tendência à concentração capitalista implica a concentração crescente de meios de produção/recursos sociais e ampliação do comando sobre o trabalho nas mãos de capitalistas individuais, assim como a proeminência dos capitais mais ferozes sobre aqueles menos capazes para fazerem valer a lei do valor (BONENTE, 2016).

Fontes (2010) assinala que as expropriações estruturam a relação entre capital e trabalho – relação fundamental do capitalismo – e que, por isso, constituem a base social do processo de expansão do capital, aprofundando-se e generalizando-se conforme avança essa expansão. Tem-se, portanto, uma socialização da produção e das formas de existência, contraposta à agudização da concentração da propriedade – o desenvolvimento do capital no Ceará, conforme será explorado no decorrer desta tese, traduz de forma concreta essas afirmações, exemplificando como a forte concentração fundiária tem historicamente submetido a população desse território, em sua forma de vida e de trabalho, ao atendimento das demandas do capital.

As sucessivas expropriações não recaem somente sobre os trabalhadores, mas também sobre os capitalistas menores, constituindo, *pari passu*, a tendência à centralização. Capitais individuais maiores incorporam capitais menores e assim, crescem mediante a centralização de capitais e de comando da disputa por mais-valor. Nesse caso, a dinâmica é de repartição dos capitais já existentes em direção a conglomerados empresariais crescentemente centralizados (MARX, 2013). Numa dinâmica tendencialmente ascendente tendo em vista, inclusive, o acesso fácil dos capitais centralizados ao crédito – em razão de suas garantias – e às regalias dos aparelhos de Estado, dado seu peso para as economias locais e atuação na arena política.

Essas tendências da acumulação de capital tiram vantagens do aumento da composição do capital, considerando-se suas partes constitutivas. Segundo Marx (2013), a composição do capital (ou composição orgânica do capital) expressa a composição do valor, pois é a síntese dialética entre a composição técnica do capital (proporção entre meios de produção e força de trabalho no processo produtivo) e a composição em valor do capital (dimensão abstrata do valor que, resultante da proporção entre capital constante e capital variável, reflete as modificações ocorridas na composição técnica).

Considerando que o valor da mercadoria –, ou seja, o tempo de trabalho socialmente necessário para produção, que é o conteúdo da forma social valor – e o mais-valor – decorrente da utilização da força de trabalho para além do tempo necessário à reposição do seu custo, expresso no salário – estão atrelados à produtividade do trabalho, o aumento da produção do mais-valor implica a busca por meios para elevar a produtividade do trabalho e consequentemente, reduzir o tempo que o trabalhador destina à reposição do seu salário, ampliando a parcela de tempo da sua jornada de trabalho apropriada gratuitamente pelo capitalista (MARX, 2013).

O aumento da produtividade resulta de alterações no processo de trabalho oriundas da implantação de novas formas de organização da produção, da inserção de novas técnicas e/ou pela incorporação de novos instrumentos de trabalho, sendo o maquinário e a automação os elementos mais característicos desse processo. Esses possibilitam ao trabalhador manipular uma maior quantidade de meios de produção, aumentando o número de mercadorias produzidas em menos tempo, sem que seja necessário aumentar o número de trabalhadores. Na verdade, ocorre justamente o contrário, pois com a maior inserção de tecnologia na produção uma parte da força de trabalho torna-se desnecessária (MARX, 2013).

Em outras palavras, o aumento na composição do capital traduz o aumento do capital constante em relação ao capital variável – aquele destinado ao pagamento de salários. Esse aumento, ao mesmo tempo em que possibilita a ampliação do tempo de trabalho não pago, também reduz o número de trabalhadores no processo produtivo e, consequentemente, a produção de mais-valor, bem como o mercado consumidor para as mercadorias – tendo em vista a diminuição da renda do trabalho e o desemprego –, resultando em crises no capitalismo. Tendo em vista que o lucro corresponde à relação entre o mais-valor e o capital total empregado, a tendência capitalista de elevar a composição do capital implica uma outra variante, a de queda

da taxa de lucro – é uma tendência porque influências contra-arrestantes[10] podem interferir em sua ação, anulando-a – e com essa, a dificuldade em valorizar o valor.

> [...] Como a massa total do trabalho vivo agregado aos meios de produção diminui em relação ao valor desses meios de produção, diminui também o trabalho não pago e a parcela de valor na qual ele se representa, em relação ao valor total do capital total adiantado. Ou: uma alíquota sempre menor do capital total desembolsado converte-se em trabalho vivo, e esse capital total suga, assim, cada vez menos mais-trabalho em relação a sua grandeza, embora a proporção entre a parte não paga do trabalho empregado e a parte paga deste último possa crescer simultaneamente (MARX, 2017, p.253).

Bonente (2016) ressalta que o aumento das forças produtivas do trabalho, que marcam o desenvolvimento das sociedades – transcendendo os limites de um modo de produção específico –, assume no capitalismo a tendência particular de constituir-se como elemento estrutural. Sendo a sociedade capitalista direcionada para a expansão do capital, por meio do processo de valorização do valor na esfera da produção, revolucionar periodicamente os meios de produção constitui uma necessidade imperiosa.

A dinâmica da acumulação capitalista, resultante da combinação de suas tendências de desenvolvimento[11] – concentração, centralização e aumento da composição do capital –, ocorre, portanto, segundo Bonente (2016, p.53), combinando "fases de acumulação predominantemente extensiva" (a composição do capital se mantém constante e a acumulação ocorre pela submissão de uma quantidade maior de formações sociais e seres humanos às relações de produção capitalistas) e "fases de acumulação predominantemente intensiva" (a acumulação ocorre pelo aumento da produtividade decorrente do aumento das forças produtivas). Isso sem, no entanto, abrir mão totalmente de uma ênfase ou outra.

Nesse processo, o capital primeiramente tende a absorver trabalhadores para o âmbito da produção e depois os torna supérfluos, formando um "exército industrial de reserva" ou "superpopulação relativa"[12], conforme denominação de Marx (2013). Segundo ele,

---

[10] No capítulo 14 do Livro III de *O Capital*, Marx (2017) elenca como causas de contenção da tendência à queda da taxa de lucro: o aumento do grau de exploração do trabalho, a compressão do salário abaixo de seu valor, o barateamento dos elementos do capital constante, a superpopulação relativa, o comércio exterior e o aumento do capital acionário.

[11] Segundo Bonente (2016), na teoria social marxiana, desenvolvimento traduz o aumento objetivo da complexidade de um objeto estruturado. No caso da sociedade, o aumento no grau de complexidade é uma tendência que Marx caracterizou como recuo das barreiras naturais e que se traduz no crescimento da sociabilidade em sentido extensivo (pelo aumento da quantidade de componentes predominantemente sociais como mediadores da vida social) e/ou intensivo (crescente complexidade dos componentes que já existem). No caso da sociedade capitalista, o desenvolvimento decorre das leis gerais dessa forma de sociabilidade – as quais emanam da organização econômica regida pelo capital – operando em sentido extensivo e/ou intensivo.

[12] "A superpopulação relativa existe em todos os matizes possíveis. Todo trabalhador faz parte dela durante o tempo em que está desocupado parcial ou inteiramente. [...] ela possui continuamente três formas: líquida,

trabalhadores desempregados e desprovidos dos meios de produção são requisitos objetivos para a economia capitalista – por não se tratar de uma produção coordenada, essa pode crescer inesperadamente e consequentemente, precisar de trabalhadores à sua disposição.

Ademais, os trabalhadores desempregados passam a se submeter à condições de trabalho – quando encontram um novo trabalho – e de vida ainda mais precárias e, concomitantemente, contribuem para um maior controle do capital sobre o trabalho, pois ocasionam uma depreciação do valor da força de trabalho e uma pressão disciplinar maior para que os trabalhadores ativos se submetam às exigências impostas pelos empregadores.

> Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. *Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista* (MARX, 2013, p.719-720).

O crescimento da riqueza e da miséria – amplamente produzida em um contexto de abundância material –, assim como a relação capital-trabalho, constitui uma derivação da contradição fundamental entre o valor e a vida social concreta. É o processo de valorização do valor – e não o atendimento das necessidades sociais – que impõe, ao conjunto da sociedade, o desenvolvimento das forças produtivas como uma necessidade imperiosa a ser atendida.

---

latente e estagnada. Nos centros da indústria [...] trabalhadores são ora repelidos, ora atraídos em maior proporção, de modo que, ao todo, o número de ocupados cresce, ainda que em proporção sempre decrescente em relação à escala da produção. A superpopulação existe aqui em forma fluente. [...] Assim que a produção capitalista se apodera da agricultura [...] decresce [...] a demanda de população trabalhadora rural de modo absoluto [...]. Parte da população rural encontra-se, por isso, continuamente na iminência de transferir-se para o proletariado urbano ou manufatureiro [...]. Essa fonte da superprodução relativa flui, portanto, continuamente. Mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe uma contínua superpopulação latente no próprio campo [...]. O trabalhador rural é, por isso, rebaixado para o mínimo do salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo. A terceira categoria da superpopulação relativa, a estagnada, constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Ela proporciona, assim, ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. [...] É caracterizada pelo máximo do tempo de serviço e mínimo de salário. Sob a rubrica de trabalho domiciliar, já tomamos conhecimento de sua principal configuração. [...] Finalmente, o mais profundo sedimento da superpopulação relativa habita a esfera do pauperismo. [...] o lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social consiste em três categorias. Primeiro, os aptos para o trabalho. [...] Segundo, órfãos e crianças indigentes. Eles são candidatos ao exército industrial de reserva e, em tempos de grande prosperidade [...] são rápida e maciçamente incorporados ao exército ativo de trabalhadores. Terceiro, degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. [...] O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza" (MARX, 2013, p.715-719).

Nesse sentido, concorda-se com Marx (2013), Rubin (1980), Jappe (2013) e Bonente (2016) quanto à centralidade da categoria valor e da forma peculiar de articulação do trabalho para a compreensão da forma social do capital – englobando, entre outros aspectos, suas leis imanentes, sua dinâmica e os processos nela envolvidos, notadamente a expropriação e exploração do trabalhador, a queda da lucratividade e as crises cíclicas – e dos fenômenos desencadeados por seu processo de desenvolvimento, dentre os quais a *questão social*.

A tese aqui desenvolvida compreende a questão social como desigualdade inerente ao capital, produzida e reproduzida – em variadas expressões – por ele em sua busca pela valorização do valor e equacionamento de suas contradições e crises cíclicas. Ademais, conforme será detalhado, a reprodução do valor – e logo, também, os processos envolvidos nessa dinâmica – apresenta-se de forma distinta ao longo da história do capital – conformando estágios de desenvolvimento – e nas diversas formações sociais – em razão das particularidades nelas existentes –, desdobrando, por consequência, expressões peculiares da questão social.

Embora o capitalismo seja por natureza genética um modo de produção de natureza totalizante, dominando expansivamente em escala mundial, seu desenvolvimento não ocorre de maneira única. As forças produtivas e as relações de produção articulam-se ao conjunto de instituições (políticas, ideológicas, culturais) de cada sociedade, assumindo formas determinadas, concretas e históricas (NASCIMENTO & SANTOS, 2016). Nesse sentido é que Marx, em algumas passagens de sua vasta obra, ressaltou a necessidade de analisar as circunstâncias empíricas de cada formação social para que se possa compreender a forma particular de manifestação da forma social do capital:

> [...] Em todos os casos, é na relação direta entre os proprietários das condições de produção e os produtores diretos – relação cuja forma eventual sempre corresponde naturalmente a determinada fase do desenvolvimento dos métodos de trabalho e, assim, a sua força produtiva social – que encontramos o segredo mais profundo, a base oculta de todo o arcabouço social e, consequentemente, também da forma política das relações de soberania e de dependência, isto é, da forma específica do Estado existente em cada caso. Isso não impossibilita que a mesma base econômica – a mesma no que diz respeito às condições principais –, graças a inúmeras circunstâncias empíricas de diversos tipos, condições naturais, raciais, influências históricas externas etc., manifeste-se em infinitas variações e matizes, que só se podem compreender por meio de uma análise dessas circunstâncias empíricas (MARX, 2017, p.852).

Tem-se assim, que o capital se afirma sobre todo o planeta – forma-se um mercado mundial unificado com tendência à homogeneização dos circuitos, modos de dominação ideológica e objetos de consumo –, mas de maneira desigual, produzindo disparidades econômicas, políticas e culturais entre as nações e disso tirando vantagens – a obtenção de

superlucros por uns países ocorre às expensas daqueles menos produtivos (MANDEL, 1982; IAMAMOTO, 2007).

Mais que isso, o desenvolvimento desigual apontado por Marx é absorvido na lei do desenvolvimento desigual e combinado formulada por Trotsky (1977), a qual, tanto na abordagem desse autor quanto na de Lênin que o precede e na de Novack que o sucede, não traduz apenas as disparidades econômicas entre os países capitalistas[13]. Tampouco se refere a uma mera junção de elementos desiguais, mas a algo qualitativamente novo que resulta da combinação de fatores desproporcionalmente desenvolvidos e que altera o funcionamento posterior da desigualdade precedente (NOVACK, 1968).

Nesse sentindo, ao afirmar que o "desenvolvimento desigual, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países é inevitável sob o capitalismo", Lênin (2011, p.80) está chamando a atenção que a diversidade de tempos sociais nos espaços é uma condição inerente a essa forma social, sinalizando ainda que as desigualdades externas são acompanhadas por desigualdades internas.

Já Trotsky – conforme prefácio recuperado por Bianchi [2013?] – enfatiza as particularidades nacionais como essencial. Isso porque, embora existam traços comuns – como a dependência econômica – entre países atrasados que partilham uma situação de dominação semelhante, aspectos particulares de cada formação social – a existência de uma independência política, o grau de desenvolvimento econômico e político das classes dominantes locais e a realização de alguma forma de revolução democrática – podem, segundo o autor, implicar traços distintivos entre esses países, alterando o resultado do desenvolvimento combinado.

A lei do desenvolvimento desigual e combinado, segundo Novack (1968), elucida que o desenvolvimento não ocorre pela repetição dos ciclos históricos percorridos pelas velhas estruturas ou, em outras palavras, pelo cumprimento de etapas, mas por meio de saltos

[13] Segundo Novack (1968), as primeiras observações da lei do desenvolvimento desigual e combinado foram feitas pelos filósofos e historiadores gregos, mas foi com Marx e Engels que ela foi levada a primeiro plano e efetivamente aplicada (eles derivaram a essência dessa lei da filosofia dialética de Hegel, o qual a utilizou em suas obras sem lhe dar um nome especial e nem reconhecimento explícito), constituindo uma das maiores contribuições do marxismo para a compreensão científica da história e um dos mais poderosos instrumentos de análise histórica. O autor assinala que foi Trotsky, em sua análise da Revolução Russa (exemplo mais claro do desenvolvimento desigual e combinado na história moderna), que deu o nome e a primeira formulação explícita da referida lei. Bianchi [2013?] aponta que para Lênin e Trotsky, o desenvolvimento desigual expressava à tendência no capitalismo às disparidades não só econômicas, mas também políticas e culturais. Ademais, ele põe em evidência que Trotsky não formulou uma "lei do desenvolvimento desigual e combinado", tendo sempre tratado de duas leis separadas – a lei do desenvolvimento desigual e a lei do desenvolvimento combinado. Segundo o autor, foi Novack que – 17 anos após a morte de Trotsky – publicou um ensaio no qual apresentava o conceito de "lei do desenvolvimento desigual e combinado" que, inclusive, ia muito além do que havia proposto Trotsky, pois afirmava que se tratava de uma lei comum a todos os processos, naturais ou sociais. Quanto a isso, Bianchi [2013?] alerta que o tratamento comum aos processos naturais e sociais pode levar a uma naturalização da lei do desenvolvimento desigual e combinado, não sendo essa a intenção de Trotsky.

progressivos na história, nos quais são incorporados elementos modernos na estrutura social atrasada ou elementos arcaicos no organismo mais desenvolvido – essa lei constituirá um importante instrumento para a análise do desenvolvimento capitalista no Ceará, sobretudo, da fase da industrialização priorizada na pesquisa.

> As leis da história nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de *lei do desenvolvimento combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha (TROTSKY, 1977, p.25).

Essa lei da história também nos mostra que as mudanças periódicas não anulam os fundamentos da forma social capitalista, sendo as recorrentes alteridades condição para reproduzir sua essência. Isso pode ser visto nas significativas alterações para preservar a autovalorização, criando variadas configurações históricas e geográficas que conformam estágios distintos no processo de desenvolvimento da forma capital, nos quais as tendências gerais, ainda que atravessadas por arranjos sociais diversos, continuam em ação, conforme se discute no próximo tópico (BONENTE, 2016).

Essas premissas, sumariadas brevemente aqui, são as bases orientadoras desta pesquisa. A questão social e o incremento de modernização no Ceará iniciado no fim da década de 1980 são apreciados à luz desse entendimento sobre a natureza estrutural do capitalismo. Essa forma social, centrada na busca pela valorização do valor, tem na expropriação dos meios de produção – iniciando pela terra – e na subsunção da força de trabalho suas condições fundamentais, impondo – enquanto totalidade social – essa lógica a todos os territórios, embora isso se efetive de maneira desigual e combinada.

1.2 **Da acumulação primitiva ao imperialismo neoliberal: alguns delineamentos fundamentais dos estágios do desenvolvimento capitalista**

A exposição das linhas principais dos fundamentos orientadores desta pesquisa inclui ainda a exibição de alguns aspectos do desenvolvimento histórico do capitalismo, de forma a entender não só o movimento real, concreto das premissas teóricas apresentadas, mas também

a dinâmica geral na qual o desenvolvimento capitalista no Ceará se insere. Por isso, passa-se agora a tecer considerações a esse respeito.

Mandel (1982, p.32) define a economia mundial capitalista como sendo um *"sistema articulado de relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas, ligadas entre si por relações capitalistas de troca e dominadas pelo mercado capitalista mundial"*, ressaltando que, desde a Revolução Industrial, é possível distinguir estágios específicos nessa articulação de relações de produção distintas. Para a crítica marxista mais atualizada não há, portanto, países e estágios evolutivos típicos do capitalismo, a não ser como ideologia.

O autor aborda a questão a partir do modo de produção capitalista já maduro. Entretanto, pontua-se aqui o entendimento que já antes, nas protoformas, no período *clássico* da acumulação primitiva, é possível identificar a articulação entre relações de produção distintas, expresso no surgimento não só do desenvolvimento desigual entre metrópoles e colônias, mas também do desenvolvimento combinado que vinculou realidades tão distintas – e assim será ao longo da história do capitalismo, conforme será demonstrado. Essa questão é de grande significado, tendo em vista a expansão mercantil para as Américas, de onde ganha sentido os determinantes da formação social brasileira.

Nesse aporte, a pesquisa considerou a interpretação de Marx ao situar o sistema colonial – como já mencionado – como uma das alavancas poderosas da acumulação primitiva – ao lado do sistema da dívida pública, do moderno sistema tributário e do sistema protecionista. Enquanto algumas nações européias já desenvolviam as manufaturas e nelas a produção de valor, as colônias eram articuladas na condição de garantir um mercado monopolizado de escoamento e uma fonte para obtenção – por meio do saqueio, escravização e latrocínio – de riquezas que nas metrópoles se transformavam em capital. Não por acaso, Marx (2013, p.824) ressalta que esse sistema "proclamou a produção de mais-valor como finalidade última e única da humanidade".

Voltando ao período analisado por Mandel (1982), no estágio do *capitalismo de livre concorrência* – que se estende do século XVIII ao XIX –, a produção direta de mais-valor pela indústria, ainda encontrava-se limitada a algumas partes do mundo – Europa ocidental e América do Norte – enquanto em muitas outras partes se realizava paralelamente o processo de acumulação primitiva de capital, do qual o extrativismo de matérias-primas e os latifúndios de monocultura são os exemplos mais gritantes, para garantir as forças produtivas da Revolução Industrial, seja o algodão da indústria têxtil seja o açúcar da dieta barata e energética dos trabalhadores.

Visando dominar os processos de acumulação que se desenvolviam, o capital estrangeiro confluiu para esses países que iniciavam a industrialização, impulsionados por suas classes dominantes locais. Contudo, não obteve êxito em razão da baixa acumulação de capital e da insuficiência dos sistemas de transporte e comunicação que dificultava a penetração dos produtos baratos produzidos em massa pela grande indústria da Europa ocidental.

Os países de industrialização incipiente – onde as forças sociais e políticas de classe revelavam-se capazes de substituir a destruição do artesanato pelo desenvolvimento da indústria nacional em grande escala, tendo sido eles notadamente a Rússia, Japão e Espanha –, mantiveram uma dupla articulação com o mercado mundial capitalista. Por um lado, a importação dos artigos baratos produzidos pela maquinaria no exterior destruiu a tradicional produção doméstica, preparando, portanto, o terreno para o desenvolvimento capitalista dessas nações. Por outro lado, a rápida especialização desses países no comércio exterior lhes garantiu importantes escoadouros econômicos e foram os lucros daí resultantes, a fonte mais importante para a acumulação local de capital (MANDEL, 1982).

Nessa fase do capitalismo, segundo Lênin (2011), prevaleceu a livre concorrência entre capitalistas dispersos, que se desconheciam e produziam para um mercado também desconhecido. Contudo, como lei geral e fundamental, a concorrência acarretou a concentração da produção e, em um dado grau do desenvolvimento dessa concentração, ela conduziu ao aparecimento do monopólio – sob a forma de cartéis – em meados da década de 1860, configurando a tendência da centralização de capitais, vista por Marx nesse mesmo período.

Com o processo de expansão dos cartéis – esses, dentre outras ações, realizavam entre si acordos (para vendas, trocas, prazos de pagamento etc.), repartição dos mercados e dos lucros, fixação dos preços e da quantidade de produtos a fabricar – nas décadas finais do século XIX e início do século XX, a livre concorrência é pressionada pelos monopólios e o capitalismo inicia assim, uma fase particular do seu desenvolvimento, denominada por Lênin (2011) de *imperialismo*[14].

> [...] O capitalismo, chegado à sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, independentemente de sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo

[14] Lênin (2011) afirma que é possível definir com precisão que na Europa, o capitalismo monopolista substitui o concorrencial em princípios do século XX. O autor relata que "(...) os principais períodos da história dos monopólios podem se resumir do seguinte modo: 1) Décadas de 1860 e 1870, período de grande desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. 2) Após a crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, no entanto eles ainda constituem apenas uma exceção. Carecem ainda de estabilidade, representando ainda um fenômeno transitório. 3) Expansão de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo" (IBIDEM, p.126-127).

> regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa. A produção torna-se social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. O quadro geral da livre concorrência é mantido nominalmente, e o jugo de um punhado de monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais pesado, mais sensível, mais insuportável (IBIDEM, p.131).

A organização monopólica, conforme Netto (2011), visava o aumento dos lucros capitalistas por meio do controle dos mercados e comportava vários níveis e formas diferenciadas (acordos, fusão de empresas, *pool*, cartel e o truste). Além da dominação dos monopólios, também caracterizam a fase do capitalismo imperialista ou capitalismo monopolista, segundo Lênin (2011): a formação do capital financeiro[15], pela fusão dos

[15] Há, entre autores marxistas, o reconhecimento de que o processo de crescimento exacerbado do *capital portador de juros* e sua dominância sobre as demais formas de capital, constitui uma das características básicas do capitalismo imperialista, desde sua ascensão à cena contemporânea. Entretanto, existem diferenças nas abordagens sobre o fenômeno. Lênin (2011) aponta que em razão do processo de concentração e centralização de capital ocorre a fusão entre grandes bancos e grandes indústrias, dando forma ao *capital financeiro*. Os bancos passam a atuar na transformação do capital dinheiro em capital produtivo, dentre outros meios, via aquisição de ações das empresas e com isso, passam a ter participação direta no lucro, ao invés de receber apenas uma parcela desse sob a forma de juros. Já Carcanholo & Nakatani (1999), tomando por base as reflexões de Harvey, sinalizam que essa expressão nunca foi usada por Marx e que pensá-la em concordância com os escritos do autor remeteria ao particular processo de circulação de capital que se baseia no sistema de crédito. Para eles, Lênin abandona essa perspectiva e utiliza a expressão como um conceito mais concreto para descrever o fato histórico da junção do capital produtivo com o capital bancário, sob a hegemonia desse último. Nesse sentido, os referidos autores consideram capital financeiro como "um 'conceito' teoricamente vazio, pois se refere a um conjunto de formas indefinidas de capital cujas articulações com as formas funcionais do capital industrial ficam indeterminadas" (IBIDEM, p.298) e sugerem a definição *capital fictício.* Esse, conforme discutido por Carcanholo & Nakatani (1999), constitui capital improdutivo (que não produz diretamente mais-valor) e engloba: (1) o capital a juros ou capital portador de juros (forma autonomizada da forma funcional capital-dinheiro) que não produz mais-valor, mas cumpre função na lógica do capital industrial e por isso não é parasitário; e (2) o capital especulativo parasitário (forma autonomizada do capital portador de juros que se forma quando esse ultrapassa os limites do que é necessário para o funcionamento normal do capital industrial) que não produz mais-valor e não contribui para tal, sendo parasitário. O capital fictício tem existência real – sua lógica interfere na trajetória e circunstâncias da valorização e da acumulação; tem movimento próprio; e certa independência do capital real – sua reprodução pode superar a base real a qual se refere, mas sua remuneração está intimamente vinculada ao processo de produção de mercadorias, depende da produção real para se concretizar, existindo, portanto, limites sérios às possibilidades de remuneração do capital na esfera financeira. Dentre as várias formas típicas de capital fictício estão: os títulos da dívida pública (capital-dinheiro que foi investido na aquisição do direito de se apropriar de parte da receita pública futura, resultante em boa medida, dos impostos arrecadados) e os títulos privados (ações, debêntures e letras de câmbio). O capital fictício serve de capital para seus possuidores, tendo em vista que são mercadorias vendáveis reais. Para os referidos autores, a financeirização é a generalização do movimento especulativo do capital. Brettas (2013, p.62) observa que "(...) apesar da existência do capital financeiro ser discutida desde o início do século 20, a financeirização do capital é uma característica que singulariza o momento em que vivemos", tendo se intensificado com a crise do capital em 1960-1970. Tomando por base essa observação da autora, entende-se aqui que as abordagens apresentam diferenças que decorrem do próprio fenômeno, analisado em períodos diferentes, e que mesmo assim, apresentam constatações em comum, conforme sugere a seguinte passagem de Lênin (2011, p.176-177): "Como é próprio do capitalismo em geral separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção, separar o capital-dinheiro do capital industrial ou produtivo, separar o rentista, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do empresário e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do rentista e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de "poder"

monopólios bancários com os monopólios industriais, e da oligarquia financeira; a importância adquirida pela exportação de capitais frente à exportação de mercadorias; a formação de associações internacionais monopolistas para realizar uma nova partilha do mundo entre si, acirrando a rivalidade entre as grandes potências capitalistas.

É nesse contexto de ascensão do imperialismo que, segundo Mandel (1982), ocorre o processo de acumulação de capital típico em economias anteriormente não capitalizadas – mais tarde denominadas "Terceiro Mundo" ou periferia – de forma subordinada à reprodução do grande capital do Ocidente. Lênin (2011) ressalta que a passagem do capitalismo concorrencial à fase do capitalismo monopolista se relaciona com a exacerbação da "luta pela partilha do mundo" – a partir dos anos 1880, quando todos os Estados capitalistas se esforçaram para conseguir colônias. A política colonial que já existia antes dos monopólios e que os origina – na medida em que a riqueza extraída das colônias contribuiu para o acúmulo de capital centralizado – ganha, com o surgimento do capital financeiro, novos objetivos – dentre os quais, a luta pelas fontes de matérias-primas e exportação de capitais. No mercado colonial torna-se mais fácil o controle e a fragilização da concorrência de capitais, via meios monopolistas.

O desenvolvimento econômico do "Terceiro Mundo", segundo Mandel (1982), foi, portanto, determinado, não por um processo de acumulação primitiva impulsionado pelas classes dominantes locais, mas pelo capital exportado dos países imperialistas com vista à aquisição de fatores de produção e mercado. Lênin (2011) sinaliza que o desenvolvimento gigantesco da exportação de capitais dos países de capitalismo maduro para os países de capitalismo dependente, em princípios do século XX, resultou do acúmulo excessivo de capital e objetivou uma colocação lucrativa.

> [...] Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes países atrasados o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas. A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados terem sido já incorporados na circulação do capitalismo mundial, terem sido construídas as principais vias férreas ou iniciada a sua construção, terem sido asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria, etc. A necessidade da exportação de capitais obedece ao fato de que em alguns países o capitalismo "amadureceu excessivamente" e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para a sua colocação "lucrativa" (IBIDEM, p.181-182).

financeiro em relação a todos os restantes". Nesse sentido, vislumbra-se uma complementariedade entre as referidas abordagens.

Essa exportação de capital dos países imperialistas provocou: a expropriação contínua do produto excedente social local, reduzindo significativamente os recursos disponíveis para a acumulação nacional de capital; a concentração dos recursos remanescentes nos setores característicos de um desenvolvimento dependente (dentre os quais o comércio exterior, especulação com a terra e a construção imobiliária); e a restrição da acumulação primitiva de capital, em virtude da consolidação das velhas classes dominantes no poder em suas regiões rurais e da conservação de parte significativa de sua população fora da esfera da produção de mercadorias e da economia monetária (MANDEL, 1982).

O autor ressalta que nessa era do *imperialismo clássico*, período que se estende de 1890 a 1940, a aliança social e política entre o imperialismo e as oligarquias locais, "congelou as relações pré-capitalistas de produção no campo" (IBIDEM, p.37) e, consequentemente, limitou a extensão do mercado interno e tolheu a industrialização cumulativa desses países. Esse processo não decorreu, segundo o autor, da "má-vontade dos imperialistas" ou da "incapacidade social de suas classes dominantes", mas de um complexo de condições sociais e econômicas que tornava a acumulação de capital industrial menos lucrativa que a produção e exportação em grande escala de matérias-primas vegetais e minerais – a enorme disponibilidade de força de trabalho a baixo preço nessas regiões tornava não lucrativo o uso da máquina moderna em grande escala.

> A dominação do capital estrangeiro sobre os processos de acumulação de capital nos países subdesenvolvidos resultou num desenvolvimento econômico que, como afirmamos, tornou esses países complementares ao desenvolvimento da economia dos países metropolitanos imperialistas. Como se sabe, isso significou que eles deveriam concentrar-se na produção de matérias-primas vegetais e minerais. A caça de matérias-primas veio de mãos dadas, por assim dizer, com a exportação de capital imperialista, e foi, em grande medida, um determinante causal da mesma. Assim, o crescimento de um relativo excedente de capital nos países metropolitanos e a procura de mais elevadas taxas de lucro e matérias-primas mais baratas formam um complexo integrado (MANDEL, 1982, p.38).

Ademais, Lênin (2011) ressaltara antes que a exportação de capitais propiciou a criação da rede internacional de dependências e de relações do capital financeiro, possibilitando o estabelecimento de relações para favorecer transações proveitosas – dentre as quais está o monopólio na exportação de mercadorias –, em detrimento da concorrência no mercado aberto. Na política colonial imperialista, o capital financeiro subordina até mesmo os Estados com independência política mais completa, de forma que além dos países que possuem colônias e das colônias, tem-se formas variadas de países dependentes que gozam de independência política, mas que, na verdade, estão enredados nas malhas da dependência financeira e diplomática.

Segundo o autor, esse gênero de relações entre Estados grandes e pequenos sempre existiu, mas no imperialismo capitalista tornam-se sistema geral, constituindo um dos elementos do conjunto de relações que regem a "partilha econômica do mundo". No imperialismo, assiste-se, portanto, à conclusão da política colonial centrada na partilha do globo entre os países capitalistas mais importantes e sua transição para uma nova partilha, uma *nova política colonial* centrada na posse monopolista dos territórios já inteiramente repartidos, dessa vez pelos trustes internacionais.

> [...] o traço característico do período que nos ocupa é a partilha definitiva do planeta, definitiva não no sentido de ser impossível reparti-lo de novo "pelo contrário, novas partilhas são possíveis e inevitáveis", mas no sentido de que a política colonial dos países capitalistas já completou a conquista de todas as terras não ocupadas que havia no nosso planeta. Pela primeira vez, o mundo encontra-se já repartido, de tal modo que, no futuro, só se poderão efetuar novas partilhas, ou seja, a passagem de territórios de um "proprietário" para outro, e não a passagem de um território sem proprietário para um "dono" (LÊNIN, 2011, p.201).

Para Mandel (1982), essa articulação específica das relações de produção e troca entre os países imperialistas e as nações subdesenvolvidas – na qual a dominação do capital estrangeiro sobre o processo de acumulação local de capital, comumente associada à dominação política, passou a submeter o desenvolvimento econômico desses países aos interesses da burguesia imperialista – foi o que mudou na transição do capitalismo de livre concorrência ao imperialismo clássico.

Netto (2011) também enfatiza essa questão, afirmando que as organizações monopólicas acentuaram não só a concorrência, mas também, a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada, realizando a internacionalização da produção por cima dos povos e Estados. Como consequência, Mandel (1982) diz que a diferença quantitativa na acumulação de capital e no nível de produtividade entre os países imperialistas e aqueles economicamente atrasados, tornou-se uma diferença qualitativa, pois a defasagem industrial criou um abismo crescente nos níveis de produtividade do trabalho, fator que não só expressava, mas também reproduzia o subdesenvolvimento. Os países tornaram-se então dependentes e atrasados.

Para Netto (2011), além do fenômeno da supercapitalização – cujas progressivas dificuldades de valorizar o montante de capital acumulado foram contornadas, conforme mencionado, pela exportação de capitais para *regiões green Field*, pelo uso do excedente em atividades improdutivas e emergência da indústria bélica –, a monopolização se caracterizou ainda pelo parasitismo. Esse se expressava, por um lado, na burguesia monopolista que obtinha

mais-valor pela função de direção do processo produtivo e por outro lado, nas atividades improdutivas, cabendo ressaltar aqui que o controle dos mercados para aumentar os lucros demandava mecanismos de intervenção extra-econômicos, o que resultou na ascendência para refuncionalização e redimensionamento do Estado.

Enquanto no capitalismo concorrencial o Estado atuava no resguardo das condições externas da produção capitalista, no imperialismo clássico, suas funções políticas articulam-se mais organicamente com suas funções econômicas, revelando uma notória integração entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais. Dentre as condições a serem resguardadas pelo Estado incluía-se a preservação e controle contínuos da força de trabalho (NETTO, 2011).

No estágio anterior do capitalismo, o de livre concorrência, o Estado intervinha nas consequências sociais desencadeadas pelo desenvolvimento capitalista somente quando se apresentava como uma ameaça à ordem instituída – em decorrência de movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora – ou controversa sobre o capital variável. No imperialismo clássico, a questão social torna-se objeto de intervenção contínua e sistemática do Estado por meio das políticas sociais, dadas as características do novo ordenamento, a consolidação política do movimento operário e a necessidade de legitimação política do Estado burguês (NETTO, 2011).

Fato é que a expansão internacional do capitalismo, como destacado por Mandel (1982), ocorria mediante um desenvolvimento desigual e combinado, tendo em vista a consolidação que ocorria nos países de capitalismo dependente, de uma mistura de relações pré-capitalistas e capitalistas que impediam a generalização do modo de produção capitalista, expressada na forma da grande indústria.

Entretanto, no período entre as grandes guerras mundiais, os princípios tayloristas e fordistas de organização do trabalho – introduzidos parcialmente já na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo imperialista – propiciaram uma acumulação predominantemente intensiva (elevação da produtividade com diminuição da participação do capital variável na totalidade do capital) que ocasionou uma superprodução sem equiparação no consumo, constituindo um dos elementos fundamentais da Grande Depressão de 1929 (BONENTE, 2016).

Como resposta, a partir de meados da década de 1930 e especialmente na década de 1940 (Pós-Segunda Guerra Mundial), o capital desencadeia reorientações em sua estrutura produtiva e, também, no plano político-ideológico expresso no modelo de acumulação fordista-keynesiano. Essas reorientações demarcam uma fase de transição do imperialismo clássico ao

que Mandel (1982) denominou de *capitalismo tardio* e Fontes (2010) de *capital-imperialismo* – forma derivada do imperialismo que se desenvolve após a Segunda Guerra Mundial e cuja permanência se estende ao contexto contemporâneo mediante novas e importantes determinações.

A reorientação no plano político-ideológico consistiu na ascensão do intervencionismo do Estado na economia – que ficou conhecido como keynesianismo – em detrimento de uma substantiva perda de espaço do liberalismo econômico, cujas políticas de livre mercado contribuíram para a ocorrência da Grande Depressão e não se mostraram capazes de oferecer uma alternativa para seu enfrentamento. Ao passo que outras formas de intervenção estatal – a saber, o comunismo e o nazifacismo – se encontravam vigentes no período e, embora substancialmente distintas quanto ao projeto de sociedade, baseando-se no planejamento e intervenção aberta do Estado na economia, vinham apresentando bons resultados no enfrentamento da crise econômica (BONENTE, 2016).

Segundo a autora, foi visando, portanto, enfrentar a crise de realização do valor (1929) e afastar o avanço do comunismo e do nazifacismo, que se constituiu consenso em torno do intervencionismo do Estado na gestão da economia e da reprodução social, emergindo um "capitalismo reformado". A mudança teve impactos no âmbito nacional dos países cêntricos europeus, com a emergência e disseminação de diferentes modelos de Estados de Bem-estar Social para equacionamento do emprego massivo, fornecimento de serviços públicos essenciais (moradia, educação, cultura) e universalização da seguridade social. E também no plano internacional com a conferência de Bretton Woods (1944)[16] que definiu os termos de uma nova ordem mundial para gerir as fortes instabilidades econômicas e promover o comércio

[16] Realizada em julho de 1944, na cidade norte-americana de Bretton Woods, no estado de New Hampshire, contou com a participação de 44 países (representados por 730 delegados) e resultou no Acordo de Bretton Woods, motivado por razões políticas e econômicas que remetiam as primeiras décadas do século XX, a saber: a desorganização e desestabilização do sistema monetário e financeiro internacional e a Grande Depressão da década de 1930. O referido acordo estruturou um *conjunto de regras* para os regimes cambiais dos países signatários (o padrão dólar-ouro estabelecia a conversibilidade do dólar em ouro numa paridade fixa e consolidava a centralidade da moeda norte-americana no plano econômico e político internacional) e de *instituições* (centrada no Fundo Monetário Internacional, originalmente criado para financiar os países com sérios déficits no balanço de pagamentos), os quais regularam as relações monetárias e financeiras entre os países mais industrializados do mundo, entre 1944 e 1971. A implementação e o funcionamento do referido Acordo foram assegurados, em grande medida, pelo Plano Marshall (1948-1951), criando as condições necessárias para o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social e implementação da relação salarial fordista na Europa. Foram essas as bases do período entre 1945 e 1975, conhecido como a "era de ouro" da economia norte-americana, marcado pela expansão do produto, do comércio mundial e de estabilidade financeira, com taxas de inflação controladas. Contudo, a partir da década de 1970, a desaceleração das principais economias do mundo – com retração das taxas de crescimento do produto, da produtividade e dos lucros, aceleração da inflação e aumento do desemprego – sinalizava a insustentabilidade da ordem monetária e financeira internacional forjada no Acordo de Bretton Woods, cuja manifestação mais significativa do acirramento dos problemas econômicos mundiais foi a abolição, em 1971, do padrão dólar-ouro – a base do regime monetário e financeiro internacional fundado em 1944 (COMBAT, 2019).

internacional, estando entre os termos a criação de organismos multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Fontes (2010) ressalta que a criação dessas instâncias internacionais de gestão intercapitalista deriva do desmantelamento da dominação colonial direta e visou consolidar uma rede de fomento a uma nova escala de acumulação e centralização de capitais, com intervenção em diferentes partes do mundo. Tomando por base o pensamento de Gramsci, a autora sinaliza que na relação ampliada entre Estado e sociedade civil no imperialismo, os "aparelhos privados de hegemonia" influenciaram as instâncias estatais, buscando ocupá-los, e o Estado reforçou os aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil, compondo, assim, uma estratégia para organizar e produzir vontades coletivas de aceitação da dominação burguesa, mesmo com os infortúnios de suas contradições sociais.

No tocante às mudanças na estrutura produtiva, o pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado pela disseminação dos princípios tayloristas que aqui são tratados como parte do fordismo (separação entre as tarefas de concepção e execução do trabalho, além de parcelização das atividades) e aqueles propriamente fordistas (compreende a mecanização do processo de trabalho, com um sistema de máquinas que dá unidade ao processo de trabalho parcelado pelo princípio taylorista) de organização do trabalho. O fordismo envolveu ainda atenção à demanda por mercadorias, por isso o desemprego e o salário eram quesitos relativamente importantes na *mesa política*, além das políticas sociais suprirem parte das necessidades reprodutivas como "salário indireto", por meio de tributação coletiva, inclusive, dos próprios trabalhadores (BONENTE, 2016).

Os aumentos de produtividade foram acompanhados pela expansão da economia – cuja velocidade foi suficiente para aumentar o nível de emprego nos países centrais e em parte da "periferia" do sistema capitalista – e por contínuos aumentos salariais que acarretaram melhoria nas condições de vida dos trabalhadores e a ampliação do seu poder de compra, garantindo que a produção em massa fosse seguida por um consumo em massa (BONENTE, 2016).

Mandel (1982) ao analisar as relações de produção e troca entre os países imperialistas e os dependentes no período, ressalta que o capital se voltou para a produção de matérias-primas, deslocando-a em escala maciça dos países dependentes para os países centrais. Na base dessa mudança estava o risco menor em usar maquinário dispendioso nesses países do que investi-lo nos países estrangeiros e a queda dos custos salariais da força de trabalho nos países centrais, tornando menos atraente o uso da força de trabalho barata dos países dependentes.

> A partir dos anos 30, e particularmente na década de 40 do presente século [XX], essa penetração maciça na esfera das matérias-primas conduziu (exatamente como se passara no último quarto do século XIX) a uma revolução fundamental na tecnologia, organização do trabalho e relações de produção. [...] Isso representou o desaparecimento, entretanto, de um dos motivos mais importantes para a tradicional concentração da produção de matérias-primas nas regiões subdesenvolvidas. Nesse momento havia menos risco em utilizar maquinaria dispendiosa nos centros metropolitanos do que no estrangeiro, e a participação decrescente dos custos salariais no valor total das mercadorias de material bruto tornava menos atraente do que antes a utilização da força de trabalho barata das colônias, em lugar de seu equivalente, mais caro, dos países metropolitanos. A produção de matérias-primas foi portanto deslocada em escala maciça para essas regiões (borracha sintética, fibras sintéticas); nos casos em que, por motivos de ordem física, isso não foi imediatamente possível (por exemplo na indústria petrolífera), verificou-se uma pressão crescente para a preparação desse deslocamento a longo prazo. Naturalmente, tal preparo já está começando a dar frutos (as enormes despesas com a prospecção de petróleo na Europa ocidental e no mar do Norte e a busca de gás natural na Europa), e é acompanhado por um refinamento contínuo das técnicas de produção (MANDEL, 1982, p.41-42).

A essa mudança, segundo o referido autor, somou-se outra. O capital monopolista internacional passou a se interessar pela produção de bens acabados nos países subdesenvolvidos, não só pela possibilidade de vendê-los localmente a preços de monopólio, mas fundamentalmente, para exportar máquinas que, juntamente com veículos e bens de capital, compunha o novo padrão das indústrias de exportação dos países cêntricos após a Grande Depressão de 1929.

Essas alterações significam, segundo o referido autor, uma mudança nas formas de justaposição do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Sinalizam para o surgimento de novos níveis diferenciais de acumulação de capital, produtividade e produção de mais-valor. Sobre as diferenças nos níveis de acumulação de capital, ele ressalta que se acentuaram nessa fase, em virtude do declínio do mercado para as matérias-primas dos países subdesenvolvidos e da incapacidade desses de acompanhar o ritmo de crescimento dos países industrializados.

O desenvolvimento exacerbado do capital nesse período acentuou, entretanto, suas contradições, desencadeando uma estagnação econômica – sinalizada pela crise do modelo de acumulação fordista expressa, entre outros aspectos, no excesso de fundos com ausência de áreas produtivas para investimentos e na crise fiscal do Estado – e o acirramento da luta de classes, culminando em uma nova crise do capital que se inicia na década de 1970 e se estende aos dias atuais. Contudo, não se trata de uma crise de superacumulação (superprodução acompanhada de subconsumo), mas sim, segundo Mészáros (2002, p.697), de um "*continnum depressivo,* que exibe as características de uma crise cumulativa, endêmica, mais ou menos permanente e crônica, com a perspectiva última de uma crise estrutural", cuja novidade histórica se manifesta em quatro aspectos principais:

> (1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram as outras crises no passado); (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na "administração da crise" e no "deslocamento" mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (IBIDEM, p.796).

Trata-se de uma crise estrutural de lucratividade – crise de produção e realização do valor – na qual a massa crescente de capital-dinheiro acumulada pelas corporações monopolistas encontra cada vez menos possibilidades de rentabilidade adequada. Por trás disso está, conforme já mencionado, o aumento da composição do capital que ao ampliar o capital constante em detrimento do capital variável, reduz a produção de valor e aumenta o capital total empregado, acarretando a queda da taxa de lucro. Vale lembrar que o lucro é o fator que viabiliza o investimento produtivo, assim, sua redução contribui para, dentre outras consequências, o aumento da especulação financeira – como será visto a seguir –, menos investimentos no setor produtivo e, logo, menos emprego e renda do trabalho, aumentando a desigualdade social (ALVES, 2018).

Segundo o autor, frente à dificuldade de lucro na economia real, as economias capitalistas centrais elevam a dominância do capital financeiro viabilizada na fase imperialista, optando por realizar um deslocamento de capital para a especulação financeira (ações, títulos de dívida pública e fundos de pensão/aposentadoria) – um movimento de deslocamento de contradições, que em parte não cria valor efetivo para contornar o problema da valorização, como são os casos das bolhas de financiamento imobiliário (2008) e a mobilidade dos preços das ações das empresas no mercado – ao invés de realizar a destruição de valor para eliminar a superacumulação e, com isso, viabilizar um novo ciclo de acumulação de capital; e, em outra parte, essa especulação passa a orientar o processo produtivo requerendo enxugamento reiterado dos custos produtivos por meio de reengenharias, automação, terceirização e desvalorização da força de trabalho. Estabeleceu-se, assim, sob a hegemonia do capital financeiro, a chamada financeirização da riqueza capitalista e com ela, segundo Carcanholo (2009), a etapa especulativa e parasitária do capitalismo.

> E, de fato, o capital "financeiro", de certa maneira, foi capaz dessa proeza. Do final da década de 1970 para cá, não só dominou o cenário capitalista, como superou os

> investimentos produtivos no que se refere à capacidade de *apropriação* de lucros. O capital se lançou freneticamente na especulação e encontrou aí o remédio para a baixa rentabilidade que foi forçado a suportar durante a década de 1970. Assim, a especulação não foi um desvio do sistema, um defeito seu, mas uma tentativa de solução, um remédio para sua enfermidade estrutural: a tendência à queda da taxa de lucro (CARCANHOLO, 2009, p.49-50).

Além da financeirização, para se contrapor à crise estrutural de lucratividade, o capital, sob o comando do capital financeiro, impulsionou um movimento de contenção à queda da taxa de lucro, baseado na elevação do grau de exploração do trabalho e no crescimento do comércio global (ALVES, 2018). Para tanto, reorganizou novamente suas esferas econômica, política e ideológica, e, com isso, demarcou alterações significativas no capitalismo tardio (MANDEL, 1982), caracterizando uma nova fase no desenvolvimento do capitalismo imperialista, nomeada nesta pesquisa como *imperialismo neoliberal*.

No plano político-ideológico tem-se o declínio do keynesianismo e a ascensão do neoliberalismo para viabilizar as condições de lucratividade interna e externa, por meio de políticas de ajustes para redução dos gastos sociais do Estado em favor do pagamento de suas dívidas interna e externa, privatizações, externalização de suas obrigações por meio de privatizações e desregulamentação do mercado e dos direitos sociais, sinalizando para uma contrarreforma[17] do Estado.

Nesse contexto, estrutura-se também uma nova fase do intercâmbio mercantil do capitalismo que ficou conhecido como mundialização para o que foram fundamentais a queda de barreiras aos negócios por meio da liberalização dos mercados e o avanço tecnológico da microeletrônica instrumentalizando a compressão espaço-tempo em escala mundial.

Embora o programa neoliberal tenha sido experimentado ainda na década de 1970 em países latino-americanos, sua consagração no cenário do comando internacional do capital veio apenas na década de 1980. Para isso, contribuíram, segundo Bonente (2016), pelo menos três eventos: o fim do "socialismo real", que abria um novo campo para expansão da doutrina neoliberal e criava a percepção do triunfo do capitalismo sobre qualquer possibilidade de um projeto alternativo de sociedade; a eleição de governos (nos Estados Unidos e Inglaterra)

[17] De acordo com Coutinho (2012), inspirado em Gramsci, a palavra "reforma" apresenta na linguagem política uma conotação claramente progressista e até mesmo de esquerda, tendo em vista que sempre foi organicamente atrelada às lutas das classes subalternas para transformar a sociedade. No contexto atual, as "reformas" presentes nas agendas políticas de governos neoliberais tanto de países capitalistas centrais quanto de periféricos, visam eliminar direitos sociais, desconstruir e negar as reformas anteriormente conquistadas pelas classes subalternas, de forma a restaurar as condições próprias de um capitalismo predatório e sem limites, caracterizando-se por isso, não como uma "reforma", mas como uma "contrarreforma".

empenhados em efetivar o programa neoliberal; a realização do Consenso de Washington[18] e o atrelamento do socorro financeiro dos organismos financeiros multilaterais à aplicação das reformas pró-mercado, ampliando o poder de expansão do receituário neoliberal na América Latina e no continente africano.

Para Alves (2018), ocorre no período em questão, a constituição de um *bloco de poder* de novo tipo, no qual as tecnocracias globais (FMI, Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio – OMC), ao organizarem a dominação e hegemonia do capital financeiro sobre as demais frações do capital no mercado global, criam um tipo de "Estado mundial" do capital. Sua atuação, ao mesmo tempo que transcende os limites territoriais do Estado-nação, possui conexões orgânicas com o bloco no poder do capital nas unidades nacionais. Tem-se, portanto, o exercício direto da dominação do capital financeiro, atrelada à totalidade da estrutura econômica e também da superestrutura ideológica, jurídico-política e cultural. A dívida dos países do capitalismo dependente junto ao sistema financeiro internacional foi fundamental para isso, tornando possível a disseminação da agenda neoliberal.

Quanto à reorganização do capital na esfera econômica, é sabido que ocorreu uma reestruturação produtiva típica. Com uma capacidade de capital excedente inutilizável, as corporações entram num novo período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho, passando a compor no primeiro plano das suas estratégias: a mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas com menor organização sindical e controle mais fácil sobre a força de trabalho, além de outras funções e medidas para acelerar o tempo de giro do capital – entre as quais a externalização de elos da cadeia produtiva, provocando a subcontratação de empresas, o que ficou conhecido por horizontalização da produção. As mudanças operadas sinalizam a transformação do padrão de acumulação fordista para um padrão de acumulação flexível que, conforme Harvey (1994, p.10), "se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo".

As consequências do novo padrão de acumulação são socialmente expressivas. Além do aprofundamento da mercadorização da reprodução social em diferentes espacialidades, são criadas as condições que limitam ainda mais o acesso a trabalho e a renda para subsistência. Ou

[18]Nesse evento realizado em 1990, se destacou a lista de dez instrumentos de uma política econômica para a saúde econômica dos países em desenvolvimento, elaborada pelo economista John Williamson. O conjunto de medidas incluía: 1) disciplina fiscal; 2) redução dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) determinação de juros pelo mercado; 5) câmbio dependente igualmente do mercado; 6) liberalização do comércio; 7) eliminação de restrições para o investimento estrangeiro direto; 8) privatização das empresas estatais; 9) desregulamentação (das leis econômicas e do trabalho); 10) respeito e acesso regulamentado à propriedade intelectual (BONENTE, 2016).

seja, há a ampliação da *vida vivida* por meio do mercado e ao mesmo tempo a restrição do emprego e da renda, sendo o trabalho o meio *dos despossuídos* obterem dinheiro para trocar no mercado. O desemprego estrutural ganha proporções alarmantes, proveniente da expansão do uso de novas tecnologias de informática e automação no interior das indústrias, alijando trabalhadores à condição de supérfluos ou rebaixando as condições sociais da força de trabalho. A estratégia do capital de elevação permanente da produção ao mesmo tempo em que reduz os custos com a força de trabalho provoca insegurança e insuficiência de renda dos trabalhadores. A horizontalização da produção – na qual a empresa base conta com uma série de outras empresas subcontratadas para fornecer produtos e serviços necessários à produção –, cria novos regimes de contratação como trabalho temporário e trabalho subcontratado (terceirizado) (HARVEY, 1994).

Fontes (2010) enfatiza que o capital não só tem mantido as expropriações primárias como tem reforçado as expropriações secundárias que não se referem à perda da propriedade dos meios de produção, mas à imposição de novas condições de trabalho (expropriação contratual com exploração do trabalho desprovido de direitos) e abertura de novos setores para a extração de mais-valor – as expropriações se expandem, dentre outros aspectos da vida social, sobre conhecimentos, biodiversidade, técnicas diversas.

Bonente (2016) ressalta que o uso das políticas neoliberais e das estratégias de reestruturação produtiva criaram as condições para uma combinação particular de extração de mais-valor, somando-se a isso a redução substancial do tempo de rotação do capital, uma das variáveis fundamentais para a lucratividade. Carcanholo (2009), por sua vez, aponta que os lucros fictícios, suficientemente elevados, desde os anos 1990, garantiram junto com a exploração da força de trabalho – facilitada pela expansão do desemprego formal desencadeado com a política neoliberal e a menor expansão do capital produtivo – a rentabilidade satisfatória para o capital. Mas de acordo com Alves (2018), essa recuperação da taxa de lucro ocorrida de 1982 a 1997 nos países mais importantes do capitalismo, mostrou-se inferior às taxas do período anterior à crise estrutural, no chamado *ciclo de ouro* do capitalismo.

Ademais, a recuperação dos lucros não levou à recuperação dos investimentos, pois a desregulamentação criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva, sinalizando para o fracasso do neoliberalismo em reanimar o crescimento do capitalismo mundial (ANDERSON, 1995). A dominância financeira no atual processo de reprodução capitalista é evidenciada, segundo Paulani (2009), pela enorme disparidade entre o crescimento do estoque mundial de ativos financeiros e o crescimento da riqueza real (composta por equipamentos diversos, edificações, tecnologia e tudo aquilo que permite a produção futura

de um fluxo aumentado de bens e serviços). Segundo ela, no período que se estende de 1980 a 2006, a riqueza financeira mundial cresceu 1.292% ou 13,9 vezes, enquanto o PIB mundial cresceu, no mesmo período, 314% ou 4,1 vezes[19].

Fato é que o fetichismo das finanças também repousa sobre a economia de grupos industriais. Considerando que o processo de produção do valor tem sido viabilizado pela valorização puramente financeira dos capitais, pelas fusões e pela reestruturação produtiva – cujas estratégias visam à redução dos custos com a força de trabalho –, acirram-se as contradições capitalistas e com isso, a economia mundial vai sendo empurrada para um processo acumulativo de estagnação (HARVEY, 2000).

A estratégia de produzir lucros fictícios para conter a queda da lucratividade, resolveu apenas momentaneamente, pois com o crescimento do capital fictício surge a necessidade de valorizar um volume de capital cada vez maior, agudizando, assim, a contradição (CARCANHOLO, 2009). Ainda na década de 1980, o capitalismo financeirizado expunha seu "calcanhar de Aquiles": os estouros das bolhas financeiras[20] (ALVES, 2018). Em algum momento, conforme sinaliza Carcanholo (2009), haveria uma explosão dessa lógica e ela se iniciou com a crise imobiliária, das hipotecas *subprime,* nos Estados Unidos em 2007, alastrando-se nos anos seguintes[21].

Alves (2018) aponta que frente a essa crise financeira – imediatamente percebida como a mais grave desde 1929[22], tendo em vista a possibilidade de se converter em uma crise sistêmica capaz de interromper a cadeia de pagamentos da economia global e assim, vir a atingir

[19] A título informativo, vale trazer os dados levantados por Brettas (2013) na sua pesquisa de tese. Diz ela que enquanto o PIB mundial passou de algo em torno de US$ 10 trilhões em 1980 para US$ 48 trilhões em 2008, os ativos financeiros negociados passaram de US$ 12 para US$ 167 trilhões aproximadamente. Os valores fictícios passaram de 120% para 348% da riqueza de todas as nações juntas.

[20] As crises financeiras têm sido recorrentes no imperialismo neoliberal. Tomando por base o final do século XX e o início do século XXI, Alves (2018) aponta que a primeira crise financeira ocorreu em 1987 e gerou impactos irrecuperáveis na economia japonesa. Em 1994, ocorreu a crise financeira no México, às vésperas da implantação do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio – NAFTA. Depois ocorreram crises: em 1997-1998 em vários países da Ásia; em 1998 na Rússia; em 1999 no Brasil; em 2001 nos Estados Unidos; em 2007, novamente nos Estados Unidos. Desse último episódio ainda se vive as consequências mais nefastas com relativa recuperação da China e da Alemanha, sem recompor os índices do período anterior.

[21] A crise do *subprime*, foi uma crise financeira desencadeada em 24 de julho de 2007 com a queda do índice *Dow Jones*, motivada pela concessão de empréstimos hipotecários de alto risco – as famílias americanas vinham se endividando desde a década de 1990, de forma que em 2003, esgotados os clientes tradicionais, o crédito foi facilitado para família e indivíduos sem histórico de crédito ou com histórico ruim (sem renda), criando dívidas que só eram honradas mediante sucessivas "rolagens". Como estratégia de securitização desses empréstimos (hipotecas *subprime*) de difícil liquidez, os bancos americanos credores, com o aval das agências internacionais de classificação de risco – que até então tinha renome inquestionável –, os transformaram em títulos confiáveis que passaram a ser negociados no mercado financeiro internacional, provocando o alastramento da crise para os principais bancos do mundo (ALVES, 2018).

[22] Como mencionado antes, as crises são imanentes às contradições do capitalismo e segundo Alves (2018), houve três longas depressões ao longo da história: a primeira no século XIX (1873-1898), a segunda no século XX (1929-1940) e a terceira no século XXI (2008 aos dias atuais).

todos os setores econômicos –, o capital financeiro, demonstrando sua capacidade hegemônica e seu enraizamento no sistema institucional-político do capitalismo global, articulou de imediato uma saída política.

Nessa "saída", os Bancos Centrais dos Estados Unidos e da União Europeia precisaram gastar trilhões de dólares para salvar os bancos debilitados pelo estouro da bolha financeira do *subprime*, ao mesmo tempo em que os governos liberaram pacotes de bilhões de dólares para ajudar empresas privadas, disponibilizar créditos para investidores e consumidores, cortar impostos e investir em infraestrutura. A sangria do fundo público nessas nações em 2008 foi, portanto, imensa e continuou a ocorrer nos anos seguintes[23] (ALVES, 2018). A economia internacional, de fato foi atingida de algum modo, inclusive o Brasil por conta da queda da demanda e dos preços de *commodities*, mesmo que três anos depois da "explosão".

Para Carcanholo (2009), a função dessa crise era, e continua a ser, destruir capital fictício para restabelecer certa proporcionalidade entre esse e o capital produtivo, de forma a favorecer um funcionamento mais articulado do sistema capitalista. Como "preço a ser pago pela orgia financeira" dos anos anteriores (2002-2007) – ou seja, enquanto resultado da financeirização articulada como "saída" para a crise estrutural do capital –, a crise iniciada em 2007 constitui, para o referido autor, apenas o princípio do processo de colapso dessa etapa especulativa e parasitária do capitalismo. Nesse sentido, a ação dos governos foi na contramão, pois não deixou essa riqueza perecer, retirando capital fictício do mercado e o recriando-o via crescimento da dívida pública, o que apenas reduziu temporariamente sua profundidade e distribuiu seus custos com os trabalhadores, que em nada se beneficiaram do processo.

> À medida que esses governos ampliaram as condições de crédito, compraram títulos podres, compraram ações das empresas produtivas e financeiras em risco de quebra, retiraram das mãos dessas empresas aquele capital fictício que estava sendo desvalorizado ou que simplesmente se destruía. Aquilo que já era fumaça, pura ficção, voltou a ser realidade, pelo menos parcialmente pela ação desses governos. Eles, apoiando-as, retiraram por um lado capital fictício do mercado, mas voltaram a recriá-lo, por outro, uma vez que esse apoio esteve baseado em crescimento da dívida pública. Atenua, mas não resolve, pois o capital fictício sobrevive em grande medida. Isso significa que a verdadeira crise, capaz de substituir a atual lógica do capitalismo, prossegue e deve prosseguir por muito tempo (IBIDEM, p.54).

[23] As ações planejadas até novembro de 2008, totalizaram mais de cinco (5) trilhões de dólares. Só nos EUA, o plano de ajuda ao sistema financeiro anunciado em 2008, ultrapassou US$ 2,6 trilhão. Na Inglaterra, no mesmo ano, os gastos chegaram a US$ 1 trilhão e na Alemanha alcançou 500 bilhões de euros. Em 2012, com o calote da Grécia, ocorreu outra onda de socorro que ultrapassou mais de US$ 22 bilhões para quatro instituições financeiras gregas e US$ 48 bilhões para outros quatro bancos, dessa vez na Espanha. O custo da crise para o orçamento público se evidencia no crescimento da dívida pública que só nos EUA subiu cerca de 20% em relação ao PIB (ALVES, 2018).

Alves (2018) ressalta que, como desdobramento da crise das hipotecas, no início da década de 2010, o capital financeiro desencadeou uma nova ofensiva neoliberal. Por um lado, visando promover um reposicionamento geopolítico do imperialismo neoliberal, frente ao novo polo de disputa entre modelos de desenvolvimento capitalista no século XXI – representado pela China. Por outro, buscando repor e afirmar a hegemonia das frações rentistas-parasitárias do capital, utilizando-se, para isso, de programas de austeridade – a serem aplicados na ala endividada da União Europeia e da América Latina – que, por sua vez, impõem o repasse para a classe trabalhadora, traduzindo o custo da crise de 2008 no orçamento público e no desmonte dos direitos do trabalho. Ademais, para o autor, a solução adotada explicita as diferenças significativas no modo de responder às duas crises capitalistas (1929 e a de 2008-2009):

> Em 1929, o capital financeiro *não* conseguiu impor sua agenda política de saída para a crise da economia mundial. Pelo contrário, a crise de hegemonia financeira ocorrida em 1929 abriu espaço para a nova hegemonia do *capital produtivo*, fração do capital que, nas condições da luta de classes da década de 1930 e no pós-guerra, lastreou o compromisso fordista-keynesiano. Portanto, a crise financeira de 2008-2009 demonstrou a notável capacidade hegemônica do capital especulativo-parasitário em indicar a "saída" política para a crise de acordo com seus interesses de classe: primeiro, *sugando* recursos do Fundo Público para salvar os bancos e empresas; e depois, adotando políticas neoliberais visando socializar os prejuízos e equilibrar o orçamento público às custas dos direitos trabalhistas, previdenciário e sociais do mundo do trabalho, repondo, deste modo, num patamar superior, suas condições de dominação política e social (ALVES, 2018, p.92-93).

Ainda assim, a mobilização de contratendências para resgatar o patamar de lucratividade após essa grande recessão de 2008-2009 não tem obtido sucesso, persistindo ciclos de recessão e crescimento frágil e insustentável, com taxas de lucratividade inferiores às que existiam antes, inclusive, do advento da crise estrutural na década de 1970[24] (ALVES, 2018).

[24] Essas afirmações são corroboradas pelos dados do PIB das economias capitalistas centrais, referentes ao período anterior e posterior a crise do capital iniciada na década de 1970, conforme coletado e sistematizado por Barbosa (2018) a partir do relatório do Banco Mundial intitulado "Datos sobre las cuentas nacionales del Banco Mundial y archivos de datos sobre cuentas nacionales de la OCDE": "os EUA no período de 1961 a 2016 tem um gráfico do PIB de muitos altos e baixos, partindo de um índice de 2,3 em 1961; -0,19 em 1975; -1,91 em 1982; 0,97 em 2001; -2,77 em 2009; e 1,5 em 2016. A Alemanha fechou o ano de 2016 com 1,9 de PIB, mas em 1971 o índice era de 3,1, sendo que há uma queda vertiginosa a partir de 1975, nos seguintes termos: 1975 -0,86; 1982 -0,39; 1993 -0, 56; 2009 -5,61. O Japão tinha um PIB de 12,04 em 1961, mas em 1970 era de -1,02, alcançando relativo crescimento entre os anos de 1980 e 1990, na casa dos 3,3, chegando a 2009 com -5,41, revertido em 2016 para 1,03" (BARBOSA, 2018, p.249). O PIB mundial, segundo a autora, apresentou movimentação semelhante, passando de um índice de 6,6 em 1961 para 0,77 em 1975, 1,43 em 1991 e -1,73 em 2009. Nos dois últimos anos (2017-2018), houve uma melhora em relação ao período pós-crise de 2008: o PIB mundial alcançou um índice de 3,7 em 2018, ao passo que os EUA fecharam o ano com 2,9 de PIB, a Alemanha com 1,5 e o Japão com 0,7 – dados coletados do IPEA (2018) e da matéria "PIB do Brasil em 2018 fica em 40º em ranking com 42 países" disponível no endereço: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/28/pib-do-brasil-em-2018-fica-em-40o-em-ranking-com-42-paises.ghtml>. Acesso em: 01 ago. 2019.

A queda da taxa de lucro decorrente da elevação da composição do capital constante provoca – como já mencionado – declínio do investimento produtivo e, consequentemente, a queda do emprego e da renda do trabalho, o aumento da especulação financeira, da desigualdade social e o crescente endividamento de empresas, governos e famílias. A financeirização da riqueza capitalista deve ser compreendida, portanto, como "um processo econômico e social que muda o comportamento do capital industrial, dos bancos, do Estado (em seus diferentes poderes) e dos trabalhadores e suas práticas sociais" (BARBOSA, 2018, p.254).

Indicadores econômicos e sociais corroboram com essas afirmações. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) [25] estima uma estabilidade da taxa de desemprego no mundo em 2018, algo em torno de 5,5% – cerca de 192,3 milhões de pessoas em busca de uma ocupação, que é, sem dúvida, um número absoluto dramático. Essa estabilização acompanha a manutenção de um mesmo percentual de crescimento econômico – que nos últimos anos manteve-se inferior a 4% – e está relacionado ao crescimento dos postos de trabalho precários[26].

Os dados da referida instituição[27] sobre a precarização do trabalho revelam que mais de 61% da população empregada no mundo em 2018 – cerca de 02 bilhões de pessoas – estava na economia informal. Desse total, 360 milhões trabalhavam em empresas familiares e 1,1 bilhão por conta própria[28]. Ademais, os dados também colocam em evidência a desigualdade do desenvolvimento capitalista entre os países, tendo em vista que 93% do trabalho informal do mundo situam-se nos países de capitalismo dependente: 85,8% do trabalho na África é informal; na Ásia e no Pacífico a proporção é de 68,2%; nos Estados Árabes corresponde a 68,6%; nas Américas está em 40%; enquanto na Europa e Ásia Central situa-se um pouco acima de 25%.

Portanto, segundo a OIT, se por um lado, o desemprego estabilizou-se em 2018 – o que apenas significa que retornou aos níveis vistos antes da crise financeira de 2008 – por outro, as condições de trabalho não melhoraram. Mais de 3,3 bilhões de pessoas empregadas no mundo

---

[25] Dados do relatório "Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo: Tendências 2018", coletados da matéria "OIT: desemprego e déficits de trabalho decente continuarão altos em 2018". Disponível no site da OIT Brasília: <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_615927/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 08 dez. 2018.

[26] Conforme a matéria "OIT alerta para precarização do emprego em nível mundial" do Jornal *El País*, os postos de trabalho precários para a OIT referem-se aqueles com contratos temporários de curta duração – contempla os empregos baseados em projeto ou tarefa de duração limitada e, também, o trabalho intermitente que envolve um número fixo de horas, dias ou semanas. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/13/economia/1550088419_496910.html>. Acesso em: 01 jun. 2020.

[27] Dados do relatório "Mulheres e homens na economia informal: uma foto estatística", coletados da matéria "Quase dois terços da força de trabalho global estão na economia informal, diz estudo da ONU". Disponível no site das Nações Unidas no Brasil (ONUBR): <https://nacoesunidas.org/quase-dois-tercos-da-forca-de-trabalho-global-estao-na-economia-informal-estudo-da-onu/>. Acesso em: 08 dez. 2018.

[28] Dados do relatório "Tendências do Emprego Global 2019", coletados da matéria "OIT: desemprego cai no mundo, mas condições de trabalho não melhoram". Disponível no site Nações Unidas no Brasil (ONUBR): <https://nacoesunidas.org/oit-desemprego-cai-no-mundo-mas-condicoes-de-trabalho-nao-melhoram/>. Acesso em: 01 ago. 2019.

no referido ano, não tinha, níveis adequados de segurança econômica, bem-estar material ou oportunidade de mobilidade social. Desse total, mais de 700 milhões de pessoas estão vivendo na extrema ou moderada pobreza, apesar de terem emprego, revelando, assim, que ser empregado assalariado não é garantia de condições adequadas de vida.

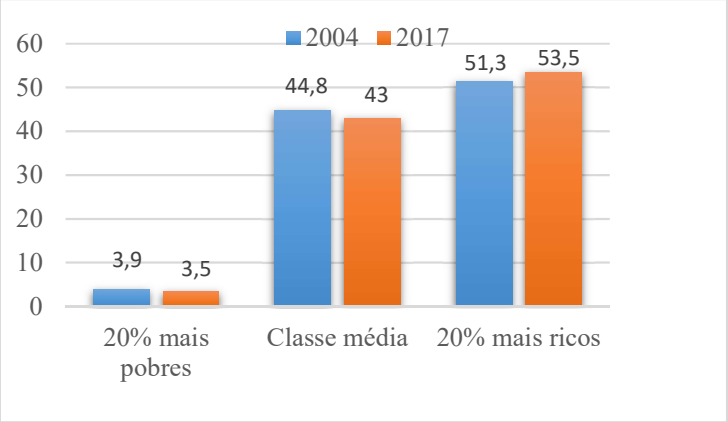
Por trás dessa realidade, conforme sugerem os dados da OIT referentes ao ano de 2017[29], está a manutenção de altos níveis de desigualdade de renda, resultante da forte concentração da renda do trabalho no mundo – essa vem apresentando queda de participação na renda total gerada, caindo de 53,7% em 2004 para 51,4% em 2017, ao passo que a renda do capital apresentou aumento nos últimos anos, alcançando 48,6% em 2017[30]. Segundo os dados consultados, os 10% com maior renda continuam recebendo quase 50% de toda a renda do trabalho – tomando como referência o contexto mundial a OIT diz que um trabalhador desse grupo, recebeu em média US$ 7.445 por mês em 2017 –, enquanto os 50% mais pobres receberam apenas 6,4% dessa renda – a renda mensal nesse grupo foi de US$ 198. Esses dados confirmam a interpretação de Harvey (1994) sobre a maior heterogeneidade e polarização da qualidade do emprego e renda dos trabalhadores a partir da reestruturação flexível do capital, posteriormente aos anos de 1970.

Divididos os assalariados em três grupos, entre salários baixos, médios e altos, apenas os trabalhadores com salários mais altos tiveram melhora de sua situação no período de 2004 a 2017, ao passo que os trabalhadores dos outros dois grupos registraram redução no poder de compra. Enquanto a participação dos 20% com maior renda aumentou de 51,3% para 53,5%, a participação da classe média (que inclui aproximadamente 60% dos trabalhadores) diminuiu de 44,8% para 43% e a dos 20% mais pobres (um total de 650 milhões de trabalhadores que ganham menos de 1% da renda total do trabalho) diminuiu de 3,9% para 3,5%.

[29] Dados coletados da matéria "10% mais ricos recebem quase 50% da renda do trabalho no mundo, diz OIT". Disponível no endereço: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/07/04/10percent-mais-ricos-recebem-quase-50percent-da-renda-do-trabalho-no-mundo-diz-oit.ghtml>. Acesso em: 01 ago. 2019.

[30] Dados coletados da matéria "OIT mostra que apenas 10% dos trabalhadores recebem quase metade do salário global". Disponível no endereço da ONU News: <https://news.un.org/pt/story/2019/07/1679002>. Acesso em: 01 ago. 2019.

Gráfico 1 – Percentual de participação de grupos de trabalhadores na renda do trabalho no mundo – 2004/2017



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da OIT, 2020.

Ademais, os dados da OIT revelam que os países dependentes tendem a apresentar níveis bem mais altos de desigualdade salarial, exacerbando ainda mais as dificuldades enfrentadas pela parcela mais vulnerável da população. Por exemplo, comparando a África Subsaariana e a União Européia, verifica-se que, na primeira região, metade dos trabalhadores que ganham menos recebe somente 3,3% da renda do trabalho, enquanto na última, o mesmo grupo recebe 22,9% da renda total do trabalho.

Outros aspectos levantados pela OIT no relatório "Tendências do Emprego Global 2019" são: o impacto negativo de alguns negócios impulsionados por novas tecnologias, sobre as conquistas sociais obtidas nas últimas décadas, em razão da extinção de postos de trabalho e da criação de negócios baseados na precarização do trabalho (como a economia mediada por aplicativos); a falta de progresso na redução das desigualdades de gênero no trabalho, pois apenas 48% das mulheres trabalham frente a 75% de homens, sendo esse um problema mundial, embora as desigualdades sejam mais fortes nos Estados Árabes, no norte da África e no Sudeste da Ásia; por fim, relaciona ainda o aprofundamento desse quadro para as futuras gerações na medida em que uma em cada cinco pessoas com menos de 25 anos não estar empregada, não estudar ou estar sob treinamento.

Quanto ao endividamento do setor não financeiro global (que inclui governo, empresas e famílias), houve a transição de 200% para 250% do PIB mundial, entre 2008 e 2018, segundo aponta o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2018). Por outro lado, segundo

dados do FMI [31] – baseados em um levantamento que considera os dados de 190 países e que contém informações desde 1950 – o valor da dívida global alcançou em 2017 o recorde de US$ 184 trilhões – o equivalente a US$ 86.000 por pessoa – sendo que Estados Unidos, Japão e China – os três principais tomadores de empréstimo no mundo – respondem por mais da metade da dívida global.

No que se refere à dívida pública, enquanto nos países cêntricos ela equivale a 105% do PIB em média – mais de um terço desses países devem o equivalente a 85% do tamanho de sua economia –, nos países dependentes a proporção já é de 50%[32]. À elevada dívida pública soma-se o endividamento privado (famílias e empresas privadas), o qual dobrou em uma década (2008-2018) e já alcança 120% do PIB mundial. No caso do endividamento dos trabalhadores, Barbosa (2018) ressalta que a ampliação do crédito – estratégia para escoar a produção e assim, concretizar o ciclo de valorização do valor – no contexto histórico marcado pela redução do salário, emprego e, também, dos serviços sociais prestados pelo Estado – dentre os quais estão saúde, educação, moradia e previdência –, tem comprometido a renda familiar com ativos financeiros (como fundos de pensão) e empréstimos, cujos juros bancários operam uma expropriação financeira. Alves (2018) também apresenta essa visão:

> Na verdade, desde o fim da década de 1990, a lei tendencial de queda da taxa de lucro começou a operar outra vez, criando as condições para a Grande Recessão de 2008-2009 e a longa depressão do século XXI onde estamos inseridos. [...] com o *big bang* da desregulamentação financeira [ocorrido na década de 1980], disseminaram-se inovações em produtos financeiros visando a absorção da massa de capital-dinheiro à disposição da valorização do valor (a superprodução do capital-dinheiro). Ao lado da superprodução de capital-dinheiro, operou a tendência de subconsumo, tendo em vista a precarização salarial e queda do salário real dos trabalhadores. Para se contrapor a isso, incrementou-se os mecanismos de créditos para financiar o consumo das famílias. Portanto, a crise crônica de subconsumo reforçada pela precarização estrutural do trabalho, incrementaram os mecanismos de crédito e valorização financeira, criando a rentabilidade espúria proveniente do domínio da especulação parasitária sob o comando do capital financeiro, operando no plano do mercado global (IBIDEM, p. 100-101).

Ao crescimento frágil e insustentável (ALVES, 2018) soma-se, portanto, um esgotamento das estratégias de contratendência utilizadas na crise financeira de 2007-2008, expresso, dentre outros aspectos, no elevado nível de endividamento do setor não financeiro em escala global. Em decorrência, acentua-se a preocupação de que a desaceleração da economia,

---

[31] Dados coletados da matéria "Dívida global bate recorde em 2017 ao atingir US$ 184 trilhões, diz FMI" do Jornal *O Globo*. Disponível no endereço: < https://oglobo.globo.com/economia/divida-global-bate-recorde-em-2017-ao-atingir-us-184-trilhoes-diz-fmi-23303531>. Acesso em: 01 ago. 2019.

[32] Dados coletados da matéria "Bomba da dívida mundial ameaça explodir" do Jornal *El País*. Disponível no endereço: < https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/08/economia/1528478931_493457.html>. Acesso em: 01 ago. 2019.

vista como uma forte possibilidade para os próximos anos, se transforme em recessão (IPEA, 2018). Considerando as análises dos autores discutidos, entende-se que tal recessão expressará a retomada do processo de colapso da financeirização – atual etapa especulativa e parasitária do capitalismo – iniciado em 2007 e, também, a continuidade da crise estrutural de lucratividade iniciada na década de 1970, para a qual a financeirização foi articulada como "saída".

Em suma, a crise financeira oculta a crise estrutural de lucratividade resultante do aumento da composição do capital – o desenvolvimento das forças produtivas, expresso no aumento do capital constante em relação ao capital variável, ao mesmo tempo em que possibilita a ampliação do tempo de trabalho não pago também reduz o número de trabalhadores no processo produtivo e, consequentemente, a massa de mais-valor em relação ao capital total empregado. A consequente queda da taxa de lucro e as ações contratendenciais usadas para compensá-la, agravam a questão social inerente à forma social do capital, acentuando suas formas de expressão e/ou criando novas manifestações, estando essas, portanto, intimamente ligadas ao desenvolvimento capitalista em sua busca pela valorização do valor.

> A *questão social* que decorre do desenvolvimento do capital e das relações capital/trabalho precisa ser compreendida no centro do processo de realização do valor porque assim será possível refletir sobre os limites da engrenagem sistêmica do capital. A redução da massa de valor, decorrente da diminuição do trabalho vivo pela inovação tecnológica, assim como a queda do investimento produtivo ou a preponderância da rentabilidade através das bolhas financeiras, fazem jorrar recursos sociais aos montes, mas sem respectivo rastro produtivo de valor na economia real. Esse processo não é contornável nas estruturas do metabolismo do capital. Por isso, é importante dar centralidade à compreensão da dominação abstrata, com a generalização dos processos sociais que tornam todos dependentes e reprodutores do *fetiche* da mercadoria, operando a viabilização do valor (BARBOSA, 2018, p.255).

A crise estrutural não apenas repercute sobre a questão social nas diversas formações sociais, ela o faz de formas distintas, dado que o desenvolvimento capitalista ocorre, como já assinalado, de maneira desigual e combinada. Enquanto nos países de capitalismo dependente os grandes dilemas da superpopulação relativa – como o desemprego, a informalidade e a pobreza – produzidos pela acumulação capitalista já estavam fortemente presentes, antes mesmo da crise estrutural iniciada na década de 1970, nos países de capitalismo central essa sorte dos trabalhadores ganha maior proeminência, com o neoliberalismo e seus desdobramentos na organização produtiva e no Estado; afinal, até então, a questão social fora sombreada pelas potentes políticas sociais, da concertação fordista-keynesiana (PASTORINI, 2004; SANTOS, 2012; BARBOSA, 2018).

Essa mudança inclusive favoreceu a emersão de teses – como as de Rosanvallon e Castel – que defendem o surgimento de uma "nova questão social" a partir de meados da década de

1970. Entretanto, não se trata de uma nova questão social, mas do agravamento e/ou surgimento de novas manifestações da mesma questão social – aquela inerente à estrutura do capitalismo, produzida e reproduzida no processo de valorização do valor – ocasionadas pelas mudanças ocorridas no processo de produção do valor e mediadas pelas particularidades das formações sociais (IAMAMOTO, 2001; NETTO, 2001; PASTORINI, 2004; SANTOS, 2012; BARBOSA, 2018).

> [...] a "questão social" assume expressões particulares dependendo das peculiaridades específicas de cada formação social (nível de socialização da política, características históricas, formação econômica, estágios e estratégias do capitalismo) e da forma de inserção de cada país na ordem capitalista mundial. Assim sendo, diremos que a "novidade" hoje reside na forma que ela assume a partir das transformações vividas no mundo capitalista em seu conjunto desde os anos 1980, que produz, além de um aumento da pobreza, uma desestabilização dos trabalhadores outrora estáveis e, em decorrência, uma perda dos padrões de proteção social (PASTORINI, 2004, p.116).

Essa dinâmica do desenvolvimento capitalista é fundamental para levar a frente o objetivo de analisar as particularidades da modernização capitalista do Ceará na cena contemporânea e seus desdobramentos em severas expressões da questão social. Recuperando o que foi discutido neste capítulo, viu-se que o capitalismo é um modo de produção que tem na valorização do valor (transformação de trabalho abstrato em soma crescente de dinheiro) sua finalidade, cujo alcance demanda a expansão do trabalho abstrato – por meio da expropriação dos meios de produção dos trabalhadores, a começar pela terra – e a elevação da produtividade do trabalho – o aumento da composição do capital possibilita a redução do tempo de trabalho socialmente necessário e, consequentemente, amplia o tempo de trabalho excedente ou mais-valor, que nada mais é que o tempo de trabalho pelo qual o trabalhador não é remunerado.

Como resultantes do processo de valorização do valor têm-se a concentração e centralização de capital – criando uma massa de valor crescente a ser valorizada –, bem como a tendência de queda da taxa média de lucro – o aumento da composição do capital traduz-se na ampliação do capital constante em detrimento do capital variável, acarretando a criação de uma superpopulação relativa e a redução do mais-valor em relação ao capital total empregado –, desencadeando crises cíclicas no capitalismo.

Ademais, o referido processo implica, também, a produção e reprodução da desigualdade social inerente – a outra face da propriedade privada dos meios de produção – ao capital, denominada de questão social, na medida em que a produção crescente de riqueza se dá atrelada à produção crescente de miséria e de outras variadas manifestações decorrentes da desigualdade estrutural. Em outras palavras, a questão social compreende o conjunto das

desigualdades produzidas pelo capital em sua busca pela valorização do valor e equacionamento de suas contradições e crises cíclicas.

Foi visto, também, que para preservar a autovalorização, o capital tem historicamente criado configurações históricas e geográficas variadas que conformam estágios distintos no seu processo de desenvolvimento. Ademais, esse processo ocorre de forma desigual e combinada, mesclando elementos modernos e arcaicos, de forma que a reprodução do valor em cada estágio também se apresenta de forma distinta nas diversas formações sociais – dadas as particularidades nelas existentes. Sendo a questão social produto da dinâmica do capital, ela também se apresenta de forma distinta, conforme o estágio do desenvolvimento capitalista e a formação social.

No tocante ao estágio atual de desenvolvimento do capital, o imperialismo neoliberal, tem-se que para fazer frente à crise estrutural de lucratividade – resultante do aumento da composição do capital – iniciada na década de 1970, as economias capitalistas centrais impulsionaram um deslocamento de capital para a esfera financeira e um movimento de contenção à queda da taxa de lucro que, baseado na elevação do grau de exploração do trabalho e no crescimento do comércio global, foi viabilizado pela reestruturação produtiva flexível e o neoliberalismo.

Essas mudanças provocaram sensíveis alterações na dinâmica capitalista mundial – como a financeirização da economia, a elevação do uso da tecnologia no processo de produção, a reorganização da divisão internacional do trabalho, dentre outras – e um agravamento da questão social, acentuando suas formas de expressão e/ou criando novas manifestações – dentre as quais estão o desemprego estrutural, o aumento da informalidade no mercado de trabalho, a queda da renda do trabalho, a acentuação da desigualdade de renda e, consequentemente, da pobreza e o endividamento das famílias.

Esses aportes orientam, portanto, a investigação das especificidades da universalidade do desenvolvimento capitalista no Ceará. Mas, dado o pressuposto de que o capitalismo no Ceará compõe uma totalidade maior, faz-se necessário delinear antes linhas mestras das particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil e em sua região Nordeste, sendo esses os objetivos do próximo capítulo. Ao anteceder com os traços largos da caracterização dos ciclos históricos do sistema do capital e suas forças metabólicas gerais, espera-se ter situado aspectos centrais da dinâmica estrutural em que se insere o complexo Brasil e o complexo Nordeste, ao mesmo tempo particularidades e totalidades da totalidade social maior do capital.

2 PARTICULARIDADES DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL NO BRASIL E NO NORDESTE

Seu doutô os nordestino têm muita gratidão
Pelo auxílio dos sulista nessa seca do sertão
Mas doutô uma esmola a um homem qui é são
Ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão

É por isso que pidimo proteção a vosmicê
Home pur nóis escuído para as rédias do pudê
Pois doutô dos vinte estado temos oito sem chovê
Veja bem, quase a metade do Brasil tá sem cumê

Dê serviço a nosso povo, encha os rio de barrage
Dê cumida a preço bom, não esqueça a açudage
Livre assim nóis da ismola, que no fim dessa estiage
Lhe pagamo inté os juru sem gastar nossa corage

Se o doutô fizer assim salva o povo do sertão
Quando um dia a chuva vim, que riqueza pra nação!
Nunca mais nóis pensa em seca, vai dá tudo nesse chão
Como vê nosso distino mercê tem nas vossa mãos.
(Luiz Gonzaga e Zé Dantas)

A música “Vozes da seca", escrita no contexto de uma grande estiagem que atingiu o Nordeste brasileiro no ano de 1953, aponta para várias questões, dentre as quais a diferença no desenvolvimento do capitalismo nas regiões Sudeste e Nordeste, a situação de dependência dessa segunda região em relação a primeira e a existência de dramáticas expressões da questão social no território nordestino, as quais, conforme será debatido no presente capítulo, estão muito mais ligadas à forma de organização da economia no Nordeste do que ao fenômeno climático em si.

Estando o Ceará inserido nessa totalidade social, a pesquisa dirige-se neste capítulo para a investigação das particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil – discussão realizada no primeiro tópico –, dando ênfase aos impactos da fase imperialista neoliberal na forma de inserção do país na geopolítica do valor, bem como também de suas regiões internas. No tópico seguinte são discutidas as particularidades do desenvolvimento capitalista no Nordeste, buscando identificar como essa região tem participado do processo de valorização do valor e os impactos disso decorrente.

2.1 **Particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil, em seus delineamentos básicos**

A tardia modernização do nordeste é tratada nessa pesquisa como parte das exigências do processo de valorização do valor e das ênfases históricas dos estágios de desenvolvimento do capital, com as modalidades imperantes de expansão e intensificação do trabalho abstrato. Portanto, como interface entre universalidade capitalista e mediações histórico-culturais expressa na formação econômico-social específica.

No caso do Brasil e demais países da América Latina, a compreensão sobre a especificidade do ciclo do capital nessa região exige a análise de sua articulação com o capitalismo internacional, de forma a elucidar o papel na divisão internacional do trabalho e, portanto, sua relação de dependência na economia mundial, ponderando sobre o protagonismo e o poder no interior do sistema. Marini (1973) e Florestan Fernandes (1975), dentre outros pensadores marxistas dessas bandas do hemisfério sul, apontam que a inserção dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho implicou o desenvolvimento de um capitalismo dependente, cujas relações de produção, ainda que modificadas ou recriadas pela industrialização, asseguraram a reprodução ampliada da dependência, determinando-a como o sentido do desenvolvimento capitalista posterior da região.

Como ponto de partida para analisar o capitalismo dependente, verificou-se na pesquisa que é adequado retomar a gênese da articulação entre a América Latina e o capitalismo mundial, expressa primeiramente na colonização dessa região – como mencionado antes –, enquanto parte integrante e constitutiva do amplo processo de acumulação primitiva do capital, iniciado a partir do século XVI (MAZZEO, 1989). Conforme exposto no tópico anterior, o sistema colonial foi uma das alavancas da acumulação primitiva do capital nas protoformas sistêmicas e, quando algumas nações europeias desenvolveram as manufaturas e nelas a produção de valor, as colônias eram articuladas na condição de garantir um mercado monopolizado para o escoamento de mercadorias e uma fonte para obtenção de riquezas naturais que nas metrópoles se transformavam em capital (MARX, 2013).

A produção nas colônias voltou-se para o extrativismo de recursos altamente comercializáveis nas áreas centrais do capitalismo mercantil (tais como o açúcar, o tabaco, o algodão, as madeiras), com um método extrativista intensivo e extensivo de exploração da terra que tinha o latifúndio[33] como uma das bases da estrutura do capitalismo que aí se desenvolvia.

[33] A propriedade privada da terra, conforme já mencionado anteriormente, é uma premissa histórica e base constante do modo de produção capitalista, pois cria tanto a força de trabalho necessária ao capital industrial

A esse se somou o trabalho escravo, com a apropriação violenta de negros africanos para a produção ampliada de mercadorias direcionadas aos centros consumidores europeus, em um contexto histórico marcado pela escassez de força de trabalho livre – afinal no século XVI a mercadoria força de trabalho encontrava-se limitada a um pequeno número de regiões da Europa Ocidental.

Assim, "*o caráter capitalista, nas colônias da América, é dado justamente pelo latifúndio escravista*" (MAZZEO, 1989, p.81). Essa compreensão reforça, portanto, a abordagem anterior sobre o desenvolvimento desigual e combinado, revelando como o ser social capitalista se fez no Brasil mediado por essa particularidade. Ao mesmo tempo, demonstrando como o sistema social do capital envolvia também a forma de trabalho escrava e, portanto, a violência estrutural.

Tomando por base o pensamento de Marini (1973) é possível entender que a América Latina contribuiu de maneira decisiva não só para o acúmulo de capital necessário à transformação do capital mercantil em capital industrial. Segundo aponta o referido autor, a América Latina foi inserida no mercado mundial de maneira submissa, participando de trocas desiguais, marcadas pelo desequilíbrio entre os preços e os valores das mercadorias exportadas[34] – essa deteriorização dos termos de intercâmbio constitui uma das formas de

quanto o mercado consumidor para as mercadorias (MARX, 2017). Latifúndio é compreendido como grande extensão de terra rural sob propriedade individual, bloqueando o acesso dos trabalhadores aos meios básicos de trabalho e, consequentemente, forçando-os ao trabalho assalariado. No Brasil, a origem do latifúndio encontra-se já no período de vigência da Lei de Sesmarias, embora ainda não como propriedade privada, pois não existia garantia absoluta sobre a propriedade da terra – o que havia era a concessão das terras pela Coroa portuguesa que poderia retomá-las se não fossem tornadas produtivas. Com a Constituição Imperial de 1824 é instituída legalmente a propriedade privada no Brasil, trazendo consigo o latifúndio, enquanto herança das grandes concessões de terras do período de sesmarias. Já a Lei de Terras de 1850, regulamentou o acesso a propriedade privada da terra ao instituir a compra como única forma de acesso a esse meio de produção, tornando-a mercadoria, investimento seguro e garantido pelo título. Com o Estatuto da Terra, promulgado em 1964, o conceito de latifúndio aparece explícito, pela primeira vez, na legislação brasileira, destacando-se dois tipos: o *latifúndio por extensão* que apresenta área superior a 600 vezes o módulo rural – porção mínima de terra necessária para a manutenção da família camponesa, sendo determinado segundo as características de cada região do país (tipo de solo, clima, relevo, distância dos centros urbanos) –, mesmo que do ponto de vista econômico seja explorado adequadamente; o *latifúndio por exploração* que se apresenta inexplorado, destinado a fins especulativos e não se enquadre no conceito de empresa rural. Na Constituição Federal de 1988 e na Lei 8.629/93 o termo latifúndio foi suprimido das redações, mas, segundo ZENERATTI (2017), é possível caracterizar o latifúndio ao se tomar por base os componentes do conceito de função social da terra, expressos na lei máxima do país: "(...) o latifúndio está presente em toda terra que não exerça a sua função social, ou seja, não respeite simultaneamente os requisitos constitucionais de aproveitamento racional e adequado do solo, preservação do meio ambiente, respeito às relações legais de trabalho e exploração que favoreça o bem estar social; esses são os componentes modernos do conceito de latifúndio e o não cumprimento de qualquer um desses componentes caracteriza o latifúndio, independentemente da dimensão da área" (IBIDEM, p. 453).

[34] As trocas desiguais não constituem um "truncamento" da lei do valor, pois essa não implica que o preço de uma mercadoria corresponda quantitativamente ao valor nela contido. Marx (2017, p.819) assinalou que "o preço de produção de uma mercadoria pode estar acima ou abaixo do seu valor, que só excepcionalmente coincide com ele". Segundo o autor, o preço de produção de uma mercadoria corresponde à média social (resultado da soma do capital investido com o lucro) estabelecida para a sua produção. Já o valor de uma mercadoria, corresponde à quantidade de tempo de trabalho vivo nela contida. A relação entre o preço de produção e o valor de uma

transferência de valor como intercâmbio desigual[35]. O fornecimento considerável dos meios de subsistência de origem agropecuária, para atender às necessidades da crescente população urbana, permitiu o desenvolvimento da grande indústria nos países centrais – que puderam se especializar como produtores mundiais de manufaturas – e a passagem para a produção de mais-valor relativo, pois a desvalorização dos bens necessários à reprodução da força de trabalho reduziu o seu valor real, permitindo à produtividade elevar a taxa de mais-valor.

> [...] a redução do valor social das mercadorias deve incidir nos bens necessários à reprodução da força de trabalho, os bens-salário. A mais-valia relativa está ligada indissoluvelmente, portanto, à desvalorização dos bens-salário, para o que contribui, em geral, mas não necessariamente, a produtividade do trabalho. Esta digressão era indispensável se desejássemos entender bem porque a inserção da América Latina no mercado mundial contribuiu para desenvolver o modo de produção especificamente capitalista, que se baseia na mais-valia relativa. [...] uma das funções que lhe foi atribuída, no marco da divisão internacional do trabalho, foi a de prover os países industriais dos alimentos exigidos pelo crescimento da classe operária, em particular, e da população urbana, em geral, que ali se dava. A oferta mundial de alimentos, que a América Latina contribuiu para criar, e que alcançou seu auge na segunda metade do século 19, será um elemento decisivo para que os países industriais confiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidades de meios de subsistência. O efeito dessa oferta [...] será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas (IBIDEM, 1973, p.6-7).

---

mercadoria está, portanto, determinada pela composição orgânica do capital (proporção entre a parte variável e a parte constante) que a produz. Se a composição do capital é menor (o gasto com a força de trabalho é relativamente maior que o gasto com as condições materiais do trabalho) que a do capital social médio, o valor do produto será maior (tem mais mais-valor embutido) do que seu preço de produção e o inverso ocorre quando o capital investido em determinada esfera de produção tem composição superior à do capital social médio. O processo de nivelamento que culmina na definição do preço de produção (equiparação dos valores das mercadorias) e do lucro médio (distribuição do mais-valor que ocorre com base na proporção da grandeza dos capitais adiantados e não em razão da quantidade de mais-valor contida na mercadoria) é provocado pela concorrência capitalista. Assim é que economias centrais, com tendência de possuir capitais com maior composição orgânica do capital em relação à do capital social médio, tendem a se apropriar de um valor produzido por capitais com menor composição orgânica operantes nas economias dependentes. Um exemplo fictício de Marx (2017), considerando o nivelamento dos preços de produção entre o setor não agrícola (com maior composição orgânica) e o setor agrícola (com menor composição orgânica), auxilia no entendimento do nivelamento e no processo de transferência de valor entre capitais: "Se a composição média do capital social não agrícola fosse = 85c + 15v, e a taxa do mais-valor fosse de 100%, então o preço de produção seria = 115. Se composição do capital agrícola fosse = 75c + 25v, então, com a mesma taxa de mais-valor, o valor do produto e o preço regulador de mercado seriam = 125. Se o produto agrícola e o não agrícola se nivelassem no preço médio (a título de simplificação, suponhamos igual o capital total em ambos os ramos de produção), então o mais-valor total seria = 40, isto é, 20% acima dos 200 de capital. O produto, tanto de um ramo como de outro, seria vendido a 120. Portanto, uma vez nivelados com os preços de produção, os preços médios de mercado do produto não agrícola estariam acima de seu valor, e os do produto agrícola, abaixo do seu" (IBIDEM, p.824).

[35] Segundo Luce (2018), há um certo consenso em torno da ideia de que a dependência manifesta-se nas esferas comercial, financeira e tecnológica – uma diferenciação apenas para fins analíticos, tendo em vista que essas esferas encontram-se profundamente imbricadas na produção capitalista. Essas formas fenomênicas da dependência se materializam em formas de transferência de valor: a deteriorização dos termos de intercâmbio; as remessas de lucros, *royalties* e os dividendos; o serviço da dívida (remessas de juros); a apropriação de renda diferencial e de renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais. Segundo o autor, Marini e demais autores fundadores da Teoria Marxista da Dependência, priorizaram a análise das duas primeiras formas citadas, pois no período em que elaboraram a referida teoria – anos 1960 e início dos anos 1970 – elas eram as formas predominantes de transferência de valor.

Ademais, Marini (1973) destaca que a inserção da América Latina no mercado mundial contemplou, também, o provimento de matérias-primas em abundância – o que se manterá importante mesmo depois de alcançado novo estágio da divisão internacional do trabalho com a industrialização da região, vista como apenas um parêntese na longa história do predomínio de padrões exportadores na América Latina (OSORIO, 2013). Essa função não só atendeu ao aumento do processo produtivo, ocasionado pelo crescimento da classe trabalhadora e a elevação de sua produtividade, como também reduziu os custos de produção nos países centrais, propiciando a manutenção de uma elevada taxa de lucro. Como será visto adiante, esse pensamento auxilia a reflexão desta pesquisa sobre *a parte e o todo*, demonstrando que o Brasil e o Ceará não se explicam por eles mesmos, afinal a endogenia está longe de determinar sozinha a dinâmica social do capital nestes rincões da dependência.

A extração de riqueza dos países latino-americanos, portanto, "se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobre-apropriação e sobre-expropriação capitalistas" (FERNANDES, 1975, p.45). Para o autor, compreender o capitalismo dependente implica em investigar os dinamismos internos (movimentação das classes sociais no âmbito nacional) e os dinamismos externos (influência das nações capitalistas hegemônicas). Nesse diapasão, evidenciar que, por exemplo, as burguesias da América Latina são artífices desse processo de dependência, portanto, *verdadeiras senhoras do destino* do capitalismo ao interiorizar as necessidades do capital do centro do sistema internacional. Elas teriam optado por dividir o excedente econômico nacional com os agentes externos das economias centrais, como alternativa para se fortalecerem como personificações do capital, promovendo uma revolução nacional dentro da ordem.

Marini (1973) avança nessa questão da "sobre-apropriação" e "sobre-expropriação" incidentes sobre as classes trabalhadoras da América Latina. Para o autor, a contrapartida do processo pelo o qual essa região contribui para incrementar a taxa de mais-valor e a taxa de lucro para os capitalistas dos países centrais – cujo processo de acumulação se baseia na capacidade produtiva do trabalho – está, contraditoriamente, na intensificação da exploração do trabalhador latino-americano, como forma de ampliar a taxa de mais-valor na produção interna e assim, compensar o desequilíbrio gerado com a troca desigual.

> O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. [...] no marco dessa troca, a apropriação de valor realizado encobre a

> apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação. Sob esse ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta, desde o ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais-valia e por isso da taxa de lucro. Assim, a contrapartida do processo mediante o qual a América Latina contribuiu para incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos. E o que aparecia como um mecanismo de compensação no nível de mercado é de fato um mecanismo que opera em nível da produção interna (IBIDEM, p.11).

Com a intensificação da exploração do trabalhador, o capital se apropria do seu fundo de consumo e/ou do fundo de vida. A intensificação é obtida, segundo o Marini (1973), por meio de três mecanismos: intensificação do trabalho; prolongamento da jornada de trabalho; expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho[36]. Além disso, compreende-se como parte dessa dinâmica, evidentemente, as características da disputa do fundo público e do disciplinamento social para o capital, que tornou o Estado abrigo de genuínas dinâmicas discricionárias, fascistas e ditatoriais. Esses mecanismos dinamizaram um padrão que levou, historicamente, a força de trabalho a ser remunerada abaixo do seu valor, acarretando, portanto, sua superexploração[37]:

> [...] importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho (IBIDEM, p.13).

A superexploração da força de trabalho sacrifica o consumo individual dos trabalhadores latino-americanos – de modo que eles acabam contando mais como produtores

---

[36] Luce (2013) esclarece que apesar de em *Dialética da dependência* Marini ter se referido a três formas de superexploração do trabalho, em *Las razones del neodesarrollismo*, o autor considerou o hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração como um quarto mecanismo de superexploração. Nesse sentido é que Luce (2013, p.146) sintetiza quatro formas ou modalidades de realização da superexploração da força de trabalho: "(...) *i*) a remuneração da força de trabalho por baixo do seu valor – conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital; *ii*) o prolongamento da jornada implicando o desgaste prematuro da corporeidade físico-psíquica do trabalhador; *iii*) o aumento da intensidade do trabalho provocando as mesmas consequências, com a apropriação de anos futuros de vida e trabalho do trabalhador; e *iv*) o aumento do valor da força de trabalho sem ser acompanhado pelo aumento da remuneração. Na primeira e na última forma, o capital atenta contra o fundo de consumo do trabalhador. Nas duas outras, contra o fundo de vida".

[37] Carcanholo (2013) reforça que a superexploração da força de trabalho, traduzida na remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, assim como as trocas desiguais, também não constitui um "truncamento" da lei do valor, pois, conforme já assinalado, essa lei não implica que o preço de uma mercadoria corresponda quantitativamente ao valor nela contido.

de valor do que como consumidores (OSORIO, 2013) – em favor do mercado externo e com isso, não permite o desenvolvimento de um mercado interno atento às necessidades básicas, produzindo a dependência do mercado exterior para escoar a produção e gerando repercussões extremamente negativas sobre a reprodução social da maioria da população, expropriada de meios próprios (MARINI, 1973).

As contradições inerentes ao capitalismo – dentre as quais a exploração da força de trabalho e a oposição entre o trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias – assumem, portanto, forma específica na particularidade do capitalismo dependente, sendo acentuadas ao limite as precárias condições de subsistência, o que em si é uma violência estrutural de expropriação. Para Marini (1973), a superexploração da força de trabalho revela-se como essência[38] do capitalismo dependente na América Latina e ao mesmo tempo condição necessária do capitalismo mundial.

> A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional. É assim como o sacrifício do consumo individual dos trabalhadores em favor da exportação para o mercado mundial deprime os níveis de demanda interna e erige o mercado mundial como única saída para a produção (IBIDEM, p.18).

A dependência é, portanto, uma forma particular de reprodução do capital em seu desenvolvimento desigual que, baseada na superexploração da força de trabalho, reproduz a

[38] Carcanholo (2013) alerta para a necessidade de uma diferenciação quanto à ocorrência da superexploração da força de trabalho. Enquanto conjunto de formas para elevar a taxa de mais-valor, a superexploração não é algo exclusivo das economias dependentes, estando antes, presente em toda economia capitalista. Contudo, enquanto mecanismo que visa compensar a perda de valor e que ocorre por meio de formas que não utilizam a elevação da produtividade do trabalho – embora não esteja vedada à economia capitalista dependente o acesso aos meios para aumento da produtividade, quando este ocorre, tende a ser em menor ritmo que nas economias centrais, ampliando a diferença entre o valor produzido e o apropriado no capitalismo dependente –, a superexploração constitui então uma forma de ser (uma categoria) específica do capitalismo dependente: "[...] Economias centrais, com tendência de possuir capitais com maior composição orgânica do capital em relação à média do seu setor e de outros setores de produção, tendem a se apropriar de um valor produzido por capitais operantes nas economias dependentes. Esta condição estrutural obriga os capitalismos dependentes, para que possam se desenvolver e acumular capital, a compensar esta parcela da mais-valia que é transferida. [...] O mecanismo de compensação é justamente a superexploração da força de trabalho. Isto comprova que: *i*) a superexploração é uma categoria que não pode ser confundida com as distintas formas existentes no capitalismo para elevar a taxa de mais-valia (taxa de exploração), ainda que só possa se materializar por meio destas formas; e *ii*) a superexploração é uma categoria específica da economia dependente – portanto, em um menor nível de abstração do que as leis gerais do modo de produção capitalista –, mesmo que, evidentemente, enquanto forma de elevação da taxa de mais-valia, opere em qualquer economia capitalista, mesmo nas centrais. [...] Dessa forma, esse "mecanismo de compensação" seria a *única* forma de o capitalismo dependente se desenvolver *capitalistamente*, o que comprova a especificidade objetiva e, portanto, categorial do capitalismo dependente" (IBIDEM, p.83).

subordinação das economias periféricas aos centros imperialistas, assim como, também, entre regiões de cada país. As diferenças entre países ou entre suas regiões internas não se resumem ao grau de desenvolvimento capitalista existente, antes guardam relação com a forma qualitativamente diferente de reprodução do capital e de apropriação do valor produzido (OSORIO, 2013). Trata-se de uma correlação entre dependência e imperialismo, entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, de forma que nenhum pode ser explicado em si mesmo, mas apenas em relação com a outro.

> [...] o desenvolvimento e o subdesenvolvimento eram um fato histórico, decorrente da expansão do sistema capitalista e, consequentemente, não havia entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos apenas uma diferença de etapas, quantitativa, mas uma diferença de substância, qualitativa. O subdesenvolvimento resulta do sistema de colonização implantado pelos europeus no mundo tropical, por ocasião da expansão geográfica do século XVI, quando, ocupando áreas povoadas ou a povoar, distorceram a economia dos povos que nelas habitavam, a fim de atender às suas necessidades comerciais, à demanda de minérios e de produtos agrícolas tropicais. Essa distorção, iniciada no período de dominação do capitalismo comercial, seria acentuada após a Revolução Industrial, quando se deu uma mais nítida divisão internacional do trabalho, através da qual os países colonizados se especializaram na produção de artigos primários e os países colonizadores na produção de artigos secundários. Pelo comércio, através do controle do preço das mercadorias, os países industrializados mantiveram o controle econômico e, consequentemente, político, dos países tropicais, mesmo quando formalmente independentes (ANDRADE, 1981, p.50-51).

O capitalismo dependente, segundo Florestan Fernandes (1975), atravanca o desenvolvimento das forças produtivas e a diversificação econômica, gerando subdesenvolvimento econômico e, paralelo, nas demais esferas – social, cultural, política – da vida, o que, por sua vez, agrava as incongruências e as tensões do próprio subdesenvolvimento econômico. O autor ressalta ainda, que o capitalismo dependente ao solapar ou neutralizar, por vários modos, a participação e integração das camadas assalariadas, também sufoca suas possibilidades de movimentação. Essa condição e as demais insuficiências e debilidades internas limitam a disputa política de combate à associação dependente, permanecendo a "desnacionalização" do crescimento e do desenvolvimento da nação dependente, submetidos, desde sempre, ao controle dos dinamismos externos da geopolítica do capital.

Ademais, Marini (1973) aponta que as tendências de desenvolvimento do capitalismo dependente incidem de forma diversa nos diferentes países da América Latina, segundo as especificidades de cada formação social. Conforme destacado por ele, "as sobrevivências dos antigos modos de produção que regiam a economia colonial determinam, todavia em grau considerável a maneira como se manifestam nesses países as leis de desenvolvimento do capitalismo dependente" (IBIDEM, p.28-29) e que por isso, não pode ser ignorado o regime de

produção baseado no trabalho escravo, na determinação da atual economia de países como o Brasil.

Nesse sentido, pensar a questão social no Brasil, em suas regiões e estados, exige, portanto, analisar também as particularidades das condições socioeconômicas que expressam a dependência sistêmica do país e que, dentre outros impactos, agravam as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, aqui submetidos a um processo violento de superexploração, compreendido somente no quadro das características da formação social brasileira.

Como se vem acentuando, é sobre a estrutura do latifúndio escravista e voltado para o atendimento dos mercados nos centros avançados do capitalismo mundial que se estrutura o Brasil. Seu papel na divisão internacional do trabalho compreendia a produção de gêneros agrícolas e minérios, cuja comercialização no mercado exterior destinava-se à acumulação mercantil da metrópole, ganhando destaque o modelo de *plantation* – latifúndio onde então predominava a monocultura com base no trabalho escravista (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012).

Embora a relação espoliadora metrópole-colônia fosse geral – existia um "arquipélago"[39] econômico, pois as regiões brasileiras mantinham uma produção econômica especializada e quase não se ligavam umas com as outras, predominando a ligação direta com o mercado externo –, os níveis de desenvolvimento das forças produtivas e as formas de capital engendradas nas regiões eram diferentes – haviam disparidades entre as regiões e também dentro delas, o que será ponderado mais a frente sobre o desenvolvimento capitalista no Nordeste brasileiro –, revelando já nesse período uma divisão regional do trabalho[40] (OLIVEIRA, 1981) e uma heterogeneidade que se constituirá como uma herança estrutural (ARAÚJO, 1999).

Articulada à estrutura de produção marcadamente rudimentar, autocrática e de certa forma estagnizante, se desenvolve uma superestrutura condizente. A sociedade brasileira pautar-se-á por um conservadorismo extremado – por vezes reacionário –, expresso nas ideias

[39]Andrade (1981) elucida que esse conceito, utilizado por muitos autores – dentre os quais o referido autor, assim como Oliveira (1981) e Araújo (1999) – para evocar um entendimento sobre a formação da economia brasileira, foi pensado por Gilberto Freyre: "[...] Daí o Brasil apresentar-se, até a Segunda Guerra Mundial, como se fosse uma porção de áreas isoladas, de difícil comunicação entre si e voltadas diretamente para o exterior, de que dependiam economicamente. Foi esse fato que levou Gilberto Freyre a afirmar que o Brasil se assemelhava mais a um arquipélago que a um continente, porque, embora as regiões brasileiras não fossem fisicamente ilhas, só se comunicavam com regularidade por mar, através da navegação de cabotagem" (IBIDEM, p.24).

[40]Para Oliveira (1981), o conceito de região dá-se pela imbricação das instâncias econômica (especificidade da reprodução do capital e das relações de produção) e política (controle das classes dominantes de forma a garantir a forma específica de produção do valor). Entretanto, a especificidade só ganha sentido, só se faz notória, quando situada num quadro que inclua outras regiões, revelando, assim, níveis distintos de reprodução do capital e relações de produção, uma clara divisão regional do trabalho.

e na prática político-econômica de sua burguesia que, conforme enfatizado antes, para manter o poder se conciliará – ainda que de forma subordinada – com a burguesia internacional, excluindo as massas populares dos processos decisórios (MAZZEO, 1989).

> [...] os elementos engendrados por uma sociedade latifundiária e escravista não só aparecem na estrutura produtiva – forças produtivas/relações de produção específicas –, como também determinam os aspectos particulares superestruturais da formação econômico-social brasileira. Essa "adaptação" da sociedade portuguesa no Brasil, vista nesta perspectiva, é a nova "síntese" que, dialeticamente constrói, a partir do particular específico colonial, também uma superestrutura específica, isto é, uma sociedade conservadora, rígida, cuja "classe dominante" – os "aristocratas tupiniquins", pela sua própria origem histórica, nasce subordinada, econômica e ideologicamente, aos centros avançados do capitalismo mundial. [...] Nesse contexto histórico-social é que desenvolve-se a "ideologia da conciliação" brasileira, expressão de uma burguesia débil economicamente – anômala – que para se manter no poder, concilia sempre com os interesses externos e, internamente, pauta-se pela violenta repressão das massas populares que, a nível extremo, a escravidão escarna e expressa (MAZZEO, 1989, p.84-85).

É nesses moldes que ocorre a emancipação política brasileira de Portugal em 1822. Determinada pela ânsia de não mais direcionar boa parte da renda produzida no Brasil para Portugal – uma consequência imediata da crise do sistema colonial mundial – e não por uma proposta de mudança da estrutura socioeconômica colonial, de modo que a independência política constituiu um processo sem democratização da sociedade. Frente à inexistência de condições históricas que direcionassem para um processo de ruptura com a estrutura colonial, a burguesia agrário-mercantil brasileira assume o processo da independência e, sem a participação das massas, cria um aparelho de Estado – por meio da entronização de Dom Pedro – adequado aos seus interesses, sem o risco sistêmico de que mudanças mais radicais ameaçassem o modelo agroexportador sustentado no latifúndio escravista e no fornecimento de insumos para a indústria europeia (MAZZEO, 1989).

Mesmo quando transformações históricas externas[41] impossibilitaram a continuidade da fase escravista da economia colonial brasileira, a burguesia agroexportadora conseguiu promover um reajustamento do capitalismo periférico no âmbito do sistema, preservando a economia colonial nos moldes do latifúndio escravista. O reajustamento, visando fornecer as

[41] Segundo Martins (1973), o trabalho escravo e o comércio escravista foram o fator de acumulação de capital que financiou a revolução industrial da Inglaterra, mas a produção escrava passou a ser um empecilho ao desenvolvimento capitalista. Por um lado, porque garantia o poder de monopólio das colônias – o autor não esclarece devidamente esse raciocínio, deixando o leitor deduzir que por ser possível rebaixar o custo do escravo ao mínimo de sobrevivência, tinham seus proprietários uma fonte de acumulação diferente (em outros países, como a Inglaterra, a força de trabalho era livre e remunerada com salários) e que lhe garantia preço de monopólio –, o que representava preços altos ao consumidor e logo, pressão sobre os salários. Por outro lado, e principalmente, porque bloqueava o acesso a um mercado de manufaturados, tendo em vista que escravos não são consumidores de mercadorias (MARTINS, 1973).

condições necessárias à manutenção da cafeicultura – mudanças no plano externo, com a disputa entre os países imperialistas pelo controle do açúcar no Caribe, eliminaram as formas de realização do açúcar nordestino no comércio internacional, acarretando sua estagnação e a perda do controle político da nação pela burguesia do "Nordeste açucareiro", em favor da burguesia agroexportadora do café no Sudeste do país (MARTINS, 1973).

E frente ao fim da escravidão, novas dinâmicas estruturais envolveram a implantação de instituições combinadas. A primeira delas foi a universalização jurídica da propriedade privada da terra – com a Lei de Terras de 1850 que determinou o uso somente pela compra – e a outra foi a implantação do trabalho livre – em substituição ao trabalho escravo, abolido integralmente com a Lei Áurea, em 1888 –, por meio da migração em massa fomentada pelo Estado brasileiro via formação de núcleos coloniais[42] (MARTINS, 1973).

Essas mudanças sugeriam um processo civilizatório relevante, mas na verdade, revelaram a combinação de dispositivos arcaicos com modernos, para atender aos imperativos históricos do desenvolvimento desigual e combinado do capital. De acordo com Martins (1973), a grande lavoura explorava intensamente seus trabalhadores – mantinha o consumo deles próximo do mínimo, persistindo, portanto, as condições semelhantes que tornaram o escravismo necessário ao capitalismo dependente –, explicitando que a imigração em massa não criou um "novo Brasil", ao contrário, serviu para sustentar a "velha estrutura combalida". Ou seja, a grande lavoura passou a se apoiar no trabalho livre, mas isso foi apenas uma redefinição da economia colonial de base escravocrata.

> A implantação do trabalho livre em substituição ao trabalho escravo não produziu plenamente, na sociedade brasileira, os caracteres típicos que em geral lhe são associados. A grande lavoura, na sua ideologia do trabalho, manifestou o claro sentido dessa transformação, que foi, acima de tudo, reajustamento do capitalismo periférico no âmbito do sistema, para preservar-se enquanto economia exportadora de produtos tropicais. Reajustamento, portanto, não só como setor satelitizado, mas como submetrópole que sobrevivia pela manipulação intermediária dos mecanismos de expropriação sucessiva. Desse modo, o significado da instauração da propriedade privada da terra e o significado da constituição de um campesinato através dos núcleos coloniais oficiais, só pode ser compreendido quando se tem em conta que as aparentes evidências da expansão do capitalismo *típico* foram na verdade recursos de recomposição do capitalismo periférico (MARTINS, 1973, p.201)[43].

[42] Com o fim da escravidão, a busca por preservar a economia colonial levou a incorporação da força de trabalho imigrante nos moldes da mão de obra escrava, em colônias particulares, ou seja, por fazenda. Por causarem conflitos e tensões, as colônias particulares foram substituídas pelos núcleos coloniais oficiais financiados pelo Estado na província de São Paulo, objetivando garantir força de trabalho livre à grande lavoura. Os trabalhadores desses núcleos se vinculariam à grande lavoura quando necessário e nas fases de vacância deveriam se automanter. Essa interferência do Estado situa-se entre o declínio da prática de colônias particulares e a chamada grande imigração (MARTINS, 1973).

[43] Por certo, as antigas colônias serviam, nesse processo, para o ajuste espacial do capital, que desse modo transferia o excedente de força de trabalho dos centros dinâmicos para a periferia, diminuindo a tensão social

Vale relembrar que se tratava da era do imperialismo clássico (1890-1940), quando a aliança social e política entre o imperialismo e as oligarquias locais, manteve as relações pré-capitalistas de produção no campo e, consequentemente, limitou a extensão do mercado interno e tolheu a industrialização cumulativa dos países dependentes. Um complexo de condições sociais e econômicas tornava a acumulação de capital industrial menos lucrativa que a produção e exportação em grande escala de matérias-primas vegetais e minerais (MANDEL, 1982).

Contudo, com o advento da era imperialista do capitalismo tardio, após os anos 1940, o capital monopolista internacional, conforme ressaltado no tópico anterior, passou a se interessar pela produção de matérias-primas nos países centrais e pela produção de bens acabados nos países subdesenvolvidos, não só pela possibilidade de vendê-los localmente a preços de monopólio, mas fundamentalmente, para exportar máquinas que, juntamente com veículos e bens de capital, compunham o novo padrão das indústrias de exportação após a Grande Depressão de 1929 (MANDEL, 1982).

Essas alterações, segundo o referido autor, sinalizam a ação da lei do desenvolvimento desigual e combinado que então provoca uma mudança nas formas de justaposição entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Apontam para o surgimento de novos níveis diferenciais de acumulação de capital, produtividade e produção de mais-valor. Sobre as diferenças nos níveis de acumulação de capital, ele ressalta que se acentuaram nessa fase, em virtude do declínio do mercado para as matérias-primas dos países subdesenvolvidos e da incapacidade desses de acompanhar o ritmo de crescimento dos países industrializados.

É nesse contexto que a região do café no Brasil rompe com a economia agroexportadora – por um lado, em decorrência da inviabilidade da acumulação interna, devido à proporção do excedente que era apropriado pelo capital internacional sob a forma de juros da dívida externa, e por outro, pela quebra da economia internacional ocasionada pela crise do capital na década de 1930[44] – para tornar-se a região da indústria (OLIVEIRA, 1981). A ascensão do capital industrial em uma economia predominantemente agrícola e exportadora como a brasileira decorreu, em sua maior parte, da transformação do capital agrícola – após sua passagem pelas fases comercial e bancária no decorrer de 1930 a 1960 – em capital industrial (IANNI, 2004).

interna, oriunda do desemprego. O que é um modo importante de perceber a conexão das expressões desiguais da forma social do capital.

[44] A industrialização do Brasil se realiza no contexto de crise do imperialismo (marcada pela crise de 1929, pelas Guerras de 1914-1918 e 1939-1945) que impactou o setor exportador brasileiro. Ou seja, houve uma conjugação das modificações internas e externas que propiciou a dinamização da economia nacional, por provocar a reorientação do sistema – o capital agrícola passa ao capital industrial, e com isso, a economia voltada para o exterior se voltará para seu interior e se reintegrará no sistema mundial sobre novas bases (IANNI, 2004).

A expansão urbano-industrial demarcou o fim da hegemonia agroexportadora e o início da predominância da indústria, mas o papel da agricultura no processo da industrialização foi um dos seus aspectos significantes. Mediada pelo latifúndio e pelo recrudescimento de formas pretéritas de exploração do trabalho – favorecida pela elástica oferta de força de trabalho e de terras –, em detrimento do investimento no aumento da produtividade, ela fez frente à depressão de sua lucratividade e favoreceu o processo de acumulação industrial (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012).

Oliveira (2003) esclarece que, por um lado, com os produtos destinados à exportação, a agricultura teve de suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa. E, por outro, com os produtos para o consumo interno, supriu as necessidades da população urbana para não elevar o custo da alimentação e secundariamente o custo das matérias-primas. Portanto, não só a industrialização brasileira nasceu do capital agrário[45], como a integração dialética entre agricultura e indústria manteve o interesse de ambas, articulando o "moderno" e o "arcaico" no desenvolvimento do capitalismo brasileiro (OLIVEIRA, 2003). Essa acomodação, contudo, resultou na falta de hegemonia da burguesia industrial brasileira, conforme aponta Ianni (2004, p.110-111):

> [...] A industrialização foi gerada pelo capital agrário, mas sem suplantá-lo. Nas condições em que se deu, esse processo envolveu uma "acomodação" com os outros setores de produção e com as classes sociais constituídas. Em outros termos, não houve uma ruptura plena com o presente, isto é, com a cafeicultura exportadora nem, em consequência, com o capitalismo mundial. As comoções descritas representam apenas uma interrupção de momento, e simultânea recomposição. Como os acontecimentos em curso não estavam ocorrendo sob o comando deliberado de uma classe social, ou facção, ainda que beneficiasse diretamente à burguesia em formação, esta não realizou a quebra mais profunda das relações estabelecidas. [...] A classe dirigente, por isso, está comprometida com a economia agrária, o proletariado e o imperialismo.

O outro aspecto significante do processo de industrialização foi a intervenção estatal na esfera econômica. A industrialização tardia[46] do Brasil, exigia grandes investimentos e o tempo

[45] Isso, à semelhança do estudo de Wood (2000), deve colaborar para o entendimento do papel da terra no processo socioeconômico do capital, particularmente a concentração fundiária no Brasil.

[46] Ianni (2004) apresenta as razões pelas quais a industrialização brasileira caracteriza-se como tardia: "Primeiro, porque se dá em uma economia primária exportadora profundamente comprometida com o capital mundial, em que predominam nações industrializadas, exercendo a liderança nesse capitalismo. Segundo, porque as nações industrializadas, que dominam o capitalismo mundial, já haviam realizado a repartição das suas áreas de influência na Ásia, África e América Latina. Mais que isso, o capitalismo já deixara de ser principalmente competitivo e passara a ser monopolístico. Isto é, a industrialização brasileira realiza-se na época do imperialismo, formado com o predomínio do capital não só monopolístico mas financeiro. Terceiro, a industrialização inicia-se e desenvolve-se como se fosse o resultado de mecanismos reflexos, ocasionais, erráticos. [...] Quarto, o capital, a tecnologia e a capacidade gerencial disponíveis no mercado interno em geral são insuficientes para atender às exigências da indústria contemporânea. [...] O Estado é levado a mobilizar

de maturação destes impunha a mobilização de recursos econômicos e políticos especiais, revelando o encadeamento singular entre economia e política. Segundo Ianni (2004), a produção industrial no Brasil teve o Estado como a instituição básica do processo. Por meio de controles e estímulos encadeados[47], o Estado provocou a canalização de uma parte do excedente econômico agrícola para a esfera industrial e, conforme a economia agroexportadora foi se modificando numa economia agrário-industrial, ele diversificou e ampliou suas atribuições[48] – deixou de se dedicar somente à defesa de determinados setores, geralmente agrários, para interferir nos outros –, revelando a consolidação e expansão do capitalismo como o sentido histórico da atividade estatal no Brasil.

> Não se trata, portanto, de capitalismo de Estado, o tipo de economia que se desenvolve no Brasil. A maneira pela qual o poder público ingressa na economia nacional não implica distorção do regime de mercado nem obstrução das possibilidades de expansão da empresa privada. Ao contrário, o sentido histórico do dirigismo é a consolidação e expansão do capitalismo. O intervencionismo é a condição indispensável para que se processe a industrialização de um país inserido "perifericamente" no sistema capitalista mundial. A iniciativa e liderança do Estado foi um momento necessário da ruptura e reintegração da economia nacional com a internacional. Numa configuração crítica, como aquela em que ocorreu a conversão estrutural da economia brasileira, a preeminência do Estado não é senão a acentuação de uma categoria essencial do sistema. Como produto e órgão das relações de classes em formação, ele se projeta segundo as determinações do tipo de estrutura possível na configuração crítica (IBIDEM, p.192-193).

---

vultuosos recursos de capital, tecnologia e capacidade gerencial, internos e externos, de modo a responder às exigências da industrialização e diversificação do sistema econômico nacional. Nessa altura já está em novo curso a profunda articulação da industrialização substitutiva de importações com os capitais, tecnologias e capacidades gerenciais dos países capitalistas dominantes. Quinto, por fim, a época mais importante da industrialização brasileira ocorre quando já começam a formar-se as nações socialistas, como a União Soviética, que se inicia em 1917, e a China, a partir de 1949. Isto é, o capitalismo como um todo começa a revelar-se tardio. E estão em curso contradições de classes em escala mundial, conforme demonstra a sucessão de guerras e revoluções que atingem todos os continentes. Isso significa que a industrialização brasileira está ocorrendo no âmbito da contra-revolução mundial liderada principalmente pelo nazi-facismo, em certa época, e pelo governo dos Estados Unidos, a partir de 1945" (IBIDEM, p.253-255).

[47] A manipulação da taxa cambial para preservar a renda do setor cafeeiro ocorria junto com a dificuldade das importações, estimulando a produção artesanal e fabril interna. Foi nessa linha que se deu a substituição de importações. Tal processo, estimulado e orientado por outras medidas governamentais (tarifa, crédito, assistência técnica etc), cresceu e sofreu diferenciações atendendo à produção e meios de consumo e avançando para satisfazer a produção de meios de produção (IANNI, 2004).

[48] Segundo Ianni (2004), além das práticas tradicionais, especialmente na esfera agrícola e extrativa, se somaram outras, voltadas para o atendimento das novas exigências da poupança e dos investimentos na produção industrial de meios de consumo e meios de produção. Tem-se, assim, como as duas tendências mais marcadas da política governamental em relação às atividades econômicas: *a proteção de setores determinados da produção* – tanto a produção para o mercado externo (como o café) quanto o interno (açúcar), assim como à proteção de outros setores de atividades, de menor peso na produção nacional (por exemplo, o caso das atividades econômicas e das condições de vida de populações atingidas pela seca); e *a inserção ativa na economia* – particularmente na década de 1950, produzindo a criação de órgãos e instrumentos destinados a estimular a expansão e a diversificação das atividades produtivas. O autor reforça que essas duas tendências não refletem todos os aspectos fundamentais do assunto, sendo necessário mencionar também a evolução da legislação tarifária (evolução da legislação tributária, às orientações da política financeira e instrumentos cambiais).

O processo de industrialização iniciou-se com a substituição das importações de meios de consumo, fase conhecida como "industrialização restringida" (1933-1955), na qual predominou a produção de bens de consumo. Ainda não estava plenamente constituído o setor produtor de máquinas no Brasil, de forma que o empresariado, dos diversos setores da indústria nacional, não possuía decisão plenamente autônoma para realizar investimentos, dependendo da importação de maquinário, o que, por sua vez, se revelava problemático, pois o país dependia da disponibilidade de divisas (moeda estrangeira) para poder importar (MATTOS; MARTIGNONI, 2012).

Alcançado um nível satisfatório no processo de substituição das importações de meios de consumo, os capitais disponíveis, segundo os referidos autores, foram destinados para a produção de meios de produção a partir da segunda metade da década de 1950. Consagrada na literatura sobre desenvolvimento econômico como "industrialização pesada", essa fase que se estendeu de 1956 a 1985 retrata o período em que a estrutura produtiva do Brasil volta-se para a instalação do setor produtor de bens de capital (máquina e equipamentos), permitindo ao empresariado nacional decidir de forma autônoma sobre seus investimentos, pois já não mais dependiam das importações para ampliar seus parques produtivos.

Contudo, as poupanças internas revelaram-se insuficientes para concretizar a "industrialização pesada", tendo sido facilitada a entrada de capitais estrangeiros, desencadeando uma recomposição nova e ampla com o capitalismo internacional. Assim, a industrialização que nasceu do capital interno, fazendo oposição ao imperialismo, passa a ser controlada do exterior, é desnacionalizada – mais que envolver técnicas de evasão do excedente econômico, implicou a transformação do país em uma nação subsumida ao capitalismo internacional – frustrando, segundo Ianni (2004), a revolução burguesa no Brasil.

> E essa é a última feição do imperialismo. Reagindo à nova configuração econômico-social e política do Terceiro Mundo, o capital internacional amplia a sua esfera de ação, interferindo nos processos socioculturais e políticos, dos quais dependem muitas vezes as vinculações econômicas. (...) Neste contexto, o fortalecimento do Estado, é a forma de decisão e ação sobre a atividade econômica, é a forma pela qual as classes sociais não identificadas com a exportação de produtos primários e matérias-primas realizam a rearticulação da economia do país semicolonial é um complemento inserido neste, onde se localizam os centros de decisão, a industrialização iniciou-se em oposição ao imperialismo. Dependeu de uma rearticulação interna deste. Entretanto, como essa oposição não evoluiu até a ruptura total, em que o modo de produção seria necessariamente alterado, a aceleração e diversificação posterior da própria industrialização passa a depender da reintegração no âmbito do capitalismo mundial. O que se verificou no Brasil, em especial a partir de 1956, foi uma entrada maciça de capitais externos, associações de empresas nacionais com estrangeiras, etc., sem o que o capitalismo industrial no país seria obrigado a encontrar outro caminho para passar à fase de produção dos meios de produção (IBIDEM, p.84-85).

Antes do processo de industrialização, o capital estrangeiro concentrava-se, principalmente, nos serviços, na mineração e na comercialização do café. Devido aos processos políticos e transformações internas da estrutura econômica do capital externo, diversificaram-se suas aplicações, ampliando o percentual de capitais investidos no setor manufatureiro, sendo que mais de 70% desse investimento foi realizado no estado de São Paulo, em conformidade com as tendências de concentração e centralização do capital então em curso (IANNI, 2004).

A industrialização desencadeou profundo processo de redefinição da divisão regional do trabalho no país, impactando de forma distinta as regiões, os setores econômicos e as classes sociais. Segundo Florestan Fernandes (1975), os detentores de maior vitalidade capitalista – com condições mais competitivas – se ajustaram às relações puramente capitalistas de mercantilização da força de trabalho e da reprodução social, ao passo que outras regiões, setores econômicos e classes sociais, por falta dessa vitalidade, ficaram isolados dessa tendência, convertendo-se nos focos internos de dependência e subdesenvolvimento, sofrendo a partir de dentro sobre-apropriação e sobre-expropriação[49] de agentes econômicos internos ou externos.

A moderna e ampla base industrial tendeu a se concentrar no Sudeste, especialmente em São Paulo que comandou o movimento de integração do mercado nacional, forçando o surgimento de "complementaridades" inter-regionais, especializações regionais (ARAÚJO, 1999). Já no Nordeste, as atividades econômicas de circularidades específicas não conseguiam competir com as mercadorias oriundas do Centro-Sul, ocasionando a destruição dos capitais existentes. A essa região foi designado o papel de, por um lado, ser sistematicamente promotora do exército industrial de reserva para o Sudeste e por outro, fonte de capital a ser drenado na concorrência, tornando ainda mais inviável à reprodução do capital (OLIVEIRA, 1981).

> O processo de industrialização brasileiro, acelerado após a conclusão da Segunda Guerra Mundial, reforçou o núcleo industrial do Sudeste, sobretudo de São Paulo, fazendo com que este estado se equipasse para produção em larga escala, em nível nacional, e pudesse provocar a queda das indústrias situadas nas áreas periféricas e adaptadas à produção para um mercado local ou regional. Essas indústrias durante a guerra, em face da dificuldade de importação de máquinas e, após a mesma, em face da insuficiência de disponibilidade de capitais, não se modernizaram, perdendo mercados para as modernas indústrias do Sudeste. A política de expansão de rodovias e a implantação de grandes usinas hidrelétricas permitiram que o país se integrasse em torno do seu pólo mais dinâmico, São Paulo (...). Desse modo, a integração nacional foi feita com um grande sacrifício das regiões mais pobres do país, que deram a sua participação na economia nacional como fornecedoras de mão-de-obra, de

[49] Como já abordado anteriormente, ao capitalismo dependente não basta reproduzir a apropriação e a expropriação que são inerentes ao capitalismo, pois para ser capaz de suprir por expropriação a burguesia das economias hegemônicas, a burguesia local precisa duplicar a apropriação e expropriação, ou seja, superexplorar a força de trabalho local para viabilizar a partilha do excedente econômico. Considerando que a dependência também se faz presente nas relações entre as regiões de um país, Florestan (1975) aponta que essa partilha de excedente também se dá entre as burguesias nacionais.

> matérias-primas e até de capital, de vez que recursos oriundos de divisas de suas exportações foram empregados na implantação de indústrias na área mais rica (ANDRADE, 1981, p.51).

A Pesquisa Industrial Anual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – apresenta, dentre outros, dados sobre a indústria extrativa e de transformação –, referente ao período de 1966 a 1995[50], corrobora essa tendência estrutural das afirmações acima. Seus dados indicam uma sensível redução das indústrias no Nordeste – o número de indústrias extrativas e de transformação nessa região em relação ao total do país, reduziu, respectivamente de 36,89% e 21,15% em 1966 para 18,74% e 12,91% em 1984 – e a dominância da Região Sudeste frente às demais regiões em relação tanto ao número de indústrias extrativas e de transformação – concentrando mais de 50% do total das indústrias no país, em quase todo o período de 1966 a 1984, conforme exposto na Tabela 1 – quanto à concentração dos segmentos produtivos que definem a dinâmica da economia nacional[51], ao longo de todo o período em questão.

Tabela 1 – Número e percentual de indústrias extrativas e de transformação no Brasil e regiões – 1966, 1974, 1984

Brasil e Grande Região	Ano x Número e percentual de indústrias extrativas e de transformação							
	1966				1974			
	Indús. Ext.	% em relação ao total	Indús. Trans.	% em relação ao total	Indús. Ext.	% em relação ao total	Indús. Trans.	% em relação ao total
Brasil	2.098	100	38.013	100	1.348	100	71.012	100
Norte	06	0,29	877	2,31	10	0,74	1.138	1,60
Nordeste	774	36,89	8.039	21,15	292	21,66	7.013	9,88
Sudeste	1.001	47,71	16.041	42,20	825	61,20	40.383	56,87
Sul	271	12,92	8.105	21,32	145	10,76	15.060	21,21
Centro-Oeste	45	2,14	1.689	4,44	58	4,30	1.958	2,76

Brasil e Grande Região	Ano x Número e percentual de indústrias extrativas e de transformação			
	1984			
	Indús. Ext.	% em relação ao total	Indús. Trans.	% em relação ao total
Brasil	1.422	100	100.493	100
Norte	27	1,90	2.779	2,77
Nordeste	266	18,71	12.976	12,91
Sudeste	740	52,04	59.794	59,50
Sul	231	16,24	21.087	20,98
Centro-Oeste	151	10,62	3.842	3,82

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Pesquisa Industrial Anual.

[50] Com exceção dos anos 1970, 1971, 1972, 1975, 1980, 1985, 1986, 1987 e 1991.

[51] Os dados sobre a distribuição das indústrias extrativas e de transformação por classes e gênero de indústrias estão disponíveis para o Brasil e estados, mas não para regiões. Considerando a grande quantidade dos dados que precisariam ser compilados para apresentar a realidade por região do país, optou-se por não incluir na presente pesquisa. Para ver os referidos dados, acessar a Tabela 2221 no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), que dá acesso aos resultados das pesquisas realizadas pelo IBGE, disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipp/brasil>.

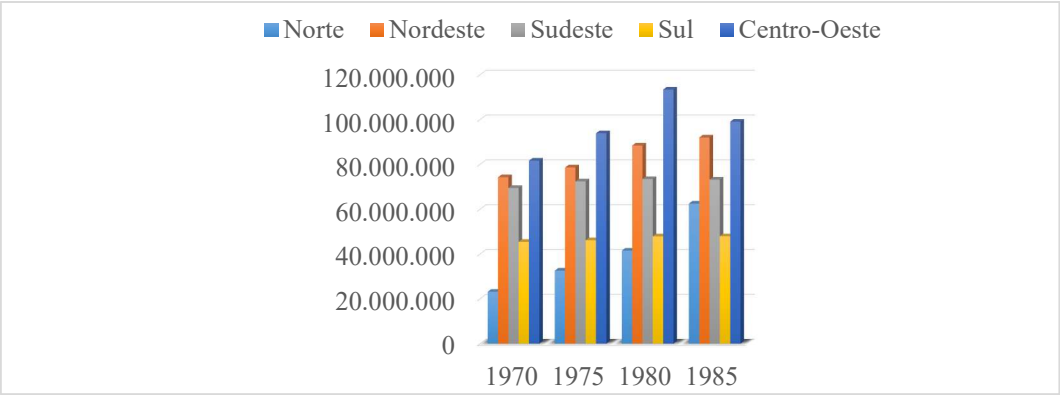
Considerando que a dinâmica da acumulação capitalista ocorre combinando "fases de acumulação predominantemente extensiva" e "fases de acumulação predominantemente intensiva", sem abrir mão totalmente de uma ênfase ou outra (BONENTE, 2016), concomitante ao avanço da industrialização, manteve-se a expansão das fronteiras agrícolas – conforme os Censos Agropecuários do IBGE de 1970 a 1985[52]. Nesse último ano, foram recenseados no Brasil 5.801.809 estabelecimentos com área total de 374.924.929 hectares (Tabela 2). Todas as regiões expandiram suas fronteiras agrícolas, sendo que a Região Norte apresentou a maior expansão – de 23.182.145 hectares em 1970 para 62.566.719 em 1985 – e a Região Centro-Oeste a maior área agrícola – 99.122.399 hectares em 1985 (Gráfico 2). A combinação dos dois grupos de dados aponta, portanto, para o acirramento da divisão regional do trabalho, com a indústria concentrando-se na Região Centro-Sul e nas demais se expandindo a agropecuária.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos agropecuários e área total por grupos de área no Brasil – 1970/1985

Ano	Número de estabelecimentos e de área total (hectares – ha) x Grupos de área							
	Menos de 10 ha		10 a menos de 100 ha		100 a menos de 1.000 ha		1.000 ha e mais	
	Núm. de estab. (Unidade)	Área dos estab. (ha)	Núm. de estab. (Unidade)	Área dos estab. (ha)	Núm. de estab. (Unidade)	Área dos estab. (ha)	Núm. de estab. (Unidade)	Área dos estab. (ha)
1970	2.519.630	9.083.495	1.934.392	60.069.704	414.746	108.742.676	36.874	116.249.591
1975	2.601.860	8.982.646	1.898.949	60.171.637	446.170	115.923.043	41.468	138.818.756
1980	2.598.019	9.004.259	2.016.774	6.4494.343	488.521	126.799.188	47.841	164.556.629
1985	3.064.822	9.986.637	2.160.340	69.565.161	517.431	13.143.2667	50.411	16.394.0463

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Agropecuário.

Gráfico 2 – Área total (hectares) dos estabelecimentos agropecuários por Região do Brasil – 1970/1985



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Agropecuário.

[52] Os dados para as regiões brasileiras só estão disponíveis a partir do ano 1970. Com relação ao Brasil, os números nos censos agropecuários anteriores foram: 648.153 estabelecimentos totalizando 175.104.675 hectares em 1920; 1.901.638 estabelecimentos totalizando 197.720.247 hectares em 1940; em 1950 foram 2.064.278 com área total de 232.211.106 hectares; e em 1960 foram 3.333.746 estabelecimentos com 249.862.342 hectares.

Esse crescimento contínuo da agropecuária, no mesmo contexto de expansão da industrialização, reforça as teses discutidas anteriormente neste capítulo, dando sustentação não só a perspectiva de Ianni (2004) e Oliveira (2003) quanto ao papel significativo desempenhado por essa atividade no processo de industrialização brasileiro, como também a de Osorio (2013). Para este autor a industrialização é apenas um parêntese na longa história do predomínio do padrão agro-mineral exportador na América Latina, na medida em que o referido crescimento aponta para a manutenção das condições ligadas ao papel historicamente desempenhado pelo país na divisão internacional do trabalho – o de provedor de matérias-primas em abundância.

Os dados mostram, também, que essa expansão da fronteira agrícola ocorreu mediante a manutenção e acirramento da concentração fundiária[53], ou seja, a submissão de novos territórios e seres humanos às relações de produção capitalistas se efetivou pela ação do capital sobre a terra, expropriando trabalhadores. Enquanto em 1970 os estabelecimentos agropecuários com menos de 10 hectares constituíam 51,2% do total de estabelecimentos existentes e detinham apenas 3,1% do total da área recenseada, em 1985 eles passaram a representar 52,8% dos estabelecimentos possuindo apenas 2,7% da área total recenseada. No outro extremo, os estabelecimentos com mais 1.000 hectares eram apenas 0,8% do total em 1970, mas detinham 39,5% da área recenseada, passando em 1985 a representar 0,9% do total de estabelecimentos e 43,7% da área total recenseada (Tabela 3).

Tabela 3 – Percentual dos estabelecimentos e área total por grupos de área no Brasil – 1970/1985

Ano	Percentual dos estabelecimentos e área total (hectares – ha) x Grupos de área							
	Menos de 10 ha		10 a menos de 100 ha		100 a menos de 1.000 ha		1.000 ha e mais	
	Estab. - % do total geral	Área dos estab. - % do total geral	Estab. - % do total geral	Área dos estab. - % do total geral	Estab. - % do total geral	Área dos estab. - % do total geral	Estab. - % do total geral	Área dos estab. - % do total geral
1970	51,2	3,1	39,3	20,4	8,4	37,0	0,8	39,5
1975	52,1	2,8	38,0	18,6	8,9	35,8	0,8	42,9
1980	50,4	2,5	39,1	17,7	9,5	34,8	0,9	45,1
1985	52,8	2,7	37,2	18,6	8,9	35,1	0,9	43,7

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Agropecuário.

[53] Os Censos Agropecuários anteriores mostram que a concentração fundiária é uma marca estruturante da formação do capitalismo no país. No primeiro censo desse tipo realizado em 1920, enquanto os estabelecimentos com menos de 100 ha representavam 71,6% do total de estabelecimentos agropecuários e totalizavam apenas 9% da área total recenseada, aqueles com mais de 1.000 ha eram apenas 4% do total de estabelecimentos, mas detinham 63,4% da área total. Nos censos seguintes, os percentuais de estabelecimentos com menos de 100 ha e o total de área por eles ocupada foram respectivamente: 85,6% e 17,8% em 1940; 85,4% e 16,6% em 1950; 89,5% e 21,2% em 1960. Já os estabelecimentos com mais de 1.000 ha e a área total deles, foram respectivamente: 4% e 63,4% em 1940; 1% e 51,2% em 1950; 2,2% e 44,7% em 1960.

O acirramento da concentração fundiária, via expropriação da terra, somado à industrialização intensificou o processo de imigração campo-cidade no período de 1960 a 1980 – na passagem da década de 1960 (54,92% da população vivia na zona rural) para 1970, a maioria da população brasileira (55,98%) passou a residir em cidades, representando 67,79% na década de 1980 (Tabela 4). Segundo Oliveira, Ervatti e O`Neill (2011), grandes volumes de imigrantes se deslocaram do campo para a cidade, delineando um processo de intensificação da urbanização, caracterizando áreas de expulsão ou emigração – Região Nordeste e os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – e áreas de atração ou forte imigração populacional – núcleo industrial composto pelos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (Tabela 5[54]). Um vigoroso ajuste espacial do capital empurrando a população excedente para os centros mais dinâmicos, de modo a fornecer, como explicado por Marx (2017), força de trabalho e mercado interno para os processos relacionados à urbano-industrialização.

Tabela 4 – Percentual da população total do Brasil e Regiões por situação do domicílio (urbano ou rural) – 1950/1980

Brasil e Grande Região	Ano x Situação do domicílio							
	1950		1960		1970		1980	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Brasil	36,16	63,84	45,08	54,92	55,98	44,02	67,7	32,3
Norte	29,64	70,36	35,54	64,46	42,6	57,4	50,23	49,77
Nordeste	26,4	73,6	34,24	65,76	41,78	58,22	50,71	49,29
Sudeste	47,55	52,45	57,36	42,64	72,76	27,24	82,83	17,17
Sul	29,5	70,5	37,58	62,42	44,56	55,44	62,71	37,29
Centro-Oeste	25,91	74,09	37,16	62,84	50,94	49,06	70,68	29,32

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico.

[54] O Censo Demográfico de 1991 foi o primeiro a trazer informações sobre a migração. Dentre as diferentes opções de medir a migração que ele oferece, optou-se nesta pesquisa por trabalhar com a informação "população residente segundo o lugar de residência há exatamente cinco anos antes da data de referência da pesquisa", considerando que segundo o IBGE (2000, s/p): "Comparando-se o lugar de residência em uma data fixa anterior, cinco anos, com o lugar de residência atual, isto é, na data do censo, pode-se obter um indicador do fluxo migratório. Um indivíduo que cinco anos antes da data de referência do censo possuía um local de residência diferente do atual é considerado migrante. É um emigrante em relação ao local de origem e imigrante em relação ao de destino, e o período de tempo que caracteriza o movimento está perfeitamente definido. Esse tipo de pergunta também permite obter informações sobre o saldo líquido migratório, já que serão conhecidos os imigrantes e emigrantes, levando em conta que os informantes serão os sobreviventes após cinco anos". Nesse sentido, os dados apresentados na Tabela 5, mostram a migração entre as regiões brasileiras no período de 1986 a 1991.

Tabela 5 – Número de imigrantes, emigrantes e saldo líquido migratório por Região do Brasil – 1991

Região	Ano – 1991		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido migratório
Região Norte	408.522	277.295	131.227
Região Nordeste	477.913	1.354.447	(-)876.534
Região Sudeste	1.426.941	786.817	640.124
Região Sul	285.273	470.642	(-)185.369
Região Centro-Oeste	627.290	336.738	290.552

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico.

Segundo Ianni (2004), a expansão urbano-industrial, a migração interna e outros processos – desencadeados com as transformações da economia nacional depois de 1930 e que tiveram como base a concentração e centralização de capital –, recolocaram o problema do desenvolvimento desigual, passando esse a compor as preocupações dos governantes – foi esse o caso da política estatal no Nordeste com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)[55], que será abordado posteriormente. A ação estatal visava acelerar a expansão interna de setores ou regiões com ritmo de crescimento e diversificação mais lento que os centros regionais dominantes e, sem reduzir a intensidade da expansão desses, mas controlar seus efeitos sobre os segmentos periféricos.

Assim, em substituição ao "arquipélago" de economias regionais passou-se, nos anos setenta e oitenta do século XX, à integração produtiva sob o comando do grande capital e do Estado Nacional – a Tabela 1 demonstra isso, revelando o crescimento das indústrias de transformação em todas as regiões brasileiras nessas décadas, ainda que sem ameaçar a hegemonia do sudeste. A moderna e ampla base industrial que operava essencialmente no espaço nacional, lentamente desconcentrava atividades para as regiões menos desenvolvidas, integrando-as à mesma lógica da dinâmica do valor, ao mesmo tempo em que ficavam mais complexas e diferenciadas internamente, ampliando assim, as heterogeneidades internas (ARAÚJO, 1999).

> Tanto o primeiro momento (até 1970), caracterizado pela concentração regional da atividade, quanto o segundo (1970 a 1985), caracterizado por desconcentração, estiveram inseridos em um mesmo padrão de desenvolvimento, o *nacional-*

[55] A SUDENE foi criada pela lei nº 3.692 de 15 de dezembro de 1959 e sua intervenção, segundo Oliveira (1981), era – seja pela criação de empresas do Estado ou com sua participação, seja pela concessão de favores – voltada para converter a riqueza nacional, em especial a captada pelo Estado, em base para a nova produção na região Nordeste. Depois, extinta em 2001, no contexto da primeira fase neoliberal, no governo Fernando Henrique Cardoso. Posteriormente, foi reinstitucionalizada na segunda fase neoliberal no governo Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2007.

> *desenvolvimentista*, cujo horizonte era a integração do mercado nacional. Esse padrão foi marcado por forte intervenção estatal, inclusive sendo o Estado produtor direto, política industrial ativa, definida por substituição de importações, protecionismo e orientação pelo mercado interno, e política regional ativa a partir do final dos anos de 1960, focada na promoção do desenvolvimento fora da RMSP [Região Metropolitana de São Paulo], mas integrado e complementar a ela. O período entre 1930 e 1985 encerrou a trajetória da construção de uma matriz industrial complexa, relativamente integral e integrada [...] (ABDAL, 2017, p.109)[56].

A configuração regional que emerge dessa desconcentração industrial[57] na década de 1980 expõe a continuidade de uma distribuição ainda bastante concentrada da produção industrial no Brasil. Os principais eixos de localização industrial eram o polígono em torno da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) – demarcado por Belo Horizonte, Uberlândia, Maringá, Porto Alegre, Florianópolis e São José dos Campos – que reuniu a maior parte da desconcentração industrial dessa área e dos novos investimentos, e fora dele a faixa litorânea e as grandes cidades e seus entornos metropolitanos, com investimentos industriais pontuais destinados à exploração de recursos naturais e à expansão da fronteira agrícola, voltados para a demanda exterior, com baixo poder de encadeamentos locais (ABDAL, 2017).

Na década seguinte, a economia nacional sofrerá alterações substanciais, pois a consolidação do imperialismo neoliberal no cenário internacional – em que para se contrapor à crise estrutural de lucratividade, o capital se apoia na financeirização, na elevação do grau de exploração do trabalho e no crescimento do comércio global, utilizando-se, para tanto, de políticas neoliberais e estratégias de reestruturação produtiva – desencadeia um novo ajuste na divisão internacional do trabalho, impactando a forma de inserção brasileira na geopolítica do valor (CARDOZO, 2018).

A adequação do Brasil à lógica do imperialismo neoliberal ocorre mediante a conformação do "modelo liberal periférico"[58] como política econômica, iniciado ainda no

---

[56] Ainda que o protecionismo da burguesia nacional seja proeminente nesse período desenvolvimentista é preciso lembrar que o mesmo se coaduna com o expansionismo imperialista do capital no pós-Segunda Guerra Mundial, no âmbito do regime fordista-keynesiano.

[57] Dentre as causas da desconcentração industrial, destacam-se, além da já citada atuação do Estado com viés desconcentrador e da integração do mercado nacional, a expansão da fronteira agromineral e as deseconomias de aglomeração – conjunto de variáveis que provocam alteração na organização da produção e na sua produtividade, tais como custos de transporte, de terrenos, de serviços e de infraestrutura urbana, ampliação do poder sindical, questões ambientais etc. – surgidas na RMSP (ABDAL, 2017).

[58] O "modelo liberal periférico" particulariza o neoliberalismo nos países da periferia do capitalismo em comparação com o neoliberalismo nos países cêntricos, com três conjuntos de características marcantes. *O primeiro conjunto de características* justifica a denominação *liberal,* sendo essas características: 1) a liberalização das relações econômicas internacionais nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e monetário-financeira; 2) a implementação de reformas no âmbito do Estado e privatização de empresas estatais, provocando uma reconfiguração da intervenção estatal na economia e na sociedade; 3) e desregulação do mercado de trabalho, reforçando a exploração da força de trabalho. *O segundo conjunto* explicita a condição de modelo periférico, cujas características são: 4) a subordinação do país no sistema econômico internacional, não possuindo influência na arena internacional; 5) vulnerabilidade externa estrutural nas suas relações econômicas

governo Collor (nos primeiros anos da década de 1990) e se consolida nos anos 2000 com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Resultante da redefinição da relação capital-trabalho, das relações intercapitalistas e da estrutura e funcionamento do Estado, essa política apresenta entre suas características marcantes, a vulnerabilidade externa estrutural do país nas suas relações econômicas internacionais (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007), de modo que a ofensiva neoliberal ocasiona o acirramento da dependência brasileira.

Segundo Oliveira (2006), a acumulação de capital sob a dominação financeira reduziu a economia brasileira à condição de uma economia submundial, incapaz de autodirigir seu processo de acumulação de capital produtivo, redefinindo, consequentemente, as relações internas das suas regiões no quadro de uma perversa divisão regional do trabalho. O que, ao mesmo tempo, significou a derrota do longo ciclo de substituição de importações das políticas desenvolvimentistas (1930-1980), portanto, o redirecionamento do investimento em industrialização e capacidade tecnológica do país.

Nesse quadro, viu-se na pesquisa que, a partir de 1990, ganha expressão a tendência à especialização regressiva da estrutura produtiva do Brasil, fenômeno conhecido como reprimarização – reforço do papel do país como exportador de produtos básicos intensivos em recursos naturais, em detrimento da exportação de produtos industrializados, sobretudo os de média e alta intensidade tecnológica[59] – que reforçou estruturas produtivas regionais pré-existentes e expandiu a fronteira agrícola e mineral, produzindo mudanças importantes na forma de organização do espaço (CARDOZO, 2018). Ademais, altera-se de forma substancial a estratégia de desenvolvimento nacional, com abandono da matriz industrial integral e integrada, rompendo o padrão de descentralização industrial das décadas anteriores e com isso, retomando e reforçando as estratégias de especialização regional (ABDAL, 2017).

Segundo Araújo (1999), os segmentos produtivos que definem a dinâmica da economia nacional tendem a se concentrar nas regiões onde se consolidou a indústria moderna brasileira, enquanto os segmentos mais leves e de menos densidade de capital optam pelas regiões menos

internacionais. *Terceiro*, ressalta-se que o "modelo liberal periférico" caracteriza-se ainda pela dominância do capital financeiro em sua dinâmica macroeconômica (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007).

[59] Para alguns autores a redução da participação industrial na pauta de exportação constitui um indicativo de uma segunda tendência regressiva, a desindustrialização. Essa tese é controversa e mesmo entre os que a defendem surgem divergências quanto à explicação, existindo os que a caracterizam pela perda de participação relativa da indústria no PIB e também pela queda no total de emprego nesse setor econômico, ao passo que para outros, as taxas negativas de crescimento industrial não seriam a explicação, mas sim um conjunto de fatores – englobando desde o crescimento mais acelerado dos segmentos produtores de bens menos sofisticados, a tendência de montagem no segmento de produtos mais intensivos em tecnologia, até a crescente necessidade de importação dos produtos necessários para viabilizar a produção – que resultam em saldos comerciais negativos no comércio de produtos industrializados, em decorrência da necessidade crescente de importações e da baixa competitividade dos produtos industrializados brasileiros no mercado internacional (CARDOZO, 2018).

desenvolvidas, com força de trabalho abundante e de baixo custo, como o Nordeste. Ademais, com a ausência de políticas de desenvolvimento regional por parte do Governo Federal, na primeira fase neoliberal, abriu-se espaço para que fosse deflagrada uma "guerra fiscal"[60] entre estados e municípios, buscando consolidar "focos de dinamismo" em suas áreas de atuação – destaque para o Ceará que, conforme será visto nos próximos capítulos, fará uso de uma agressiva política de incentivos para garantir condições competitivas frente a outros estados da federação, sobretudo na fase do desenvolvimento capitalista tomada por objeto nesta pesquisa.

A escolha para locação do capital produtivo e a consequente divisão regional do trabalho passa a ser definida, portanto, pela financeirização, que determina os locais, e pela decisão política dos governos de disponibilizarem investimentos (OLIVEIRA, 2006). Como resultante dessa combinação de processos externos e internos, segundo Araújo (1999), tem-se grandes áreas do Brasil constituindo "espaços não-competitivos" ao capital, a despeito da suposta equidade federativa da República, no plano da política.

Soma-se a isso o dito, anteriormente, sobre a limitada dimensão da desconcentração econômica ocorrida no país antes da sua inserção na economia mundializada, provocando a *sobredisparidade* regional. Tais processos sinalizam que essa inserção tende a ser amplamente diferenciada, a julgar pelos diversos subespaços econômicos do país, e que essa diferenciação tendeu a reforçar e ampliar as históricas e profundas desigualdades entre as regiões brasileiras (ARAÚJO, 1999), em função da maior ou menor absorção da dinâmica típica da reprodução do valor – conforme se buscará explicitar no decorrer desta análise.

Sobre o afrouxamento da dinâmica industrial, os dados sobre o comércio exterior do Brasil[61] confirmam a tendência de primarização da pauta de exportação brasileira, indicando que os bens intermediários[62] lideram as exportações durante todo o período da série – em 1997

[60] Política executada por muitos governos locais (estaduais e municipais), a qual consiste na atração de investimentos industriais via concessão de isenções fiscais (LIMA JÚNIOR, 2014). Os governos disputam entre si a localização de grandes empresas, colocando em questão o pacto federativo da República e deixando prevalecer mecanismos de mercado, como parte da contrarreforma neoliberal do Estado.

[61] Os dados são disponibilizados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) no Portal *Comex Stat* no endereço: http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home.

[62] A Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do MDIC utiliza uma Classificação por Grandes Categorias Econômicas (CGCE) elaborada com base na classificação da Organização das Nações Unidades (ONU) e do IBGE. Na CGCE/SECEX, os produtos são organizados nos seguintes setores: (1) Bens de Capital (BK) - Bens de capital, exceto equipamentos de transporte industrial; Equipamentos de transporte industrial; (2) Bens Intermediários (BI) - Alimentos e bebidas básicos, destinados principalmente à indústria; Alimentos e bebidas elaborados, destinados principalmente à indústria; Insumos industriais básicos; Insumos industriais elaborados; Peças e acessórios para bens de capital; Peças para equipamentos de transporte; (3) Bens de consumo (BC) – Bens de consumo duráveis (Bens de consumo duráveis – exceto equipamentos de transportes; automóveis para passageiros; equipamentos de transporte não industrial); Bens de consumo semiduráveis e não duráveis (bens de consumo semiduráveis; bens de consumo não duráveis; alimentos e bebidas básicos, destinados principalmente ao consumo doméstico; Alimentos e bebidas elaborados, destinados principalmente ao consumo doméstico); (4) COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES - Combustíveis e lubrificantes básicos; Combustíveis e lubrificantes

essa categoria respondeu por 69,8% do valor total exportado e em 2018 por 65,0% (Tabela 6). Dentre os produtos exportados, os insumos industriais elaborados aparecem como a principal exportação em termos de valor em todos os anos selecionados (Tabela 7). A tendência à reprimarização intensificou-se na primeira década dos anos 2000, devido à ampliação da demanda da China por *commodities* e seu impacto na elevação dos preços desses produtos no mercado internacional, manteve-se após a crise internacional de 2008 só vindo a sofrer redução de volume nas exportações após 2012 (CARDOZO, 2018).

O crescimento mais intenso da participação de produtos primários na pauta de exportação constitui, segundo Cardozo (2018), uma das principais características do padrão de acumulação brasileiro, garantindo superávits comerciais. Esses, em razão da subordinação dos recursos públicos às necessidades do capital financeiro internacional que se impõem como prioridades, são destinados ao pagamento dos juros da dívida pública, sinalizando, conforme Pereira (2018), para uma ligação entre a agroexportação e a financeirização do capital.

Analisando-se os dados da balança comercial brasileira (Tabela 8) nota-se um forte crescimento das importações, sugerindo que para manter o equilíbrio da balança comercial tem-se optado por aumentar as exportações – no caso, dos produtos primários com baixo valor agregado, demandados pelas economias centrais –, ao invés de buscar maior autonomia econômica e centralidade nas demandas de subsistência da reprodução social no país.

O imperialismo neoliberal, portanto, reforça o papel histórico do Brasil como economia exportadora de produtos básicos intensivos em recursos naturais, acentuando sua dependência – visto que a economia nacional fica sujeita às variações da demanda externa e também, que a indústria nacional imperiosamente precisa adquirir externamente grande parte dos recursos necessários à sua produção – em relação às economias centrais, sendo essa condição sustentada pela superexploração de sua força de trabalho – conforme sugerem os dados expostos adiante sobre a média salarial nacional em cada setor da economia, os rendimentos da população, os números e percentuais de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza no país.

elaborados (Gasolinas para automóvel - motor spirit; Combustíveis e lubrificantes elaborados - exceto motor spirit/gasolinas para automóvel); (5) Bens não especificados anteriormente.

Tabela 6 – Exportação brasileira por grandes categorias econômicas – 1997-2018

Ano	Grandes Categorias Econômicas x valor exportado (US$ FOB) (1)												
	Bens de Capital	% do total exportado	Bens Intermediários	% do total exportado	Bens de Consumo	% do total exportado	Combustíveis e Lubrificantes	% do total exportado	Bens não espec. ant.	% do total exportado	Total exportado	% Base 1997	% Base no ano anterior
1997	4.616.883.311	8,7	36.944.832.338	69,8	10.269.423.859	19,4	1.029.588.684	1,9	86.767.340	0,2	52.947.495.532	0	0
1998	5.021.406.564	9,8	34.561.964.276	67,7	10.533.669.525	20,6	894.645.781	1,8	64.917.403	0,1	51.076.603.549	-4	-4
1999	4.818.290.937	10,0	31.889.459.002	66,5	10.016.942.827	20,9	1.158.807.855	2,4	62.408.689	0,1	47.945.909.310	-9	-6
2000	6.805.516.676	12,4	34.673.487.846	63,0	11.604.497.375	21,1	1.872.970.214	3,4	61.874.372	0,1	55.018.346.483	4	15
2001	6.636.772.571	11,4	35.201.695.050	60,6	13.010.354.648	22,4	3.202.110.082	5,5	77.290.868	0,1	58.128.223.219	10	6
2002	5.589.250.434	9,3	37.153.736.219	61,6	13.499.046.316	22,4	3.992.510.317	6,6	55.947.843	0,1	60.290.491.129	14	4
2003	5.921.087.307	8,1	45.869.617.311	62,9	16.113.647.829	22,1	5.014.193.208	6,9	56.481.799	0,1	72.975.027.454	38	21
2004	11.000.101.967	11,4	59.042.022.237	61,3	20.062.223.136	20,8	6.155.995.172	6,4	71.841.898	0,1	96.332.184.410	82	32
2005	12.266.891.097	10,3	70.960.669.578	59,8	25.619.164.136	21,6	9.760.371.696	8,2	85.760.037	0,1	118.692.856.544	124	23
2006	12.809.852.515	9,3	82.395.223.053	59,8	28.058.349.830	20,4	14.347.171.755	10,4	97.499.606	0,1	137.708.096.759	160	16
2007	16.627.942.016	10,4	94.924.962.816	59,1	31.435.977.573	19,6	17.401.353.362	10,8	131.646.988	0,1	160.521.882.755	203	17
2008	19.584.676.175	9,9	117.164.728.802	59,2	35.471.854.218	17,9	25.426.479.890	12,9	131.119.000	0,1	197.778.858.085	274	23
2009	11.217.185.827	7,3	95.798.472.222	62,6	28.259.093.032	18,5	17.492.110.035	11,4	143.719.267	0,1	152.910.580.383	189	-23
2010	14.355.020.317	7,1	130.151.951.357	64,5	32.853.412.409	16,3	24.291.285.865	12,0	136.667.087	0,1	201.788.337.035	281	32
2011	18.121.132.371	7,1	169.494.673.095	66,2	35.556.636.470	13,9	32.591.486.667	12,7	172.378.254	0,1	255.936.306.857	383	27
2012	19.819.863.504	8,2	157.943.017.676	65,2	33.182.720.719	13,7	31.160.403.506	12,9	171.301.785	0,1	242.277.307.190	358	-5
2013	24.045.691.458	9,9	159.919.755.809	66,1	35.738.942.369	14,8	22.083.743.087	9,1	179.429.036	0,1	241.967.561.759	357	0
2014	16.660.925.158	7,4	150.531.849.746	66,9	32.731.533.489	14,5	24.848.309.090	11,0	201.783.745	0,1	224.974.401.228	325	-7
2015	15.503.718.175	8,1	129.774.925.477	68,0	29.259.098.869	15,3	16.256.304.363	8,5	177.040.455	0,1	190.971.087.339	261	-15
2016	18.319.103.578	9,9	123.387.058.302	66,6	29.949.161.652	16,2	13.275.731.747	7,2	301.061.022	0,2	185.232.116.301	250	-3
2017	17.017.019.260	7,8	145.620.935.172	66,9	34.039.042.393	15,6	20.921.631.911	9,6	140.589.730	0,1	217.739.218.466	311	18
2018	21.164.487.530	8,8	155.500.365.320	65,0	31.194.842.501	13,0	31.290.835.318	13,1	113.462.012	0,0	239.263.992.681	352	10

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do MDIC.

(1) Os valores referentes às exportações são expressos em US$ FOB – iniciais da expressão inglesa *Free On Board*. Quer dizer que o exportador é responsável pela mercadoria até ela estar dentro do navio, para ser transportada ao porto indicado pelo comprador[63].

[63] Disponível em: <ttps://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2115:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 02 jun. 2020.

Tabela 7 – Exportação brasileira por tipo de produto – 2000/2018

Tipo de produto exportado	Ano x valor exportado (US$ FOB)									
	2000	% em relação ao total	2005	% em relação ao total	2010	% em relação ao total	2015	% em relação ao total	2018	% em relação ao total
Total das exportações	55.018.346.483	100,00	118.692.856.544	100,00	201.788.337.035	100	190.971.087.339	100	239.263.992.681	100
1. Bens de capital, exceto equipamentos de transporte industrial	2.397.095.498	4,36	5.977.243.162	5,04	7.142.659.192	3,54	8.463.731.028	4,43	13.731.186.361	5,74
2. Equipamentos de transporte industrial	4.408.421.178	8,01	6.289.647.935	5,30	7.212.361.125	3,57	7.039.987.147	3,69	7.433.301.169	3,11
3. Alimentos e bebidas básicos, destinados principalmente à indústria	3.768.353.999	6,85	8.043.518.956	6,78	19.330.038.894	9,58	32.289.399.061	16,91	42.374.432.904	17,71
4. Alimentos e bebidas elaborados, destinados principalmente à indústria	1.441.783.645	2,62	5.074.309.487	4,28	12.362.855.931	6,13	9.028.717.188	4,73	7.979.695.397	3,34
5. Insumos industriais básicos	4.871.872.760	8,85	11.281.839.929	9,51	36.407.821.604	18,04	22.339.166.729	11,70	29.876.102.664	12,49
6. Insumos industriais elaborados	18.706.494.961	34,00	35.210.672.703	29,67	47.789.547.810	23,68	52.732.459.875	27,61	59.950.297.952	25,06
7. Peças e acessórios para bens de capital	1.786.919.923	3,25	3.210.074.376	2,70	4.089.958.197	2,03	3.883.290.340	2,03	3.805.862.461	1,59
8. Peças para equipamentos de transporte	4.098.062.558	7,45	8.140.254.127	6,86	10.171.728.921	5,04	9.501.892.284	4,98	11.513.973.942	4,81
9. Bens de consumo duráveis	2.928.250.702	5,32	6.536.580.279	5,51	6.023.042.344	2,98	4.314.068.059	2,26	6.486.162.803	2,71
10. Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	8.676.246.673	15,77	19.082.583.857	16,08	26.830.370.065	13,30	24.945.030.810	13,06	24.708.679.698	10,33
11. Combustíveis e lubrificantes básicos	158.813.551	0,29	4.164.936.773	3,51	16.293.624.555	8,07	11.782.968.927	6,17	25.252.254.979	10,55
12. Combustíveis e lubrificantes elaborados	1.714.156.663	3,12	5.595.434.923	4,71	7.997.661.310	3,96	4.473.335.436	2,34	6.038.580.339	2,52
13. Bens não especificados anteriormente	61.874.372	0,11	85.760.037	0,07	136.667.087	0,07	177.040.455	0,09	113.462.012	0,05

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do MDIC.

Tabela 8 – Balança comercial brasileira – 1997-2018

Ano	Exportação, importação e saldo de comércio (US$ FOB)		
	Exportação (A)	Importação (B)	Saldo (A – B)
1997	52.947.495.532	59.484.840.278	-6.537.344.746
1998	51.076.603.549	57.596.907.511	-6.520.303.962
1999	47.945.909.310	49.181.644.327	-1.235.735.017
2000	55.018.346.483	55.891.118.709	-872.772.226
2001	58.128.223.219	55.444.566.162	2.683.657.057
2002	60.290.491.129	47.140.165.638	13.150.325.491
2003	72.975.027.454	48.269.929.600	24.705.097.854
2004	96.332.184.410	62.744.505.513	33.587.678.897
2005	118.692.856.544	73.468.391.463	45.224.465.081
2006	137.708.096.759	91.192.855.350	46.515.241.409
2007	160.521.882.755	120.475.382.973	40.046.499.782
2008	197.778.858.085	173.118.588.785	24.660.269.300
2009	152.910.580.383	127.812.153.899	25.098.426.484
2010	201.788.337.035	181.774.969.378	20.013.367.657
2011	255.936.306.857	226.244.222.128	29.692.084.729
2012	242.277.307.190	223.366.721.023	18.910.586.167
2013	241.967.561.759	239.681.231.635	2.286.330.124
2014	224.974.401.228	229.127.843.314	-4.153.442.086
2015	190.971.087.339	171.458.999.759	19.512.087.580
2016	185.232.116.301	137.585.830.976	47.646.285.325
2017	217.739.218.466	150.749.494.421	66.989.724.045
2018	239.263.992.681	181.230.568.862	58.033.423.819

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do MDIC.

A reprimarização, como já assinalado, reforçou estruturas produtivas regionais previamente existentes e expandiu a fronteira agrícola e mineral, ampliando o uso do território para essas atividades, gerando, com isso, importantes mudanças na forma de organização do espaço (CARDOZO, 2018). Os dados sobre as exportações das regiões do Brasil de 2000 a 2018 (Tabela 9) corroboram essas afirmações, indicando: forte aumento da exportação de bens primários[64] em todas as regiões; aumento na participação do Norte, Nordeste e Centro-Oeste na exportação nacional e queda na participação do Sudeste e Sul; manutenção da predominância produtiva da Região Sudeste; produção de bens de capital com valor expressivo apenas no Sudeste e Sul; expansão da produção de combustíveis e lubrificantes no Sudeste e Nordeste.

[64] Em 2018, as maiores produções foram: alimentos e bebidas básicos, destinados principalmente à indústria; insumos industriais básicos; insumos industriais elaborados. Os maiores produtores em cada Região foram: o Pará com insumos industriais básicos e elaborados (minérios metálicos); Bahia e Maranhão com insumos industriais elaborados (minérios metálicos) e alimentos e bebidas básicos; no Sudeste, São Paulo com insumos industriais elaborados e Minas Gerais com insumos industriais básicos (minérios metálicos, ferro e aço); Rio Grande do Sul com alimentos e bebidas básicos e o Paraná com insumos industriais elaborados; Mato Grosso e Goiás com alimentos e bebidas básicos.

Tabela 9 – Exportação do Brasil e Regiões por grandes categorias econômicas e valor – 2000/2018 (continua)

Grande Região	Grandes Categorias Econômicas x valor exportado (US$ FOB)											
	Bens de Capital	% do total exportado	Bens Intermediários	% do total exportado	Bens de Consumo	% do total exportado	Combustíveis e Lubrificantes	% do total exportado	Bens não especificados anteriormente	% do total exportado	Total exportado	% do total exportado pelo Brasil no ano
Brasil												
2000	6.805.516.676	12,4	34.673.487.846	63,0	11.604.497.375	21,1	1.872.970.214	3,4	61.874.372	0,1	55.018.346.484	100
2005	12.266.891.097	10,3	70.960.669.578	59,8	25.619.164.136	21,6	9.760.371.696	8,2	85.760.037	0,1	118.692.856.544	100
2010	14.355.020.317	7,1	130.151.951.357	64,5	32.853.412.409	16,3	24.291.285.865	12,0	136.667.087	0,1	201.788.337.035	100
2015	15.503.718.175	8,1	129.774.925.477	68,0	29.259.098.869	15,3	16.256.304.363	8,5	177.040.455	0,1	190.971.087.339	100
2018	21.164.487.530	8,8	155.500.365.320	65,0	31.194.842.501	13,0	31.290.835.318	13,1	113.462.012	0,0	239.263.992.681	100
Norte												
2000	57.535.926	1,7	2.544.562.432	76,7	701.508.734	21,2	11.769.371	0,4	119.277	0,0	3.315.495.740	6,0
2005	68.317.081	0,9	5.306.326.965	72,2	1.954.131.127	26,6	21.764.646	0,3	797.418	0,0	7.351.337.237	6,2
2010	95.229.923	0,6	13.508.263.613	89,5	1.426.749.459	9,5	53.406.397	0,4	4.651.801	0,0	15.088.301.193	7,
2015	88.961.210	0,7	11.207.044.126	84,9	1.857.625.080	14,1	42.159.446	0,3	2.710.260	0,0	13.198.500.122	6,9%
2018	67.929.792	0,4	17.292.017.951	90,8	1.641.055.797	8,6	38.953.693	0,2	1.935.889	0,0	19.041.893.122	8,0
Nordeste												
2000	7.503.337	0,2	3.068.704.943	76,4	679.233.933	16,9	259.967.737	6,5	2.371.039	0,1	4.017.780.989	7,3
2005	13.616.570	0,1	6.272.907.347	59,5	2.449.336.929	23,2	1.799.466.826	17,1	5.533.068	0,1	10.540.860.740	8,9
2010	30.783.728	0,2	11.616.383.470	73,3	2.495.826.206	15,7	1.696.562.570	10,7	10.068.152	0,1	15.849.624.126	7,9
2015	286.415.092	2,0	11.554.916.258	78,9	1.909.115.556	13,0	887.679.115	6,1	10.181.507	0,1	14.648.307.528	7,7
2018	323.614.890	1,7	14.616.208.813	78,0	2.365.136.728	12,6	1.429.875.990	7,6	7.969.870	0,0	18.742.806.291	7,8

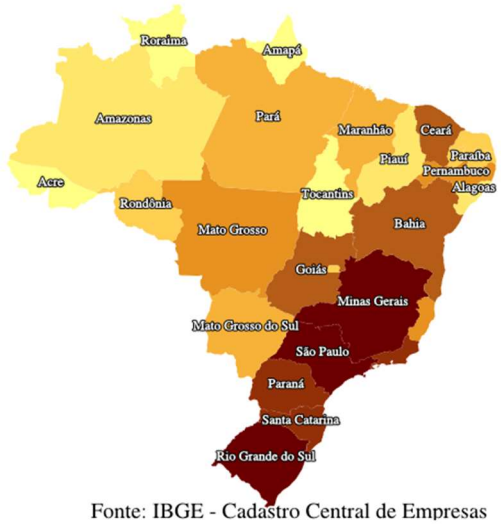
Tabela 9 – Exportação do Brasil e Regiões por grandes categorias econômicas e valor – 2000/2018 (conclusão)

Grande Região	Grandes Categorias Econômicas x valor exportado (US$ FOB)											
	Bens de Capital	% do total exportado	Bens Intermediários	% do total exportado	Bens de Consumo	% do total exportado	Combustíveis e Lubrificantes	% do total exportado	Bens não especificados anteriormente	% do total exportado	Total exportado	% do total exportado pelo Brasil no ano
Sudeste												
2000	5.080.458.578	16,3	19.100.638.385	61,4	5.579.418.021	17,9	1.288.275.620	4,1	53.074.714	0,2	31.101.865.318	56,5
2005	9.247.452.126	14,2	37.276.262.599	57,1	11.417.769.908	17,5	7.234.063.143	11,1	69.677.987	0,1	65.245.225.763	55,0
2010	10.925.969.473	9,5	67.909.402.025	59,1	15.419.965.647	13,4	20.453.393.058	17,8	107.429.461	0,1	114.816.159.664	56,9
2015	11.387.814.921	12,1	56.025.388.222	59,4	12.061.425.106	12,8	14.720.129.447	15,6	141.782.347	0,2	94.336.540.043	49,4
2018	12.290.833.987	10,6	61.672.928.753	53,2	12.837.010.000	11,1	29.120.160.978	25,1	90.617.086	0,1	116.011.550.804	48,5
Sul												
2000	676.415.101	5,3	7.619.860.603	59,2	4.409.529.449	34,3	153.797.928	1,2	3.835.359	0,0	12.863.438.440	23,4
2005	2.593.335.887	10,0	14.839.822.982	57,0	8.146.537.902	31,3	459.005.063	1,8	6.575.103	0,0	26.045.276.937	21,9
2010	2.797.145.762	7,6	22.947.944.282	62,0	10.112.946.047	27,3	1.156.744.664	3,1	8.002.713	0,0	37.022.783.468	18,3
2015	2.832.501.234	7,1	27.221.410.067	68,0	9.450.593.743	23,6	546.448.864	1,4	9.812.225	0,0	40.060.766.133	21,0
2018	7.415.957.004	14,8	32.100.750.772	63,9	10.237.377.479	20,4	452.533.024	0,9	7.124.559	0,0	50.213.742.838	21,0
Centro-Oeste												
2000	1.977.866	0,1	1.627.082.862	88,8	201.890.199	11,0	521.287	0,0	927.709	0,1	1.832.399.923	3,3
2005	18.238.994	0,3	5.928.927.622	82,9	1.204.780.446	16,8	274.837	0,0	0	0,0	7.152.221.899	6,0
2010	47.611.372	0,3	12.485.236.610	80,3	2.968.372.794	19,1	38.357.686	0,2	1.783.399	0,0	15.541.361.861	7,7
2015	45.835.176	0,2	20.123.596.278	84,1	3.732.019.653	15,6	37.722.826	0,2	1.828.552	0,0	23.941.002.485	12,5
2018	121.977.374	0,4	26.057.539.962	86,9	3.769.271.193	12,6	26.073.764	0,1	1.026.997	0,0	29.975.889.290	12,5

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do MDIC.

O Cadastro Central de Empresas do IBGE, com disponibilidade de dados sobre cada setor da economia – agropecuária, indústria e serviços – no período de 1996 a 2017, ajuda a visualizar a atual configuração regional brasileira. Em consonância com a expansão de produtos agrícolas na pauta de exportação nacional, os dados do cadastro mostram que ocorreu uma expansão das atividades da agropecuária em todas as regiões (Figuras 1 e 2)[65], especialmente no Sudeste que em 2017 apresentou, comparado às outras regiões, um número desproporcional de empresas nesse setor (Gráfico 3).

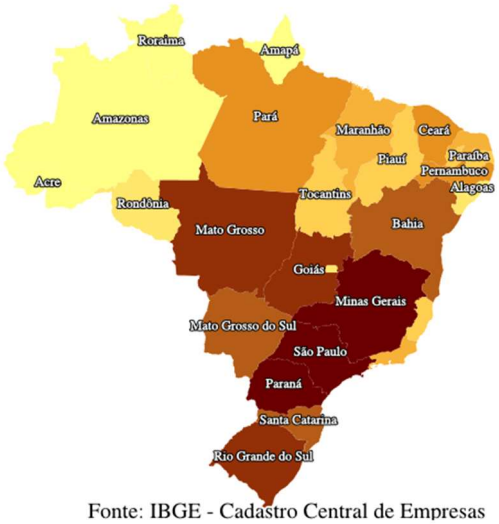
Figura 1 – Agropecuária no Brasil em 1997



Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas



Figura 2 – Agropecuária no Brasil em 2017

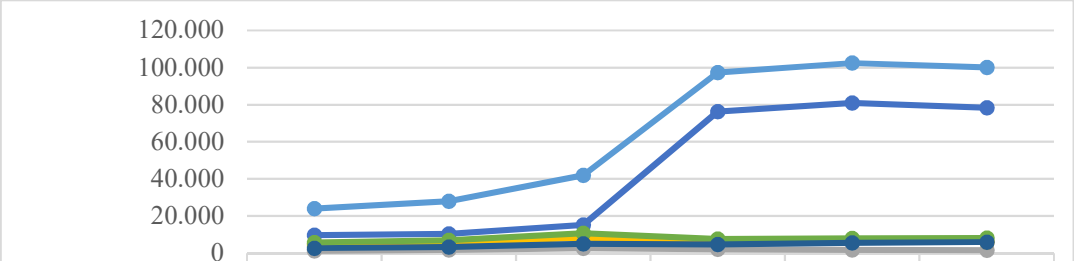


Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas



[65] As figuras (de 1 a 6) apresentadas neste trabalho são cartogramas – representação espacial dos dados numa escala de cores, sendo que as mais intensas indicam valores maiores – produzidos a partir dos dados contidos nas tabelas 992 (para o ano 2017) e 1732 (para o ano 1997) do SIDRA, disponível no endereço: https://sidra.ibge.gov.br/home/ipp/brasil.

Gráfico 3 – Número de empresas do setor Agropecuário no Brasil e Regiões – 1996/2017

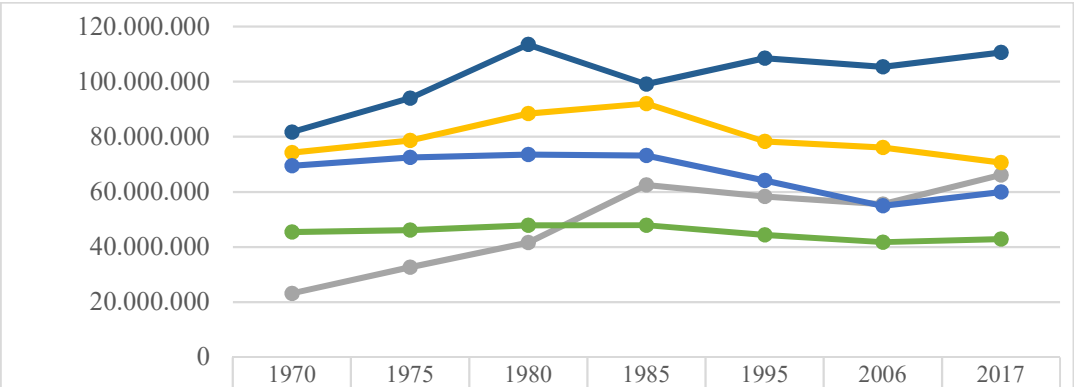


	1996	2000	2005	2010	2015	2017
Brasil	23.967	27.948	41.922	97.355	102.448	100.114
Norte	1.270	1.804	2.618	2.111	1.717	1.624
Nordeste	4.560	5.616	8.346	6.699	6.205	6.027
Sudeste	9.686	10.306	15.234	76.303	80.940	78.316
Sul	5.782	6.854	10.687	7.604	7.970	8.196
Centro-Oeste	2.669	3.368	5.037	4.638	5.616	5.951

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Cadastro Central de Empresas.

Os dados dos Censos Agropecuários mostram o crescimento da área total recenseada em cada uma das regiões – com exceção do Nordeste que apresenta redução de 2006 para 2017. O Centro-Oeste – onde ocorreu acentuada ampliação das exportações de produtos agropecuários – se apresenta como a região com a maior área agropecuária, seguida pelo Nordeste, Norte, Sudeste e Sul (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Área (hectares) total dos estabelecimentos agropecuários por Região do Brasil – 1970/2017 (1)



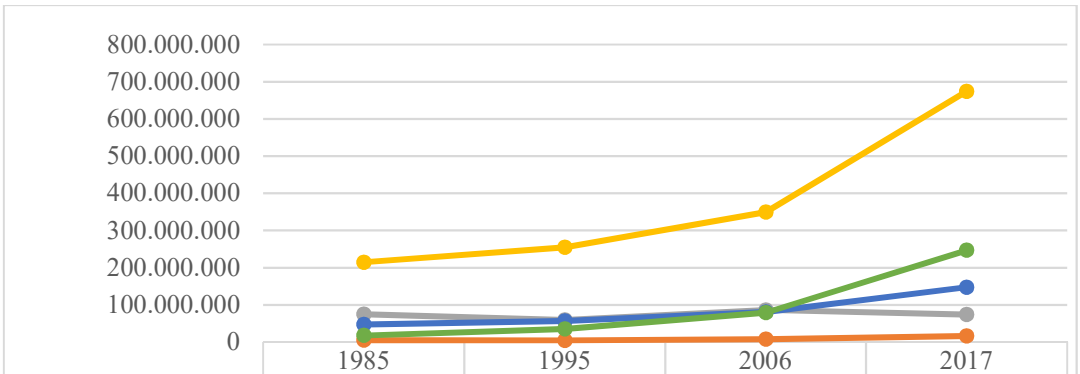
	1970	1975	1980	1985	1995	2006	2017
Norte	23.182.145	32.615.964	41.559.420	62.566.719	58.358.880	55.535.764	66.158.738
Nordeste	74.298.713	78.690.488	88.443.907	92.054.181	78.296.096	76.074.411	70.643.038
Sudeste	69.500.950	72.463.938	73.502.906	73.241.423	64.085.893	54.937.773	59.977.282
Sul	45.458.035	46.172.034	47.911.723	47.940.106	44.360.364	41.781.003	42.863.521
Centro-Oeste	81.705.624	93.953.658	113.436.46	99.122.399	108.510.01	105.351.08	110.610.75

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Agropecuário.

(1) Os dados do Censo Agropecuário de 2017 são preliminares, de forma que muitas informações ainda não foram disponibilizadas e as que já foram divulgadas estão sujeitas a sofrer alterações.

Em sintonia com a expansão da fronteira agrícola, a produção agropecuária apresentou forte crescimento no período. Os dados dos Censos Agropecuários sobre a produção vegetal no Brasil mostram que essa passou de 358.561.527 toneladas colhidas em 46.872.123 hectares em 1985 para 1.158.062.954 toneladas produzidas em uma área de 59.786.287 hectares em 2017. Em todo esse período, a Região com maior produção vegetal foi destacadamente o Sudeste, seguida da Região Nordeste que perdeu a posição para o Centro-Oeste após 2006. A Região Sul permaneceu como a terceira maior produção vegetal em todo o período e o Norte em último[66] (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Produção vegetal (tonelada) nas Regiões do Brasil – 1985/2017



	1985	1995	2006	2017
Norte	4.867.507	4.464.692	7.867.341	16.056.456
Nordeste	74.842.656	59.389.364	86.187.945	73.724.067
Sudeste	214.566.572	254.866.001	349.393.616	674.231.137
Sul	46.840.462	56.581.331	80.934.074	147.316.245
Centro-Oeste	17.441.302	35.365.153	78.825.093	246.612.378

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Agropecuário.

Os dados dos Censos Agropecuários sugerem que o forte crescimento da produção agropecuária guarda relação com os processos de expansão das exportações dos bens desse setor e à reprimarização da pauta exportadora nacional e regional. Ademais, os dados referentes à utilização da terra fortalecem essa visão sobre o crescimento da produção agropecuária, apontando: que o maior uso percentual de terra foi para pastagem plantada, especialmente no Norte, Centro-Oeste e Sudeste, os maiores produtores de rebanho bovino; aumento no percentual de hectares destinado às lavouras temporárias – como exposto na nota nº66, as

[66] As maiores produções (milhão – mi) em 2017, segundo dados do Censo Agropecuário, foram de lavouras temporárias: Brasil – cana-de-açúcar (638 mi), milho forrageiro (210 mi) e soja em grão (103 mi); Norte – soja em grão (31,8 mi), cana-de-açúcar (3,6 mi), milho em grão (2,7 mi); Nordeste – cana-de-açúcar (40 mi), soja em grão (9 mi) e milho em grão (5,5 mi); Sudeste – cana-de-açúcar (423 mi), milho forrageiro (181 mi) e milho em grão (12 mi); Sul – cana-de-açúcar (38 mi), soja em grão (34 mi) e milho em grão (22 mi); Centro-Oeste – cana-de-açúcar (132 mi), milho em grão (47,8 mi) e soja em grão (47,5 mi).

maiores produções vegetais em todas as regiões são de culturas temporárias – especialmente no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, as regiões com as maiores produções vegetais; e um grande percentual destinado às matas naturais no Norte e Nordeste (Tabela 10).

Tabela 10 – Percentual da área dos estabelecimentos agropecuários por utilização das terras (1) no Brasil e Regiões – 1995, 2006, 2017

Nível Territorial/ Ano	Área dos estabelecimentos agropecuários – percentual do total geral x Utilização das terras					
	Lavoura permanente	Lavoura temporária	Pastagem natural	Pastagem plantada	Matas naturais	Matas plantadas
Brasil						
1995	2,1	9,7	22,1	28,2	25,1	1,5
2006	3,5	14,7	17,3	30,7	28,6	1,4
2017	2,3	15,81	13,4	31,9	30,3	2,4
Norte						
1995	1,2	2,1	16,5	25,3	43,7	0,4
2006	3,4	4,3	10,8	37,6	40,2	0,5
2017	1,9	3,8	9,0	41,2	40,1	0,6
Nordeste						
1995	3,4	9,8	25,5	15,4	24,8	0,5
2006	4,6	15,4	21,1	19,2	33,6	0,8
2017	2,9	12,4	17,0	21,8	39,3	1,2
Sudeste						
1995	5,1	11,4	27,0	31,9	12,0	3,9
2006	7,4	17,0	19,9	30,7	17,8	2,8
2017	6,0	18,6	13,4	32,0	20,6	5,2
Sul						
1995	1,5	26,3	30,8	15,8	12,0	4,3
2006	3,6	32,8	26,0	11,6	16,1	4,8
2017	1,4	35,3	22,2	12,8	18,0	6,5
Centro-Oeste						
1995	0,2	5,8	16,1	41,8	28,6	0,3
2006	0,6	11,2	13,1	42,9	29,3	0,2
2017	0,4	16,1	10,21	40,2	29,5	1,2

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Agropecuário.

(1) As classificações quanto ao uso da terra são definidas pelo IBGE da seguinte forma: *Lavoura permanente* – área com culturas de longa duração, as quais, após a colheita, não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos consecutivos. Não foram categorizadas como lavouras permanentes: cana-de-açúcar, mandioca, abacaxi e mamona, as quais, apesar de serem de longa duração, foram consideradas, para a pesquisa, como temporárias; *Lavoura temporária* (inclusive horticultura) – área com culturas de curta duração (geralmente inferior a um ano) e que só produzem uma vez, pois, na colheita, a planta se destrói. Foram consideradas, ainda, nesta categoria as áreas plantadas com forrageiras para corte, utilizadas na alimentação dos animais; *Pastagem natural* – área de pasto não plantado utilizada ou destinada ao pastejo dos animais existentes no estabelecimento; Pastagem plantada – área com plantio de espécies vegetais, destinada ao pastejo dos animais existentes no estabelecimento; *Matas naturais* – áreas não plantadas destinadas à preservação permanente ou reserva legal e aquelas destinadas ao extrativismo ou manejo florestal sustentável; *Matas plantadas* – áreas cobertas por matas e florestas plantadas com espécies florestais, nativas ou exóticas, usadas para a produção de madeiras e seus derivados, a proteção ambiental ou, ainda, para fins biológicos e aquelas que também eram utilizadas para lavouras ou pastejo de animais, integração lavoura-floresta-pecuária.

Ademais, é preciso ressaltar que a expansão da fronteira agrícola ocorreu mantendo o latifúndio. No Brasil do Censo Agropecuário de 2017, os estabelecimentos agrícolas com menos de 10 hectares representaram 50,1% do total de estabelecimentos e apenas 2,3% da área recenseada, enquanto aqueles com mais de 1.000 hectares responderam por apenas 1% do total de estabelecimentos e detinham quase a metade de toda a área (47,5%). Nas regiões, os estabelecimentos com menos de 100 hectares representaram do total de estabelecimentos e da área recenseada, respectivamente: 81,2% e 17,4% no Norte; 92,8% e 32,8% no Nordeste; 89,1% e 26,7% no Sudeste; 92% e 32,4% no Sul; 71,5 e 6,4% no Centro-Oeste. Já os estabelecimentos com mais de 100 hectares representaram quanto ao total de estabelecimentos e da área recenseada: 17,2% e 82,5% no Norte; 4,6% e 67,1% no Nordeste; 10,5% e 73,3% no Sudeste; 7,7% e 67,6% no Sul; e 28,2% e 94,1% no Centro-Oeste (Tabela 11).

Tabela 11 – Percentual de estabelecimentos e área por grupos de área no Brasil e Regiões – 1995, 2006, 2017 (continua)

Nível Territorial/ Ano	Grupos de área total (hectares – ha)							
	Menos de 10 ha		10 a menos de 100 ha		100 a menos de 1.000 ha		1.000 ha e mais	
	Número de estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral	Área dos estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral	Número de estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral	Área dos estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral	Número de estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral	Área dos estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral	Número de estabelecimentos agropecuários- percentual do total geral	Área dos estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral
Brasil								
1995	49,4	2,2	39,4	17,7	9,7	34,9	1,0	45,1
2006	47,9	2,3	38,1	18,8	8,2	33,8	0,9	45
2017	50,1	2,3	39,0	18,2	8,3	32,0	1	47,5
Norte								
1995	30,2	0,8	48,7	14,9	18,8	32,3	1,8	51,9
2006	26,6	0,6	48,2	16,8	16,9	34,2	1,8	48,3
2017	34,7	0,8	46,5	16,6	15,5	33,3	1,7	49,2
Nordeste								
1995	67,5	5,2	26,0	24,6	5,4	40,2	0,4	30
2006	61,1	5,0	26,5	26,4	4,7	37,7	0,3	30,9
2017	65	5,4	27,8	27,4	4,3	34,2	0,3	32,9
Sudeste								
1995	34,1	2,0	51,0	23,5	14,0	47,4	0,8	27,0
2006	42,7	2,9	44,6	24,5	10	43,0	0,6	29,6
2017	43,6	2,9	45,5	23,8	9,8	40,9	0,7	32,4

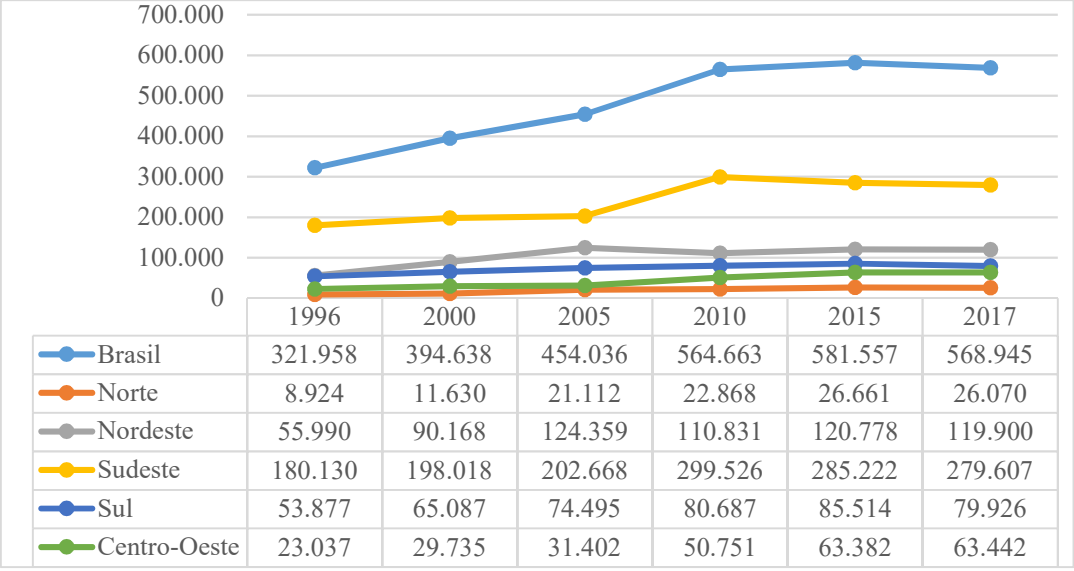
Tabela 11 – Percentual de estabelecimentos e área por grupos de área no Brasil e Regiões – 1995, 2006, 2017 (conclusão)

Nível Territorial/ Ano	Grupos de área total (hectares – ha)							
	Menos de 10 ha		10 a menos de 100 ha		100 a menos de 1.000 ha		1.000 ha e mais	
	Número de estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral	Área dos estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral	Número de estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral	Área dos estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral	Número de estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral	Área dos estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral	Número de estabelecimentos agropecuários- percentual do total geral	Área dos estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral
Sul								
1995	37,7	4,3	55,4	33,7	6,4	39,3	0,5	22,7
2006	40,4	4,4	51,2	32,7	6,0	39,7	0,4	23,2
2017	39,9	3,6	52,1	28,8	7,0	38,7	0,7	28,9
Centro-Oeste								
1995	13,4	0,2	45,8	4,3	32,4	23,4	8,4	72,2
2006	16,5	0,2	51,9	6,0	24,1	23,7	6,4	70,1
2017	19,8	0,3	51,7	6,1	22,1	22,8	6,1	71,3

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Agropecuário.

Quanto ao trabalho na agropecuária, os dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE mostram que a intensa expansão da produção não se refletiu numa ampliação significativa do total de trabalhadores ocupados – em 2017, a agropecuária respondeu por apenas 1,10% do total de trabalhadores ocupados na economia brasileira, 1% no Norte, 1,35% no Nordeste, 1,05% no Sudeste, 0,87% no Sul e 1,33% no Centro-Oeste.

Gráfico 6 – Número de Pessoas ocupadas na agropecuária no Brasil e Regiões – 1996/2017



	1996	2000	2005	2010	2015	2017
Brasil	321.958	394.638	454.036	564.663	581.557	568.945
Norte	8.924	11.630	21.112	22.868	26.661	26.070
Nordeste	55.990	90.168	124.359	110.831	120.778	119.900
Sudeste	180.130	198.018	202.668	299.526	285.222	279.607
Sul	53.877	65.087	74.495	80.687	85.514	79.926
Centro-Oeste	23.037	29.735	31.402	50.751	63.382	63.442

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Cadastro Central de Empresas.

Segundo Cardozo (2018), isso ocorre por ser a agropecuária uma atividade extensiva e, no caso da agricultura, profundamente mecanizada, portanto, poupadora de força de trabalho. Quanto às regiões, o Sudeste desponta com o maior número de trabalhadores, seguido pelo Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte. A média salarial (salários mínimos) no setor é baixa em todo o Brasil, sobretudo no Nordeste. Em 2017 os valores foram: 2,1 salários mínimos no país; 1,9 no Norte; 1,5 no Nordeste; 2,2 no Sudeste; 2,1 no Sul; 2,5 no Centro-Oeste.

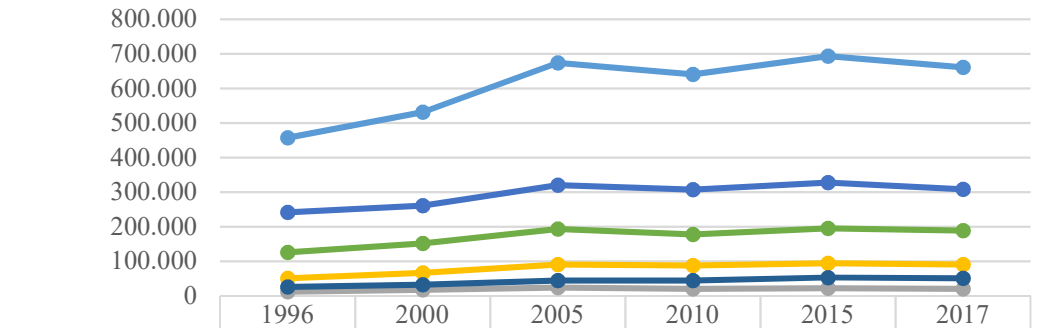
Nota-se, portanto, que esses dados sobre o setor agropecuário brasileiro dão concretude e corroboram as elaborações teóricas elencadas anteriormente sobre o desenvolvimento capitalista e a forma particular com que se apresenta nessa formação social. O capital, em seu movimento expansivo no campo brasileiro, o faz combinando acumulação extensiva e intensiva. Primeiramente, submetendo – via expropriação e consequente manutenção do latifúndio – territórios e seres humanos à sua lógica, seguindo-se com o avanço tecnológico que incorpora apenas pequena parcela dos trabalhadores.

Desse processo resulta a reprodução do papel histórico do Brasil como economia exportadora de produtos básicos intensivos em recursos naturais – incluso os oriundos da indústria extrativa, conforme será exposto adiante –, acentuando a dependência do país em relação ao mercado externo, sendo essa condição sustentada pela superexploração de sua força de trabalho, a qual se expressa, dentre outros aspectos, nas remunerações muito baixas.

Passando à análise da Indústria[67], os dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE referentes ao período de 1996 a 2017, mostram o crescimento do número de empresas nesse setor até 2013 e depois queda consecutiva. O Sudeste destaca-se em toda a série histórica como a região com o maior número de empresas, seguido pela Região Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte (Gráfico 7).

[67] Para fins estatísticos, o IBGE utiliza como metodologia a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), organizada com 21 seções, 87 divisões, 285 grupos e 673 classes. Nela, o setor industrial é composto pelas seguintes atividades (seções): indústria extrativa; indústria de transformação; eletricidade e gás; água, esgoto, atividade de gestão de resíduos e descontaminação; construção. Foi priorizado nesta pesquisa o detalhamento sobre a evolução das indústrias extrativa e de transformação, em razão dos limites temporais para execução do estudo e das questões imprescindíveis à análise do objeto investigado, como a localização espacial das indústrias de transformação e a reprimarização da economia.

Gráfico 7 – Número de empresas no Setor Indústria no Brasil e Regiões – 1996/2017



	1996	2000	2005	2010	2015	2017
Brasil	457.734	531.995	674.287	640.978	693.605	661.643
Norte	12.339	17.952	24.586	21.196	22.151	20.803
Nordeste	50.967	67.119	91.230	88.476	94.628	91.472
Sudeste	242.035	261.789	320.316	307.793	327.908	308.684
Sul	126.231	151.931	193.696	178.241	195.386	189.115
Centro-Oeste	26.162	33.204	44.459	45.272	53.532	51.569

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Cadastro Central de Empresas.

Tomando por base o ano de 2017, esse setor respondeu por 20,67% do total de trabalhadores ocupados na economia nacional. Nas regiões, os percentuais foram: 14,41% no Norte; 14,63% no Nordeste; 21,58% no Sudeste; 27,78% no Sul; e 12,37% no Centro-Oeste. Quanto à média salarial (salários mínimos), o setor apresenta grande variação, com salários baixos na construção e valores maiores em outras atividades. Considerando o ano de 2017, o maior valor salarial em toda a economia foi no setor de eletricidade e gás. Embora com algumas lacunas – algumas informações não estão disponíveis na base de dados do IBGE –, dispõem-se na Tabela 12 as médias salariais das atividades industriais.

Tabela 12 – Média Salarial nas atividades da Indústria no Brasil e Regiões – 2017

Atividade econômica	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Indústria extrativa	4,8	...	2,9	5,4	2,9	...
Indústria de transformação	3,2	2,6	2,1	3,8	2,6	2,3
Eletricidade e gás	8,2	...	...	8,1	7,4	11,4
Água, esgoto e gestão de resíduos	3,5	3,1	3,3	3,5	3,7	4,1
Construção	2,3	1,9	1,9	2,6	2,2	2,2

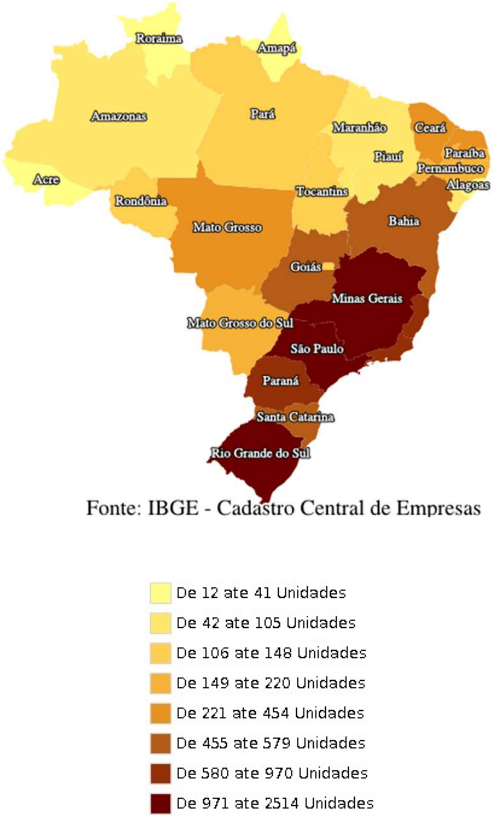
Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Cadastro Central de Empresas.

Nota: Sinal convencional utilizado:
... Dado numérico não disponível.

Considerando a reprimarização da economia brasileira na divisão internacional do trabalho atual e seus impactos sobre a divisão regional do trabalho no país, é oportuno detalhar

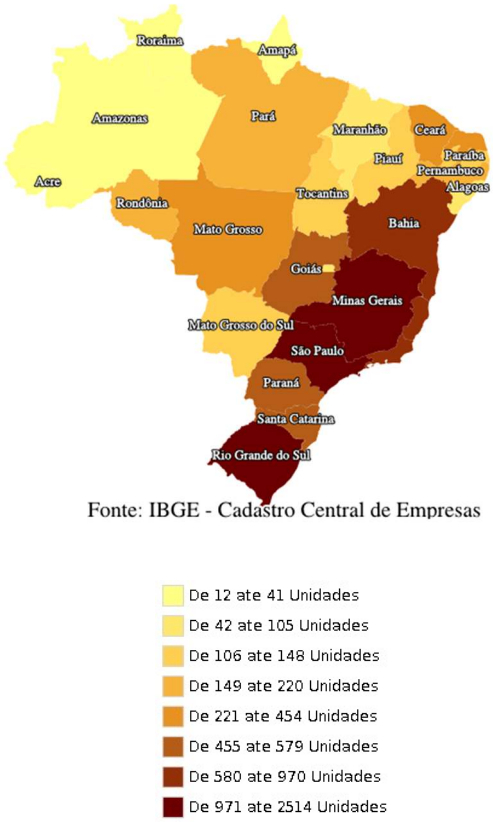
a configuração das indústrias extrativas e de transformação. Iniciando pela indústria extrativa[68] – sua localização é determinada pela existência de recursos naturais a serem explorados, logo apresenta grande dificuldade de desconcentração (CARDOZO, 2018) –, os dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE referentes ao período de 1996 a 2017, mostram seu crescimento especialmente no Nordeste, Norte e Centro-Oeste (Figuras 3 e 4). Houve crescimento também no Sudeste e Sul no intervalo citado, mas os números finais de empresas mostram-se inferiores aos do início da série, sem ter, contudo, eliminado a liderança dessas regiões, especialmente do Sudeste, no setor (Gráfico 8).

Figura 3 – Indústria extrativa no Brasil em 1997



Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas

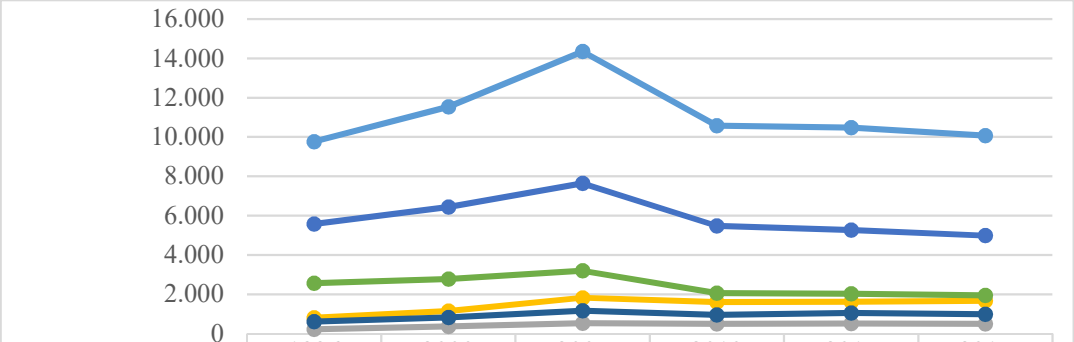
Figura 4 – Indústria extrativa no Brasil em 2017



Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas

[68] Na CNAE 2.0, a indústria extrativa é composta pelas seguintes atividades: (1) extração de carvão mineral; (2) extração de petróleo e gás natural; (3) extração de minerais metálicos – (3.1) minério de ferro e (3.2) minerais metálicos não ferrosos (alumínio, estanho, manganês, metais preciosos, minerais radioativos, outros minerais metálicos não-ferrosos); (4) extração de minerais não-metálicos – (4.1) extração de pedra, areia e argila e (4.2) extração de outros minerais não-metálicos (minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos; extração e refino de sal marinho e sal-gema; extração de pedras preciosas e semipreciosas; outros minerais não-metálicos); (5) atividades de apoio à extração de minerais.

Gráfico 8 – Número de indústrias extrativas no Brasil e Regiões – 1996/2017



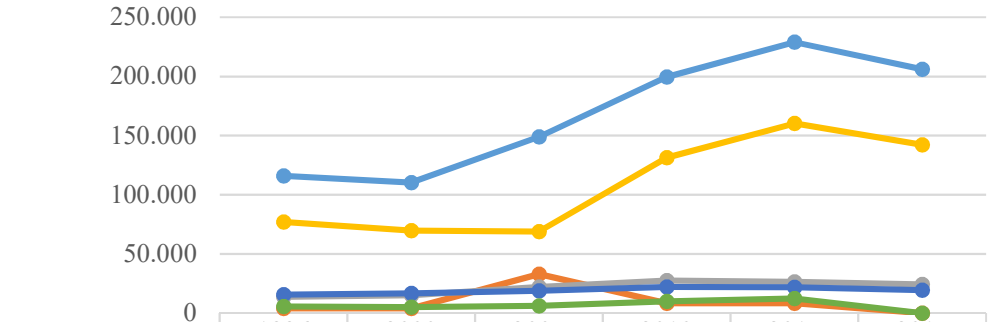
	1996	2000	2005	2010	2015	2017
Brasil	9.767	11.540	14.350	10.583	10.484	10.075
Norte	214	362	532	491	515	502
Nordeste	808	1.147	1.821	1.597	1.627	1.662
Sudeste	5.578	6.437	7.642	5.486	5.268	4.984
Sul	2.561	2.779	3.194	2.056	2.029	1.950
Centro-Oeste	606	815	1.161	953	1.045	977

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Cadastro Central de Empresas.

A massiva participação da Região Sudeste decorreu, fundamentalmente, do peso do petróleo proveniente do Estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Essa região se destaca, também, quanto ao número de empresas dedicadas à extração de minério de ferro, respondendo por cerca de 70% do total da indústria nacional nesse ramo de atividade. Os dados mostram, ainda, que os maiores aumentos na indústria extrativa foram, em todas as regiões, de empresas voltadas para a extração de minerais não metálicos – o maior número de empresas, em todo o país, situa-se na atividade de extração de pedra, areia e argila – e no Nordeste ocorreu também um aumento no número de empresas voltadas para a extração de petróleo e gás natural.

Apesar da forte expansão da produção extrativa mineral na pauta de exportação brasileira e da expansão da indústria extrativa em todas as regiões, essa expansão não implicou um aumento expressivo do número de trabalhadores ocupados nesse setor – em 2017, o total de ocupados representou apenas 0,40% do total de trabalhadores ocupados na economia brasileira, 0,27% no Nordeste, 0,54% no Sudeste, 0,21% no Sul, não estando disponíveis os percentuais referentes às regiões Norte e Centro-Oeste. O Sudeste apresenta o maior número de trabalhadores, seguido pelo Nordeste e Sul (Gráfico 9). A média salarial (salários mínimos) no setor também é baixa, com exceção do Sudeste que apresenta um valor superior. Em 2017 os valores foram: 4,8 salários mínimos no Brasil; 2,9 no Nordeste; 5,4 no Sudeste e 2,9 no Sul.

Gráfico 9 – Número de Pessoas ocupadas na indústria extrativa no Brasil e Regiões – 1996/2017



	1996	2000	2005	2010	2015	2017
Brasil	115.922	110.404	149.147	199.498	229.042	206.198
Norte	3.964	3.868	32.954	8.242	8.203	0
Nordeste	13.749	15.083	22.192	27.583	26.360	24.293
Sudeste	76.948	69.732	69.000	131.470	160.332	142.332
Sul	15.710	16.633	18.764	22.127	21.827	19.386
Centro-Oeste	5.551	5.088	6.237	10.076	12.320	0

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Cadastro Central de Empresas.

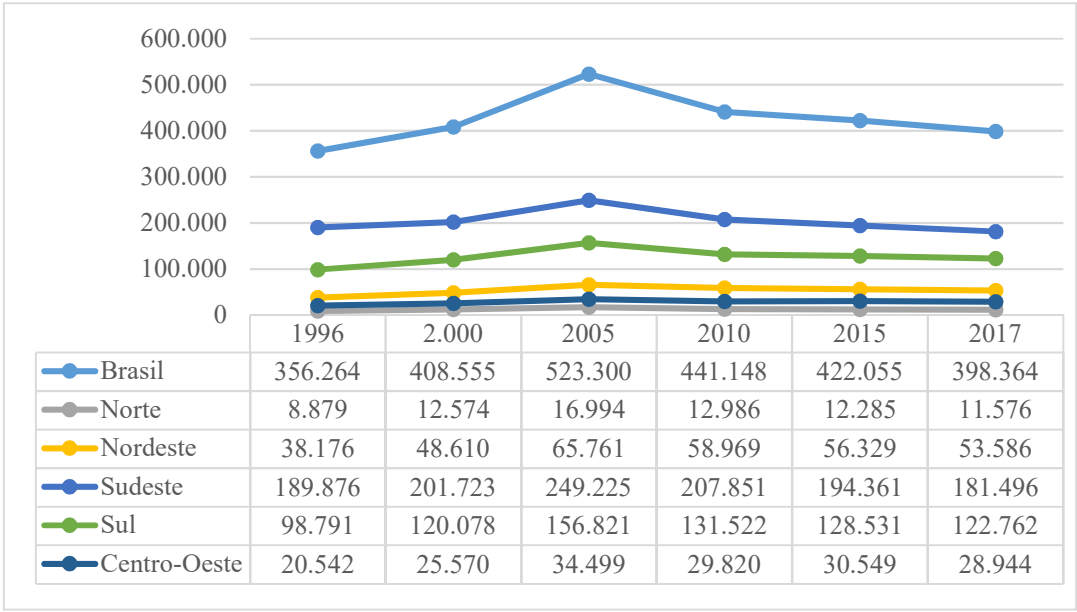
Cardozo (2018) reforça que a indústria extrativa é uma atividade intensiva em tecnologia e que por isso apresenta limites para expandir empregos diretos – com exceção da extração de minério de ferro que, por exemplo, em 2017 totalizou 184 empresas (1,82% do total da indústria extrativa no país), mas respondeu por 67.772 empregos (32,86% do total gerado pela indústria extrativa). Ademais, é estreitamente conectada à demanda internacional – tornando os territórios vulneráveis aos movimentos de expansão ou retração da demanda externa –, exploram recursos naturais não renováveis e são comandadas, principalmente, por grandes empresas que atuam como poder econômico sobre a dinâmica social e política nas localidades nas quais essa atividade está presente.

Quanto à indústria de transformação, os dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE apontam que essa atividade oscilou entre momentos de crescimento e redução no intervalo de 1996 a 2017, apresentando crescimento constante até 2010 e após 2013 queda constante[69], mas ainda assim, o número de empresas existentes em 2017 superou o número de

[69] Praticamente todas as atividades da indústria de transformação vêm apresentando, em diferentes proporções, queda no número de empresas. Em termos absolutos, as cinco maiores reduções no número de empresas ocorreram: na atividade de confecção de artigos do vestuário e acessórios (reduziu de 77.568 empresas em 2013 para 59.380 em 2017); fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (reduziu 51.278 para 46.336 empresas); preparação de couro e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagens e calçados (reduziu de 17.541 empresas para 12.898); impressão e reprodução de gravações (reduziu de 24.561 para 20.278 empresas); fabricação de produtos de madeira (reduziu de 20.837 empresas para 16.865). Foram exceções a esse movimento de queda no número de empresas, as atividades de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (passou de 32.507 empresas para 35.289) e de fabricação de bebidas (aumentou de 3.957 empresas para 4.220).

empresas que existiam em 1996. Os dados também mostram a continuidade do movimento de descentralização das indústrias de transformação, com a Região Sudeste reduzindo sua participação em favor das demais regiões – especialmente Sul, Nordeste e Centro-Oeste[70].

Gráfico 10 – Número de indústrias de transformação no Brasil e Regiões – 1996/2017



	1996	2.000	2005	2010	2015	2017
Brasil	356.264	408.555	523.300	441.148	422.055	398.364
Norte	8.879	12.574	16.994	12.986	12.285	11.576
Nordeste	38.176	48.610	65.761	58.969	56.329	53.586
Sudeste	189.876	201.723	249.225	207.851	194.361	181.496
Sul	98.791	120.078	156.821	131.522	128.531	122.762
Centro-Oeste	20.542	25.570	34.499	29.820	30.549	28.944

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Cadastro Central de Empresas.

A continuidade do processo de desconcentração industrial, segundo Cardozo (2018), não se explica apenas em decorrência do reforço à inserção externa brasileira, ou seja, pelos efeitos indiretos da indústria extrativa e da agropecuária. Segundo ela, contribuíram para essa desconcentração, um emaranhado de fatores que incluem: a continuidade da "guerra fiscal"; e as ações executadas pelo Estado (governos do PT) nos anos 2000, no caso, a ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura – principalmente via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) –, as políticas sociais de transferência de renda (especialmente o Bolsa Família) e o aumento de poder de compra do salário mínimo, tendo em vista que esses dois últimos fatores estimularam o consumo e, consequentemente, determinados segmentos industriais.

[70] Os dados sobre a participação das regiões no setor de Indústria de transformação apontam para descentralização: o Sudeste detinha 53,29% do total de indústrias de transformação em 1996, passou para 49,37% em 2000, para 47,62% em 2003, 47,11% em 2010, 46,05% em 2015 e 45,56% em 2017; o Norte detinha 2,49% em 1996, passou para 3,07% em 2000, 3,24% em 2005, 2,94% em 2010, 2,91% em 2015 e 2,90% em 2017; o Nordeste tinha 10,71% do total de indústrias de transformação em 1996, passou para 11,89% em 2000, 12,56% em 2005, 13,36% em 2010, 13,34% em 2015 e 13,45% em 2017; o Sul detinha 27,72% em 1996, passou para 29,39% em 2000, 29,96% em 2005, 29,81% em 2010, 30,45% em 2015 e 30,81% em 2017; o Centro-Oeste detinha 5,76% em 1996, passou para 6,25% em 2000, 6,59% em 2005, 6,75% em 2010, 7,23% em 2015 e 7,26% em 2017.

Entretanto, permanece uma forte concentração da produção industrial nas Regiões Sudeste e Sul – em 2017, essas regiões juntas responderam por 76,37% do total das indústrias de transformação existentes no Brasil –, especialmente das atividades de alta e média alta intensidade tecnológica. Para ilustrar a configuração regional atual, dispôs-se na Tabela 13[71] de um comparativo entre os anos de 1996 e 2017 quanto à distribuição das indústrias de transformação, classificadas pelo tipo de atividade realizada, nas regiões brasileiras.

Pegando como exemplos a fabricação de alimentos e bebidas, têxtil, vestuário e calçados – que configuram atividades de baixa e média baixa intensidade tecnológica –, tem-se que juntas representaram nos anos de 1996 e 2017, respectivamente: 33,74% e 29,84% no Norte; no Nordeste 54,13% e 45,46%; no Sudeste 40,6% e 33,71%; no Sul 41,65% e 33,40%; no Centro-Oeste 45,54% e 36,36%.

Já em relação à fabricação de máquinas, equipamentos e transportes[72] – classificadas como sendo de alta intensidade tecnológica –, embora as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste tenham atraído empresas voltadas para esse tipo de atividade – destaque para a indústria automobilística no Nordeste que, sob os efeitos da "guerra fiscal", passou de 451 empresas em 1996 para 637 empresas em 2017, enquanto nas regiões Norte e Centro-Oeste os números foram menos expressivos, passando de 157 e 470 empresas em 1996 para 250 e 486 empresas em 2017, respectivamente –, ela representou em 1996 e 2017 em cada região, respectivamente: 5,07% e 4,84% no Norte; no Nordeste 3,35% e 3,06%; no Sudeste 7,83% e 8,47%; no Sul 6,83% e 8,26%; no Centro-Oeste 4,67% e 4,58%.

[71] A Tabela traz um comparativo entre a disposição geográfica das indústrias de transformação por tipo de atividade em 1996 e 2017, primeiro e o último ano com dados disponível no Cadastro Central de Empresas do IBGE, como forma de ilustrar a permanência não só da concentração industrial, mas dos setores estratégicos desse setor, nas Regiões Sudeste e Sul. Em virtude da mudança na metodologia utilizada pelo IBGE (para o período 1996-2006 foi utilizada a metodologia CNAE e para o período 2006-2017 uma atualização dela, a CNAE 2.0, existindo diferenças entre essas quanto aos grupos de atividades listadas), a Tabela não traz todas as atividades classificadas no grupo de indústria de transformação, mas somente aquelas que existiam em ambas as classificações usadas pelo IBGE.

[72] Para essa soma foram contabilizadas as atividades de fabricação de: máquinas e equipamentos; máquinas, aparelhos e materiais elétricos; veículos automotores, reboques e carrocerias; outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores. Sendo importante frisar que há outras atividades de fabricação de máquinas e equipamentos que não foram consideradas para essa análise comparativa entre os anos de 1996 e 2017, em virtude da diferença nas metodologias do IBGE para classificação das atividades da indústria de transformação nesses anos.

Tabela 13 – Número de indústrias de transformação por tipo de atividade econômica nas Regiões do Brasil – 1996, 2017

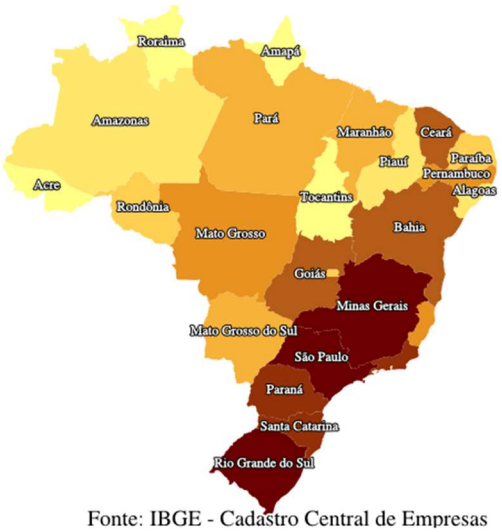
Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)	Ano X Regiões									
	1996					2017				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Fabricação de produtos alimentícios	2.255	11.118	25.851	14.954	5.132	2.503	11.616	20.044	13.681	4.796
Fabricação de bebidas						154	822	1.726	1.308	210
Fabricação de produtos do fumo	1	54	42	130	10	-	45	58	105	13
Fabricação de produtos têxteis	100	1.845	7.710	4.195	379	103	1.790	5.193	3.763	636
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	556	6.804	34.315	15.103	3.241	630	8.943	28.241	17.143	4.423
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	86	1.129	9.240	6.911	605	65	1.247	5.998	5.126	462
Fabricação de produtos de madeira	2.164	2.116	7.272	9.819	2.674	1.546	1.246	4.103	8.445	1.525
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	57	249	2261	769	99	92	534	2.520	1.540	188
Impressão e reprodução de gravações	623	2.565	14.946	4.987	1.521	765	3.304	9.814	4.572	1.823
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	7	47	194	41	37	20	62	247	64	98
Fabricação de produtos químicos	201	1.535	6.500	2.260	439	197	1.374	5.083	2.419	640
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	165	850	7.171	2.608	322	325	1.616	8.315	4.571	774
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	518	2.680	13.612	6539	1.286	1.309	5.622	12.548	7.943	2.755
Metalurgia	109	510	3.708	1.607	194	79	300	2.175	981	148
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	484	2.037	20.184	10.264	1.516	974	4.456	21.321	16.395	3.190
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	69	223	3.168	1.185	143	67	271	3.043	1.502	185
Fabricação de máquinas e equipamentos	91	458	7.018	3.262	259	99	600	8.399	6.525	593
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	157	451	3.552	1.936	470	250	637	3.260	1.990	486
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	134	147	1.132	365	88	145	136	686	430	64
Fabricação de móveis	879	2.922	17.542	10.571	1.901	613	2.883	8.884	10.152	1.940
Fabricação de produtos diversos						441	1.972	7.687	4.431	1.169

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Cadastro Central de Empresas.

Os dados sugerem, portanto, que a desconcentração industrial mantida nos últimos anos vem ocorrendo, fundamentalmente, nas atividades com menor intensidade tecnológica, ao

passo que no caso das atividades de alta intensidade tecnológica ocorreu uma intensificação da concentração que já existia – mantendo, portanto, a dinâmica de um desenvolvimento desigual e combinado entre as regiões brasileiras. Corrobora-se, assim, a afirmação de Abdal (2017) de que não ocorreram alterações estruturais na configuração regional herdada da década de 1980, conforme discutido anteriormente (Figuras 5 e 6).

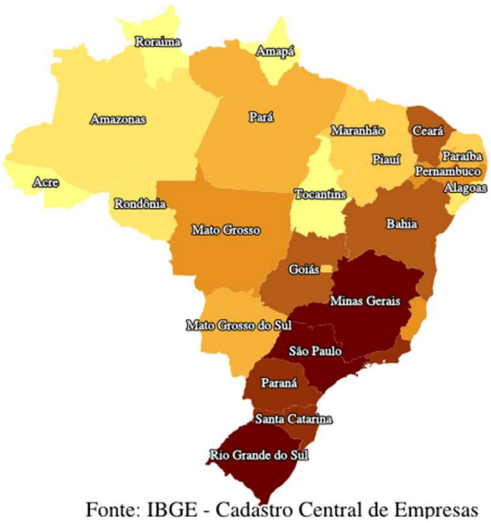
Figura 5 – Indústria de transformação no Brasil em 1997



Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas



Figura 6 – Indústria de transformação no Brasil em 2017

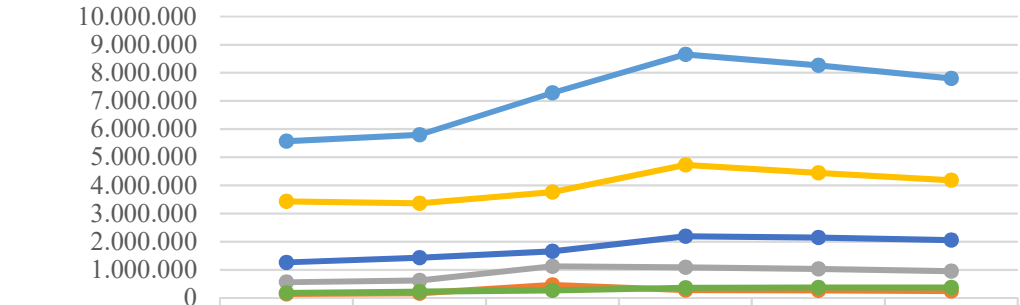


Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas



Por fim, em relação ao trabalho, os dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE mostram que em sintonia com a redução do número de empresas no setor de indústrias de transformação, tem-se também a redução no número de trabalhadores ocupados – em 2017, a indústria de transformação respondeu por 15,02% do total de trabalhadores ocupados na economia brasileira, por 9,39% dos trabalhadores ocupados no Norte, 10,70% no Nordeste, 15,79% no Sudeste, 22,31% no Sul e 7,81% no Centro-Oeste. O Sudeste apresenta-se como a região com o maior número de trabalhadores ocupados, seguido pelo Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Número de Pessoas ocupadas na indústria de transformação no Brasil e Regiões – 1996/2017



	1996	2000	2005	2010	2015	2017
Brasil	5.573.138	5.799.056	7.288.912	8.654.117	8.266.217	7.800.560
Norte	139.942	169.581	466.753	283.215	272.982	244.328
Nordeste	558.804	619.146	1.124.818	1.091.562	1.031.941	947.570
Sudeste	3.436.298	3.359.291	3.765.516	4.729.288	4.441.850	4.187.227
Sul	1.261.888	1.430.303	1.659.412	2.193.659	2.150.253	2.048.557
Centro-Oeste	176.206	220.735	272.413	356.393	369.191	372.878

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Cadastro Central de Empresas.

As diferenças regionais quanto aos tipos de indústrias de transformação prevalentes em cada território se refletem no mundo do trabalho. Primeiro em relação às principais atividades quanto ao número de trabalhadores ocupados. Tomando por referência o ano de 2017, em todas elas a fabricação de produtos alimentícios aparece como a atividade com o maior número de trabalhadores ocupados, mas depois apresentam variações quanto a segunda e terceira atividades com maior número de trabalhadores, sendo essas respectivamente:

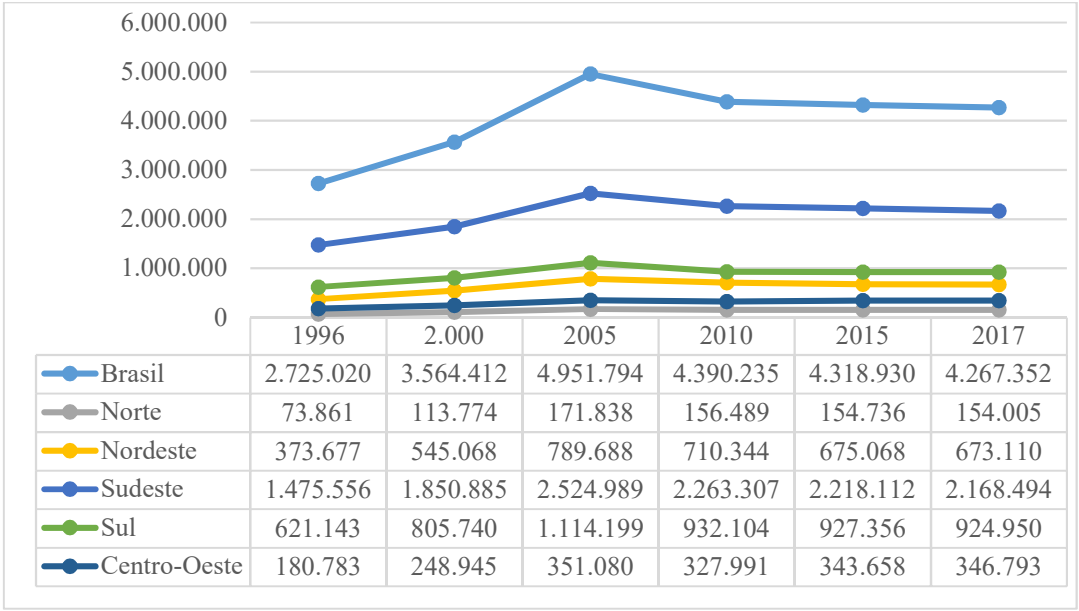
- Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos e fabricação de produtos de madeira, na Região Norte;
- Confecção de artigos do vestuário e acessórios e a preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados, na Região Nordeste;
- Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias e a fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados, na Região Sudeste;
- Confecção de artigos do vestuário e acessórios e a fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, na Região Sul;
- Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis e a confecção de artigos do vestuário e acessórios no Centro-Oeste.

As diferenças regionais quanto às indústrias de transformação se refletem também na média salarial (salários mínimos). Em 2017, a média salarial nacional na indústria de

transformação foi de 3,2 salários mínimos e nas regiões foi: 2,6 no Norte; 2,1 no Nordeste; 3,8 no Sudeste; 2,6 no Sul; e 2,3 no Centro-Oeste.

Por fim, sobre o Setor Serviços os dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE apontam que essa atividade também alternou entre momentos de crescimento e de redução no intervalo de 1996 a 2017, apresentando, sobretudo, queda após 2013, mas ainda assim, o número de empresas e outras organizações de serviços existentes no ano de 2017 superou o número de empresas que existiam em 1996. Em consonância com a predominância do Sudeste nos demais setores, também neste, essa região tem a liderança, seguida pelo Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Número de empresas e outras organizações de Serviços no Brasil e Regiões – 1996/2017



	1996	2.000	2005	2010	2015	2017
Brasil	2.725.020	3.564.412	4.951.794	4.390.235	4.318.930	4.267.352
Norte	73.861	113.774	171.838	156.489	154.736	154.005
Nordeste	373.677	545.068	789.688	710.344	675.068	673.110
Sudeste	1.475.556	1.850.885	2.524.989	2.263.307	2.218.112	2.168.494
Sul	621.143	805.740	1.114.199	932.104	927.356	924.950
Centro-Oeste	180.783	248.945	351.080	327.991	343.658	346.793

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Cadastro Central de Empresas.

Em relação ao trabalho, a série de dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE está incompleta – não estão disponíveis, a partir de 2010, os quantitativos de trabalhadores ocupados no setor Serviços nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Contudo, a partir dos percentuais dos outros dois setores da economia – detalhados anteriormente –, foi possível calcular o percentual de trabalhadores ocupados nesse setor em relação ao total de trabalhadores ocupados em 2017, tendo sido: 78,23% no Brasil; 84,59% no Norte; no Nordeste 81,81%; no Sudeste 77,37%; no Sul 71,35%; e no Centro-Oeste 86,16%.

Quanto à média salarial (salários mínimos), tomando por base o ano de 2017, o setor apresentou o menor – particularmente na atividade de alojamento e alimentação no Nordeste –

e o segundo maior valor – atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados no Centro-Oeste – dentre os três setores da economia, estando tamanha discrepância relacionada ao tipo de atividade de serviço e à região onde é realizada. O Nordeste apresentou a menor média em todas as atividades econômicas do setor:

Tabela 14 – Média Salarial (salários mínimos) nas atividades do Setor Serviços no Brasil e Regiões – 2017

Atividade econômica	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	2	1,7	1,5	2,2	2	1,9
Transporte, armazenagem e correio	2,9	2,1	2,1	3	2,4	3,5
Alojamento e alimentação	1,6	1,4	1,3	1,7	1,6	1,5
Informação e comunicação	5,1	2,5	2,5	5,8	3,8	5,1
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	6,7	4,4	4,1	6,6	4,1	8,7
Atividades imobiliárias	2,6	1,9	1,8	2,9	2,2	3
Atividades profissionais, científicas e técnicas	3,5	2,5	2,2	3,9	2,8	4,5
Atividades administrativas e serviços complementares	1,9	1,5	1,5	2	1,8	1,8
Administração pública, defesa e seguridade social	4,3	3,4	3,1	4,2	4,7	6,8
Educação	3,8	3,7	3,5	3,7	4,1	4,1
Saúde humana e serviços sociais	3	2,9	2,4	2,9	3,2	4,3
Artes, cultura, esporte e recreação	2,4	2,1	1,8	2,5	2,6	2
Outras atividades de serviços	2,2	1,8	1,6	2,4	2,1	2,5
Serviços domésticos	...	...	...	...	...	...
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	5,6	2,9	...	7	5,7	...

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Cadastro Central de Empresas.

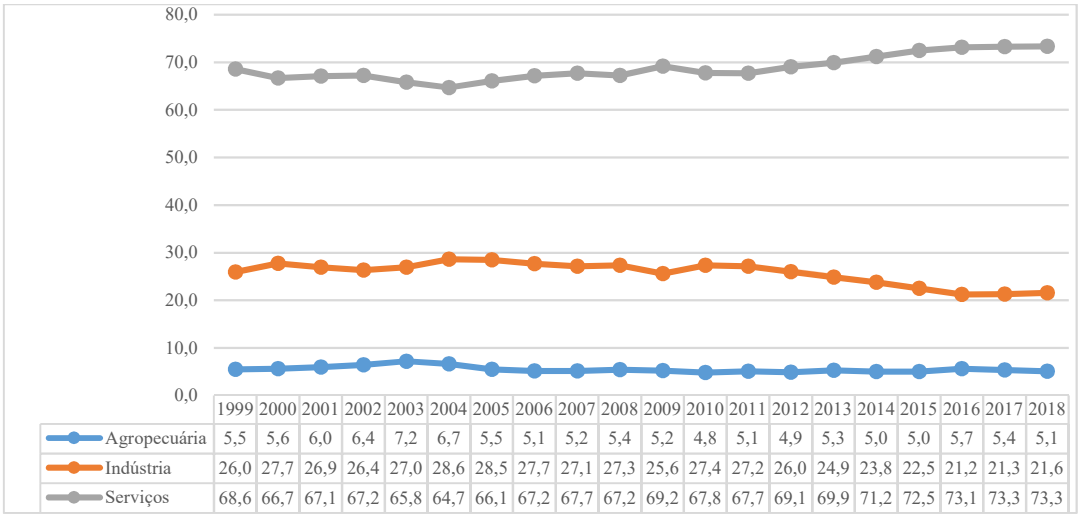
Nota: Sinal convencional utilizado:
... Dado numérico não disponível.

A desproporcional dimensão do setor Serviços em relação aos demais setores na economia brasileira, fica ainda mais notória quando se analisa o Valor Adicionado Bruto (VAB)[73] do Brasil. A partir dos dados do IBGE – provenientes da pesquisa Produto Interno Bruto dos Municípios e da Síntese de Indicadores Sociais 2018 – constata-se que a economia brasileira possui a maior parcela de sua renda econômica gerada nas atividades do setor Serviços, seguido por Indústria e, em proporção menor, pela Agropecuária. Ao longo da série histórica (1999-2018), os Serviços vêm apresentando crescimento de sua participação no total da renda gerada na economia, tendo alcançado em 2018 a proporção de 73%. Já a Indústria

[73] O VAB é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região. O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos. Informação disponível em: <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/>. Acesso em: 24 set. 2019.

apresentou, sobretudo, queda no mesmo período, com exceção de 2018 quando mostrou ligeira recuperação, respondendo por 22% do total da renda nacional. A Agropecuária tem, no geral, se mantido com patamares em torno de 5%.

Gráfico 13 – Percentual de participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto corrente – 1999-2018



	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Agropecuária	5,5	5,6	6,0	6,4	7,2	6,7	5,5	5,1	5,2	5,4	5,2	4,8	5,1	4,9	5,3	5,0	5,0	5,7	5,4	5,1
Indústria	26,0	27,7	26,9	26,4	27,0	28,6	28,5	27,7	27,1	27,3	25,6	27,4	27,2	26,0	24,9	23,8	22,5	21,2	21,3	21,6
Serviços	68,6	66,7	67,1	67,2	65,8	64,7	66,1	67,2	67,7	67,2	69,2	67,8	67,7	69,1	69,9	71,2	72,5	73,1	73,3	73,3

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios e Síntese de Indicadores Sociais 2018.

Em síntese, o conjunto de dados apresentado confirma que as regiões brasileiras continuam participando da dinâmica de reprodução do valor de formas, qualitativa e quantitativa, bem distintas. Os dados sobre o PIB do Brasil, referentes ao período de 1985 a 2016[74], reforçam essa compreensão. Em todo esse intervalo a Região Sudeste apresentou uma participação desproporcional, quando comparada às demais regiões, na produção da riqueza nacional, respondendo por mais de 50% dessa, seguida pelo Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte. As Regiões Sudeste e Sul vêm reduzindo suas participações no PIB (somados seus percentuais, responderam por 76,8% de toda a riqueza produzida no país em 1985, caindo para 70,19% em 2016), mas ainda é muito acentuada a diferença em relação às outras regiões (Tabelas 15 e 16).

[74] Não foram localizadas na base de dados do IBGE, as informações referentes à participação das regiões no PIB nacional nos anos de 2017 e 2018.

Tabela 15 – Percentual de participação das Regiões no PIB do Brasil – 1985/1998

Região	1985	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Norte	4,1	4,8	4,6	4,7	4,5	4,7	4,7	4,7	4,8
Nordeste	13,5	12,7	12,3	11,8	12,4	12,4	12,4	12,3	12,6
Sudeste	59,1	59,1	59,7	59,5	58,9	59,3	60,2	60,2	59,6
Sul	17,7	16,4	16,7	17,3	17,1	16,6	15,9	15,8	15,9
Centro-Oeste	5,6	7,1	6,8	6,6	7,1	7	6,9	7	7,1

Fonte: IPEA, 1999.

Tabela 16 – Percentual de participação das Regiões no PIB do Brasil – 1999-2016

Região	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Norte	4,17	4,38	4,54	4,7	4,75	4,96	4,91	5,04	4,99	5,04	4,99	5,33	5,51	5,38	5,49	5,33	5,35	5,38
Nordeste	12,45	12,45	12,55	13,09	12,84	12,86	13,03	13,2	13,03	13,06	13,56	13,45	13,33	13,56	13,59	13,93	14,15	14,33
Sudeste	58,23	58,31	57,69	57,38	56,45	56,48	57,51	57,71	57,36	56,96	56,27	56,13	56,11	55,93	55,31	54,94	54,02	53,17
Sul	16,39	16,47	16,7	16,23	17,08	16,77	15,91	15,62	16,06	15,99	15,9	15,96	15,91	15,89	16,51	16,41	16,81	17,02
Centro-Oeste	8,77	8,39	8,52	8,61	8,88	8,94	8,64	8,44	8,56	8,94	9,28	9,13	9,14	9,23	9,11	9,39	9,67	10,1

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios.

Essas diferenças quantitativas estão intrinsecamente relacionadas à forma qualitativamente diferente de reprodução do capital – e essa remete à histórica divisão regional do trabalho, discutida anteriormente. Os dados sobre o PIB (referente ao período de 1985-1998) e o VAB (referente ao período de 1999-2016)[75] mostram que, além da predominância do Sul-Sudeste em toda a economia nacional, o maior percentual de participação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste está na agropecuária – setor que, conforme disposto na Gráfico 13, tem menor participação no total da riqueza produzida. Em 2016, a participação dessas regiões no VAB da agropecuária, indústria e serviços do Brasil foram, respectivamente: 11,05%, 6,24% e 3,87% no Norte; 15,94%, 13,43% e 12,96% no Nordeste; 20,07%, 7,29% e 8,81% no Centro-Oeste (Apêndice A, Tabelas 17-22).

As diferenças culminam em valores bem distintos de PIB *per capita* por região. Em relação ao PIB, o Sudeste aparece com o maior valor, seguido pelo Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte, o que está em conformidade com o percentual de participação de cada região no PIB nacional, já abordado (ver os valores em reais na Tabela 23). Entretanto, quando se analisa a proporção da riqueza produzida que caberia individualmente aos habitantes de cada região, a ordem se altera e o Nordeste, terceiro maior PIB do país, desponta com o menor PIB *per capita*, bem abaixo da média nacional, sendo essa também a situação da Região Norte. Sudeste, Centro-Oeste e Sul apresentam os maiores PIB *per capita* (Tabela 24). Norte e, especialmente o Nordeste, apresentam, portanto, uma produção de riqueza aquém da média nacional.

Entende-se que essas diferenças apontadas resultam da forma qualitativamente diferente como as regiões brasileiras participam do processo de valorização do valor, diferenciação essa que se manteve no contexto do imperialismo neoliberal em virtude da reprodução da concentração de capital – expressa no número de empresas e nos tipos de atividades prevalentes – no Sul-Sudeste herdada das décadas anteriores, somada à "guerra fiscal" e à ação do capital financeiro – conforme sugerido por Oliveira (2006) e Araújo (1999) – que, nesse novo estágio do sistema internacional, amplificam a heteronímia interna.

[75] Na base de dados do IBGE constam informações sobre a participação das regiões no VAB do Brasil por setor da economia, não tendo sido localizadas essas informações sobre o PIB.

Tabela 23 – PIB (R$) do Brasil e Regiões – 2002-2016

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	1.488.787.276	1.717.950.386	1.957.751.224	2.170.584.503	2.409.449.916	2.720.262.951	3.109.803.097	3.333.039.339
Norte	69.902.366	81.554.146	97.051.142	106.523.353	121.371.647	135.631.867	156.676.708	166.210.201
Nordeste	194.847.656	220.572.256	251.730.213	282.846.495	317.948.146	354.392.337	406.101.815	451.905.507
Sudeste	854.309.793	969.803.020	1.105.765.868	1.248.258.029	1.390.390.898	1.560.365.099	1.771.494.746	1.875.403.889
Sul	241.564.819	293.463.288	328.262.702	345.376.520	376.334.359	436.946.735	497.390.939	530.119.087
Centro-Oeste	128.162.641	152.557.677	174.941.299	187.580.107	203.404.867	232.926.912	278.138.889	309.400.655

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	3.885.847.000	4.376.382.000	4.814.760.000	5.331.618.957	5.778.952.780	5.995.787.000	6.267.205.000
Norte	207.093.645	241.027.920	259.100.991	292.442.290	308.076.997	320.688.313	337.213.009
Nordeste	522.769.315	583.412.756	653.067.255	724.523.790	805.099.103	848.579.383	898.082.963
Sudeste	2.180.987.792	2.455.541.523	2.693.051.827	2.948.743.736	3.174.690.665	3.238.738.052	3.332.051.462
Sul	620.180.426	696.247.007	765.001.872	880.286.120	948.453.986	1.008.035.065	1.066.967.970
Centro-Oeste	354.815.823	400.152.794	444.538.054	485.623.020	542.632.030	579.746.186	632.889.597

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios.

Tabela 24 – PIB *per capita* (R$) do Brasil e Regiões – 2002-2016

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	8.440,27	9.598,28	10.781,70	11.784,85	12.900,59	14.784,96	16.400,81	17.406,67
Norte	5.093,05	5.804,89	6.752,20	7.247,04	8.079,56	9.275,04	10.346,69	10.821,25
Nordeste	3.956,98	4.426,21	4.991,95	5.543,93	6.160,71	6.876,79	7.649,53	8.432,46
Sudeste	11.361,97	12.713,27	14.291,05	15.907,05	17.475,76	20.037,22	22.091,85	23.177,36
Sul	9.304,20	11.158,56	12.324,20	12.804,28	13.780,67	16.344,31	18.088,28	19.124,67
Centro-Oeste	10.444,17	12.184,41	13.699,25	14.406,23	15.328,73	17.614,76	20.308,12	22.266,45

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	20.371,64	22.748,72	24.825,15	26.521,15	28.500,24	29.326,33	30.411,30
Norte	13.040,47	14.975,16	15.878,07	17.219,22	17.879,20	18.358,69	19.043,21
Nordeste	9.849,05	10.904,53	12.114,67	12.985,53	14.329,13	15.002,33	15.779,11
Sudeste	27.142,34	30.324,46	33.016,85	34.910,60	37.298,57	37.771,26	38.584,63
Sul	22.646,87	25.260,72	27.585,88	30.569,99	32.687,15	34.485,51	36.242,40
Centro-Oeste	25.253,18	28.092,35	30.819,44	32.389,57	35.653,48	37.542,83	40.411,86

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios.

A manutenção dessa diferenciação entre as regiões brasileiras no processo de valorização do valor reproduz e reforça as históricas e profundas desigualdades regionais. No fundo, essas disparidades servem como potencialidade de mercado para a concorrência de capitais – os territórios pouco atrativos para indústrias de alta intensidade tecnológica são para as indústrias leves, com menor intensidade tecnológica e maior emprego de força de trabalho, possibilidade de concorrência no mercado nacional, em virtude das vantagens competitivas geradas pelos subsídios e isenções de impostos, bem como da força de trabalho abundante e barata – de modo que a desigualdade sociorregional é funcional à dinâmica do valor.

Sobre as desigualdades do mercado de trabalho, viu-se que – conforme exposto na abordagem sobre cada um dos setores da economia – existem diferenças na média salarial entre os setores, entre as atividades componentes de cada setor e, principalmente, entre as Regiões brasileiras, com o Nordeste se destacando como a região com as médias salariais mais baixas em todas as atividades econômicas.

Outros aspectos relevantes na configuração do mercado de trabalho nacional e regional são a informalidade e o desemprego – dilemas, conforme discutido no capítulo anterior, fortemente presentes na vida da superpopulação relativa dos países de capitalismo dependente, dentre os quais o Brasil, antes mesmo da crise estrutural iniciada na década de 1970. Segundo dados da OIT[76] divulgados em abril de 2018, o índice de informalidade no mercado de trabalho brasileiro corresponde a 46% da população ativa. O crescimento da informalidade é apontado por diversos autores como uma consequência da elevação do desemprego, o qual faz crescer os postos de trabalho precário (sem carteira assinada) e o número de trabalhadores que para sobreviver desenvolvem atividades de forma autônoma.

Segundo dados do IBGE e do IPEA[77], o desemprego apresentou um acentuado crescimento no período que se estende do início da década de 1990 (tinha-se 4.554.012 trabalhadores desocupados em 1993) a 2018 (a desocupação alcançou o total de 12,2 milhões

[76] Dados coletados da reportagem do Jornal Valor Econômico "Quase dois terços da força de trabalho global estão na economia informal, diz estudo da ONU". Disponível no endereço: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/01/31/desemprego-no-brasil-atinge-mais-de-12-milhoes-no-fim-de-2018.ghtml>. Acesso em: 11 abr. 2019.

[77] Foram analisados os dados referentes ao período de 1992 a 2014, a partir das sistematizações elaboradas pelo IPEA com base nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que se encontram disponíveis no site do IPEADATA (base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil mantido pelo IPEA): <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> (acesso realizado em 28 de agosto de 2017). Contudo, a PNAD – desenvolvida pelo IBGE desde 1967 – foi substituída em caráter definitivo a partir de 2016, pela PNAD Contínua. Nesse sentido, os dados referentes ao período de 2015 a 2018 foram analisados tomando por base os resultados dessa pesquisa, que se encontram disponíveis no site do IBGE: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 12 nov. 2018.

de trabalhadores). A taxa de desemprego[78], majoritariamente, cresceu ao longo das décadas, passando de 7,2% em 1992 para 11,6% em 2018[79].

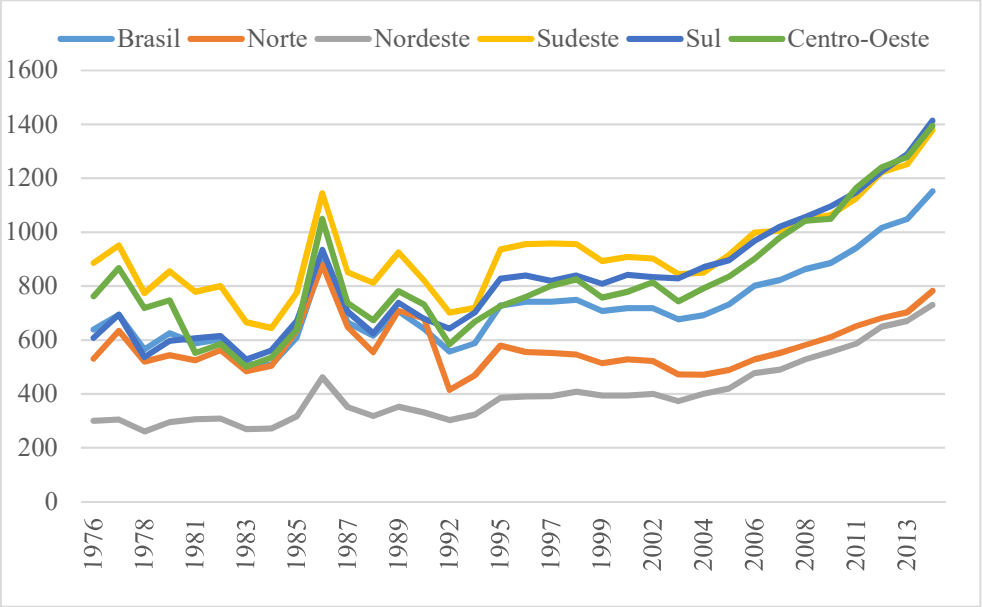
A série histórica do IPEA sobre as taxas de informalidade e desemprego no Brasil e em suas regiões no período de 1993 a 2014, mostra que as maiores taxas ocorreram na Região Nordeste do Brasil – a única exceção foi a taxa de desemprego, que em alguns períodos foi maior na Região Norte ou na Região Centro-Oeste. No último ano da série, as taxas de informalidade e de desemprego foram, respectivamente de 59,2% e 9,2% no Norte; 63,2% e 9,3% no Nordeste; 39,9% e 7,7% no Sudeste; 39,8% e 4,4% no Sul; 46,1% e 5,8% no Centro-Oeste. Em 2017, dados do IBGE (2018) mostram que as taxas de desemprego ficaram ainda mais altas nas regiões, especialmente no Nordeste, tendo sido: 11,9% no Norte; 14,7% no Nordeste; 13,3% no Sudeste; 8,3% no Sul; e 10,5% no Centro-Oeste.

Os dados do IPEA confirmam as disparidades regionais, também, com relação ao rendimento domiciliar *per capita*. Em série histórica referente ao período de 1976 a 2014, o Nordeste aparece em todo esse intervalo com o menor rendimento domiciliar *per capita* e sempre bem abaixo da média nacional, situação compartilhada pela Região Norte a partir de meados da década de 1990. O Sudeste apresenta durante todo o período, média superior à nacional e, em uma grande parte, maior dentre as médias das demais regiões. Sul e Centro-Oeste apresentaram médias abaixo da nacional em meados finais da década de 1970 e do início de 1980, respectivamente, passando depois a apresentar médias sempre superiores à nacional.

[78] Segundo a definição do IPEA, a *Taxa de desemprego* abarca o percentual das pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada entre todas aquelas consideradas ativas (inclui todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade que estavam procurando ocupação ou trabalhando na semana de referência da PNAD/IBGE) no mercado de trabalho. Trata-se de um conceito restrito, pois, segundo Bezerra & Menezes (2002) exclui do cálculo os trabalhadores que estejam realizando qualquer tipo de atividade remunerada, bem como aqueles que não procuraram trabalho nos 07 dias anteriores à pesquisa, os quais são considerados como inativos e não desempregados. Assim, conclui-se que, contraditoriamente, a informalidade é propulsada pelo desemprego e, ao mesmo tempo, contribui para "disfarçá-lo" estatisticamente. Além, evidentemente, de não revelar o montante de fato do tamanho do desemprego no país.

[79] Dados coletados da matéria "Desemprego no Brasil atinge mais de 12 milhões no fim de 2018".

Gráfico 14 – Rendimento domiciliar *per capita* médio no Brasil e Regiões – 1976-2014



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IPEA.

Os dados da PNAD Contínua[80] sobre a renda domiciliar *per capita* média no Brasil e seus estados no período de 2014 a 2018, detalham as médias regionais. Em todo o período, o Distrito Federal – que apresenta a maior média do país –, juntamente com os estados da Região Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, apresentam média acima da nacional. Em alguns momentos, outros estados do Sudeste e do Centro-Oeste apresentaram média igual ou superior à nacional. Já os estados do Norte e Nordeste, apresentaram em todo o período, médias abaixo da nacional, sendo que Maranhão, Alagoas e Pará aparecem, consecutivamente, com as piores rendas domiciliar *per capita* do país. Ou seja, o rendimento médio baixo no Norte e Nordeste é uma resultante dos baixos rendimentos como condição comum a todos os estados dessas regiões.

Tabela 25 – Renda domiciliar *per capita* média (R$) no Brasil e estados – 2014-2018 (continua)

Nível territorial	Ano x valor (R$)				
	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	1.052	1.113	1.226	1.268	1.373
Distrito Federal	2.055	2.254	2.351	2.548	2.460
São Paulo	1.432	1.482	1.723	1.712	1.898
Rio Grande do Sul	1.318	1.434	1.554	1.635	1.705
Santa Catarina	1.245	1.398	1.458	1.597	1.660
Paraná	1.210	1.241	1.398	1.472	1.607
Rio de Janeiro	1.193	1.284	1.429	1.445	1.689
Mato Grosso do Sul	1.053	1.044	1.283	1.291	1.439
Goiás	1.031	1.078	1.140	1.277	1.323

[80] Dados disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=downloads>. Acesso em: 27 jul. 2019.

Tabela 25 – Renda domiciliar *per capita* média (R$) no Brasil e estados – 2014-2018 (conclusão)

Nível territorial	Ano x valor (R$)				
	2014	2015	2016	2017	2018
Mato Grosso	1.032	1.053	1.139	1.247	1.386
Minas Gerais	1.049	1.128	1.168	1.224	1.322
Espírito Santo	1.052	1.074	1.157	1.205	1.295
Roraima	871	1.008	1.068	1.006	1.204
Rondonia	762	823	901	957	1.113
Tocantis	765	816	863	937	1.045
Amapá	753	840	881	936	857
Paraíba	682	774	790	928	898
Bahia	697	736	773	862	841
Pernambuco	802	825	872	852	871
Amazonas	739	753	739	850	791
Rio Grande do Norte	695	819	919	845	956
Sergipe	758	782	878	834	906
Ceará	616	681	751	824	855
Acre	670	752	761	769	909
Piauí	659	728	747	750	817
Pará	631	671	708	715	863
Alagoas	604	598	662	658	714
Maranhão	461	509	575	597	605

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – PNAD Contínua.

No Norte e Nordeste, mais de 50% dos domicílios estão na classe de rendimento mensal de até dois salários mínimos, enquanto nas demais regiões a maioria dos domicílios estão no grupo de rendimento mensal de três a cinco salários mínimos. Comparando os dados dos Censos Demográficos (anos 1991, 2000 e 2010) e da PNAD (ano de 2015) nota-se que houve redução do número de domicílios com renda mensal de até dois salários mínimos nas regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste, aumento nas regiões Norte e Sudeste, mas que ainda assim, o Nordeste permaneceu com o maior percentual de domicílios nessa faixa de rendimentos: no Norte o percentual que era de 43,85% em 1991 passou para 50,27% em 2015; no Nordeste houve redução de 61,98% para 57,67%; no Sudeste aumentou de 26,48% para 29,27%; no Sul reduziu de 34,90% para 27,46%; e no Centro-Oeste diminuiu de 35,22% para 30,51% (Tabela 26).

No mesmo período, o percentual dos domicílios com rendimento mensal de mais de 10 salários apresentou redução em todas as regiões, com exceção do Nordeste, revelando que a concentração de renda aumentou na região: no Norte o percentual de 8,61% em 1991 caiu para 4,06% em 2015; no Nordeste aumentou de 1,47% para 3,17%; no Sudeste reduziu de 17,24% para 8,43%; no Sul reduziu de 11,71% para 8,49%; e no Centro-Oeste também reduziu de 13,25% para 9,77%. Esse dado é, portanto, especialmente elucidativo sobre o padrão estrutural de desenvolvimento capitalista no Nordeste, na medida em que aumenta a renda no território, mas ela é capturada para os segmentos mais altos, fortalecendo a desigualdade social interna.

Tabela 26 – Percentual de domicílios por classe de rendimento mensal no Brasil e Regiões – 1991/2015

Classes de rendimento mensal domiciliar	Brasil e Grande Região											
	1991						2000					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Até 1 salário mínimo	18,63	19,24	36,23	10,59	14,91	13,56	12,39	15,38	24,59	7,06	8,19	9,45
Mais de 1 a 2 salários mínimos	19,99	24,61	25,75	15,89	19,99	21,66	15,98	20,58	23,13	11,78	14,31	16,76
Mais de 2 a 3 salários mínimos	13,26	14,67	11,32	13,24	14,97	15,58	12,28	13,39	13,14	11,37	12,45	13,56
Mais de 3 a 5 salários mínimos	15,8	14,53	9,59	18,44	18,19	17,16	17,51	16,53	13,28	18,83	20,22	18,99
Mais de 5 a 10 salários mínimos	15,89	12,75	7,26	20,71	17,26	15,88	19,54	15,08	10,31	24,09	23,28	19,12
Mais de 10 a 20 salários mínimos	8,13	5,73	3,37	11,19	8,05	7,92	10,43	7,07	4,87	13,63	11,75	10,06
Mais de 20 salários mínimos	4,36	2,88	1,9	6,05	3,66	5,33	7,25	4,34	3,34	9,66	7,31	8,39
Sem rendimento	1,38	2,11	1,59	1,4	0,81	1,18	4,62	7,64	7,33	3,58	2,5	3,66

Classes de rendimento mensal domiciliar	Brasil e Grande Região											
	2010						2015					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Até 1 salário mínimo	14,73	20,05	27,81	9,17	8,2	10,58	14,14	19,39	26,36	8,92	7,92	9,18
Mais de 1 a 2 salários mínimos	21,46	24,3	28,09	18,45	18,16	20,32	23,96	30,88	31,31	20,35	19,54	21,33
Mais de 2 a 3 salários mínimos	15,71	15,13	14,56	16,04	16,52	16,63	17,67	17,86	17,41	17,94	17,28	17,64
Mais de 3 a 5 salários mínimos	18,56	14,95	11,83	21,27	23,28	19,68	19,91	16,28	12,87	22,87	24,32	22,03
Mais de 5 a 10 salários mínimos	15,37	11,44	7,72	18,62	20,33	16,3	14,58	9,87	7,18	17,46	19,86	17,6
Mais de 10 a 20 salários mínimos	6,38	4,48	3,19	7,94	7,59	7,57	5,01	3,07	2,37	6,12	6,48	6,74
Mais de 20 salários mínimos	3,35	2,15	1,79	4,22	3,38	4,83	1,83	0,99	0,8	2,31	2,01	3,06
Sem rendimento	4,42	7,5	5,01	4,3	2,58	4,09	0,63	0,32	0,31	0,82	0,57	1,04

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico e PNAD.

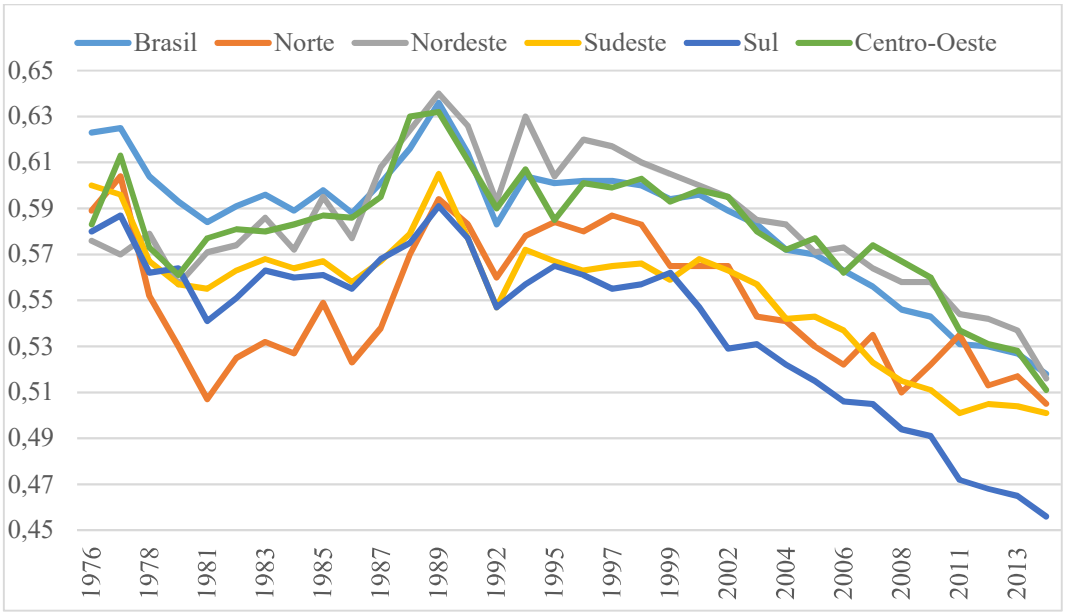
As reduções apontadas nos pontos extremos da distribuição dos rendimentos não eliminaram a forte concentração de renda em todo o Brasil, pois enquanto 38,1% dos domicílios possuíam renda mensal de até 1 salário mínimo, um pequeno percentual de 1,83% dos domicílios nacionais apresentou renda mensal de mais de 20 salários mínimos. Essa proporção é bastante diferente nas regiões, apresentando os piores percentuais no Norte e, especialmente, no Nordeste: no Norte, os domicílios com renda mensal de até 1 salário mínimo somaram 19,39% do total e aqueles com renda mensal de mais de 20 salários mínimos 0,99%; no Nordeste os percentuais foram de 26,36% e 0,8%; no Sudeste foram 8,92% e 2,31%; no Sul os valores ficaram em 7,92% e 2,01%; e no Centro-Oeste foram 9,18% domicílios com renda mensal de até 1 salário mínimo e 3,06% com renda mensal de mais de 20 salários mínimos.

Segundo dados da OXFAM (2018), em 2017 a renda média da metade mais pobre da população brasileira foi de R$787,69 e a renda média total dos 10% mais pobres foi de apenas R$198,03. Já a renda média mensal dos 10% mais ricos do Brasil foi superior a R$13.000,00 e, dentre esses, a do 1% mais rico foi de R$55.000,00. Tomando por base os dados do Imposto de Renda da Receita Federal, o rendimento desse último grupo em relação ao dos 50% mais pobres está na razão de 72 vezes.

Não por acaso, entre 2016 e 2017, o índice de Gini[81] no Brasil interrompeu a tendência de queda dos 15 anos anteriores (2001-2015), passando de 0,546 em 2016 para o patamar de 0,549 em 2017. Nas regiões os índices também aumentaram: no Norte era de 0,539 e foi para 0,544; no Nordeste subiu de 0,555 para 0,567; no Sudeste passou de 0,528 para 0,529; no Sul aumentou de 0,473 para 0,477; no Centro-Oeste passou de 0,523 para 0,536. Nos anos anteriores, segundo os dados do IPEA, as regiões Nordeste e Centro-Oeste alternaram-se na posição da região com o pior índice, mas a partir de 2010 o Nordeste tem apresentado o pior Índice de Gini, ou seja, tem se mostrado como a região brasileira com a maior desigualdade de renda (Gráfico 15).

[81] Conforme disposto no site do IPEA, o coeficiente de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos. Seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Esse indicador pode e é elaborado a partir de diversas variáveis (tipos de classificação dos rendimentos) e, consequentemente, apresenta resultados de magnitude diferentes. Tendo em vista que o IBGE encerrou a PNAD em 2015 (a série histórica de 2004-2015 utilizava o rendimento habitual para construção do rendimento do domicílio e esse, por sua vez, fundamentava o cálculo do Índice de Gini), passando a realizar apenas a PNAD Contínua (nessa, para o cálculo do Índice de Gini é utilizado o rendimento efetivo do trabalho), não existe uma série histórica única para o Índice de Gini e não é possível comparar as séries da PNAD e da PNAD Contínua em virtudes das diferenças metodológicas apontadas.

Gráfico 15 – Índice de Gini no Brasil e Regiões – 1976-2014



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IPEA.

Em consonância com os baixos rendimentos, forte concentração de renda e alta taxa de desemprego, têm-se elevados percentuais de trabalhadores em situação de pobreza e extrema pobreza[82] no Brasil, com diferenças importantes entre as suas regiões. A série do IPEA, referente ao período de 1990 a 2014, mostra que nesse último ano o número de trabalhadores extremamente pobres foi de 8.191.008 milhões em contraposição aos 27.659.557 milhões em 1990 e daqueles em situação de pobreza foi de 25.888.565 milhões em 2014 contra 58.119.829 milhões em 1990. A série revela ainda, que o Nordeste tem historicamente concentrado a maior quantidade de trabalhadores pobres e extremamente pobres. Em 2014 os percentuais de pobreza e extrema pobreza foram respectivamente: 23,11% e 6,40% no Norte; 25,79% e 8,99% no Nordeste; 6,96% e 1,99% no Sudeste; 5,87% e 1,57% no Sul; e 4,4% e 1,17% no Centro-Oeste.

[82] Segundo o IBGE (2018), não há consenso em âmbito nacional ou internacional sobre a medição da pobreza – seja na sua análise monetária (a partir de um valor, absoluto ou relativo, que serve como linha de corte para definir pobres e não pobres) ou na sua análise multidimensional (restrições que acometem a população em dimensões que não dependem exclusivamente da renda). Internacionalmente se consagrou a análise da pobreza por linhas construídas a partir de dólares diários – essas linhas foram estabelecidas pelo Banco Mundial e adotadas não só pela instituição, mas também pelas Nações Unidas para o acompanhamento da pobreza global –, sendo elas: US$ 1,90 diários *per capita* em Paridade de Poder de Compra (PPC), cálculo estabelecido desde 2011 e que é atualmente o limite para definição de extrema pobreza sendo essa linha sugerida para países de baixa renda (como parte dos países da África e países marcados por conflitos recentes); US$ 3,20 para países com renda média-baixa; e US$ 5,50 para países com renda média-alta, sendo esse o caso do Brasil. Essas duas últimas linhas passaram a ser adotadas em 2017, visando contemplar as diferenças nos níveis de desenvolvimento dos países. Filgueiras & Gonçalves (2007) avaliam esse conceito de pobreza criado e difundido pelo Banco Mundial como restritivo, pois as linhas de pobreza subestimam as necessidades mínimas de sobrevivência de uma família, reduzindo, com isso, o número real de famílias pobres e, consequentemente, o montante de recursos financeiros que o Estado destinará ao enfrentamento desse grave problema social. Segundo ressalta o IBGE (2018), o Brasil não possui uma linha oficial de pobreza e, por isso, a proporção de pobres altera-se conforme o critério adotado.

Os dados revelam índices alarmantes, mas que vinham apresentando redução a partir de 2004. Entretanto, conforme analisa Barbosa (2018), com a recessão econômica – provocada pela crise internacional de 2008, frente a qual o governo não soube responder com contratendências efetivas, culminando em uma reorganização da política interna para viabilizar medidas de austeridade fiscal, expressas nos ataques à legislação do trabalho e no congelamento dos gastos públicos, objetivando deslocar fundo público e rendimentos do trabalhador para o capital –, experimentada pelo Brasil a partir de 2014, produziu-se um quadro social regressivo, expresso, dentre outras problemáticas, no aumento, novamente, da pobreza no país.

Tomando por base as linhas de análise do Banco Mundial, os dados do IBGE (2019) mostram que o percentual da população em situação de extrema pobreza – com rendimento de até US$ 1,90 por dia, cerca de R$ 145,00 mensais em valores de 2018 – subiu de 5,8% em 2012 para 6,5% em 2018 – o equivalente a cerca de 13,5 milhões de trabalhadores – sendo que esse crescimento ocorreu em todas as regiões. O número de trabalhadores em situação de pobreza – vivendo com menos de US$ 5,50 diários, cerca de R$ 420,00 mensais – reduziu no período analisado, passando de 26,5% em 2012 para 25,3% da população brasileira em 2018 – o equivalente a quase 52,5 milhões de trabalhadores. Do total de trabalhadores em situação de pobreza, quase a metade (cerca de 47%), aproximadamente 25 milhões de pessoas, estavam no Nordeste (Tabela 27). De modo que as condições estruturais nessa região são significativamente voláteis a ponto de não suportar a fluidez do mercado e das políticas públicas.

Tabela 27 – Percentual de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil e Regiões segundo linhas de análise do Banco Mundial – 2012-2018

Nível territorial	Pessoas residentes em domicílios particulares						
	Classes de rendimento mensal real domiciliar *per capita*						
	Até US$ 1,90 PPC 2011						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	5,8	5,1	4,5	4,9	5,8	6,4	6,5
Norte	9,7	8,3	7,5	9,0	9,7	10,1	11,0
Nordeste	12,4	11,1	9,4	10,3	12,0	13,5	13,6
Sudeste	2,6	2,4	2,2	2,2	3,0	3,2	3,2
Sul	1,8	1,4	1,4	1,5	1,9	2,2	2,1
Centro-Oeste	1,9	1,8	1,8	2,0	2,6	2,9	2,9
	Até US$ 5,50 PPC 2011						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	26,5	24,9	22,8	23,7	25,5	26,0	25,3
Norte	42,5	41,4	38,3	40,5	43,7	42,4	41,3
Nordeste	46,4	43,7	40,5	41,3	43,7	44,3	43,6
Sudeste	16,3	15,5	13,8	14,7	16,1	17,2	16,3
Sul	13,1	11,6	10,3	11,0	12,1	12,0	12,1
Centro-Oeste	17,8	15,3	15,1	15,6	17,2	16,8	16,4

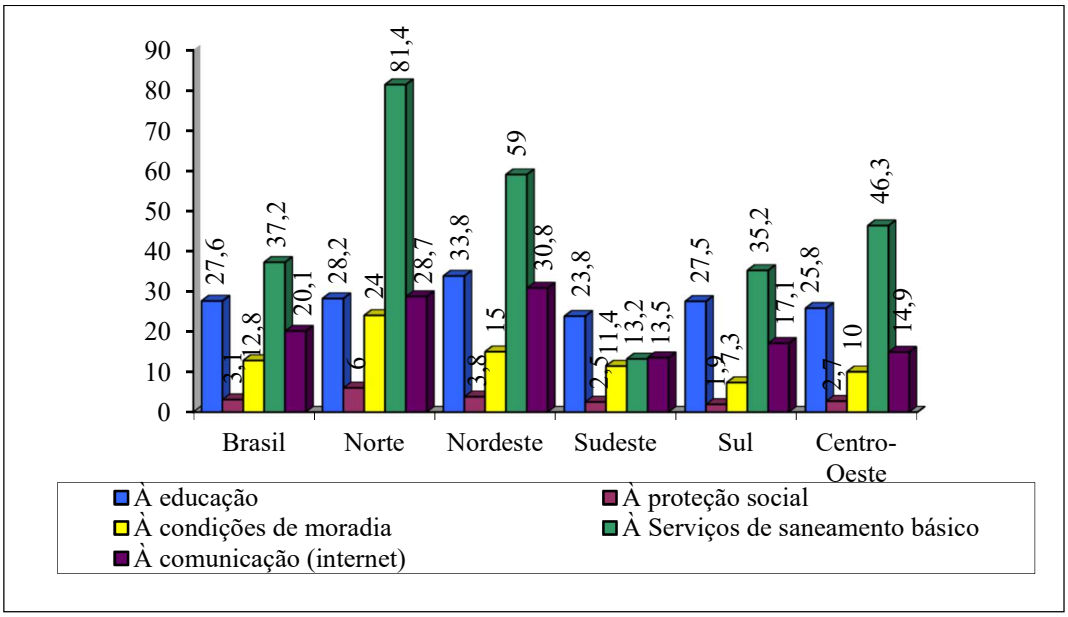
Fonte: IBGE, 2019, p.59.

Os órgãos oficiais de pesquisa, consultados neste estudo, consideram a pobreza como um fenômeno multidimensional que, conforme já ressaltado, envolve várias outras restrições em dimensões que não dependem exclusivamente da renda, mas que envolvem, por vezes, a execução de políticas públicas pelo Estado. Não existindo consenso, seja no âmbito nacional ou internacional, sobre quais dimensões e indicadores devem ser observados (IBGE, 2019), limitar-se-á a presente análise a uma abordagem breve das dimensões trabalhadas pelo IBGE na "Síntese de Indicadores Sociais – uma análise das condições de vida da população brasileira – 2019", objetivando apenas ilustrar parte das profundas desigualdades sociais entre as regiões do país, sem qualquer pretensão de esgotar esse debate.

Avaliando restrições de acesso em cinco dimensões – educação, proteção social, moradia adequada, serviços de saneamento básico e comunicação[83] – os dados da PNAD Contínua em 2018 apontaram que nesse referido ano 10,6% da população brasileira enfrentava pelo menos três das cinco restrições listadas, sendo que as maiores incidências foram nas Regiões Norte (23,3% da população) e Nordeste (19,2%). A restrição com maior incidência foi ao acesso a serviços de saneamento básico, com exceção da Região Sudeste, na qual a maior restrição referiu-se à educação.

[83] As restrições foram definidas pelo IBGE (2019, p.71-72) da seguinte forma: "à educação – crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade que não freqüentavam escola, pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas, e pessoas de 16 anos ou mais de idade que não possuíam ensino fundamental completo; à proteção social – pessoas que satisfaziam simultaneamente a duas condições a seguir: residentes em domicílios onde não havia nenhum morador de 14 anos ou mais de idade que contribuía para o Instituto Nacional de Previdência Social - INSS em qualquer trabalho ou era aposentado/pensionista; domicílios com rendimento domiciliar *per capita* inferior a ½ salário mínimo, e com nenhum membro recebendo rendimentos de outras fontes, o que inclui programas sociais; à moradia adequada – pessoas residindo em domicílios com uma ou mais das inadequações a seguir: sem banheiro de uso exclusivo do domicílio, com paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis, com adensamento excessivo ou com ônus excessivo com aluguel; aos serviços de saneamento básico – pessoas residentes em domicílios que não tinham acesso simultâneo a três serviços de saneamento definidos por coleta direta ou indireta de lixo, abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial; à comunicação – pessoas residentes em domicílios sem acesso à internet".

Gráfico 16 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, no Brasil e Regiões – 2018



Fonte: IBGE, 2019, p.73.

Em suma, a dependência – forma particular de reprodução do capital, baseada na superexploração da força de trabalho – não se restringe às relações entre países, incidindo de forma diversa sobre as regiões internas, inclusive desencadeando relações de subordinação entre elas. Isso denuncia que a dinâmica do capital é decisiva sobre a segmentação administrativa e política dos territórios, em especial numa quadra histórica neoliberal desregulamentadora do intercâmbio e mobilidade do valor.

Oliveira (1981) ressalta que, enquanto nos países imperialistas ocorre uma tendência à maior homogeneização do espaço econômico – ao menos nos traços mais gerais da sociedade mercantilizada –, no espaço externo o imperialismo, majoritariamente, não só aproveita as diferenças regionais existentes, como as cria enquanto parte de suas determinações incontroláveis (MÉSZÁROS, 2002) ou para seu próprio proveito, como dominação política em favor de *vantagens competitivas* de forças produtivas ou *nichos* de mercado.

Ademais, conforme enfatizado por Florestan Fernandes (1975), a dependência gera subdesenvolvimento econômico e também produz subdesenvolvimento paralelo nas demais esferas – social, cultural, política – da vida, que, por sua vez, agrava as incongruências e as tensões do subdesenvolvimento econômico. Nesse sentido, das diferenças nacionais ou regionais desencadeadas pela forma qualitativamente diferente de reprodução do capital e de apropriação do valor produzido – ou seja, as diferenças não se resumem ao grau de desenvolvimento capitalista alcançado –, decorre um amplo e diversificado conjunto de

desigualdades que, assim como a dependência que o origina, é historicamente reproduzido, conforme visto no caso do Norte e Nordeste brasileiros. Passa-se agora à análise das particularidades do desenvolvimento capitalista nessa última região citada.

2.2 **Particularidades do desenvolvimento capitalista no Nordeste**

De acordo com os dados históricos, consultados na pesquisa, a ocupação do Nordeste brasileiro, processada na época da expansão colonial europeia, está, segundo Andrade (1981), diretamente determinada pela razão econômica que a motivou, a saber, atender à demanda por açúcar nas áreas centrais do capitalismo, iniciando-se essa atividade açucareira ainda na primeira metade do século XVI.

Controlada pelo capitalismo mercantil durante o período colonial e imperial, a ocupação do Nordeste, voltada para a produção do açúcar, possibilitou a formação de grande exploração latifundiária, o uso da mão-de-obra escrava e o desenvolvimento do sistema monocultor, com a dominação da exportação, em detrimento das demais culturas voltadas para o mercado interno. A economia do açúcar dava um lugar peculiar à colônia, tendo em vista o nascente trabalho manufatureiro europeu nas cidades e as exigências de reprodução da força de trabalho com produtos de rápida e barata reposição energética.

Além da destacada produção de açúcar que ocupava grande parte do território nordestino, com notória hegemonia comercial de Pernambuco, desenvolvia-se em outras partes do Nordeste – como Ceará e Piauí – uma pecuária extensiva, quase extrativa, que servia para abastecer os grandes centros da produção açucareira na região. Tratava-se de uma atividade subordinada aos movimentos de reprodução do açúcar e à dinâmica do capitalismo mercantil – na época sob o domínio da Inglaterra e outros países centrais – que controlava a comercialização da região (OLIVEIRA, 1981).

Andrade (1981) assinala que fora a produção açucareira, não existiram outras atividades manufatureiras importantes no Brasil colonial, até mesmo porque a atividade industrial foi proibida – do século XVIII ao início do século XIX – para fortalecer as manufaturas e, sobretudo, o comércio português. Vale recuperar o dito anteriormente, que as colônias garantiam um mercado monopolizado para o escoamento de mercadorias e uma fonte para expropriação de riquezas que nas metrópoles se transformavam em capital ou se dirigiam à reposição de energias da força de trabalho (MARX, 2013).

Mesmo com o fim do monopólio português, não teve início uma política de industrialização no Brasil, pois faltava uma legislação de proteção à indústria nacional – o que

só veio em 1844 com a Lei Alves Branco – e isso por dois fatores principais. De um lado, o Tratado de 1810 entre Inglaterra e Portugal, impunha que os produtos ingleses entrassem no Brasil pagando uma taxa de importação muito baixa, eliminando a concorrência da própria produção portuguesa e também impedindo o surgimento de uma indústria nacional. Por outro, o poder político dos grandes proprietários de terra, que defendiam a permanência do Brasil como um país dedicado à produção de matérias-primas agrícolas e minerais para exportação, tendo em vista que os bons preços desses produtos possibilitavam a importação de produtos manufaturados (ANDRADE, 1981).

As determinações externas prevalecendo sobre as necessidades úteis da população nacional, mesmo ao fim – formalmente – da colônia, mostram como, de fato, a heteronomia, num sistema que se faz como totalidade social, reproduz substancialmente a colônia, como tratou Fernandes (1975).

Contudo, segundo Andrade (1981), uma série de fatores – o crescimento da população, a penetração para o interior territorial com a expansão dos cafezais e a extração da borracha, bem como a crescente demanda de produtos tropicais nos países em fase de industrialização – criou contradições que, sobretudo após 1850, levaram o país a, enfim, iniciar uma política de industrialização com caráter dominantemente regional. Como dito, a economia brasileira tomava a forma de um "arquipélago" – em que as regiões mais pareciam ilhas de produção econômica ligadas diretamente ao exterior – que não promovia a integração nacional e fortalecia a dependência do país em relação aos países centrais.

> As estradas de ferro de penetração, ligando as áreas produtoras de mercadorias exportáveis aos portos do mar, contribuíram para consolidar o sistema de dominação imposto no mundo tropical pela divisão internacional do trabalho, mas não facilitaram a integração nacional. Daí o Brasil apresentar-se, até a Segunda Guerra Mundial, como se fosse uma porção de áreas isoladas, de difícil comunicação entre si e voltadas diretamente para o exterior, de que dependiam economicamente. Foi esse fato que levou Gilberto Freyre a afirmar que o Brasil se assemelhava mais a um arquipélago que a um continente, porque, embora as regiões brasileiras não fossem fisicamente ilhas, só se comunicavam com regularidade por mar, através da navegação de cabotagem. Desse fato resultou também que o processo primeiro de industrialização brasileira, ocorrido na segunda metade do século XIX, tivesse um caráter dominantemente regional. [...] Só se viria a pensar em termos nacionais, do ponto de vista de mercado, na segunda metade do século XX, após o término da Segunda Guerra Mundial e a construção das grandes rodovias (ANDRADE, 1981, p.23-24).

Nesse período, o Nordeste assumia uma outra configuração, a qual se estenderia por quase todo o século XIX às primeiras décadas do século XX. Uma nova divisão do trabalho se impõe com as mudanças desencadeadas no plano externo pela disputa entre os países imperialistas para ter o controle da produção do açúcar no Caribe, fazendo com que o açúcar

nordestino não encontrasse formas de realização no comércio internacional. No plano interno do país ganha força as outras produções constituídas preliminarmente pelas relações com os países imperialistas. Na região centro-sul brasileira tem-se a emergência, consolidação e hegemonia de outras formas de produção e conflitos de interesses na região do café. E no Nordeste, o advento do "Nordeste algodoeiro"[84] sobre as bases do "Nordeste pecuário":

> O Nordeste agrário não-açucareiro converte-se num vasto algodoal, desde o Maranhão à Bahia. Não é a "plantation", porém, a estrutura de produção dessa nova mercadoria; esse vasto algodoal é na verdade constituído pela segmentação sem fim de pequenas e isoladas culturas. A rapina internacional encontra terreno propício à constituição de uma estrutura de produção em que o capitalismo internacional domina a esfera financeira de circulação, deixando a produção entregue aos cuidados de fazendeiros, sitiantes, meeiros, posseiros. Emerge aqui a estrutura fundiária típica do latifúndio: o fundo de acumulação é dado pelas "culturas de subsistência" do morador, do meeiro, do posseiro, que viabilizam, por esse mecanismo, um baixo custo de reprodução da força-de-trabalho e, portanto, um baixo valor que é apropriado à escala de circulação internacional de mercadorias, sob a égide das potências imperialistas (OLIVEIRA, 1981, p.47).

A burguesia do "Nordeste açucareiro" começa a perder o controle político da nação para a burguesia cafeeira e também o controle interno do Nordeste, que passa para as mãos da classe latifundiária comandante do processo produtivo algodoeiro-pecuário, os "coronéis"[85]. Pressionado pela produção agro-exportadora da região do café e pelo "Nordeste algodoeiro-pecuário", a economia industrial emergente do "Nordeste açucareiro-têxtil"[86] retrocedeu seu

---

[84] O algodão já era cultivado na Colônia desde o século XVI, mas foi a Revolução Industrial e, principalmente, o avanço da indústria têxtil na economia inglesa que fizeram crescer exponencialmente a demanda por esse produto e levaram as áreas nordestinas de clima subúmido e semiárido antes ocupadas pela pecuária a se tornarem produtoras de algodão. A produção algodoeira no Nordeste do Brasil, especialmente no Ceará e Maranhão, experimentou sensível avanço em decorrência da Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865) que elevou bastante os preços (ANDRADE, 1981).

[85] Bursztyn (2008) define o coronelismo como uma resultante da atuação do Estado autoritário-paternalista brasileiro – ao longo da evolução histórica do Brasil, o Estado tem, de formas diferenciadas, apresentado um duplo caráter, se manifestando com autoritarismo e, ao mesmo tempo, buscando legitimação por meio do paternalismo, estando as raízes desse duplo caráter na própria estrutura do Estado português do século XV – em sua fase "autoritário por omissão". Segundo o autor, o interesse de Portugal pelo Brasil colônia era estritamente financeiro e apesar de sua estrutura política rígida (regime absolutista), não contava com recursos (humanos e financeiros) para ocupar de forma efetiva o vasto território. Dadas essas condições e diante do crescente poder local dos senhores de terra, o governo central da colônia decidiu por pactuar com esses uma série de compromissos. O Estado transferia ao poder local quase todas as suas prerrogativas – na época colonial, eram dadas aos senhores de terra prerrogativas de justiça e militar e no império eles eram nomeados coronéis da Guarda Nacional – em troca de ter reconhecida a soberania da Coroa sobre a totalidade dos domínios de cada senhor de terras, sob a forma de pagamento de impostos. O duplo caráter do Estado passava a se repetir em nível local, assumindo a forma de patriarcalismo – na sociedade rural no período colonial, a família do senhor de terras torna-se o núcleo central e seu chefe, o patriarca, exerce a tirania atenuada pelo paternalismo, que se revelava um mecanismo fundamental não só para contrabalançar o autoritarismo do Estado e do chefe local, mas também para garantir o esquema de legitimação dos coronéis, ao consolidar as relações de dependência econômica, social e política. Surgia assim, o tipo de Estado que se desenvolveria no Brasil, no qual poder central e poder local são interdependentes.

[86] De acordo com Oliveira (1981), a incipiente indústria do "Nordeste açucareiro-têxtil" vai depender das condições de produção e realização do algodão, haja vista sua interdependência com o "Nordeste algodoeiro-

próprio movimento de reprodução do capital e das relações de produção[87]. Para sobreviver, porém à custa de sua estagnação, recriou internamente relações de produção pré-capitalistas[88] que eram próprias do "Nordeste algodoeiro-pecuário", ocasionando: a descapitalização da própria economia açucareira, o abortamento da completa constituição de uma força de trabalho assalariada, dissolução do "semicampesinato" que havia se formado e por fim a própria reconversão da estrutura fundiária em latifúndios (OLIVEIRA, 1981).

Andrade (1981) também acentua alguns fatos relevantes a esse respeito. Segundo ele, a busca por melhorar a fabricação do açúcar fomentou a ideia de separação entre agricultura e indústria, desencadeando nas décadas finais do século XIX, a implantação de engenhos centrais e de usinas que transformaram a organização do espaço. Com maior capacidade de esmagamento da cana-de-açúcar, passaram externamente a adquirir engenhos e a aumentar as dimensões de sua propriedade e, internamente, a reduzir ou mesmo extinguir as áreas destinadas à cultura de subsistência dos trabalhadores que nelas viviam sob a forma de campesinato ou "semicampesinato". Isso resultou na reconversão da estrutura fundiária no latifúndio e num processo de proletarização desse trabalhador rural.

Em sentido contrário, o Sudeste – mais capitalizado em virtude do preço elevado do café no mercado internacional e tendo recebido grandes contingentes de força de trabalho estrangeira melhor qualificada (ANDRADE, 1981) – rompia, no primeiro quartel do século XX, com a atividade agroexportadora para tornar-se a região da indústria. Dentre as mudanças desencadeadas com a industrialização está a reorientação da intervenção estatal na economia, que se volta – conforme já discutido – para viabilizar o capital industrial, prejudicando, em razão das medidas adotadas, a forma de reprodução da economia agroexportadora. São derrubadas as barreiras alfandegárias existentes entre os estados, instituído o Imposto de Consumo sobre todas as mercadorias produzidas no país e abolida a capacidade que detinha cada estado de legislar sobre comércio exterior. Medidas políticas para a implantação de um

---

pecuário". Ademais, por ter sua produção direcionada para a demanda interna – mercado pobre, das classes de renda baixa – e fundamentalmente, por estar subordinada aos padrões impostos pelos grandes grupos capitalistas internacionais (SANBRA, CLAYTON e MACHINE COTTON) que dominam esse nicho de mercado, vai se especializar na produção de tecidos grossos, embora esteja na região que produzia algodão de boa qualidade.

[87] Além do desenvolvimento da indústria açucareira e algodoeira no Centro-Sul, Andrade (1981) aponta que outros entraves à industrialização do Nordeste, no começo do século XX, foram: as empresas transnacionais pressionando para vender petróleo (impactando negativamente a produção do álcool decorrente da cana-de-açúcar) e a insuficiência energética.

[88] Essas relações se caracterizam pela expropriação do produto e não da força de trabalho do camponês, em razão desse não estar completamente expropriado dos meios de produção. São exemplos de relações de produção pré-capitalistas o "cambão" – nesse caso, o proprietário da terra se apropria de sobre-trabalho, pois o trabalhador é forçado a trabalhar alguns dias gratuitamente para ele, em troca do direito de morar e trabalhar em sua propriedade – e o caso do meeiro – o trabalhador reparte com o proprietário da terra parte da produção derivada de seu trabalho (OLIVEIRA, 1981).

projeto de Estado nacional unificado, em substituição ao "arquipélago" de economias regionais então existentes (OLIVEIRA, 1981).

O efeito da expansão capitalista do Centro-Sul sobre a economia nordestina, segundo Oliveira (1981), foi de destruição dos capitais nela existentes, pois suas atividades econômicas de circularidades específicas não conseguiram competir com as mercadorias oriundas do Centro-Sul. Combinar essas realidades regionais extremamente desiguais demandou articular o "moderno" e o "arcaico", de forma que o Nordeste teve seu papel na divisão regional do trabalho redefinido, estabelecendo-se em decorrência uma perene relação de dependência dessa região em relação ao Centro-Sul, o que tornaria ainda mais inviável a expressiva reprodução do capital, especificamente, no espaço nordestino.

Por um lado, o Nordeste passou a ser sistematicamente a *reserva do exército industrial de reserva* – de fato, a região foi a que sofreu a maior redução populacional no período da industrialização (ver Tabelas 4 e 5), apresentando, até os dias atuais, perda contínua de população – em razão da intensificação do movimento migratório, para o qual contribuíam o fenômeno da seca e a questão agrária, mediados pela ação do Estado[89]. Por outro, a atividade agroexportadora desempenhava papel fundamental no processo de industrialização, garantindo-lhe a acumulação necessária, de forma que, além da força de trabalho, o Nordeste também ofertava à industrialização do Centro-Sul, matérias-primas e alimentos baratos. Assim,

[89] Bursztyn (2008) sinaliza que do Estado "autoritário por omissão" passou-se ao "autoritário ativo", cuja intervenção "visa criar novas formas de acumulação de capital (e de legitimidade), ao mesmo tempo que as antigas são preservadas" (p.52). Segundo o autor, enquanto no período imperial o poder dos coronéis era a eles atribuído, agora o Estado passava a garanti-lo por meio da economia, colocando, sobre uma nova base a interdependência entre governo central e local. Os órgãos estatais – como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) – privilegiavam em suas ações as grandes propriedades rurais dos "coronéis" em detrimento das pequenas propriedades, contribuindo de forma direta para a manutenção da estrutura de produção local e, indireta e contraditoriamente, para a migração – por exemplo, ao facilitar a ocorrência do fenômeno em razão das estradas construídas pelas frentes de trabalho do DNOCS ou, ainda, ao desencadear a elevação do custo de vida local, em virtude do aumento da composição orgânica do capital provocado pelos empréstimos da EMATER. Ianni (2004) resume bem o uso ideológico das secas para a manutenção da estrutura econômico-social no Nordeste, bem como a relação existente entre o fenômeno e a dependência da região em relação ao Centro-Sul: "(...) À medida que se expandia o capitalismo industrial no Brasil e que a reintegração do Nordeste se colocava em termos mais objetivos para toda a nação, ganhou bases científicas a análise do problema. Pouco a pouco, revelou-se que havia uma espécie de *ilusão semântica* na interpretação do Nordeste. A manipulação ideológica dos fenômenos ligados às secas, pelos latifundiários e políticos, havia conseguido canalizar para a região recursos de vulto, para manter a estrutura econômico-social vigente, sobre a qual as secas seriam e serão sempre catastróficas. (...) Já se reconhecia que as condições naturais adversas eram adversas ao tipo pré-capitalista de distribuição da renda e organização social da produção. As atividades dos homens não estavam organizadas de maneira a resistir às variações do regime de águas. As crises reveladas ao nível ecológico eram, mais uma vez, o resultado do modo de organização social da vida impróprio àquela realidade. Além do mais, na base da incapacidade de estruturas como aquelas de enfrentar as secas, ou outras condições adversas da natureza, estão, entre outros fenômenos a *descapitalização* provocada pelas relações mercantis com núcleos mais vigorosos do Centro-Sul e do exterior" (IBIDEM, p.72).

internamente, por meio da deterioração dos termos de troca, cumpria também o papel de *fonte de capital a ser drenado* (OLIVEIRA, 1981).

> O *colonialismo interno* não é ficção política, mas uma decorrência necessária dos processos de concentração e centralização, favorecidos pela independência relativa do capital financeiro. Quando o capital financeiro, aglutinando principalmente o industrial e o bancário, adquire a importância que já alcançou na economia brasileira, torna-se inevitável o agravamento das desigualdades regionais ou desníveis setoriais. É que o mercado nacional, apoiado em grau crescente nas técnicas específicas de operação do capital financeiro, facilita a drenagem de recursos de um setor para outro, de uma zona para outra, sempre no sentido de acelerar a acumulação (IANNI, 2004, p.187).

As contradições da reprodução do capital e das relações de produção desencadearam conflitos entre as regiões Centro-Sul e Nordeste. A forma política que se consolida na região Centro-Sul não teve vigência completa na região Nordeste, em virtude de que havia se formado uma classe operária – que por um lado reivindicava ganhos de produtividade a serem incorporados aos salários reais e por outro, em decorrência das formas pré-capitalistas de produção, enfrentava a burguesia como se fossem camponeses, reivindicando terras ou a eliminação das formas de trabalho semi compulsório – em confrontação aberta com as classes dominantes locais – a burguesia "açucareira-têxtil" e os "coronéis" (OLIVEIRA, 1981).

Essas forças populares, segundo o autor, são percebidas pela burguesia nacional como uma ameaça à sua hegemonia, pois embora não cheguem a capturar o Estado, impediam a dissolução de sua ambiguidade e o direcionavam para o atendimento das reivindicações populares, enquanto no Centro-Sul o Estado já se definia como produtor de mais-valor[90] e, portanto, não partidário dos interesses das classes subalternas. Ademais, a busca das forças populares pela regulamentação trabalhista tiraria da burguesia industrial do Centro-Sul uma oportunidade de acumulação diferencial, decorrente do baixo custo de reprodução da força de trabalho nordestina.

---

[90] Sobre a transformação operada no Estado que passa de "agente técnico da divisão do trabalho" para "agente da divisão social do trabalho", enquanto produtor de mais-valor, Oliveira (1981, p.103) esclarece: "(...) o Estado é agora produtor de mais-valia, e segue-se a isto que o seu caráter opressor e repressor não pode mais ser mascarado. O Estado não dirige mais a parte do excedente que capta na manutenção de serviços improdutivos; na raiz da transformação porque passou a maioria da produção de bens e serviços do mesmo, está agora o caráter próprio de produtor de mais-valia, e nesse sentido não pode ele apresentar-se mais como oferecendo indiscriminadamente esses bens e serviços por debaixo do seu custo. Essa transformação desfaz a ambiguidade do Estado em relação às classes dominadas, principalmente o operariado urbano. Não adianta mais dirigir petições ao Estado como administrador do bem comum, da justiça igual para todos; *as petições transformaram-se em reivindicações,* e no limite, em uma contestação do próprio Estado, agora não como ente do bem comum, mas como produtor de mais-valia, explorador, opressor e repressor. (...) Não é agora apenas um transformador da matéria que será repassada às burguesias para apropriação sob as formas do lucro privado; é agora um elemento da própria centralização do capital e, como tal, peça essencial para a expansão do sistema".

O conflito de classes no Nordeste aparece como conflitos ou desequilíbrios regionais e foi sua exacerbação que, segundo Oliveira (1981), resultou na criação da SUDENE, enquanto intervenção planejada do Estado para destruir de forma acelerada a economia nordestina, no contexto do movimento de integração nacional mais amplo. A intervenção da SUDENE era – quer pela criação de empresas do Estado ou com sua participação, quer pela concessão de favores fiscais – voltada para converter a riqueza nacional, em especial aquela captada pelo Estado, em base para a nova produção.

Contraditoriamente, no intuito de "descapturar" o Estado das mãos da "oligarquia algodoeira-pecuária", a SUDENE foi capturada pela burguesia internacional, associada da burguesia industrial do Centro-Sul. Com sua política de incentivos fiscais – baseada na dedução do imposto de renda para empresas que aplicassem a dedução em investimentos industriais no Nordeste –, a SUDENE operou a quase completa transformação do excedente captado pelo Estado em capital e estabeleceu o mais poderoso mecanismo para a transferência da hegemonia burguesa do Centro-Sul para o Nordeste, integrando a economia nordestina à economia nacional e assim, assegurou a homogeneização monopolista do espaço econômico nacional (OLIVEIRA, 1981).

> Quanto à burguesia industrial nordestina, esta pagou um preço que jamais sonhou; e sua existência é "irrepetible desde siempre y para siempre", para retomarmos os termos admiráveis de Gabriel Garcia Márquez: no movimento de concentração e centralização do capital no Brasil, e na forma particular que lhe imprimiu o "planejamento" da SUDENE, não há lugar para ela. Os poucos e contados grupos econômicos regionais que sobreviveram fizeram-no porque conseguiram elevar-se ao mesmo nível dos grandes grupos monopolistas da economia nacional e, em certos termos, já o eram ou estavam caminhando para sê-lo à época da criação da SUDENE; os favores fiscais administrados por esta serviram-lhe igualmente como mecanismos de concentração e centralização do capital. O resto da burguesia industrial nordestina foi irremediavelmente jogado ao lixo da História (IBIDEM, p.132).

Andrade (1981) aponta que a entrada de grandes somas de capital no Nordeste se processou com mais intensidade e preferencialmente nos ramos de maior rentabilidade e importância estratégica. E reforça que a *desnacionalização* – em face do controle dos grupos transnacionais sobre as indústrias da região – e *desregionalização* – em face da transformação da indústria da região em subsidiária e complementar da indústria do Sudeste – da indústria nordestina, além de ter promovido uma maior integração desta na indústria nacional e internacional, tornou a região cada vez mais dependente do Sudeste e do exterior, retirando progressivamente o poder de decisão dos grupos econômicos regionais. Para o referido autor, de 1950 a 1980 o ciclo desenvolvimentista provoca, portanto, profunda mudança na estrutura socioeconômica nordestina porque:

> A modificação da escala da produção industrial provocou, nos últimos 30 anos a aplicação de vultuosos capitais no Nordeste. Situando-se dentro da sistemática do modelo brasileiro, esses capitais eram constituídos por investimentos estatais, feitos diretamente na produção de energia hidrelétrica e na exploração de petróleo, sobretudo, de investimentos de transnacionais, feitos através da venda de tecnologia e de *know-how* e, ainda, de investimentos de capitais privados nacionais do Sudeste e da região. Os capitais privados, quer nacionais quer estrangeiros, foram, em grande parte, encaminhados através da aplicação dos mecanismos dos arts. 34/18. Eram capitais que, de fato, pertenciam ao Estado, de vez que eram deduzidos do imposto de renda. A penetração dos capitais do Sudeste e estrangeiros se fez tanto implantando novas atividades industriais como adquirindo indústrias já existentes, associando-se a grupos econômicos locais ou provocando, pela concorrência, a destruição dos grupos locais, mais fracos, tomando-lhes o mercado e depois a própria exploração (ANDRADE, 1981, p.86).

O autor, assim como Chico de Oliveira, aponta que ao lado das indústrias de base, uma série de indústrias leves – tais como as bebidas, as confecções, os calçados, entre outros produtos – tiveram grande desenvolvimento no Nordeste, em razão do atendimento do mercado regional e da possibilidade de concorrência no mercado nacional, por serem beneficiadas pelos subsídios e isenções de impostos das políticas, bem como pela força de trabalho barata.

A industrialização tardia do Nordeste – um território periférico, pouco capitalizado e isento de práticas monopolistas – constituiu uma saída para o capital monopolista manter elevada sua remuneração e resultou, dentre outras coisas, na manutenção tanto da superexploração da força de trabalho local, apesar do aumento da produtividade, quanto da deterioração dos termos de troca (PEREIRA, 2018).

> [...] o custo da reprodução da força de trabalho continuará baixa mesmo com o aumento da produtividade; as mercadorias produzidas na região continuarão sofrendo a deterioração dos termos de troca, abastecendo a nova classe assalariada urbana em ascensão especialmente no Sudeste e garantindo a oferta de recursos naturais à industrialização nacional em uma espécie de acumulação primitiva; que o enorme exército industrial de reserva continuará vivo legitimando relações de trabalho híbridas, monetárias e não-monetárias, capitalistas e não-capitalistas, recompondo a divisão regional do trabalho e o complexo arcaico-moderno com um maior peso no Nordeste. Este continua tendo como uma de suas principais expressões o fenômeno da seca (PEREIRA, 2018, p.181).

Com a ascensão do imperialismo neoliberal na década de 1990 ocorre, conforme já debatido, uma tendência à especialização regressiva da estrutura produtiva do Brasil e o abandono do padrão de descentralização industrial que vinha em curso, culminando na retomada e reforço das estratégias de especialização regional. No Nordeste, o esvaziamento da política de desenvolvimento regional do ciclo desenvolvimentista, por parte do Governo Federal – durante a década de 1990 e parte da primeira década dos anos 2000 – levou à

manutenção da política de incentivos fiscais[91], tornando-a mecanismo permanente pelo qual governos estaduais e municipais buscam consolidar "focos de dinamismo" em suas áreas de atuação (ARAÚJO, 1999). Desencadeou-se, assim, uma "guerra fiscal" que, segundo Zaidan Filho (2001), produz efeitos prejudiciais sobre a receita pública agregada e a possível formulação de um projeto integrado de desenvolvimento regional.

> Talvez seja preciso reconhecer que o binômio globalização/interdependência não signifique necessariamente mais cooperação, ajuda mútua, redes de solidariedade ou políticas de equidade social ou regional. Talvez signifique exatamente o contrário: o fim das identidades regionais e dos laços de solidariedade então regionais. A política do governo federal – embora ele não o diga – caminha de mãos dadas com o movimento de fragmentação e isolamento dos Estados nacionais, provocado pela globalização dos mercados. Estamos diante daquilo que executivos japoneses (deslumbrados com esse movimento) chamaram de *state-region*, ou seja: Estados-Região, ilhas de prosperidade econômica, dentro de países e regiões, cercadas pela violência e pela miséria por todos os lados. [...] Transformados em principal política de atração de investimentos diretos para a região, os incentivos fiscais comprometem a receita pública agregada e impedem a formulação de qualquer projeto integrado de desenvolvimento regional. É o fenômeno do "hobbesianismo estadual" declarado e a morte da federação enquanto pacto político nacional (ZAIDAN FILHO, 2001, p.31-32).

Embora a política de incentivos fiscais tenha contribuído para manter o movimento de desconcentração industrial, conforme exposto anteriormente, esse tem ocorrido, fundamentalmente, no âmbito das atividades com menor intensidade tecnológica, pois no caso das atividades de alta intensidade tecnológica, ocorreu uma acentuação da concentração que já existia. As especializações regionais foram reforçadas ainda, pela tendência de primarização da pauta exportadora brasileira – resultante da redefinição do papel do Brasil na divisão internacional do trabalho –, intensificada nos anos 2000 em razão do aumento da demanda por *commodities* no mercado internacional (CARDOZO, 2018).

No caso da Região Nordeste, conforme exposto na Tabela 9, a exportação de Bens Intermediários – os principais produtos exportados foram minerais metálicos, sementes e frutos oleaginosos, celulose e resíduos de papel, ferro e aço, produtos químicos orgânicos, metais não-ferrosos, açúcares, preparações de açúcar e mel – passou de US$3.068.704.943 em 2000 para

[91] A política de incentivos fiscais permanece em vigência e contempla, com variações entre os estados nordestinos, uma lista vasta de benefícios, dentre os quais estão: redução ou isenção de impostos variados, realização de obras de infraestrutura, concessão de terreno, crédito presumido, financiamentos. Dentre outras fontes – como os sites dos governos estaduais, matérias jornalísticas – é possível verificar quais benefícios são ofertados por cada um dos estados do Nordeste no "Portal da Indústria" (página eletrônica do Sistema Indústria), endereço: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/brazil-4-business/estados/pt-ba/#tab-incentivos>. Acesso em: 29 set. 2019.

US$14.616.208.813 em 2018, respondendo por 77,98% do total exportado pela Região e por 9,39% do total de Bens Intermediários exportados pelo país nesse último ano.

Pereira (2018) aponta que as regiões mais pauperizadas do país, como o Nordeste, esteve entre as prioridades dos investimentos públicos realizados a partir de meados da primeira década dos anos 2000 – enquanto o percentual de recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) destinado ao Nordeste aumentou de 7% em 2002 para 13% em 2012, o destinado ao Sudeste reduziu de 62% para 46% no mesmo período – e que a análise dos dados desses financiamentos revelam que os setores industriais produtores de *commodities* – produtos primários agrícolas e minerais – foram priorizados em detrimento dos setores industriais tradicionais, sinalizando para o tipo de atividade que sofreu expansão na região.

Quadro 1 – Empreendimentos beneficiados pelo BNDES no Nordeste – 2005-2013

Empresa	Estado	Valor
Refinaria Abreu e Lima	PE	R$ 9,9 bilhões
Gasoduto de Integração Sudeste-Nordeste	RJ-BA	R$ 4,4 bilhões
Polo de Camaçari	BA	R$ 4 bilhões
Complexo Petroquímico de Suape	PE	R$ 3,5 bilhões
Fábrica da Fiat	PE	R$ 3,5 bilhões
Suzano Papel e Celulose	MA	R$ 2,7 bilhões
Estaleiro Atlântico Sul	PE	R$ 1,86 bilhão
Consórcio de Alumínio do Maranhão	MA	R$ 1,1 bilhão
Vanádio de Maracás	BA	R$ 334 milhões
Moura	PE	R$ 182,6 milhões
Votorantim Cimentos	PE-SE-MA	R$ 180 milhões
Pirelli	BA	R$ 100 milhões
Continental	BA	R$ 9,3 milhões
Veracel Celulose	BA	R$ 1.430 milhões

Fonte: Pereira, 2018, p.261.

Por trás da priorização do Nordeste nos investimentos está, segundo Pereira (2018), a utilização oportuna da modernização conservadora – o aumento dos investimentos públicos, favorecendo a expansão de investimentos privados, ocorreu acompanhado da manutenção da informalidade e da precarização do trabalho, enquanto traços históricos do mercado de trabalho no Nordeste, do aumento do salário inferior aos índices de produtividade e inflacionários, e da reprodução da mercantilização em detrimento da universalização dos direitos sociais e trabalhistas. Ou seja, ocorreu uma nova combinação de elementos arcaicos e modernos no desenvolvimento capitalista do Nordeste, objetivando ganhos econômicos – a região apresentava condições mais propícias de crescimento sem maiores perdas em termos de lucratividade, dado o baixo custo da força de trabalho nordestina – e também políticos – com o

Estado ampliando, especialmente na região, sua participação no financiamento da reprodução da força de trabalho por meio de políticas sociais, como os programas de transferência de renda.

> Ousamos sinalizar que teria, então, o peso do descompasso entre ricos e pobres e do atraso sob o moderno no Nordeste favorecido o desenvolvimento capitalista dos anos 2000 com a atenção para o movimento de expansão do capital via industrialização, aumento real do salário-mínimo, ampliação do mercado interno, da capacidade de consumo, da formalização e produtividade do trabalho etc. na referida região durante esse período. A questão é que tal movimento apresenta sinais de estagnação desde o início da segunda década deste século, contribuindo para a profunda crise econômica e política em curso nos nossos dias. Tudo isso conduz a supor que as inflexões nas formas de enfrentamento e nas expressões da questão social no Nordeste, tidas como progressistas no período analisado, estão fundadas na oportuna utilização do peso da "modernização conservadora" nessa região. O atraso (conjugado ao moderno) teria parido um desenvolvimento na esteira de um movimento virtuoso de expansão de vida curta, o que não é nada surpreendente para a forma de ser (desigual e combinada) capitalista (PEREIRA, 2018, p.280-281).

Esses processos, segundo ela, culminaram em um aumento no crescimento econômico do Nordeste – o que já foi abordado na análise sobre a evolução da participação das regiões no PIB do Brasil, tendo sido visto, na Tabela 16, que o Nordeste aumentou seu percentual de 12,45% no ano 1999 para 14,33% em 2016 –, gerando impactos importantes sobre as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores da região – tais como o aumento real do salário mínimo, ampliação do mercado interno, da capacidade de consumo, da formalização e produtividade do trabalho – que se refletiram, dentre outros aspectos, na inversão da migração.

Após um período intenso iniciado na década de 1950, o deslocamento populacional inter-regional perdeu intensidade no Brasil a partir dos últimos anos da década de 1980, resultando na diminuição do volume desses migrantes – embora o Censo de 2010 tenha mostrado a permanência da direção dos principais fluxos, com as maiores correntes ocorrendo no eixo nordeste-sudeste – e na formação de novos fluxos migratórios: os principais movimentos passaram a ocorrer dentro das próprias regiões, surgindo deslocamentos a menores distâncias; os fluxos migratórios têm se direcionado para as cidades de médio porte, como resultado, dentre outras coisas, da "guerra fiscal"; rotatividade migratória para a maioria dos estados brasileiros; migração de retorno, possivelmente associada à saturação dos espaços do início da industrialização no Centro-Sul do país (OLIVEIRA; ERVATTI; O`NEILL, 2011) [92].

No que se refere especificamente ao Nordeste brasileiro, os referidos autores apontam que a região continuou a perder população, embora, segundo eles, numa escala bem menor que no século XX. Os dados dos censos demográficos referentes ao período de 1991 a 2010

[92] Acredita-se ser possível que a execução de políticas públicas (como as de transferência de renda) também esteja entre os fatores que contribuíram para a migração de retorno, embora os autores não tenham elencado.

mostram que, de fato, o saldo migratório negativo da região tem sofrido redução, mas não numa escala bem menor – de (-) 876.534 em 1991, conforme disposto na Tabela 5, caiu para (-) 764.047 em 2000 e (-) 701.077 em 2010 (Tabela 28). Ademais, os dados da PNAD referentes ao período de 2010 a 2015, levantados por Dota & Queiroz (2019), mostram que a migração de nordestinos se intensificou no contexto da crise econômica, ocorrendo um aumento negativo de mais de quatro vezes no saldo migratório da região, quando comparado ao período de 2000/2005 (Tabela 29).

Tabela 28 – Imigrantes, emigrantes e saldo líquido migratório por Região – 2000/2010

Região	Ano – 2000			Ano – 2010		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido migratório
Norte	355.436	292.751	62.685	297.151	260.670	36.481
Nordeste	647.373	1.411.420	(-)764.047	571.335	1.272.412	(-)701.077
Sudeste	1.404.872	946.287	458.585	1.163.575	838.080	325.495
Sul	330.619	349.813	(-)19.194	345.184	268.892	76.292
Centro-Oeste	625.246	363.275	261.971	604.049	341.240	262.809

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico.

Tabela 29 – Imigrantes, emigrantes e saldo líquido migratório por Região – 2000/2005 e 2010/2015[93]

Região	2000/2005			2010/2015		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido migratório
Norte	344.091	296.993	47.098	101.578	164.306	(-) 62.728
Nordeste	889.396	921.101	-31.705	413.449	561.780	(-)148.331
Sudeste	851.744	1.167.465	-315.721	515.059	529.616	(-)14.557
Sul	362.551	284.709	77.842	225.589	125.519	100.070
Centro-Oeste	583.613	361.127	222.486	323.251	197.705	125.546

Fonte: DOTA; QUEIROZ, 2019, p.424-425.

Vê-se, portanto, que o Nordeste segue cumprindo, dentro da divisão regional do trabalho, o papel histórico de promotor do exército industrial de reserva, tencionando o rebaixamento do preço da força de trabalho no país. Tomando por base os dados apresentados no tópico anterior, concorda-se com a análise de Pereira (2018) sobre as alterações produzidas – uma modernização conservadora, dada a combinação de elementos arcaicos e modernos, que se revela um desdobramento do desenvolvimento desigual e combinado, enquanto uma das leis que regem a dinâmica do capital – na região a partir de meados dos anos 2000.

[93] Não se encontram disponíveis no SIDRA dados do IBGE referentes à migração da população brasileira no período posterior a 2015.

As alterações, embora importantes, não modificaram, significativamente, a histórica desigualdade e concentração de renda no Nordeste. A política econômica adotada, centrada na reprimarização da pauta exportadora, acentua a condição de dependência do Brasil e, especialmente, da região, implicando um crescimento instável, cujos rebatimentos da crise internacional de 2008 se refletiram, após 2012, na estagnação econômica e no retrocesso das conquistas obtidas, sendo o aumento da pobreza e da extrema pobreza – também discutido no tópico anterior – um indicador.

> Daí o destaque do Nordeste, região que historicamente cumpre um papel central na divisão regional do trabalho, constituindo, nas palavras de Marx (1984), um "exército industrial de reserva" ou uma "superpopulação relativa" que tenciona o rebaixamento do preço da força de trabalho no país; com grande diferenciação salarial em relação à média nacional; menor índice de industrialização em comparação a outras regiões, implicando em taxas reduzidas de produtividade do trabalho e menor composição orgânica do capital; maior peso da pauperização absoluta e, portanto, de condições de trabalho precárias e informais; além da grande marca da *questão agrária* que retrai ainda mais o mercado interno e revela com maior clareza a relação dialética entre o moderno e o atraso no capitalismo como desdobramento da *lei do desenvolvimento desigual e combinado* (PEREIRA, 2018, p.276).

É pertinente sublinhar aqui que além de tendência dimensionada nesses números e nas explicações estruturais, esse quadro merece ser ressaltado como violento processo social de ajuste espacial do capital que provoca desenraizamento social dos trabalhadores e suas famílias, assim como a experiência da precarização das condições materiais de vida e de quebra dos vínculos afetivos e culturais. São vidas humanas despojadas dos meios de existência, expostas à dinâmica do trabalho abstrato, atraídas para o espaço em que o capital territorializa. São trabalhadores expropriados dos meios de trabalho e das formas de vida de subsistência, portanto expostos à dinâmica do valor no mercado, ainda que a região de origem seja precariamente capitalizada. Isso possibilita entender a migração provocada pelo capital como violência estrutural que opera mais uma camada de expropriação sobre os trabalhadores e suas famílias, nos termos tratados por Fontes (2010).

As especificidades do desenvolvimento capitalista no Nordeste – que estão, conforme visto, intrinsecamente relacionadas à forma de inserção tanto do Brasil na geopolítica do valor, profundamente dependente e baseada na superexploração da força de trabalho, quanto da referida região na divisão regional do trabalho, também marcada pela dependência externa e interna, atuando como reserva do exército de sobrantes e fonte de capital a ser drenado – e as particularidades dessa formação social – forte concentração agrária, adversidade climática recorrente – colocam, portanto, mediações fundamentais para pensar a questão social no Ceará, objetivo perseguido nesta pesquisa. Deter-se sobre a especificidade da dinâmica do

desenvolvimento capitalista no referido estado, considerando ainda, o conjunto de particularidades dessa formação social, constitui o próximo passo da investigação, sendo esse o foco do capítulo que se segue.

Antes, cabe sistematizar sucintamente as demais conclusões do presente capítulo. Viu-se que no caso do Brasil, o imperialismo neoliberal impactou a forma de inserção do país na geopolítica do valor, bem como também de suas regiões internas. Ocorreu um acirramento da dependência brasileira em razão da reprimarização da pauta exportadora – reforço do papel do país como exportador de produtos básicos intensivos em recursos naturais, em detrimento da exportação de produtos industrializados, sobretudo os de média e alta intensidade tecnológica –, fenômeno que reforçou estruturas produtivas regionais pré-existentes e expandiu a fronteira agrícola e mineral, produzindo mudanças importantes na forma de organização do espaço.

Foi também alterada de forma substancial a estratégia de desenvolvimento nacional, com abandono da matriz industrial integral e integrada, rompendo o padrão de descentralização industrial das décadas anteriores e com isso, retomando e reforçando as estratégias de especialização regional. A desconcentração industrial mantida nos últimos anos vem ocorrendo, fundamentalmente, nas atividades com menor intensidade tecnológica e maior emprego de força de trabalho, as quais se deslocam para regiões com força de trabalho excessiva e barata como o Nordeste, ao passo que no caso das atividades de alta intensidade tecnológica ocorreu uma intensificação da concentração que já existia na região Centro-Sul.

Ademais, com a ausência de políticas de desenvolvimento regional por parte do Governo Federal, na primeira fase neoliberal, abriu-se espaço para deflagrar uma "guerra fiscal" entre estados e municípios. De forma que a inserção das regiões brasileiras na dinâmica típica da reprodução do valor tende a ser amplamente diferenciada – o que serve como potencialidade de mercado para a concorrência de capitais, ou seja, é funcional à dinâmica do valor – e essa diferenciação tendeu a reforçar e ampliar as históricas e profundas desigualdades entre elas.

Conforme exposto, o Brasil historicamente apresenta profundas desigualdades no mercado de trabalho – existem diferenças na média salarial entre os setores e entre as atividades componentes de cada setor –, altos índices de desemprego e informalidade, baixo rendimento domiciliar *per capita*, forte concentração de renda, elevados percentuais de trabalhadores em situação de pobreza e extrema pobreza, sendo que essas desigualdades foram acentuadas no contexto de recessão econômica – provocada pela crise internacional de 2008 –, experimentada pelo Brasil a partir de 2014. Ademais, essas desigualdades se apresentam com diferenças importantes entre as regiões brasileiras, com o Nordeste se destacando como a região com os piores indicadores em todas as variáveis citadas e em todo o período analisado.

Conclui-se que as diferenças nacionais ou regionais são desencadeadas pela forma qualitativamente diferente de reprodução do capital e de apropriação do valor produzido – ou seja, não se resumem ao grau de desenvolvimento capitalista alcançado – e que delas decorre um amplo e diversificado conjunto de desigualdades que, assim como a dependência que o origina, é historicamente reproduzido, como visto no caso do Nordeste brasileiro. Feitas essas considerações, passa-se à análise sobre a dinâmica do desenvolvimento capitalista no Ceará e as particularidades dessa formação social.

3 TRAÇOS FUNDAMENTAIS DA FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DO CEARÁ NO QUADRO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA BRASILEIRO

[...] Pois logo aparece
Feliz fazendeiro
Por pouco dinheiro
Lhe compra o que tem
(Ai, ai, ai, ai)

[...] Distante da terra
Tão seca, mas boa
Exposto à garoa
A lama e o baú
(Meu Deus, meu Deus)

Faz pena o nortista
Tão forte, tão bravo
Viver como escravo
No norte e no sul
(Ai, ai, ai, ai)
(Patativa do Assaré)

A música "A Triste Partida", escrita pelo poeta cearense Patativa do Assaré e eternizada na voz de Luiz Gonzaga em 1964, elenca particularidades importantes da formação social do Ceará e da dinâmica capitalista nesse, as quais serão debatidas ao longo deste capítulo. Os versos retratam as relações de poder (político e econômico) instituídas pela forte concentração fundiária e que somadas às secas recorrentes no estado – com ausência de políticas públicas adequadas para o seu enfrentamento – ocasionaram acentuado movimento migratório durante grande parte do século XX. O destino dessa força de trabalho – que, de tão superexplorada, ou seja, remunerada abaixo do seu valor, tornava-se escravizada por endividamento, sem condições de retornar ao seu local de origem – eram a região Norte do país, onde ocorria o ciclo da borracha, o centro-sul, onde se assistia a expansão do café, e, posteriormente, a urbano-industrialização, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro.

Essa dinâmica, conforme visto no capítulo anterior, resulta do fato de que embora o capitalismo, enquanto totalidade, subordine o conjunto das práticas sociais, seu desenvolvimento não ocorre de maneira única, mas de forma *desigual* – apresentando tendência à disparidades econômicas, políticas e culturais entre nações e entre suas regiões internas – como ajuste espacial *combinado* – o que remete não só à articulação entre formações sociais desigualmente desenvolvidas, mas, também, dadas as particularidades nelas existentes, ao

resultado específico da junção entre elementos modernos e arcaicos no âmbito de cada uma. Esse movimento díspar é condicionado pelas contradições inerentes e necessárias à forma social capitalista e, por isso mesmo, as forças produtivas e as relações de produção articulam-se às particularidades de cada sociedade, assumindo formas específicas de reprodução do capital.

Tendo por base essas considerações e a perspectiva adotada para investigar as particularidades da questão social no Ceará no contexto do imperialismo neoliberal – compreendendo-a como algo produzido e reproduzido pela dinâmica do capital, em sua busca pela valorização do valor e equacionamento das contradições e crises cíclicas –, faz-se necessário analisar a especificidade do desenvolvimento do capital nesse estado, ou seja, investigar como historicamente o Ceará tem participado da reprodução do capital – como tem produzido e se apropriado do valor produzido.

A análise se inicia com o estudo do processo de ocupação colonial do Ceará, seguido pela discussão da inserção do estado no quadro do capitalismo dependente brasileiro, elucidando particularidades dessa formação social que são decisivas para a definição da forma de reprodução do capital nela vigente. Em seguida, discute-se a integração produtiva do Ceará na economia nacional no ciclo desenvolvimentista (1940/1980), promovida pela intervenção do Estado, numa combinação de ações do governo federal – via SUDENE – e estadual. Finalizando o capítulo, são analisadas as transformações políticas e econômicas que culminaram com a inserção pioneira – em nível de Brasil – do Ceará no ciclo imperialista neoliberal.

3.1 **O processo de ocupação do Ceará com a pecuária**

Apesar de situar-se na região de ocupação e importância econômica pioneira no Brasil, a incorporação do Ceará[94] ao circuito inicial da formação brasileira ocorreu tardiamente. Segundo Farias (2012), durante o século XVI, o Ceará permaneceu praticamente abandonado por Portugal, constituindo para a metrópole mercantilista uma região secundária em seu modelo de colonização – centrado na acumulação de metais preciosos e obtenção de lucro pela produção

[94] Interessante lembrar que, conforme Farias (2012, p.27), "O nome Ceará, que passou do rio à capitania (na colônia), à província (com a independência do Brasil e criação da monarquia em 1822) e ao estado (com a proclamação da República em 1889), é de origem obscura, sendo frequentemente escrito no século XVII com S, Seará, Siará, Seara, Syará, Ciará e Ceará. Manuel Aires do Casal (1754-1821) apresenta como palavra do idioma indígena ciará, 'canto da jangada'; para José de Alencar (1829-1877) deriva do tupi cemo, 'cantar forte', 'clamar', e de ara, 'pequena arara', 'periquito'. Outra hipótese é que provenha de suiaçara, 'abundância de caça' ou da decomposição desse vocábulo em sôo, suu, côo, 'caça', ara, 'pássaro', 'lugar de muita caça de pena'. Procederia de cê-ara, 'fala ou canta o papagaio', ou do relativo ci e araá, 'moléstia do calor', interpretado como lugar sujeito aos perigos do calor da seca. A hipótese de uma alteração da palavra Saara para Saará, como origem do nome, é também levantada, mas fantasiosa". A falta de consenso sobre a origem do nome que representa essa porção da territorialidade brasileira não impede que se reconheçam alguns traços históricos relevantes.

ou apropriação de mercadorias demandadas pelo mercado europeu. Assim, apesar das várias razões apontadas para a demora na sua colonização – dentre essas, as correntes aéreas e marítimas que dificultavam o acesso a sua costa, as características geofísicas mais áridas e a severidade dos nativos –, o principal motivo foi a falta de grandes atrativos econômicos, acrescido da rentabilidade alcançada na parte do Nordeste dedicada à produção açucareira, desestimulando a organização de esforços para colonizar outras partes do Brasil.

> O motivo principal do atraso da ocupação, contudo, foi a falta de grandes atrativos econômicos – apesar de o europeu de início limitar sua presença praticamente ao litoral. O Ceará não dispunha de ouro e prata, seus solos não serviam para o plantio em larga escala de cana-de-açúcar, não tinham especiarias e suas riquezas (âmbar, algodão nativo, pimenta malagueta, sal, pau-violeta, macacos e papagaios) não despertavam, com intensidade, a cobiça da metrópole, uma nação mercantilista, voltada essencialmente para o acúmulo de metais preciosos e lucros com a apropriação ou produção de bens demandados pelo mercado europeu. Além disso, a rentável produção açucareira na Bahia e, sobretudo, em Pernambuco, desestimulava esforços para a colonização de outras áreas do Brasil (FARIAS, 2012, p.20).

Segundo o autor, as primeiras tentativas de colonização do Ceará datam do início do século XVII – com Pero Coelho (militar, capitão-mor e fidalgo do rei português, responsável pela exploração e defesa na região) em 1603, com os jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueiras em 1607 e com Martim Soares Moreno (militar, capitão-mor, defensor da coroa portuguesa na região) que, entre idas e vindas, esteve no Ceará entre 1603 e 1631. Essas iniciativas se voltaram para a ocupação do litoral, por razões de ordem militar – garantir a posse portuguesa e defender a capitania contra estrangeiros, o que explica a construção de fortes na região de Fortaleza, atual capital do Ceará, cuja localização divide o litoral cearense em dois – e estratégica – o Ceará funcionaria como uma base de apoio logístico para expulsar os franceses do Maranhão (1612) e, também, para conquistar o norte do Brasil, ainda não ocupado produtivamente, ligando-o ao litoral leste (Pernambuco e Bahia).

Em virtude de diferentes fatores – ataque indígena, efeitos da seca[95] e/ou falta de recursos e apoio por parte da metrópole – essas primeiras tentativas portuguesas fracassaram total ou parcialmente, não conseguindo sustentar um povoamento mais efetivo do território, tendo o mesmo ocorrido com os holandeses – esses marcaram presença no território cearense

[95] Como se sabe, essa terminologia "seca" se refere à baixa presença de chuvas na região, com duras consequências sociais – empobrecimento, ademais reproduzido pela apropriação dos recursos naturais pela classe dominante. E, o Ceará vive intensamente essa escassez hídrica desde os primórdios de sua formação. A primeira seca registrada pela historiografia local data de 1605 a 1607 (FARIAS, 2012). Segundo dados encontrados em Sampaio Filho (1985), o Ceará é dos estados nordestinos o que mais sofre os efeitos desse fenômeno climático, pois 98,4% do seu território (que totaliza uma área de 149.431 km²) está inserido no chamado polígono das secas.

entre meados da década de 1630 até 1654 –, o que desencadeou ciclos de conquista e reconquista. Fato é que até 1654, as marcas da colonização portuguesa não eram efetivas no Ceará e a capitania seguia quase totalmente dominada pelos indígenas (FARIAS, 2012).

Esse quadro, segundo o autor, altera-se no final do século XVII e, sobretudo, no início do século XVIII com a expansão da fronteira da pecuária para os sertões nordestinos, acarretando – dentre outros fenômenos, que serão abordados no decorrer deste tópico – a dizimação da população indígena e o povoamento desse território, particularmente dos sertões cearenses. Atividade secundária e complementar à produção açucareira na Zona da Mata de Pernambuco e Bahia – o boi fornecia alimento e força de tração para os engenhos –, a pecuária foi deslocada para os sertões[96] em razão da ação do capital sobre a terra – expressa na concentração fundiária e priorização do seu uso para a rentável produção açucareira, a despeito das necessidades de subsistência. Esse destino foi diretamente mediado pela ação do Estado[97].

Ademais, no caso do Ceará, em virtude das características adversas mencionadas anteriormente, a pecuária foi vislumbrada por Portugal como a atividade que poderia possibilitar a obtenção de lucros nesse território. Assim, por meio da expansão da pecuária, a ocupação dessa capitania foi iniciada em fins do século XVII e consolidada já na segunda década do século XVIII[98], mediante violento processo de expropriação das terras indígenas[99],

---

[96] A penetração dos colonos pecuaristas no sertão nordestino ocorreu por meio de duas rotas: a do *Sertão de Fora*, controlada pelos pernambucanos – deslocando-se pela faixa de terra próxima ao litoral, passaram pela Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, em direção ao Maranhão – que, no território cearense, se instalaram no sentido litoral-interior, seguindo a ribeira dos principais rios; e a do *Sertão de Dentro*, dominada pelos baianos – adentrando pelo interior, abrangia a região que se estendia do médio São Francisco ao rio Parnaíba no Piauí, ocupando a parte Sul do Ceará (FARIAS, 2012).

[97] A interiorização da pecuária ocorreu em razão: da inexistência de terras suficientes para todos na área de produção do açúcar – a disputa por terras acirrou-se em virtude de portugueses terem emigrado para o Brasil por conta da crise político-econômica portuguesa, agravada com a União Ibérica (1580-1640), e, também, do crescimento da população do Nordeste açucareiro; e do fato da necessidade de priorizar as terras da Zona da Mata para a produção da cana-de-açúcar – havia tanto a demanda por expandir as terras destinadas à produção açucareira, sendo que muitas estavam ocupadas pela pecuária, quanto por evitar os prejuízos causados pelos rebanhos ao invadirem os canaviais – ter se tornado medida oficial com a Carta Régia emitida por D. Pedro II em 1701, pois essa proibia a criação de gado a menos de 10 léguas da costa, reservando as terras litorâneas para o plantio da cana-de-açúcar (FARIAS, 2012).

[98] A expansão da pecuária no Ceará se desenvolveu em duas fases. Na primeira, do absenteísmo, que se estendeu de meados de 1680 a 1720, ocorreram as primeiras expropriações das terras indígenas e lutas entre esses e os colonos que, majoritariamente, viviam na área açucareira e ao obterem sesmarias nos sertões enviavam vaqueiros para cuidar da terra e do rebanho. Na segunda fase, iniciada por volta de 1720, o absenteísmo sofreu redução, pois os próprios donos de fazendas e suas famílias passaram se instalar nos sertões, em decorrência da "pacificação" desses territórios – após extermínio dos índios rebelados –, da decadência açucareira da Zona da mata e da elevação de alguns vaqueiros antigos à condição de proprietários – essa dinâmica da mobilidade social nos sertões será esclarecida mais à frente (FARIAS, 2012).

[99] Segundo Farias (2012), não se sabe quantos povos indígenas existiam no território do atual estado do Ceará quando os conquistadores europeus chegaram, mas acredita-se que deveriam ser numerosos, sobretudo, porque foi para essa área – uma das últimas do Nordeste brasileiro a serem conquistadas – que nativos de capitanias vizinhas fugiram em busca de refúgio. Considerando as famílias linguísticas, os indígenas cearenses podiam ser agrupados em cinco unidades e mais um grupo diverso (cujos elementos linguísticos são imprecisos) totalizando 46 povos indígenas, que se distribuíam da seguinte forma: Tupi (composta por 2 povos), Tremembé (1 povo),

para o qual convergiram os interesses dos pecuaristas – obter terras para expandir a pecuária – e do Estado metropolitano – ocupar produtivamente o território para gerar lucro (PINHEIRO, 2008). Constata-se, portanto, a particularidade da acumulação primitiva no Ceará, visto que a expropriação da terra – embora tenha apresentado similitudes com a ocorrida na Inglaterra, no tocante à articulação entre capital e Estado para concretizá-la – assumiu contornos dramáticos nesse território, dado o extermínio dos povos originários.

Sobre a articulação entre pecuaristas e o Estado, dados da pesquisa mostram que a ação estatal no período revela a imbricação de interesses. Além do apoio aos pecuaristas nos conflitos cotidianos com os indígenas – por meio da construção de casas fortes como retaguarda à fixação do colono e, até mesmo, com a distribuição, em 1706, de armas para a população branca – e da omissão frente aos crimes cometidos contra os povos nativos – o Estado transferiu sua função judiciária para os pecuaristas, incumbindo-os de punir os crimes cometidos contra os indígenas, sendo que eles eram, em grande medida, os responsáveis pela violência[100] –, a ação do Estado metropolitano envolveu, fundamentalmente, a concessão de terras[101] – mediante legislação que

---

Cariri (08 povos), Tarairiú (13 povos), Jê (01 povo) e 21 povos não agrupados (FILHO STUDART,1965 *apud* FARIAS, 2012). Atualmente, o Ceará tem mais de 26 mil indígenas – esse quantitativo, que coloca o Ceará como 8º estado brasileiro com maior população indígena, corresponde a 17% do total de indígenas do Nordeste, sinalizando o processo de dizimação ocorrido nesse espaço que foi refúgio para muitos povos nativos – distribuídos em 18 municípios, organizados em 14 povos que representam 23 etnias – grande parte desses povos resultaram de migrações e junções ocorridas no período de colonização do Ceará, enquanto estratégia para garantir a sobrevivência, sendo esse o caso do povo Tapeba (no município de Caucaia), originado da junção dos Tremembé com Potiguares, Cariris e Jucás. Além desse, tem-se os povos: Anacé (também no município de Caucaia), Gavião (Monsenhor Tabosa), Jenipapo-Kanindé (Aquiraz), Kalabaça (Poranga e Crateús), Kanindé (Aratuba e Canindé), Kariri (Crateús), Pitaguary (Maracanaú e Pacatuba), Potiguara (Boa Viagem, Crateús, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente, Tamboril), Tabajara (Boa Viagem, Crateús, Poranga, Quiteranópolis), Tapuia-Kariri (Carnaubal, São Benedito), Tremembé (Acaraú, Itapipoca, Itarema), Tubiba-Tapuia (Monsenhor Tabosa), Tupinambá (Crateús). Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/04/16/todo-dia-e-dia-de-indio-quais-sao-os-povos-indigenas-do-ceara/>. Acesso em: 20 dez. 2019.

[100] As violências contra os povos nativos não se resumiram à expropriação de suas terras e o extermínio de muitos. Envolveram, também, o ataque ao próprio modo de vida desses por meio de ações diversas, dentre as quais o furto das mulheres indígenas e de seus filhos para trabalharem ou viverem como concubinas, e a escravização de indígenas – que se transformou em uma importante fonte de lucro dos proprietários de terras/pecuaristas (PINHEIRO, 2008). A resistência indígena foi instantânea, de forma que o período de consolidação da ocupação do Ceará – final do século XVII à segunda década do século XVIII – foi marcado pela chamada Guerra dos Bárbaros, conflito que se estendeu por mais de 30 anos, culminando no extermínio ou aculturação nos aldeamentos jesuítas (FARIAS, 2012). Ademais, cabe recuperar o pensamento de Bursztyn (2008) discutido no segundo capítulo, de que essa omissão do Estado em estabelecer a ordem interna – oriunda da fragilidade das instituições no espaço colonial, principalmente em razão da reduzida presença do aparato policial – possibilitou o crescimento do poder dos grandes proprietários de terras, originando o fenômeno do coronelismo (rever nota nº85).

[101] Em Farias (2012) encontra-se uma síntese dos interesses que nortearam Portugal na doação de terras nos sertões do Ceará: "Concedendo sesmarias, o governo português estimulava a ocupação dos sertões, uma vez que estaria não só garantindo seu domínio sobre terras há tanto possuídas e não ocupadas, mas também o entesouramento, com a cobrança de impostos sobre o gado, o couro, a carne e tudo o mais que pudesse ser gerado com a ocupação produtiva da região. Não se pode esquecer que as concessões de sesmarias faziam parte das composições entre a monarquia lusa e a aristocracia, ou seja, era necessário por parte da Coroa, incentivar os súditos com prêmios para que estes se prontificassem a realizar feitos em benefício do Rei, sobretudo, numa colônia como o Brasil, onde tudo restava por fazer" (p.30).

se adequava aos interesses dos proprietários[102] –, acirrando os conflitos e contribuindo para difundir a violência como prática estrutural no Ceará.

Segundo dados compilados por Pinheiro (2008), das 2.472 cartas de sesmarias solicitadas entre 1678 a 1824, 91% apresentavam como justificativa[103] a necessidade de terra para a pecuária extensiva que então se desenvolvia. Com o acirramento do conflito entre proprietários de terras e os povos nativos, o processo de expulsão dos índios e os prejuízos decorrentes dos combates foram alegados como serviço prestado à capitania, passando a configurar como justificativa para novas solicitações de sesmarias. A legitimação desse argumento tornou a violência institucionalizada.

> A ocupação da capitania do Ceará estava consolidada na década de 1720 e a violência contra os povos indígenas foi marcada pelo genocídio, e, também, pelo etnocídio. Outro aspecto importante é sobre o papel do Estado metropolitano, obedecendo os interesses em jogo; quando a ação era para coibir os povos nativos e sustentar os interesses do projeto colonial, esse se mostrava eficaz; por outro lado, quando se voltavam para combater as ilegalidades dos parceiros do projeto colonial, o mesmo Estado se mostrava ineficaz. Dessa forma é possível afirmar que a ação do Estado metropolitano foi importante para possibilitar o surgimento de uma parcela dos grandes proprietários fundiários e também para garantir a expansão da fronteira da pecuária (PINHEIRO, 2008, p.53-54).

Ademais, as terras concedidas – com tamanhos que variavam de 5 a 20 léguas em quadra – pelo Estado metropolitano podiam beneficiar quem já tivesse recebido outra(s) sesmaria(s) anteriormente – o que só foi proibido em 1753 (PAIVA, 1979 *apud* FARIAS, 2012). Os dados referentes à distribuição de terras no período de 1678 a 1824, levantados por Pinheiro (2008), mostram que somente 1.565 pessoas – um pouco mais de 1,3% da população livre da capitania na época – receberam sesmarias e que 74,31% dos sesmeiros eram detentores de uma (01) carta,

---

[102] Segundo Pinheiro (2008), foi tomada uma série de medidas (dentre as quais, a exigência de confirmação da Carta de sesmaria junto ao Rei, a demarcação das terras, a fixação do tamanho da terra doada) para tentar centralizar as decisões quanto à concessão de terras. Contudo, houve uma tendência dos proprietários de terras na capitania do Ceará de burlarem a legislação régia e resistirem às medidas do Estado metropolitano. Como o interesse de Portugal era distribuir terras para torná-las produtivas, o desrespeito à legislação terminava ocorrendo em acordo com o próprio Estado: "Para a Coroa portuguesa o que interessava era tornar essa região um espaço produtivo. Como a pecuária extensiva necessitava de grandes extensões de terra, o desrespeito ou a aplicação especial das leis era algo que estava em perfeita sintonia com a lógica do antigo sistema colonial português" (IBIDEM, p.68). Essa passagem da história do Ceará se coaduna com as formas de ocupação e domínio retratados por Marx (2013) a respeito das *leis sanguinárias* da acumulação primitiva do capital que não podemos deixar de considerar aqui.

[103] A presença de oficiais de ordenanças em locais longínquos da capitania também justificava o acesso à terra por meio da concessão de Carta de sesmaria (PINHEIRO, 2008). Como se sabe, as sesmarias representaram um arranjo jurídico português para ocupar e explorar as terras legando a tarefa a particulares, por meio de distribuição de terras comunais (1530-1822). O termo deriva da palavra sesmar ou dividir áreas, chamada de sesmo em referência à sexta parte de cada terreno. Constitui parte fundamental da história da constituição da propriedade da terra na estrutura social brasileira.

totalizando 49,07% das sesmarias, ao passo que os outros 25,69% de sesmeiros possuíam três (03) ou mais cartas e detinham 50,93% das sesmarias (Tabela 30).

Tabela 30 – Distribuição das Sesmarias na capitania do Ceará – 1678/1824

Discriminação	% de sesmeiros	% de sesmarias
Sesmeiros com 01 carta	74,31	49,07
Sesmeiros com 02 cartas	13,99	18,48
Sesmeiros com 03 cartas	6,20	12,28
Sesmeiros com 04 cartas	2,43	6,41
Sesmeiros com 05 cartas	1,34	4,43
Sesmeiros com 06 cartas	0,70	2,78
Sesmeiros com 07 cartas	0,38	1,77
Sesmeiros com 09 cartas	0,32	1,90
Sesmeiros com 10 cartas	0,13	0,84
Sesmeiros com 11 cartas	0,06	0,46
Sesmeiros com 15 cartas	0,06	0,63
Sesmeiros com 22 cartas	0,06	0,93
Total Geral	100	100

Fonte: Pinheiro, 2008, p.55.

A ação do Estado metropolitano no Ceará, portanto, fomentou a propriedade privada da terra[104] e desencadeou um processo de concentração fundiária – fortalecida também, pelas relações de poder, principalmente as relações familiares, com alianças construídas por meio do casamento –, então necessária à pecuária extensiva. Esse perfil da propriedade privada da terra tornou-se uma das particularidades dessa formação social e – como será explicitado – tem historicamente influenciado a forma de reprodução do capital no estado, pois, grosso modo, mantém-se até os dias atuais (PINHEIRO, 2008).

O acesso ou não à terra como proprietário, segundo o autor, desencadeou nesse período – final do século XVII e início do XVIII – um processo de diferenciação social na formação social do Ceará. Surgiu uma parcela minoritária composta por pecuaristas – em geral, grandes proprietários de terras, rebanhos e escravos – que se transformou no segmento dominante local[105]. Esses latifundiários, conforme visto, não só tiveram suas ações violentas[106] legitimadas

[104] Existiram outros mecanismos de acesso a essa nesse período, tais como a compra, herança, doação por meio de dotes, mas a doação estatal foi a forma de acesso predominante (PINHEIRO, 2008).

[105] Farias (2012) ressalta que a camada proprietária apresentava distinções – proprietários com mais ou menos riqueza – e que, a partir do final do século XVIII, com a expansão das charqueadas e, principalmente, da cotonicultura – fenômenos descritos no decorrer deste tópico –, alguns grandes comerciantes adquiriram importância econômica, política e social, podendo, portanto, serem classificados como parte da camada superior da classe dominante local.

[106] As ações violentas dos latifundiários pecuaristas eram concretizadas pelos capangas/jagunços/"cabras" – pessoas que não detinham a propriedade privada da terra, acessando-a de forma submissa (na condição de morador) aos latifundiários e que exerciam, muitas vezes, a função dupla de trabalhador e de capanga (PINHEIRO, 2008). Durante o período de ocupação do Ceará, os grupos armados de capangas foram utilizados pelos latifundiários para expulsar os índios das terras, bem como para mantê-los afastados dessas e dos rebanhos. Eliminada a ameaça indígena, a partir do século XVIII, os grupos armados passaram a ser utilizados na resolução

pelo Estado metropolitano, como foram por esse incumbidos de exercer o papel judiciário. Ademais, em razão de deterem o monopólio da terra – meio de produção fundamental na sociedade cearense agropecuarista –, eles mantiveram o restante da população em relação de subordinação, bem como ascenderam aos cargos na administração pública. Em razão disso é que, para Farias (2012), é possível definir esses latifundiários pecuaristas como os primeiros "coronéis" do sertão cearense.

> A posse da terra, de rebanhos e escravos praticamente dicotomizou a sociedade sertaneja, à medida que definiu a posição social dos indivíduos. De um lado, encontravam-se os senhores proprietários, os latifundiários – pode-se dizer, os primeiros coronéis do sertão –, cujo poder e riqueza, contudo, não devem ser superdimensionados em virtude da fragilidade econômica local (solos ruins, periodicidade de secas, baixa rentabilidade da pecuária, etc.). (...) Mesmo assim, essa elite cearense – se é que podemos usar essa palavra –, praticamente detinha o monopólio do gado, escravos e, principalmente da terra, um meio de produção fundamental numa economia agropecuarista. Tinha grande autonomia perante a Coroa portuguesa, o que se manteve até o final do século XVIII. A palavra – sustentada pelos grupos de "cabras" –, dos potentados era lei. Distantes das autoridades portuguesas, sediadas no litoral cearense, os potentados sertanejos sentiam-se e agiam como senhores quase absolutos das áreas onde residiam, ocupando cargos nas vilas e postos militares e impondo sua vontade sobre a população que habitava o território. (...) esta sociedade era autoritária e hierarquizada, com a quase sempre submissão dos dependentes. A autoridade do dono da terra era tirânica e despótica, com poder indiscutível sobre bens, dependentes e até sobre vilas e povoados – afinal eram os latifundiários os vereadores das vilas (FARIAS, 2012, p.37-38).

A outra parcela, majoritária, era composta – mantendo os termos usados por Pinheiro (2008) – pelos "pobres-livres" (pequenos proprietários, trabalhadores livres, moradores ou arrendatários, etc.) que exerciam, principalmente, a agricultura familiar, acessando a terra de forma subordinada aos proprietários, sobrevivendo nas franjas da economia da pecuária. Além dessas duas parcelas, havia a dos escravos – especialmente indígenas – que chegaram a representar cerca de 15% da população nos momentos de maior concentração dessa força de trabalho[107]. Vale ressaltar que a participação do escravo negro na pecuária – e em toda a vigência da escravidão no Ceará – foi insignificante, quando comparada com outras áreas do

de conflitos entre os proprietários de terras e para manter a condição semisservil dos trabalhadores rurais. Em suma, o vazio deixado pelo Estado metropolitano, quanto ao poder coercitivo, foi ocupado pelos exércitos particulares dos latifundiários. Vale por fim ressaltar que a figura do capanga perdura até a atualidade (GARCIA FILHO; SAMPAIO 2014).

[107] Conforme sugere Pinheiro (2008), os momentos de maior concentração da força de trabalho escrava – negra e principalmente indígena – ocorreram até a primeira metade do século XVIII porque no final de 1759, entrou em vigor no Ceará o Diretório Pombalino, legislação que transformou os indígenas em trabalhadores formalmente livres – conforme será tratado ainda nesse capítulo. Se antes dessa legislação, a população cearense livre correspondia a cerca de 75%, em 1762 passou a totalizar 87%.

Brasil colonial, mas, mesmo assim, apresentou regularidade, de forma que se afirma o caráter escravista da formação social cearense[108].

Dentre os fatores que explicam esse uso reduzido do escravo negro estão, segundo Farias (2012): a falta de maiores recursos – a pobreza era geral na capitania e a pecuária tinha baixa rentabilidade, conforme será explicitado adiante – para adquirir escravos africanos (de custo elevado); as secas, pois a população de origem africana se mostrava mais vulnerável a esse fenômeno, sendo dizimada e, com isso, acarretando perda de capitais; o fato da pecuária demandar poucos trabalhadores e existir grande oferta de indígenas submissos ou escravizados – esses custavam menos da metade do preço do escravo africano – e de mão de obra livre a baixo custo[109].

> No outro extremo da sociedade [cearense], encontramos pequenos proprietários, arrendatários, médios e pequenos comerciantes, funcionários públicos, artesãos, agregados das fazendas, trabalhadores livres, índios submetidos, escravos negros e indígenas, miseráveis, entre tantos, em diferentes níveis de relação e/ou dependências para com os proprietários de terras (FARIAS, 2012, p.37).

Tem-se, portanto, uma "formação social baseada na pecuária articulada à agricultura de subsistência, latifundiária e com uma pequena participação de escravos" (PINHEIRO, 2008, p.351). Entende-se que o conjunto de particularidades da formação social cearense é composto, também, por outras referentes à sociedade sertaneja elencadas no estudo de Farias (2012) – e debatidas no decorrer deste capítulo –, dentre as quais: a violência, o coronelismo, o patriarcalismo (autoritarismo combinado ao paternalismo), a distinção de classe (em razão da

[108] Segundo Farias (2012), a existência da escravidão negra no Ceará data desde o início da colonização, embora não tenha existido tráfico negreiro direto da África para essa capitania. Tradicionalmente, o Ceará é considerado como a primeira província brasileira que aboliu a escravidão – fato ocorrido em 25/03/1884, ou seja, quatro anos antes da promulgação da Lei Áurea. A precocidade na abolição está justamente associada ao número reduzido de escravos e, consequentemente, a menor influência da escravidão negra na economia local. Outros fatores que contribuíram para o fato em questão foram: a prática do tráfico interprovincial, vinculado ao fim do tráfico internacional e ao aumento da demanda por essa mão de obra no sudeste, em virtude da expansão da produção cafeeira; a intensa campanha abolicionista local, comumente realizada pela classe média e pela elite, resultante das mudanças em curso que, dentre outras coisas, fazia surgir o desejo pela *civilidade* da Europa liberal, de comércio livre e trabalho assalariado; a pressão popular, ganhando destaque o movimento dos jangadeiros – e dentre esses, a figura de Francisco José do Nascimento, que ficou conhecido como "Dragão do Mar" – que, trabalhando com o embarque de mercadorias no porto de Fortaleza, passaram a inviabilizar o embarque de escravos para o tráfico interprovincial.

[109] Os trabalhadores da pecuária, os vaqueiros, eram pagos em um regime pré-capitalista denominado quarteação – depois de trabalhar em média quatro ou cinco anos na fazenda, o vaqueiro recebia um bezerro de cada quatro nascidos anualmente e, assim, poderia depois fundar sua própria fazenda (o que se daria em condições ainda mais adversas que a do senhor de terras, pois ocuparia terras menos propícias, distantes de fonte d'água e dos mercados consumidores) ou, o que era mais comum acontecer, criar seu rebanho junto do senhor de terras para o qual trabalhava. Além dos vaqueiros, havia os moradores, agregados ou parceiros da fazenda que, desprovidos de terras, trabalhavam em parte da propriedade pagando ao latifundiário pelo uso da terra – por meio da entrega de parte do que produzia e criava ou trabalhando para ele alguns dias da semana (FARIAS, 2012).

posse de bens, sobretudo, da terra) e de gênero (imperava o machismo), a discriminação étnica (contra índios e negros). É da articulação entre essas particularidades da formação social com as forças produtivas e as relações de produção que decorre a forma específica da economia no Ceará – conforme será explicitado ao longo deste e do próximo capítulo.

Em relação à especificidade da dinâmica da pecuária no Ceará, para além do que já foi mencionado, cabe ressaltar que foi o sistema econômico dessa atividade produtiva (criação-coleta-abate-beneficiamento-comércio) que promoveu a integração da economia cearense ao sistema colonial[110], a diferenciação de atividades econômicas[111] – beneficiamento da carne e do couro, o comércio, dentre outras –, o surgimento da rede urbana do estado – com a criação de eixos de ligação do interior com o litoral – e o desenvolvimento de núcleos urbanos (LIMA JÚNIOR, 2014). Esses, segundo ressalta Farias (2012), surgiram nos cruzamentos das estradas ou pontos destas – em razão de fatores diversos como pastos e fonte d'água, que os tornavam apoio para as boiadas em trânsito – e estavam associados ao interesse do Estado metropolitano em controlar a população e estimular a produção agrícola – conforme será discutido adiante.

> Outro fenômeno ligado ao avanço da pecuária no Ceará foi a formação de povoados e vilas. Ao longo do século XVIII, por exemplo, a expansão do gado correspondeu à criação de vilas em pontos diversos da capitania, como Icó (1738), Aracati (1748), Sobral (1773) e Quixeramobim (1789), sem falar nos aldeamentos indígenas transformados igualmente em vilas, como Messejana, Soure/Caucaia e Parangaba (1758), Viçosa (1759), Baturité e Crato (1764). A formação dessas vilas não pode ser

[110] Segundo Nobre (2001), há indícios de que no Ceará do século XVII tenham sido iniciadas diferentes atividades econômicas – lavouras de algodão e da cana, tabaco, fabricação e comercialização do açúcar, criação de gado. Contudo, só existe prova de haver prosperado a última. Farias (2012) elenca como fatores que favoreceram a bem sucedida expansão da pecuária pelos sertões: a facilidade para adquirir sesmarias e incorporar novas terras gratuitamente; a demanda dos mercados consumidores da Zona da Mata e depois das regiões das Minas Gerais; as vastas extensões do interior, recursos hídricos e as pastagens abundantes, sobretudo no período chuvoso; a constituição salina do solo; a exigência de pouco capital e mão de obra; a economia de despesas com transporte, pois no caso da pecuária, o gado se deslocava até o mercado consumidor.

[111] Inicialmente as boiadas eram conduzidas até os grandes mercados consumidores de carne bovina da época – as áreas açucareiras de Pernambuco e Bahia e, depois, também, a região aurífera das Minas Gerais. Nessas longas viagens, os rebanhos que já não tinham uma qualidade tão elevada sofriam redução – muitos animais morriam – e se desgastavam excessivamente – especialmente aqueles das fazendas do litoral, cuja rota se tornava ainda mais distante dos referidos centros – e, por isso, acabavam sendo comercializados com preços aviltantes. A isso se somava a cobrança de impostos, resultando na baixa rentabilidade da pecuária. Para reduzir as perdas na comercialização do gado como alimento, a partir da segunda década do século XVIII, os fazendeiros do litoral passaram a beneficiar a carne – reduzindo-a a mantas conservadas pelo sal, denominadas de charque, com condições de suportar as longas viagens sem se deteriorar – nas chamadas charqueadas (oficinas/fábricas de carne). Outro fator que contribuiu para a difusão das charqueadas no Ceará foi o interesse de Pernambuco em usar o charque no tráfico negreiro internacional – o produto foi introduzido na alimentação dos negros capturados, em preparação para serem transferidos ao Brasil. Possuindo mercado interno e externo, o charque se tornou o principal produto do comércio da capitania cearense no restante do século XVIII. Sua produção: desencadeou uma "divisão do trabalho", com os rebanhos sendo criados no sertão, enquanto a produção e comercialização do charque ocorria no litoral; possibilitou uma maior aproximação econômica, política e cultural entre o sertão e a zona litorânea, por meio do comércio; gerou o acúmulo de riqueza um pouco maior que a simples comercialização do gado; favoreceu o crescimento do mercado interno; diversificou a produção e fez crescer em importância a comercialização – inclusive externa – de peles e couros (FARIAS, 2012).

> dissociada do interesse da Coroa portuguesa em controlar as "gentes dispersas do sertão" e impor a presença do governo, além de estimular a produção agrícola (FARIAS, 2012, p.30).

Apesar do êxito da expansão da pecuária nos sertões cearenses, Oliveira (1981) aponta que, dada a sua limitação ao abastecimento dos grandes centros de produção de açúcar próximos (Pernambuco e Bahia), a inserção econômica do Ceará ocorreu de maneira subordinada ao capitalismo mercantil do Nordeste açucareiro e, em última instância, aos movimentos de reprodução da própria atividade açucareira, sob o domínio do capital internacional.

Foi justamente a decadência da produção açucareira no Nordeste, somada a dizimação de grande parte do rebanho com as secas (1777-1780 e 1790-1793)[112] e a concorrência das charqueadas do Rio Grande do Sul – disseminada com a migração de cearense charqueador para a região –, os fatores responsáveis pelo declínio da pecuária no Ceará (LIMA JÚNIOR, 2014). A esses se somou o fato do sertanejo, nas últimas décadas do século XVIII, ter passado a dedicar mais atenção à cotonicultura[113], pois essa estava propiciando lucros maiores que a pecuária, em razão do cenário internacional marcado pela revolução industrial inglesa – as fábricas têxteis aumentaram a procura por algodão no mercado internacional – e pela guerra de independência dos Estados Unidos (1775-1781) – principal fornecedor de algodão para a Inglaterra, com a desorganização de sua produção e consequente redução da concorrência, os preços se elevaram mais ainda, estimulando a produção no Brasil (FARIAS, 2012). Com a cotonicultura se inicia uma nova fase do desenvolvimento capitalista no Ceará.

3.2 **A integração do Ceará no quadro do capitalismo dependente brasileiro com a cotonicultura**

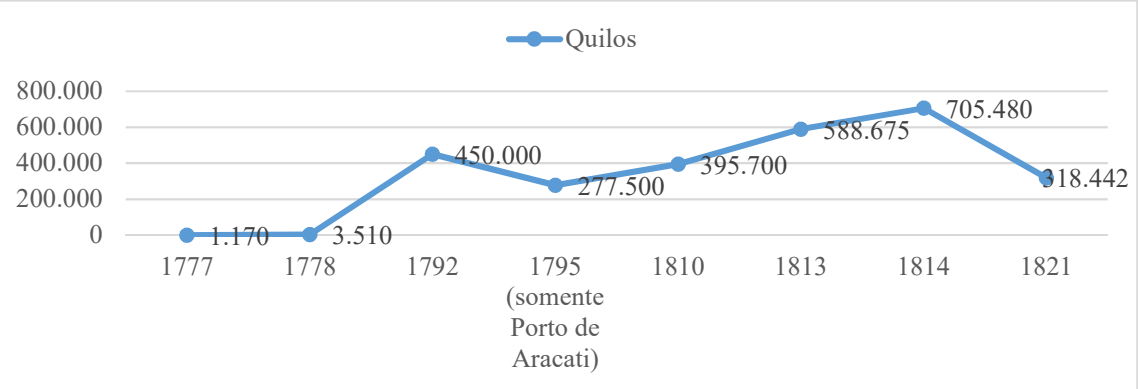
É no contexto de decadência da pecuária e de aumento da procura internacional por algodão, que a agricultura, sobretudo a cotonicultura, ganha notoriedade no Ceará. Essa nova dinâmica econômica representará o primeiro surto exportador, com a produção para o mercado se iniciando, segundo informa Pinheiro (2008), já por volta de 1780 e tendo seu auge nas

[112] No que se refere aos primeiros séculos da conquista do território cearense, há na historiografia local, segundo Farias (2012), referências a secas em 1605-1607, 1614, 1663-64, 1692, 1710-11, 1721-25, 1736-37, 1745-46, 1754, 1777-1778, 1784 e 1790-93.

[113] O algodão já era cultivado pelos indígenas antes da chegada dos europeus, sendo utilizado na confecção de variados apetrechos – dentre os quais, as redes de dormir que até hoje fazem parte da cultura cearense. Com a colonização, o algodão passou a compor a economia de subsistência em todo o Brasil, sendo utilizado na fabricação doméstica de fios, redes, tecidos, vestimenta para as camadas mais pobres e escravos, bem como para o enfardamento de mercadorias a serem exportadas. Ademais, chegou a ocorrer um pequeno comércio interno do excedente da produção algodoeira (FARIAS, 2012).

décadas iniciais do século XIX (Gráfico 17). Antes produzido em áreas de agricultura de maior produtividade na capitania – nas proximidades de serras e vales úmidos – e de forma combinada com outras culturas de subsistência, o plantio do algodão se encontrará, já no final do século XVIII, espalhado por todo o território cearense, alcançando os sertões antes dominados pela pecuária e agricultura de subsistência (LIMA JÚNIOR, 2014).

Gráfico 17 – Exportação de algodão (quilos) da capitania do Ceará – 1777/1821 (1)



Fonte: ALBANO, 1918[114].

(1) Anos disponíveis.

Pinheiro (2008) elucida que essa priorização da produção algodoeira ocorrida não só no Ceará, mas, também, em outras regiões do Nordeste[115], não foi um acaso, mas algo desencadeado pela ação do Estado metropolitano, pois Portugal – enfrentando, desde a primeira metade do século XVIII, uma crise econômica desencadeada pelo declínio da produção do açúcar e do ouro no Brasil, necessitava explorar novas riquezas – passou a ver essa atividade como uma nova fonte de rendimento.

> [...] fica explícito que a incorporação da capitania do Ceará, como espaço produtivo para o mercado externo estava subordinada aos interesses da indústria nascente. No

[114] ALBANO, Ildefonso. A Crise do Algodão: discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em 11 de dezembro de 1915; a cultura algodoeira no Ceará – notas oferecidas à primeira conferência algodoeira, organizada no Rio de Janeiro em junho de 1916 pela Sociedade Nacional de Agricultura, 1918 (volume: 1915). Disponível em: <http://archive.org/stream/crisedoalgododis1915ilde#page/28/mode/2up>. Acesso em: 06 fev. 2020.

[115] O crescimento exponencial da demanda por algodão, desencadeado pela Revolução Industrial, fez com que várias regiões do planeta passassem a ser produtoras da fibra, dentre as quais o Nordeste do Brasil, por ser ecologicamente propício à produção do algodão de fibra longa – produto que por suas características físicas pôde ser melhor aproveitado pela indústria (OLIVEIRA, 1981). Isso liga o Ceará diretamente à nascente industrialização europeia, ainda que como fornecedor de matérias-primas, papel particular na divisão internacional do trabalho. Tal fato demonstra como é da natureza da forma social do capital existir como totalidade, atraindo a conversão dos espaços e experiências humanas a sua órbita.

> entanto, esse processo não se dava ao acaso, houve toda uma elaboração teórica para viabilizá-lo para adequá-lo às condições locais, como também para outras regiões do Nordeste [...]. E esse esforço deu-se em duas frentes, uma no combate à "vadiagem" e a outra buscando criar as possibilidades para que a população local tivesse condições de produzir e, é claro, que a preocupação primordial era tornar essa região "útil", para garantir lucros a serem apropriados pelos comerciantes de além-mar. [...] No Ceará, no final do século XVIII, o que passava a justificar a posse da terra era a possibilidade de torná-la fonte produtora de excedentes (PINHEIRO, 2008, p.304).

No caso do Ceará – pensado pela metrópole para ser incorporado como produtor para agricultura comercial –, a produção do algodão para exportação demarcou o processo de transição de uma sociedade não tipicamente capitalista para uma sociedade capitalista. Esse processo – que ilustra de forma clara a ação da lei do desenvolvimento desigual e combinado, bem como coloca em evidência particularidades da formação social do Ceará e da sua forma de reprodução do capital – não envolveu a expulsão da população do campo – como então ocorria na Europa para viabilizar a produção industrial –, pois a principal atividade desenvolvida era a produção agrícola de alimentos. Entretanto, em virtude da pobreza generalizada e da insignificância do trabalho escravo, o empreendimento do Ceará algodeiro demandou a subordinação da população pobre-livre – especialmente a indígena – à produção de excedente, pois dedicada à agricultura para subsistência, apresentava valores distintos dos que floresciam com o sistema capitalista em expansão (PINHEIRO, 2008).

> Para a instituição do capitalismo tornar-se efetiva, era essencial ter o controle sobre a força de trabalho. No entanto, não se pode imaginar que a lógica do capital se impõe da mesma forma nas mais diversas partes do planeta. O capital tem uma lógica que lhe é imanente, no entanto, a lógica não se impõe sem levar em conta o contexto histórico. A situação histórica da capitania do Ceará, do final de século XVIII, era bem diversa da de outras regiões da própria colônia chamada Brasil e da Inglaterra, em que a expropriação crescente da população servil obrigava milhares de camponeses e trabalhadores sem terra a migrar para os centros urbanos. No Ceará, como de resto na colônia, os centros urbanos eram extensão do mundo rural. Na capitania do Ceará, como em outras regiões das capitanias subalternas a Pernambuco, situada nas franjas da produção principal, cultivo de cana, se desenvolveu uma importante atividade agrícola para a produção de alimentos. No Ceará, no período em análise, a maioria da população pobre-livre tinha como principal ocupação a agricultura de subsistência, o que significava a produção, essencialmente, de valores de uso e os trabalhadores resistiam em produzir excedente (IBIDEM, p.247).

A transformação da população pobre-livre cearense em força de trabalho foi viabilizada, segundo Pinheiro (2008), por dois fatores fundamentais. Um fator foi à concentração fundiária – viabilizada para atender à necessidade da pecuária extensiva, se mostrou fundamental para a cotonicultura –, pois ao excluir ou limitar o acesso da parcela majoritária da população à terra, forçou-a a se submeter à relações de produção pré-capitalistas – o morador meeiro e o rendeiro

– que, baseadas no regime de parceria, se constituíam para atender à demanda do mercado internacional por algodão.

Segundo o autor, essas modalidades, surgidas no final do século XVIII, darão origem às relações de trabalho que se manterão hegemônicas no território cearense, da segunda metade do século XIX – quando, em virtude da Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865), o Ceará será novamente incorporado como produtor de algodão para o mercado internacional, gerando, assim, um segundo surto exportador – até a década de 1970, quando se inicia os processos de expulsão dos trabalhadores (vinculados como morador) e de assalariamento no campo.

> [...] Todo o arcabouço jurídico foi se adequando para atender os interesses locais, e terminou por festar uma formação social em que uma das marcas mais nítidas é a concentração fundiária. O que não teve uma repercussão imediata nas regiões em que o trabalho escravo era hegemônico, mas no Ceará, em que a presença do escravo era insignificante, no final do século XVIII com a incorporação da capitania como produtora de algodão, era fundamental a incorporação de mais força de trabalho e como não havia um plantel de escravos para responder à nova demanda, foi necessário recorrer a outras fontes de trabalho. A população livre-pobre foi a solução para a "escassez" de força de trabalho. A existência de uma estrutura fundiária que excluía ou limitava o acesso dos livres-pobres [...] foi um dos elementos que possibilitou a submissão dessa parcela da população. Por fim, ao final do século XVIII, já estavam se viabilizando experiências, na agricultura, de relações de trabalho envolvendo os grandes proprietários e os pobres-livres sem-terra. Tais relações, marcadas pela submissão dos parceiros (sem terra) aos grandes proprietários, através de modalidades como: moradores meieiros e rendeiros, também os pequenos proprietários que alugavam dos grandes proprietários parcelas de terra para a agricultura. Essas modalidades, que estão se constituindo nesse período em análise, estão na origem das relações de trabalho que foram dominantes no Ceará até os anos 70 do século XX. Sendo assim, a agricultura vai se transformar em uma atividade exercida, principalmente, pela população pobre-livre (PINHEIRO, 2008, p.68-69).

O outro fator, apontado por Pinheiro (2008), foi a ação estatal elaborada para exercer o controle sobre a população pobre-livre, objetivando, por meio de diferentes mecanismos, torná-la produtora de excedente – por meio do plantio de roçados avultados – e garantir sua mobilidade – o foco esteve em evitar que os latifundiários formassem exércitos particulares e, com isso, se apropriassem da força de trabalho, inviabilizando o atendimento da demanda de outros produtores.

Precedida e deliberadamente justificada por um sistema de preconceitos contra o modo de vida dessa parcela da população, a ação do Estado, segundo o autor, envolveu mecanismos de convencimento – incentivo ao desenvolvimento da agricultura por meio de premiação para situações diversas, tais como a elaboração de inventos que melhorassem a produção do algodão e a abertura de novos roçados – e, sobretudo, de coerção, cuja justificativa se centrou no combate à "vadiagem" – conceito flexível, no contexto da expansão algodoeira passou a incluir

como crime o ócio ou o trabalho voltado para garantir a subsistência. Ao modo das *leis sanguinárias* da acumulação primitiva (MARX, 2013),

> [...] o conceito utilidade ganhava uma nova significação: a produção de excedente. Como tem sido acentuado, há um par de opostos em que utilidade era contraposta à ociosidade. E mais: a produção de algo útil não significaria, nesse contexto, a produção de alimento para o próprio consumo, mas a de excedente destinado ao mercado. Os pobres-livres que viviam de uma agricultura de subsistência eram considerados inúteis. O imposto teria utilidade social, à medida que gerasse recursos, aparelhando o Estado para combater a criminalidade, a ociosidade e a inata preguiça da população da América [...]. Constata-se que o que interessava não era o valor de uso dos bens, mas a possibilidade de transformá-los em mercadoria. O que indicava um processo de transição de uma sociedade não capitalista, em que os valores, como o tempo disponível, começava a ser substituído pelo tempo em que predominava o trabalho para produção de excedente. Em que o ócio prazeroso passou a ser tipificado como crime (PINHEIRO, 2008, p.295-296).

A coerção envolveu diferentes instrumentos políticos – cuja agressividade se intensificava conforme avançava a demanda do mercado internacional por algodão – dentre os quais: a aplicação de legislações específicas como o Diretório pombalino[116], os bandos[117] e a política do passaporte[118]; a imposição do recrutamento para atuar como força de trabalho em

---

[116] De acordo com Pinheiro (2008), dentre as capitanias anexas de Pernambuco, o Ceará era a que apresentava maior concentração de população indígena, tendo essa desempenhado papel fundamental como força de trabalho, primeiramente como mão de obra escrava e depois oficialmente livre. Essa transformação se deu com o Diretório pombalino – em vigor no Ceará a partir do final de 1759 até 1798 quando foi revogado – estabelecendo um arcabouço jurídico para regularizar as relações de trabalho entre a população indígena e os proprietários, embora não tenha conseguido eliminar as transgressões – como a ocorrência de prisões arbitrárias e a utilização da força de trabalho indígena sem remuneração. Essa legislação buscava legalizar a coerção sobre os povos indígenas, por meio da desestruturação do modo de vida desses – com o fim último de fazer desaparecer os povos nativos, a busca era por integrá-los à comunidade, tendo sido o casamento misto um mecanismo essencial para isso – e, principalmente, pela sua subordinação e utilização como força de trabalho regular e disciplinada, colocada à disposição dos moradores. Para tanto, a lei do Diretório transformou os aldeamentos sob controle dos padres jesuítas em vilas sob a administração civil de diretores (que em sua maioria eram os latifundiários). Essas vilas constituíam o principal repositório de força de trabalho: "[...] a partir de 1759 começou a ser implantado o Diretório pombalino no Ceará. O primeiro ato dessa nova política era a transformação das antigas aldeias em vilas de índios. Havia também alterações fundamentais na lógica que prevaleceria na administração dessas vilas. Dentre elas, se destacava a necessidade de subordinação dos povos indígenas aos interesses dos proprietários, sobretudo como força de trabalho regular e disciplinada sob o domínio do Estado. Em capitanias, como a do Ceará, em que a presença de escravos africanos era reduzida, essa transformação foi essencial, principalmente no final do século XVIII e início do XIX, no contexto algodoeiro" (PINHEIRO, 2008, p.244).

[117] Os bandos, segundo Pinheiro (2008), eram normativas expressas em legislação suplementar ao Diretório pombalino, funcionando como mecanismo de atualização e/ou reforço dessa legislação. Foram emitidos bandos em diferentes períodos com objetivos distintos, dentre os quais estão: o bando de 1773, o qual visava combater a dispersão dos índios aldeados; o bando de 1783, estabelecendo que o comércio indígena fosse realizado nas feiras, como estratégia para controlar o comércio e, assim, aumentar a arrecadação de impostos; o bando de 1790, que tratava sobre a utilização dos índios como força de trabalho de forma irregular pelos moradores, tendo sido esse o terceiro bando a tratar sobre esse assunto.

[118] Implantada no auge da produção algodoeira, no início do século XIX, essa legislação era mais rigorosa em termos formais do que o Diretório e foi pensada para subsidiá-lo. Em sua essência objetivava: controlar a população pobre-livre, especialmente a parcela indígena – semelhante à carteira de identidade atual, o passaporte constituía uma licença para que as pessoas pudessem circular dentro e fora da capitania, visando com isso, impedir a dispersão e a privatização da força de trabalho indígena por alguns proprietários; centralizar as decisões – a concessão do passaporte era feita pelo juiz da comarca; e, primordialmente, forçar a produção de

favor de proprietários, em obras públicas ou para compor a força policial; o combate ao roubo de gado para impedir a sobrevivência autônoma da população pobre-livre e, assim, forçar mais pessoas a dependerem da venda da força de trabalho ou dos produtos dele resultantes (PINHEIRO, 2008).

A reprodução do capital no Ceará algodoeiro envolveu, portanto, o uso majoritário da força de trabalho livre, forjada pela combinação entre a ação violenta do Estado e a concentração fundiária. Associando-se aos elementos da pecuária – latifúndio e consequente atraso social –, a cotonicultura, segundo Lima Júnior (2014), estabeleceu suas relações de produção sem muita diferença, mediante o regime de parceria, no qual o proprietário fixava em suas terras os parceiros plantadores de algodão.

Esse regime, segundo o autor, demarcava o atraso econômico do Ceará, tendo em vista que não propiciava a efetivação da reprodução ampliada do capital, pois por um lado, os equipamentos e meios de subsistência não constituíam capital e sim propriedade do trabalhador, e por outro não havia investimento em trabalho produtivo para extração de trabalho excedente, o qual assume a forma de renda pelo uso da terra.

> Quando a expansão faz do algodão a principal cultura, seu comércio estimula transformações importantes na economia. A implantação/transferência dessas casas [comerciais] para Fortaleza faz parte do fortalecimento da classe de comerciantes que [...] ligavam a província ao mercado externo cujo domínio permitia grandes poderes econômicos dados pela acumulação mercantil. A apropriação do excedente gerado nos sertões sob baixas condições de custos [...] era a base inicial do circuito de geração dessa acumulação. Como consequência e também pelo fato de ser o trabalhador sertanejo (meeiro) o proprietário dos meios de produção e de subsistência, não haviam condições de efetivação da reprodução ampliada do capital. O processamento destas relações se manifesta diametralmente oposto no caso de outras atividades agroexportadoras, como foi o café no Sudeste. A acumulação acontece em conjecturas meramente mercantis e o *modus operandi* reproduz seus mecanismos de forma constante que, apesar de relativos avanços em alguns momentos, obstruem possibilidades de progresso e transformação econômica definitiva (LIMA JÚNIOR, 2014, p.30).

O sistema de produção do algodão não era, portanto, a *plantation* – latifúndio onde predominava a monocultura com base no trabalho escravista – hegemônica em outras regiões do Brasil colonial, mas a estrutura típica do latifúndio – o vasto algodoal era constituído pela

---

excedente – somente receberia o passaporte para permanecer fora de sua vila, o índio que produzisse excedente, caso contrário seria recrutado para atuar como força de trabalho para proprietários ou nas obras públicas e se estivesse fora da vila sem passaporte seria preso. A concessão do passaporte estava atrelada às qualidades exigidas pelo capitalismo para o padrão de trabalhador: "[...] Uma das "preocupações" do governador era não apenas a qualificação formal, a determinação ia além, deveria declarar a profissão, mas, também, comprovar que era trabalhador, ser moderado nos hábitos, ter bom procedimento, ter boa educação; estes eram os requisitos necessários para que o juiz concedesse o passaporte. Estas são qualidades exigidas pelo capitalismo para o padrão de trabalhador moderno" (PINHEIRO, 2008, p.316).

segmentação de pequenas e isoladas culturas. Baseava-se na acumulação mercantil – viabilizada pela apropriação do excedente de origem primária gerado nos sertões com baixo custo, pois a reprodução da força de trabalho provinha da agricultura de subsistência praticada pelas famílias junto com o cultivo do algodão – e se revelava como capaz de manter os sertões como reservatório de força de trabalho, a ser ativado nos movimentos do capital, conforme detalhado adiante (OLIVEIRA, 1981).

Essa organização mercantilista da economia cearense – predominantemente agrícola e voltada para o comércio exterior –, segundo Nobre (2001), impactou negativamente o desenvolvimento industrial[119], por diversos motivos: a priorização da exportação bruta de algodão ocorreu em detrimento do que seu aproveitamento fabril; a ausência de instituição bancária que pudesse financiar os custos de industrialização, ao mesmo tempo em que o pouco capital disponível (oriundo da exportação do algodão e do tráfico interprovincial de escravos[120]) era empregado em obras públicas e seguro marítimo (para as viagens de exportação do algodão); atraso deliberado na composição orgânica do capital no Ceará para evitar que nele surgisse concorrência tanto para o comércio cearense de importação quanto para os países capitalistas centrais que tinham interesse em mantê-lo como mercado para seus produtos e fonte de matéria-prima. De fato, práticas econômicas dessa natureza fortaleceram a economia do Ceará como limitada ao fornecimento de matérias-primas, sem incorporação tecnológica de ponta, que pudesse favorecer a industrialização.

> Os industriais europeus, à procura, ainda, de estabilidade para os seus negócios, criavam obstáculos à difusão da manufatura a fim de contratarem com os mercados inteiramente à sua disposição e com toda a matéria-prima, que, se distribuída entre vários compradores, tenderia, naturalmente, para a escassez e conseqüente alta de

[119] Até o início da segunda metade do século XIX, a indústria manufatureira no Ceará era em grande parte derivada da pecuária, produzindo couros salgados para exportação, solas, queijos, carne de charque e calçados. Para o autor, a economia centrada na exportação do algodão, prejudicou especialmente as atividades de fiação e tecelagem – essas já faziam parte da economia de subsistência na província e, para se desenvolverem, demandariam a modernização dos teares domésticos –, retardando o florescimento do ramo têxtil, segmento que será um dos mais importantes da indústria cearense, conforme será exposto à frente (NOBRE, 2001).

[120] De acordo com Nobre (2001), os raros escravos trazidos para o Ceará foram, em sua maioria, empregados nos engenhos de açúcar no sul da capitania. Ademais, o autor relata que frente às perdas de mão de obra escrava em razão das secas, do fim do tráfico internacional e do aumento da demanda por essa mão de obra no Sudeste – em virtude da expansão da produção cafeeira – os senhores cearenses passaram a traficar seus escravos para outras regiões do país. Entre 1845 a 1880 foram comercializados no porto de Fortaleza para outras províncias um total de 17.067 escravos, média de 474 escravos por ano: "Mais vulneráveis aos flagelos da natureza, a população de origem africana, do Ceará foi consideravelmente dizimada pelas secas e epidemias, apresentando perdas, não foram apenas de vidas humanas, mas também de capitais, levando os senhores à prática infamante do tráfico, para a qual não faltaram intermediários e parceiros de outras Províncias, tanto do Norte como do Sul do Império. Essa desumana transação (...) foi constante e intensa, e teve caráter legal, pois o Governo cobrou direitos de saída, que muito auxiliaram na despesa pública, enquanto os senhores transformaram em capitais os seus escravos, obtendo recursos para atender aos seus gastos pessoais, ou investir em negócios, notadamente na produção agro-industrial e em oficinas artesanais" (IBIDEM, p.71).

> preços. Na capital cearense funcionavam uma casa comercial inglesa, outra alemã, também uma suíça e, ainda uma francesa, além de duas portuguesas, que mantinham relações diretas com os respectivos países, mas nenhuma delas promoveu a importação de máquinas, certamente por considerá-la contrária a seus interesses (NOBRE, 2001, p.92).

Ao mesmo tempo, na dinâmica econômica e ambiental local, vimos na pesquisa que o investimento dos capitais disponíveis na indústria cearense – que propiciaria a transformação da matéria-prima local por sua própria população – teria favorecido uma economia mais estável para suportar os períodos de seca[121] (NOBRE, 2001). Mas, segundo o autor, o que se percebeu – especialmente na estiagem de 1877-79, que ficou conhecida como a Grande Seca, demarcando a transformação desse fenômeno climático em um fenômeno social, com a transição da relação de dependência dos sertanejos em relação aos latifundiários para o Estado (GARCIA FILHO; SAMPAIO 2014) – foi que o modelo agroexportador adotado proporcionou a vulnerabilidade do Ceará vinculando-o à reprodução desse fenômeno.

> A seca de 1877 marcou a transformação de um fenômeno climático em um fenômeno social. A situação do algodão brasileiro encontrava-se fragilizada desde a retomada da produção nos Estados Unidos. A estiagem periódica arruinou as culturas de subsistência e arrastou os sertanejos para a miséria. O deslocamento para áreas úmidas não era mais possível, pois estavam cercadas e ocupadas pelo algodão. Os proprietários rurais não possuíam recursos nem disposição para garantir a sobrevivência de seus "moradores", devido à crise da produção algodoeira. Os sertanejos recorreram à migração em massa para as cidades em busca de alimento, em um processo marcado pela tensão sobre a propriedade privada e sinalizado por saques e invasões. Ocorreu a dissolução do modo tradicional de organização da sociedade, com a transição da relação de dependência dos sertanejos para o Estado. As intervenções estatais no combate às secas caracterizaram-se pelo clientelismo, fisiologismo e brutalidade [...] (GARCIA FILHO; SAMPAIO 2014, p.1215).

As condições climáticas adversas impactavam a produção, acarretando baixa produtividade econômica que, por sua vez, somada à concentração fundiária e à extrema pobreza rural, induziram forte movimento migratório tanto dentro da província – dos sertões para o litoral, destacando-se Fortaleza – quanto para outras áreas do Brasil – como o centro-sul do Brasil, onde ocorria a expansão do café e, sobretudo, para a Amazônia que passava pelo ciclo da borracha (NOBRE, 2001; FARIAS, 2012).

[121] Com referência ao século XIX, período de predomínio da cotonicultura, encontra-se em Farias (2012) referência a secas nos anos de 1816-17, 1824-26, 1844-45 e 1877-79. Essa última estiagem representou um marco no enfrentamento desse fenômeno socioclimático, pois os efeitos decorrentes de sua gravidade forçaram uma intervenção estruturada do governo imperial, a qual envolveu a distribuição de alimentos, o custeio da emigração de sertanejos, a formação de frentes de trabalho para realização de grandes obras, dentre as quais a construção de açudes, sendo essa a medida adotada para atenuar os efeitos das próximas secas. Vale ressaltar que a corrupção no gerenciamento desses recursos (dentre outras formas, com o desvio e posse de alimentos que seriam doados), favoreceu, dentre outros agentes, os grandes comerciantes. Esse tipo de prática se manterá no trato público às secas no Ceará, conforme será visto (FARIAS, 2012; NOBRE, 2001).

Essa emigração foi subsidiada – pagamento de passagens – pelas autoridades imperiais que, visando os altos preços da borracha no mercado internacional, buscavam adensar o povoamento da Amazônia e assim, ampliar a exportação dessa mercadoria (NOBRE, 2001; FARIAS, 2012). Quer dizer, a mobilidade do trabalhador cearense para fora dos territórios de origem coaduna-se com as necessidades funcionais do capital e tem a expropriação dos meios de vida como gatilho para formação e reprodução de uma superpopulação relativa à disposição do capital.

A força de trabalho dos sertanejos atingidos pela seca foi utilizada, também, na realização de grandes obras que cumpriam uma dupla função, a de reduzir a pressão social – principalmente sobre a capital Fortaleza que recebeu um elevado número de migrantes, algo em torno de mais de 100 mil sertanejos, agravando as condições sociais de reprodução no espaço urbano – e, ao mesmo tempo, atender demandas do capital local – interesses de latifundiários e setores mercantis – a baixo custo. Entretanto, tais obras eram justificadas como estratégia governamental de amparo aos flagelados:

> Diante da fome, migrações e desatinos (saques, mendicância, furtos, prostituição, etc.) provocados pelos flagelos da seca de 1877-79, as autoridades imperiais decidiram usar a mão de obra dos retirantes na construção de diversas obras, a exemplo da Estrada de Ferro Baturité. O discurso oficial visava transformar a ferrovia em socorro público, ou seja, estava-se dando trabalho à massa para assegurar-lhe meios de subsistência e atenuar a miséria. Na realidade, os governantes buscavam aliviar a tremenda pressão social vinda com a seca, aproveitar (e, porque não, explorar) aquela mão de obra disponível/barata e impor certo controle sobre os flagelados – nas obras, a gigantesca massa de retirantes era dividida em turmas menores e submetida à severa disciplina (FARIAS, 2012, p.173).

O modelo agroexportador, portanto, impactou sensivelmente a organização espacial do Ceará – e não só em razão das migrações – definindo traços urbanos importantes e ainda persistentes – conforme ficará demonstrado. Apesar da ocupação territorial iniciada a partir do interior – com a pecuária, conforme visto, surgiram aglomerações iniciais às margens dos rios e uma malha de estradas e caminhos vicinais que ligavam esses núcleos e as fazendas de gado entre si e aos de outros estados –, o predomínio do litoral se iniciou ainda no século XVIII e se consolidou na segunda metade do século XIX, com Fortaleza[122] desempenhando seu papel de entreposto comercial (MACEDO; LIMA JÚNIOR; MORAIS, 2012).

[122] Vale lembrar que o nordeste tinha uma configuração diferenciada dos dias de hoje. Alguns estados eram sub-regiões de Pernambuco e Bahia. No caso do Ceará, por trás do fim de sua vinculação administrativa à Pernambuco (ocorrido em 1799) estão o centralismo imperial (que beneficiava as capitais provinciais com obras e medidas políticas diversas), o comércio exportador (especialmente de algodão), a construção da Estrada de Ferro de Baturité e o êxodo rural (desencadeado pela combinação entre a concentração fundiária e a ocorrência de secas), enquanto fatores que – após um longo processo, que se estendeu do final do século XVIII à segunda

Com o aumento da demanda externa pela produção local, sobretudo, do algodão e o crescimento da renda das classes dominantes e médias, advindo com a expansão da economia cearense nesse período, várias casas comerciais (exportadoras e importadoras, tanto nacionais quanto estrangeiras) se instalaram em Fortaleza. Crescia, portanto, a parcela da classe dominante ligada ao comércio e, consequentemente, também, o seu peso na política cearense, atuando como aliada natural da parcela latifundiária e, por vezes, com ela se confundindo, pois muitos comerciantes eram também grandes senhores de terras (FARIAS, 2012).

Ademais, o algodão também fez ascender importantes núcleos urbanos no sertão – dentre esses Iguatu, Quixeramobim, Quixadá, Icó e Crato – que funcionavam como centros coletores regionais. A implantação de ferrovias[123] para o escoamento da produção algodoeira seguiu essa dupla emergência – de Fortaleza como centro de exportação e dos centros coletores como polos regionais – e teve efeitos na organização urbana, com seus eixos definindo a lógica de adensamento da capital, pois às suas margens cresciam os novos bairros (MACEDO; LIMA JÚNIOR; MORAIS, 2012).

> [...] A partir de então, sedimentar-se-iam os elementos que caracterizam o sistema urbano do Ceará na atualidade, marcado pelo exponencial crescimento da capital, presença de poucos centros de médio porte e inúmeras pequenas aglomerações. A capital passaria a exercer, a partir daquele momento, papel que seria decisivo para a consolidação de sua primazia urbana: centro comercial responsável pela centralização e intermediação da produção algodoeira sertaneja (e de outras mercadorias de menor monta) para o exterior e/ou para o mercado interno extraestadual. Portanto, reproduziu-se no estado uma estruturação territorial decorrente do binômio pecuária-algodão, intermediado pelo capital mercantil sediado em uma cidade portuária [...]. Conformam-se assim traços que se manteriam, a despeito da diversificação produtiva e transformações posteriores, especialmente ao longo do século XX. Em outras palavras, o tipo de inserção cearense no comércio nacional e internacional – periférica e primário-exportadora – definiu os traços urbanos mais marcantes que ainda persistem (MACEDO; LIMA JÚNIOR; MORAIS, 2012, p.73).

Tomando por base essas considerações e a discussão realizada no primeiro capítulo desta tese, entende-se que com a produção de algodão para exportação – caracterizada pela dependência do mercado externo e pela superexploração da força de trabalho sertaneja –

---

metade do século XIX – tornaram Fortaleza o principal núcleo urbano, político, econômico e social do estado. Antes, no período da pecuária, Aracati foi o principal entreposto comercial da capitania (FARIAS, 2012).

[123] A primeira ferrovia foi instalada em 1873, tratando-se do primeiro trecho da Estrada de Ferro Fortaleza-Baturité, cuja conclusão, só ocorrida em 1878, foi realizada por mais de dez mil sertanejos atingidos pela Grande Seca. Posteriormente, foram feitos prolongamentos rumo ao Sul cearense, alcançando o Crato em 1926. As ferrovias visaram o escoamento da produção sertaneja (especialmente algodão e café) para serem exportados pelo porto de Fortaleza, bem como o transporte para o interior de bens importados (FARIAS, 2012). Nisso, segundo Lima Júnior (2014), reside uma importante diferença para o sistema de ferrovias paulistas, pois enquanto essas reestruturaram toda a rede urbana, as ferrovias cearenses, bem como em todo o Nordeste, ligaram áreas produtoras aos portos, reforçando o sistema agroexportador.

ocorreu a integração do Ceará no quadro do capitalismo dependente brasileiro. Sua inserção no mercado mundial nesses termos, segundo Oliveira (1981), desfez os tênues laços de sua subordinação ao capital mercantil de Pernambuco[124], mas estabeleceu uma relação de subordinação ao capital internacional – claramente sinalizada pelas oscilações da economia cearense ao longo do século XIX, para as quais contribuiu de maneira decisiva a dinâmica do mercado externo –, cuja especificidade propiciou a formação da oligarquia dos latifundiários dos sertões, os "coronéis".

Segundo Farias (2012), a influência econômica, social e política deles manteve-se localmente com a estrutura da cotonicultura – num cenário centrado na produção para exportação e a maioria da população, sem acesso à terra, se submetia à relações de dependência com os latifundiários –, de forma que o poder central continuou a pactuar com esse poder local. Mas, essa influência sofreu sensível redução no decorrer do século XIX com a fragilização dessa elite, ocasionada pelas mudanças políticas – no Brasil imperial os "coronéis" foram submetidos ao centralismo monárquico e na Primeira República à "política dos governadores".

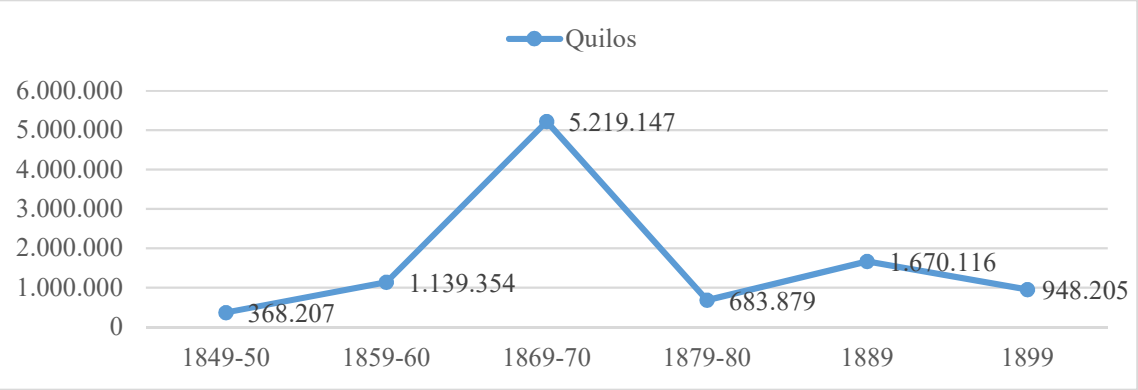
O outro fator determinante para a fragilização dos "coronéis" foi a instabilidade econômica da província, gerada, sobretudo, pelas oscilações na exportação do algodão – após sua expansão inicial entre 1780 e meados da década de 1820 houve uma retração, depois um novo surto expansivo na década de 1840 que alcançou seu auge na década de 1860, iniciando-se, após esse período, uma grave crise no modelo agroexportador do Ceará[125] (ver o Gráfico 17 exposto anteriormente e o Gráfico 18 abaixo).

---

[124] Primeiramente, o Ceará esteve subordinado ao Maranhão, no período que se estende de 1621 a 1656. Em seguida, ficou subordinado a Pernambuco por 143 anos, até se tornar capitania autônoma em 1799 (PINHEIRO, 2008). A expansão da cotonicultura foi fundamental para esse processo – que resultou no estabelecimento do comércio direto da capitania com a metrópole – porque, conforme detalha Farias (2012), permitiu aos produtores e comerciantes – com exceção daqueles pertencentes ao Icó e Aracati, regiões da capitania cearense mais próximas de Pernambuco e que, por isso, se beneficiavam com a intermediação pernambucana – intensificar as solicitações à Coroa para emancipar o Ceará, estando entre os argumentos utilizados: a demora da viagem, os gastos com transportes e os impostos provenientes da intermediação recifense que acabavam por aumentar os preços e diminuir a competitividade do algodão. Contudo, o referido autor salienta que a influência de Pernambuco permaneceu mesmo após a separação, só reduzindo, consideravelmente, na segunda metade do século XIX, quando um novo surto exportador de algodão fez com que o Ceará ampliasse sua relação direta com o exterior.

[125] A retração da cotonicultura cearense na década de 1820 ocorreu em virtude: da concorrência do algodão norte-americano, cujas lavouras haviam se recuperado com o fim da guerra emancipatória; da ocorrência da seca nos anos de 1824-26; do ataque de pragas às lavouras; e da desorganização da produção local por conta das lutas políticas internas (dentre essas, a Independência e a Confederação do Equador) contra a centralização do poder que se chocava com a ampla autonomia usufruída pelos "coronéis". A partir de 1840 a economia agroexportadora cearense se recupera, em razão: da ausência de grandes secas por um período de mais de 30 anos, contados a partir de 1845; do aumento das transações comerciais, sobretudo, as de exportações, em virtude do segundo surto de expansão da cotonicultura, desencadeado com a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865) que diminuiu a oferta do algodão e elevou seus preços externos; do revigoramento dos ramos tradicionais da economia (pecuária e agricultura de subsistência eram praticadas junto com a cotonicultura); da diversificação da agricultura/atividades extrativas (desenvolvimento do café, borracha da maniçoba e da

Gráfico 18 – Exportação de algodão (quilos) do porto de Fortaleza – 1849-50/1899 (1)



Fonte: ALBANO, 1918.

(1) Anos disponíveis.

A instabilidade econômica reduziu a capacidade dos "coronéis" de manter a população sertaneja vinculada às suas áreas de influência e, consequentemente, o tamanho dos seus currais eleitorais. É nesse contexto de crise que se intensificaram a migração – já sinalizada – e outras formas de resistência popular, como os movimentos messiânicos[126] e o cangaço[127] (FARIAS, 2012).

---

mangabeira, açúcar e cera da carnaúba); do recebimento de investimentos particulares (alguns de origem estrangeira); dos investimentos do governo imperial (dentre outros, na criação e/ou ampliação da infraestrutura de transportes e serviços urbanos). O período de forte crescimento da economia cearense iniciado na década de 1840 se encerra na década de 1870, com o advento de uma forte crise, provocada por um conjunto de fatores, sendo esses: a manutenção do sistema latifundiário nos sertões; a má qualidade dos solos; a limitação do mercado interno, em virtude da concentração de renda; a precariedade dos transportes; o alto custo dos fretes; os recursos tecnológicos limitados; a sujeição às oscilações de preços do mercado internacional; fatores conjunturais – a queda dos preços externos do algodão, ocasionada pela retomada da produção algodoeira dos EUA após o fim de sua Guerra Civil; a seca de 1877-79, sinalizando para a falta de providências efetivas contra o fenômeno; e a crise financeira na economia brasileira no pós Guerra do Paraguai (FARIAS, 2012).

[126] Foi no contexto de crise econômica – a qual se inicia na segunda metade do século XIX e adentra o século XX – que, segundo Farias (2012), um número cada vez maior de pessoas pobres (pejorativamente chamadas de fanáticos) passaram a seguir líderes religiosos (havia os beatos e os conselheiros, que eram pessoas que se destacavam por seu conhecimento e práticas religiosas nas comunidades isoladas e sem a presença de membros do clero da Igreja) em movimentos messiânicos. Organizados sobre uma base coletivista, eram vistos como ameaça aos interesses dominantes e por isso foram fortemente combatidos. No Ceará, o caso emblemático foi o do movimento Caldeirão liderado pelo beato José Lourenço, que surgiu nas décadas iniciais do século XX e foi radicalmente destruído pelo governo, com o apoio dos "coronéis" e da Igreja em meados da década de 1930: "[...] Os grupos de fanáticos, sob a liderança de místicos influenciados pelo catolicismo popular, congregavam as massas de trabalhadores rurais a buscar como alternativa para a exploração semisservil do latifúndio uma vida organizada sobre base coletivista, aproximando-se de um comunismo primitivo. O potencial de desestabilização do latifúndio representado por essas comunidades despertou uma reação brutal dos proprietários locais e do governo. Acusados de fanáticos, esses sertanejos foram perseguidos e exterminados. O Caldeirão do Beato José Lourenço é o caso paradigmático no Ceará desse desfecho" (GARCIA FILHO; SAMPAIO, 2014, p. 1215).

[127] O cangaço foi um fenômeno típico do Nordeste, cujo ciclo ocorreu no contexto da crise econômica e das grandes secas, compreendendo, portanto, o período entre 1870 e 1940, caracterizando-se como grupos armados e nômades que sobreviviam de ação criminosa marcadamente cruel, perversa, assim como também era a sociedade sertaneja da época. O cangaceiro se assemelhava ao jagunço quanto à origem, sendo ambos, comumente, da classe pobre, mas dele se diferenciava porque não apresentava ligação direta e permanente com nenhum membro da elite sertaneja. O fenômeno é classificado por alguns historiadores como exemplo de banditismo social:

> A seca, a crise econômica do nordeste naquele final do século XIX – decadência da cotonicultura na década de 70, queda dos preços internacionais da cana-de-açúcar – e a perda da importância política da região para o centro-sul brasileiro ante a expansão da lavoura do café, trarão como consequência um relaxamento dos controles sociais exercidos pelos coronéis latifundiários sobre a massa sertaneja. Não havia como o fazendeiro manter na propriedade a mão de obra dos caboclos ou conservar os laços de dependência patriarcais. Trabalhadores perderam seus empregos, moradores viram-se obrigados a sair das terras, escassearam-se os serviços temporários, baixou-se terrivelmente a remuneração, agravou-se a situação de penúria do povo, diminuiu-se a produção. E quantos mais braços perdia o latifúndio, mais se agravava a crise (FARIAS, 2012, p.216).

Segundo o autor, a fragilidade dos grupos/famílias/clãs que compunham a elite da classe dominante cearense não permitia – e, mesmo hoje, não permite – que nenhum deles se sobrepusesse aos outros por muito tempo, levando-os a uma divisão em facções, surgindo, assim, as tradicionais oligarquias – compostas por latifundiários e setores mercantis. Essas se direcionavam para a luta pelo poder do Estado no Ceará que lhes garantiria ampliar ou manter prestígio – em suas áreas de influência e dentro do Estado, que assumia, então, as feições oligárquicas – e se proteger dos adversários.

O Estado oligarquizado[128] e marcado pela interdependência entre poder central e poder local, bem como a fragilidade estrutural das oligarquias dirigentes – expressa no fato de se alternarem e se coligarem no exercício do poder – constituem, segundo Farias (2012), características da história política cearense, presentes, inclusive, em sua fase neoliberal, ainda que com nova roupagem, conforme será abordado adiante.

"Diferente do capanga, o cangaceiro apresentava maior grau de autonomia em relação ao proprietário rural, podendo oferecer seus serviços temporariamente a ele. Mas sua vocação era realizar extorsão, assalto, pilhagem, sequestro e homicídio por conta própria. A origem social de capangas e cangaceiros era parecida: trabalhadores rurais pobres engajados nos latifúndios em condição semisservil. A adesão ao cangaço constituía uma possibilidade de obter subsistência em um meio socioeconômico adverso, com suas condições agravadas por secas periódicas [...]. O cangaço é um exemplo de banditismo social. [...] Esse é um fenômeno universal na história, associado a um conjunto particular de características de algumas sociedades camponesas: opressão dos trabalhadores por senhores, acesso geográfico difícil, fraca presença estatal, pauperização sazonal, desagregação social" (GARCIA FILHO; SAMPAIO, 2014, p. 1214-1215).

[128] Couto (2010) aponta, de forma crítica, que o uso pouco rigoroso do termo "oligarquia" na linguagem política cotidiana ou jornalística e, até mesmo, no universo acadêmico, acarretou a perda de boa parte de sua utilidade analítica, sendo necessário clarificar seu significado para reconvertê-lo num *conceito* da análise política, com fundamento científico. Nesse sentido, o autor define oligarquia como "*um regime organizacional no qual os indivíduos que detêm postos de comando conseguem agir continuamente de forma não subordinada aos princípios de legitimidade vigentes, pois não são controláveis pelos demais membros da coletividade organizada, podendo assim dirigi-la de modo a favorecer seus próprios objetivos em detrimento do que desejam os demais e/ou do que são os princípios legítimos de funcionamento da organização"* (IBIDEM, p.14). Para ele, diversas organizações da sociedade (partidos, sindicatos e organizações políticas da sociedade civil, inclusive outras estruturas não tão claramente "políticas" como, por exemplo, universidades, clubes esportivos ou comunidades religiosas) e estruturas do aparelho organizacional do Estado (sejam elas propriamente representativas, como casas legislativas, ou não, como estruturas da burocracia pública) são passíveis de oligarquização. Nesse segundo caso, a oligarquização se dá quando um órgão qualquer do Estado é capturado por algum grupo que, controlando-o, leva-o a funcionar de uma "forma não legitimada por princípios publicamente aceitos de funcionamento e infensa a controles internos ou externos" (IBIDEM, p.18).

> A oligarquia, enquanto governo de poucas pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família, serviu no Ceará para reunir as forças locais do coronelismo municipal. (...) Funcionando na capital, desde então centro administrativo, judiciário e social do Estado, inibiu a força exclusivista do coronel. (...) inúmeras foram as modificações ocorridas no perfil político-social do Estado. Porém, a bem da verdade, não podemos deixar de registrar que ainda hoje carregamos os traços de uma sociedade puramente oligárquica, onde, principalmente, o poder político, através de acordos esdrúxulos, continua sendo dividido em cotas entre facções, famílias, coronéis... (SAMPAIO FILHO, 1985, p.8).

O Ceará, da segunda metade do século XIX, segue, portanto, reproduzindo os aspectos da sua formação estrutural – relações de produção pré-capitalistas à serviço da divisão internacional do trabalho. A economia do algodão impulsiona nova dinâmica com características internacionalizadas, sustentada na concentração fundiária, no poder oligárquico e no baixo custo da força de trabalho. Entretanto, os efeitos da grave crise do modelo agroexportador, iniciada na década de 1870, impactaram não apenas a economia, mas, também, as esferas social e política, desencadeando, conforme pontuado, alterações em aspectos dessa formação estrutural.

A solução para a crise econômica envolveu, segundo Farias (2012) a busca por outros mercados europeus, que não o inglês – uma saída que se mostrava bastante limitada em virtude da concorrência avassaladora dos EUA – e o redirecionamento para o mercado interno brasileiro que iniciava a instalação de suas primeiras fábricas têxteis. No âmbito local ocorria o mesmo, sendo esse segmento industrial estimulado pela abundante e encalhada produção algodoeira, pela existência de um favorável mercado consumidor popular para os tecidos não refinados e pelos recursos dos comerciantes, que financiariam as primeiras iniciativas industrializantes na década de 1880.

Iniciava-se nesse período o que, para muitos autores, constituiu a primeira fase da industrialização do Ceará, processo que, conforme será detalhado a seguir, ocorreu em paralelo à manutenção da predominância do modelo agroexportador. A passagem da economia cearense desse sistema produtivo para outro centralizado na indústria e nos serviços só se efetivará na década de 1970, viabilizada, relativamente, pela ação conjunta do governo federal – por meio da SUDENE – e do governo estadual (PEREIRA JÚNIOR, 2003). Numa época em que o capitalismo tem amplo alcance tecnológico e, por isso, diminuiu a ênfase do expansionismo industrial, o que trará reveses para o projeto dominante de modernização cearense.

3.3 **A primeira fase da industrialização do Ceará**

O modelo agroexportador, surgido nas décadas finais do século XVIII e que entrou em crise – de um modo geral permanente – no final do século seguinte, manteria sua dominância na economia cearense até a década de 50 do século XX. A estrutura arcaica existente não se alteraria com o advento da República (1889) – permanecendo intocável o latifúndio, bem como a agricultura e o comércio de exportação/importação continuavam sendo os pilares de sustentação da economia estadual – apesar do pequeno crescimento industrial que despontava (FARIAS, 2012).

Os dados do IPEA sobre o PIB do Ceará, referente ao período que se estende de meados da década de 1930 à década de 1950, corroboram essas afirmações, mostrando que a maior parcela da renda econômica cearense era então gerada nas atividades do setor serviços, seguido de perto pela agropecuária – essa, na década de 1950, chegou mesmo a ultrapassar o valor produzido pelos serviços – e, em proporção bem menor, pela indústria (Tabela 31)[129].

Tabela 31 – PIB do Ceará segundo valor adicionado por cada setor econômico a preços básicos – 1939/1950 (1)

Setor econômico	Ano x valor (R$) (1)									
	1939	%	1947	%	1948	%	1949	%	1950	%
Total	977.005,53	100	1.086.115,79	100	1.196.183,24	100	1.321.181,53	100	1.632.196,61	100
Agropecuária	422.356,68	43,2	460.557,65	42,4	517.467,58	43,3	584.275,99	44,2	806.970,58	49,4
Indústria	83.151,83	8,5	70.001,46	6,4	85.068,50	7,1	98.777,24	7,5	102.105,13	6,3
Serviços	471.497,02	48,3	555.556,68	51,2	593.647,16	49,6	638.128,30	48,3	723.120,90	44,3

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados do IPEA.

(1) Conforme descrição do IPEA, a unidade de valor utilizada foi R$ (mil), a preços do ano 2000.

Nesse contexto de predomínio da agropecuária, a indústria cearense se caracterizava como um prolongamento dessa, em razão de sua estreita relação com o comércio dos produtos primários, de forma que se encontrava concentrada nas mãos de grupos familiares e direcionada para a transformação de matéria-prima local (PEREIRA JUNIOR, 2003). Essa relação, segundo Nobre (2001), decorria do fato da produção agropecuária e extrativa demandar um processamento semi-industrial para evitar o perecimento durante o percurso da exportação. Ademais, ele ressalta que esse processamento ocorria mediante uma estrutura arcaica que implicava a baixa produtividade do trabalho e, consequentemente, baixo rendimento do

[129] Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 04 dez. 2018.

comércio exportador e da arrecadação de impostos que impactava negativamente a capacidade do Estado de realizar investimentos que gerassem modernização.

> Nota-se o predomínio da idéia de uma relação estreita entre a indústria e o comércio, justificada, na verdade, pelo fato da produção agropecuária e extrativa caracterizar-se, em geral, pela perecibilidade, exigindo, para a exportação, um processamento semi-industrial, por conseguinte bastante difundido, mas que dependia de um sistema de produção tradicional, praticamente doméstico, de modo a continuarem raras as empresas de algum vulto. O caso das redes de dormir, confeccionadas em mais de trezentos teares esparsos, o típico, e tinha como conseqüência a desvalorização do próprio trabalho, pelos preços baixos, que concorriam, igualmente, para um rendimento pouco satisfatório do comércio exportador e da arrecadação estadual, implicando em falta de recursos para obras públicas de maior vulto, indispensáveis à intensificação da atitude produtiva e ao exercício da mentalidade modernizadora e progressista (NOBRE, 2001, p.129).

Convém relembrar que se tratava da era do imperialismo capitalista clássico (1890-1940), na qual a aliança social e política com as oligarquias locais, manteve as relações pré-capitalistas de produção no campo e, consequentemente, limitada extensão do mercado interno e tolhendo a industrialização cumulativa dos países dependentes. Um complexo de condições sociais e econômicas tornava a acumulação de capital industrial menos lucrativa que a produção e exportação em grande escala de matérias-primas vegetais e minerais (MANDEL, 1982). Era esse o caso do Ceará, no qual era mais vantajoso exportar, sobretudo o algodão, do que investir em seu beneficiamento/industrialização.

> Os gêneros que mais contribuíram na pauta das exportações no período de 1910-1930 foram a cera de carnaúba, as peles e couros, e, sobretudo, o algodão. Após 1911, as exportações cearenses de algodão voltaram a crescer (salvo os anos de seca), atingindo e superando o *boom* da década de 60 do século XIX. Embora viesse ocorrendo um surto de exportações para o mercado externo, o grosso das vendas do algodão cearense voltava-se primordialmente para o mercado interno, atendendo a demanda provocada pela expansão das fábricas têxteis no sudeste do Brasil (FARIAS, 2012, p.288).

Apesar do caráter agroexportador, sobretudo da produção de algodão, foram aspectos ligados a sua comercialização – dentre os quais a baixa dos preços no mercado internacional e seu alto custo de transporte – que estimularam as primeiras iniciativas industrializantes no Ceará – o processo ocorreu predominantemente na capital, mas em alguns casos houve a fixação de estabelecimentos também em centros coletores de matéria-prima no interior[130] –,

[130] Tomando por base os registros da Junta Comercial da Praça da Cidade de Fortaleza (JUCEC), instalada em 09 de maio de 1877, Nobre (2001) observa que já naquele período era possível visualizar desequilíbrio econômico entre Fortaleza e os municípios do interior, pois do capital das dez primeiras indústrias inscritas na JUCEC, a maior parcela era das cinco empresas sediadas em Fortaleza. Ademais, o autor observa, também, uma concentração das atividades industriais na capital e em municípios próximos a essa – era exceção casos como de Aracati e Sobral, municípios afastados nos quais existiam zonas agroindustrial de alguma importância.

inicialmente no setor têxtil[131], mas na sequência incorporando outros produtos de origem primária – fumo, couro, ceras vegetais, dentre outros[132] (LIMA JÚNIOR, 2014).

A manufatura – cujo desenvolvimento era inviabilizado pela dinâmica do modelo agroexportador, pois o excedente não era direcionado para a diversificação produtiva e sim para a reprodução das débeis estruturas de produção, por meio da formação de estoques especulativos e do financiamento da entressafra, via compra antecipada da produção do sertanejo – constituía uma possibilidade durante os períodos de adversidades dos produtos no mercado externo, revelando que a industrialização do Ceará – cuja fase primária se estenderá da segunda metade do século XIX até a década de 1950 – surge para atender não a um mercado interno dinamizado pela expansão da atividade agroexportadora, mas à demanda posta por ela (LIMA JÚNIOR, 2014).

Reforça esse entendimento, o apontamento de Nobre (2001), segundo o qual a iniciativa de industrializar o estado partiu do esforço isolado de cearenses – não havia entre as principais fábricas em funcionamento no período, nenhuma de propriedade estrangeira – que viam a transformação da matéria-prima local como uma forma de obter rendimento para adquirir produtos manufaturados da Europa e EUA. Ou seja, a atividade agroexportadora não dinamizava o mercado interno – tendo em vista que se baseava na superexploração da força de trabalho e que essa, conforme discutido, sacrifica o consumo individual dos trabalhadores – e suas dificuldades de realização no mercado externo impunham a industrialização como alternativa para gerar a renda que supriria o consumo da elite cearense.

Vale pontuar que o grupo de cearenses pioneiros, segundo Sampaio Filho (1985), era majoritariamente formado por comerciantes de destaque na capital ou no interior do Estado – sendo que, por vezes, latifundiários eram também comerciantes e vice versa – e por alguns elementos da classe média com destaque no meio sócio-político e cultural de Fortaleza. Considerando essa origem da iniciativa de industrialização, Nobre (2001) supõe que o capital

---

[131] Nos registros da JUCEC consta que a primeira firma a explorar outra atividade que não o comércio, foi a empresa Ferreira & Martins, de fabricação de sabão, inscrita no ano de 1879. Entretanto, o autor sinaliza que os registros da JUCEC omitem a fábrica de fiação e tecelagem instalada em Fortaleza antes de 1877 por políticos locais – Senador Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e seu genro Antônio Pinto de Nogueira Accioly, oligarca que governará o Ceará em 1896-1900 e 1904-1912, conforme ainda será detalhado – que tinham origem latifundiária e inserção nos ramos de comércio e manufatura pertencentes ao circuito de produção do algodão. Essa fábrica, cujo nome não é conhecido – na falta de junta comercial no Ceará, o registro teria sido feito no Tribunal do Comércio de Recife – seria a antecessora da Fábrica de Tecidos Progresso – posta em funcionamento em Fortaleza em 1884 – que, por isso, é referida por estudiosos do tema, como sendo a experiência pioneira na indústria da fiação e tecelagem no Ceará.

[132] Segundo dados levantados por Nobre (2001), no ano de 1895 existiam em Fortaleza 150 instalações industriais, relacionadas a diferentes tipos de atividades: fábricas de fiação e tecelagem, fábricas de cigarros, de bebidas (notadamente de vinho de caju), moageiras de café, de aproveitamento de oleaginosas, de sabão, de fundição, padarias, tipografias.

utilizado para financiá-la era constituído por saldos comerciais – oriundos da exportação de algodão e do tráfico interprovincial de escravos – e recursos diversos que haviam sido destinados para o enfrentamento da Grande Seca (1877-79):

> A relação das 10 primeiras indústrias inscritas na JUCEC soma investimentos de mil e quinhentos contos de réis aproximadamente (...), o que, para o Ceará, naquele tempo, era uma importância expressiva, remanescente, como se pode supor, dos saldos do comércio externo acumulados na fase de alta dos preços do algodão do Brasil, do rendimento dos escravos vendidos para outras províncias em número apreciável e, mais proximamente, da assistência financeira do Governo Geral e ajudas diversas por ocasião da Grande Seca, minimizada por críticos apressados (NOBRE, 2001, p.95).

Oriundos de recursos isolados, os empreendimentos instalados caracterizavam-se como pequenos negócios, com infraestrutura atrasada e financeiramente frágeis (SAMPAIO FILHO, 1985). Apesar da pouca expressividade no quadro nacional, a indústria cearense já apresentava relevância dentro do Nordeste e o ramo têxtil tinha grande participação no total nacional (Tabela 32). Nobre (2001) aponta – com base no inquérito de 1907 realizado pelo Centro Industrial do Brasil – que no conjunto das 38 indústrias então mais importantes, o Ceará só participava com a de tecidos de algodão, enquanto já se observava uma concentração industrial nos estados do centro-sul do país.

Tabela 32 – Percentual de estabelecimentos industriais nos estados do Nordeste e São Paulo – 1919 (1)

	MA	PI	**CE**	RN	PB	PE	AL	SE	BA	SP
Têxteis	4,21	0,4	**10,40**	9,50	13,96	7,84	7,93	4,54	1,16	20,40
Couros e peles	0,24	0,00	**0,24**	0,00	0,94	2,36	3,30	0,24	2,83	20,28
Madeira	0,00	0,00	**0,33**	0,08	0,17	0,50	0,00	0,08	0,66	15,16
Metalurgia	0,39	2,95	**0,98**	0,00	0,00	2,36	0,59	0,39	1,18	27,90
Cerâmica	0,19	0,38	**1,38**	0,82	0,25	2,70	2,26	5,03	2,14	43,77
Produtos químicos	1,16	2,95	**0,74**	0,63	0,74	4,74	1,16	0,95	5,16	27,89
Alimentos	0,38	0,00	**1,66**	1,16	0,78	2,72	2.67	1,26	4,91	31,92
Vestuário	0,00	0,00	**2,26**	0,20	1,11	3,47	3,17	1,61	7,19	37,02
Mobiliário	1,09	0,00	**0,55**	0,00	0,36	3,47	2,19	0,18	1,46	37,77
Construção civil	0,00	0,00	**3,63**	3,32	2,72	8,16	0,91	1,81	5,14	16,62
Transporte	0,00	0,00	**0,00**	0,00	0,19	0,75	1,13	0,00	0,75	44,84
Elétrica	0,00	3,35	**6,90**	3,45	0,00	3,45	41,38	0,00	3,45	37,93
Artigos de luxo	0,00	0,00	**2,13**	0,00	0,00	6,38	0,00	0,00	0,00	23,40
TOTAL	0,67	0,41	**2,20**	1,48	1,88	3,31	2,71	1,78	3,68	31,08

Fonte: Lima Júnior, 2014, p.43.

(1) Brasil=100

Fato é que não havia no Ceará, no final do século XIX e início do XX, nenhum programa governamental de estímulo à industrialização (SAMPAIO FILHO, 1985). O Estado, segundo aponta Oliveira (1981), encontrava-se capturado – no que se refere ao controle das ações do

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)[133] – pela oligarquia algodoeira-pecuária[134]. Com sua intervenção, mediada pelo controle da ação e dos gastos do DNOCS, o Estado oligarquizado – no qual se fusionavam e tornavam-se indistintas as esferas próprias do Estado e da sociedade civil – manteria a estrutura econômica e social arcaica existente no Ceará, entre 1909 até meados dos anos 1950. Esse mecanismo, segundo o autor, demonstra a funcionalidade econômica e política da seca na manutenção do poder na região, expondo o desvio de fundo público para os interesses oligárquicos de dominação política e econômica.

> Não é ocasional que o controle político do DNOCS tenha permanecido durante décadas nas mãos dos políticos particularmente os oligárquicos, do Estado do Ceará, talvez entre todos os Estados do Nordeste o mais encarniçadamente oligárquico. Não havia no Ceará "Nordeste" açucareiro, nem qualquer outra atividade produtiva que não fosse determinada pela estrutura típica do latifúndio-minifúndio. [...] O algodão reunir-se-á com a pecuária e a carnaúba para transformar o Ceará num vasto algodoal segmentado em milhares de pequenas plantações, e a imbricação latifúndio-minifúndio, comerciante-fazendeiro, fazendeiro-exportador, não ocorreu em nenhum outro lugar do Nordeste com maior profundidade que ali. As primeiras grandes obras do IFOCS e do DNOCS foram no Ceará, e daí por diante o controle desse organismo estatal, sua captura pela oligarquia algodoeira-pecuária, aprofundou-se e tornou-se completamente indistinta a linha divisória entre DNOCS e a mesma oligarquia. Falar do DNOCS no Ceará, era o mesmo que falar da oligarquia e vice-versa (OLIVEIRA, 1981, p.55-56).

A captura do Estado, segundo o autor, se expressou no controle da realização de obras (tais como construção de barragens, estradas de rodagem, perfurações de poços) que, majoritariamente construídas nos latifúndios, serviam diretamente à manutenção do rebanho e à comercialização do algodão. Ademais, serviram marginalmente para a implantação de pequenas culturas de subsistência nas várzeas das barragens, reforçando a estrutura arcaica que,

---

[133] O DNOCS nasceu em 1909 sob a denominação de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), por meio do Decreto 7.619, editado pelo então presidente Nilo Peçanha. Com o Decreto 13.687 de 1919, recebeu o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e somente com o Decreto-Lei 8.846 em 1945 assumiu a denominação DNOCS. Com a Lei nº 4.229 de 1963, foi transformado em autarquia federal. Informações disponíveis no endereço:
<https://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/registros.php?f_registro=2&f_ope=registro>. Acesso em: 16 dez. 2018.

[134] Foi a oligarquia monolítica de Antônio Pinto Nogueira Accioly – que se estendeu de 1896 a 1912, incluso o período do governo de Pedro Borges (1900-04) em virtude de ter sido esse um prosseguimento das administrações do oligarca – que capturou o DNOCS, conseguindo junto ao governo federal, que a referida instituição tivesse sua sede em Fortaleza. Esse oligarca cearense – filho de influente família local com negócios na agropecuária e no comércio – chegou e manteve-se no poder através: do apoio mútuo com o governo federal em razão da "Política dos Governadores"; do apoio mútuo e compromissos com os "coronéis" dos sertões; da aliança com grandes comerciantes de exportação e importação de Fortaleza; do nepotismo; e de um eficiente sistema de repressão e perseguição à oposição. Accioly deixou o poder em 1912 em razão de uma revolta popular com feição de guerra civil. Segundo Farias (2012), depois dele nenhuma oligarquia tradicional dominou monoliticamente o Ceará, levando à formação de alianças e coalizões entre elas. Ademais, o referido autor aponta que somente a nova oligarquia formada na década de 1980 – da burguesia industrial, liderada pelos empresários do Centro Industrial do Ceará (CIC) – conseguiu passar mais tempo à frente do Estado (foram 20 anos) que a oligarquia de Accioly (que durou 16 anos), conforme ainda será explicitado.

conforme mencionado, tinha como fundo de acumulação a agricultura de subsistência dos moradores, meeiros, parceiros e pequenos sitiantes.

Ademais, as obras contra as secas contribuíram, também, para o enriquecimento e reforço da oligarquia, por meio da compra de mantimentos vendidos por preços elevados – os fazendeiros eram comumente os comerciantes que forneciam os alimentos para as frentes de trabalho do DNOCS –, da inserção prioritária dos eleitores reais dos "coronéis" nas frentes de trabalho e pagamento de outros tantos trabalhadores fantasmas (OLIVEIRA, 1981).

> O quadro que prevaleceu até os anos 1950 foi de combinação destas débeis bases de reprodução do atraso interiorano fundado na manutenção da trilogia gado-algodão-agricultura de subsistência e impregnando a imagem de um espaço marcado pela obsolescência econômica, produtiva, social e política. Nas marcas principais está o apoderamento da ação governamental pelos grupos políticos decorrentes das oligarquias ligadas àquela trilogia (LIMA JÚNIOR, 2014, p.49).

Os dados dos primeiros Censos Econômicos realizados pelo IBGE no Estado do Ceará – em 1920, 1940 e 1950 – confirmam a permanência da estrutura arcaica na primeira metade do século XX. Nesse período houve não só um forte crescimento do número de estabelecimentos[135] e da área recenseada, mas também uma acentuação da concentração fundiária. Enquanto em 1920 existiam 16.223 estabelecimentos com área total de 5.649.677 hectares, em 1940 os números passaram para 93.382 estabelecimentos (desse total 212 não declararam área) com área total de 8.605.954 hectares e em 1950 o total de estabelecimentos caiu para 86.690 (desse total 06 não declararam área), mas a área total aumentou para 10.200.877 hectares (Tabela 33).

A redução do número de estabelecimentos e também da área total ocorreu nos grupos por área de menor dimensão – no caso aqueles com menos de 100 hectares –, enquanto no outro extremo – nos grupos por área com mais de 100 hectares – houve aumento tanto do número de estabelecimentos quanto da área total, sinalizando, portanto, para um aprofundamento da concentração fundiária que, conforme sugerem os dados, parece ter resultado da incorporação de minifúndios por latifúndios (Tabela 33).

[135] Segundo a definição contida nos Censos Econômicos do IBGE (1956, p.13), foi considerado estabelecimento "toda exploração agropecuária constituída de área contínua, de qualquer extensão, subordinada a uma única administração. Excluíram-se as explorações exclusivamente destinadas ao consumo doméstico".

Tabela 33 – Número de estabelecimentos agropecuários e área total dos estabelecimentos por grupos de área no Ceará – 1920/1950

Ano	Número de estabelecimentos e de área total (hectares – ha) x Grupos de área							
	Menos de 10 ha		10 a menos de 100 ha		100 a menos de 1.000 ha		1.000 ha e mais	
	Num. de estab. (Uni.)	Área dos estab. (ha)	Num. de estab. (Uni.)	Área dos estab. (ha)	Num. de estab. (Uni.)	Área dos estab. (ha)	Num. de estab. (Uni.)	Área dos estab. (ha)
1920	7.594 estab. / 288.023 área				7.534	2.452.158	1.095	2.909.496
1940	25.920	107.354	49.064	1.877.153	17.266	4.432.807	920	2.188.640
1950	19.607	92.810	46.870	1.836.995	18.832	4.900.862	1.375	3.370.210

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Econômico.

Apesar da redução quantitativa, os estabelecimentos com menos de 100 hectares continuaram a representar a maior parcela do total de estabelecimentos agropecuários no Ceará, pois enquanto em 1920 eles constituíam 46,81% do total de estabelecimentos existentes e detinham apenas 5,09% do total da área recenseada, em 1950 passaram a representar 76,67% dos estabelecimentos possuindo 18,90% da área total recenseada. No outro extremo, os estabelecimentos com 1.000 hectares ou mais eram 6,74% do total de estabelecimentos em 1920, mas detinham 51,49% da área recenseada, passando em 1950 a representar apenas 1,58% do total de estabelecimentos, detendo, entretanto, 33,03% da área total recenseada (Tabela 34). Esses dados indicam, portanto, a permanência da estrutura latifúndio-minifúndio no Ceará, no período em questão.

Tabela 34 – Percentual de Estabelecimentos e área dos estabelecimentos por grupos de área no Ceará – 1920/1950

Ano	Percentual dos estabelecimentos e área total x Grupos de área							
	Menos de 10 ha		10 a menos de 100 ha		100 a menos de 1.000 ha		1.000 ha e mais	
	Estab. - % do total geral	Área dos estab. - % do total geral	Estab. - % do total geral	Área dos estab. - % do total geral	Estab. - % do total geral	Área dos estab. - % do total geral	Estab. - % do total geral	Área dos estab. - % do total geral
1920	46,81 estab. / 5,09 área				46,44	43,40	6,74	51,49
1940	27,82	1,24	52,66	21,81	18,53	51,50	0,98	25,43
1950	22,61	0,90	54,06	18,00	21,72	48,04	1,58	33,03

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Econômico.

Os Censos Econômicos investigaram, também, – mediante metodologias diferentes – a condição legal das terras. Os dados de 1920 mostram que em relação ao sistema de exploração rural, o total de 16.223 estabelecimentos então existentes se distribuía da seguinte forma: 13.695 eram dirigidos por lavradores proprietários; 2.068 por administradores; e 460 por arrendatários,

mediante pagamento em dinheiro ou em produtos. Já em 1950 foi constatado que do total de 86.690 estabelecimentos: 78.575 constituíam terras próprias; 4.244 arrendadas; 2.820 ocupadas; 1.051 em condição mista (IBGE, 1920; IBGE, 1956). Ou seja, vê-se que enquanto a condição de proprietário aumentou um pouco mais de cinco vezes a de arrendatário aumentou quase dez vezes, sinalizando a manutenção da restrição no acesso à terra no Ceará nesse período, o que contribuirá para a formação do exército industrial de reserva.

Já os dados sobre a força de trabalho ocupada nos estabelecimentos agropecuários no Ceará em 1950 – isso não foi investigado em 1920 e os resultados colhidos em 1940 não permitem comparação em razão de diferenças metodológicas – mostram a permanência de relações de produção pré-capitalistas. Excluindo-se os parceiros, a força de trabalho ocupada totalizou 430.982 pessoas, sendo: 224.585 na condição de responsável e membros não remunerados da família – contados só os que ajudavam efetivamente nos trabalhos agropecuários; 206.397 na condição de empregados – trabalhadores cuja remuneração era total ou a maior parte em dinheiro –, dos quais 24.941 trabalhadores realizavam trabalho permanente e 181.456 trabalho temporário. Já os parceiros – pessoas subordinadas à administração do estabelecimento e que recebiam parte da produção obtida como remuneração – totalizaram 67.821 trabalhadores, sendo que 52.079 residiam no estabelecimento e 15.742 não residiam.

Somando-se os trabalhadores dessas diferentes condições tem-se em 1950, um total de 498.803 pessoas compondo a força de trabalho ocupada em atividades agropecuárias com objetivo comercial no Ceará. Esse quantitativo representava 24,74% da população rural cearense no período – contabilizada em 2.015.846 pessoas, segundo dados do Censo Demográfico de 1950[136]. Vale ressaltar que a população cearense, composta então por 2.695.450 habitantes, vivia majoritariamente na zona rural (74,79%), enquanto apenas 679.604 (25,21% do total) viviam na zona urbana.

Quanto ao uso da terra, os dados dos Censos Econômicos referente a 1950 – não foram localizados esses dados para 1920 e 1940 – mostram que do total de 86.690 estabelecimentos: 43.680 exploravam a agricultura, sendo essa a atividade desenvolvida em 57,64% dos estabelecimentos com menos de 100 hectares; 5.388 exploravam a pecuária; 32.300 se destinavam à agropecuária; 641 eram para invernadas e campos de engorda; e 3.729 realizavam outra modalidade de exploração (Tabela 35).

[136] Esse foi o primeiro censo demográfico no Brasil a apresentar dados sobre a situação do domicílio (urbano ou rural).

Tabela 35 – Número de estabelecimentos agropecuários e área total dos estabelecimentos por atividade explorada e grupos de área no Ceará – 1950

Atividade	Número de estabelecimentos e de área total (hectares – ha) x Grupos de área							
	Menos de 10 ha		10 a menos de 100 ha		100 a menos de 1.000 ha		1.000 ha e mais	
	Num. de estab. (Uni.)	Área dos estab. (ha)	Num. de estab. (Uni.)	Área dos estab. (ha)	Num. de estab. (Uni.)	Área dos estab. (ha)	Num. de estab. (Uni.)	Área dos estab. (ha)
Agricultura	14.262	66.398	23.557	821.841	5.628	1.364.700	232	482.155
Pecuária	304	1.485	1.774	86.036	2.808	938.508	500	1.327.440
Agropecuária	2.673	14.881	19.109	848.372	9.897	2.479.105	619	1.507.691
Invernadas e campos de engorda	172	878	348	13.018	111	30.276	10	20.837
Outra modalidade de exploração	1.768	7.665	1.635	51.243	313	69.958	12	25.033

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Econômico.

Em razão desse contexto, marcado tanto pela ausência de programa governamental para estímulo à industrialização quanto pelo caráter primário-exportador exclusivista de sua economia, é que o Ceará, bem como o restante do Nordeste, ficou de fora dos primeiros movimentos da classe industrial brasileira, os quais, ocorridos no período de 1880 até 1930, se restringiram aos capitalistas do Centro-Sul, sobretudo de São Paulo e Rio de Janeiro (SAMPAIO FILHO, 1985).

A industrialização brasileira, conforme já discutido, desencadeou uma redefinição da divisão regional do trabalho no país, impactando de forma distinta as regiões, os setores econômicos e as classes sociais. Os detentores de maior vitalidade ajustaram-se às relações puramente capitalistas de mercantilização da força de trabalho e da reprodução social, ao passo que outras regiões, setores econômicos e classes sociais ficaram isoladas dessa tendência, convertendo-se nos focos internos de dependência e subdesenvolvimento (FERNADES, 1975).

A moderna e ampla base industrial tendeu a se concentrar no Sudeste, especialmente em São Paulo que comandou o movimento de integração do mercado nacional, forjando "*uma divisão regional do trabalho nacional,* em substituição ao "arquipélago" de economias regionais até então existentes, determinadas sobretudo pelas suas relações com o exterior" (OLIVEIRA, 1981, p.74). Já no Nordeste, as atividades econômicas de circularidades específicas não conseguiam competir com as mercadorias oriundas do Centro-Sul, ocasionando a destruição dos capitais existentes. À essa região, foi designado o papel de, por um lado, ser sistematicamente a reserva do exército industrial de reserva e por outro, fonte de capital a ser drenado, tornando ainda mais inviável à reprodução do capital na região.

No caso do Ceará, a indústria desenvolvida em fins do século XIX – que já enfrentava vários obstáculos como a falta de um bom porto em Fortaleza, a escassez de energia elétrica, o reduzido e pobre mercado consumidor (FARIAS, 2012) – foi desaparecendo. Um dos fatores para isso foi a concorrência de outros estados, pois, em virtude da geada de 1818, a região Centro-Sul precisou diversificar a sua produção agrícola, lançando-se, principalmente, na produção do algodão, cujos produtos fabricados em melhores condições e contando com o melhoramento das vias de transportes interestaduais, tiveram seu poder de competição reforçado.

Outro fator foi a falta de capital de giro. Mas, não pode ser desconsiderado o obsoletismo engendrado pelas guerras mundiais que inviabilizaram a importação de maquinário e a quebra das "barreiras alfandegárias" entre os Estados – fim do imposto estadual sobre as importações oriundas de quaisquer outros Estados –, que se fez acompanhada pela instituição do Imposto de Consumo sobre todas as mercadorias produzidas no país e pela abolição da capacidade que cada Estado detinha de legislar sobre comércio exterior (OLIVEIRA, 1981; SAMPAIO FILHO, 1985; NOBRE, 2001).

> A imbricação Estado-burguesia industrial da "região" Sul, agora não mais uma dentre outras "regiões", mas o centro capitalista nacional "par excellence", é mais que evidente nessa etapa; não se trata de nenhuma conclusão "a posteriori". Tal evidência surgiu não apenas na criação dos mecanismos político-institucionais, que davam as condições para viabilizar a imposição do equivalente geral da economia industrial ao conjunto do país, mas na ação suplementar que, como Estado em sentido restrito imprimia a seus gastos: estradas de rodagem que tornavam fisicamente possível a circulação nacional das mercadorias produzidas no Centro-Sul é, ou foi, ao lado da quebra das "barreiras alfandegárias" entre os Estados, um outro fator que reforçou o poder de competição das mercadorias produzidas no Centro-Sul, *vis-a-vis* àquelas produzidas nas outras "regiões" (OLIVEIRA, 1981, p.75).

Nobre (2001) aponta que no decênio de 1941-1950 era notório o empobrecimento do Ceará e que as relações comerciais, conforme explicitado acima, constituíam um dos fatores determinantes para isso. Segundo ele, ao invés de converter as necessidades da população cearense – então atendidas por produtos de outras regiões ou países – em oportunidades empresariais – dados do IBGE referentes à década de 1950, mostram a pouca diversidade da indústria de transformação cearense, pois mais de 60% dessa era composta por empresas dos setores tradicionais como têxtil, alimentos, vestuário/calçados, couros e peles (ver Tabela 36) –, o poder público, sem um projeto de desenvolvimento industrial definido, optou por apostar no assistencialismo e em atividades improdutivas que desembocariam numa acentuada burocracia estatal.

Tabela 36 – Número de empresas e trabalhadores ocupados por gêneros da indústria de transformação no Ceará em 1950

CLASSE E GÊNEROS	1950	
	Nº de empresas	Nº de trabalhadores ocupados
Indústria de transformação	2.505	14.809
Minerais não-metálicos	433	2.075
Metalurgia	23	164
Mecânica	15	136
Material elétrico e de comunicação	-	-
Material de transporte	07	78
Madeira	46	353
Mobiliário	28	102
Papel e papelão	04	18
Borracha	-	-
Couros e peles	54	341
Química e farmacêutica	62	1.517
Têxtil	190	4.811
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	166	881
Produtos alimentares	1.268	2.972
Bebidas	104	606
Fumo	07	152
Editorial e gráfica	50	405
Diversas	48	198

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Econômico.

Ademais, Nobre (2001) relata que muitas fábricas então existentes processavam matéria-prima importada, em razão da dificuldade de suprimento por produtores locais, ocasionada tanto pelo fato dos trabalhadores se concentrarem em atividades extrativas – essas proporcionavam maior renda, pois estavam relacionadas à exportação – quanto pelo deslocamento de milhares de homens válidos, mais uma vez, para a Amazônia em 1943-1945, quando ocorreu um novo ciclo de extração da borracha.

Farias (2012) explicita que a emigração de cearenses – e demais nordestinos – iniciada em fins do século XIX, aumentou extraordinariamente já a partir de 1930. Por trás disso, causas – ainda que sob nova roupagem – já conhecidas, a saber: a demanda do capital por força de trabalho, expressa na industrialização e expansão do setor de serviços nos centros urbanos do Centro-Sul, na abertura de novas frentes agrícolas no Paraná e no Centro-Oeste, bem como no, já referido, novo ciclo da borracha; e a ocorrência de grandes secas na primeira metade do século XX[137].

Vale mencionar que na seca de 1932, tratada pelo governo de Vargas como uma questão nacional, antigas medidas foram novamente aplicadas – as frentes de trabalho, dessa vez

[137] Considerando-se o período do início da colonização até o século XX, só nas primeiras décadas desse último ocorreram três (03) das quatro grandes manifestações desse fenômeno climático desastroso, a saber: em 1877, 1900, 1915, 1932 (LIMA JÚNIOR, 2014).

lideradas pelo IFOCS, como já discutido, e o custeio de passagens de sertanejos para o sul e o norte do país, sinalizando não só para a articulação entre capital e Estado, mas também para o uso da seca como estratégia de mobilização do sertanejo como força de trabalho – e novas medidas foram adotadas, destacando-se a construção dos Campos de Concentração[138] que visavam evitar que os sertanejos migrassem para grandes cidades do estado, sobretudo, para Fortaleza, bem como que, caso nela chegassem, não perturbassem a população das áreas nobres (FARIAS, 2012).

O censo de 1950 revelou que cerca de 10% da população do Ceará tinha emigrado para fora do estado (FACÓ, 1980 *apud* FARIAS, 2012). Ademais, considerando que a população rural nordestina se dirigiu não só para o Centro-Sul, mas para os próprios centros urbanos do nordeste, Fortaleza, no decênio 1940-50, ampliou em 62% sua população – dos 180 mil habitantes em 1940 passou para 270 mil em 1950. Esses dados corroboram, portanto, a tese de Oliveira (1981), revelando que o Ceará – assim como o restante do Nordeste – desempenha dentro da nova divisão regional do trabalho advinda com o processo de industrialização nacional, o papel tanto de reserva do exército industrial de reserva quanto de fonte de capital a ser drenado.

Se a hegemonia do Centro-Sul sobre a burguesia industrial do Nordeste se iniciou pela troca de mercadorias – produzidas com um nível maior de produtividade do trabalho, elas estabelecem um novo equivalente geral que passa a definir toda a estrutura produtiva –, Oliveira (1981) ressalta que apenas a invasão dessas no espaço nordestino não foi suficiente para impor essa nova forma de circularidade do capital. Isso porque a produtividade do trabalho só se traduz em taxa elevada de mais-valor quando incide sobre os bens necessários à reprodução da força de trabalho – para isso é preciso, conforme visto no primeiro capítulo, que essa já tenha se tornado uma mercadoria e que, portanto, sua reprodução ocorra mediante o consumo de outras mercadorias (MARINI, 1973) –, barateando-os e, consequentemente, reduzindo o valor real dessa. No caso do Ceará – e demais espaços do Nordeste –, a nova forma de circularidade do

[138] Como eram chamados os acampamentos murados ou cercados de arame farpado e vigiados, nos quais os sertanejos migrantes eram aglomerados e não podiam sair sem autorização governamental. Essa experiência tinha sido testada na seca de 1915 nos arredores de Fortaleza e foi ampliada na seca de 1932, tendo sido construídos em sete (07) áreas do Ceará, estrategicamente próximas de estação ferroviária para evitar a migração de trem para a capital, sendo essas: em Buriti (distrito do Crato), Patu (atual município de Senador Pompeu), Cariús (São Mateus), Ipu, Quixeramobim e nos bairros pobres de Fortaleza – Pirambu e Otávio Bonfim. Esse fato histórico revela a violência da contenção de trabalhadores empobrecidos, ajuda a entender a formação das primeiras grandes favelas da capital (FARIAS, 2012) e demonstra ainda a brutalidade do processo de viabilização da sociedade mercantil no capitalismo dependente, sugerindo elucidação da articulação da coerção e do fascismo, como de resto ocorreu nas *Casas Inglesas* que impediram a livre circulação de pobres na Inglaterra no início da acumulação primitiva.

capital esbarrava em relações de produção pré-capitalistas, nas quais a força de trabalho produzia seus próprios meios de reprodução.

> Essas diferenças fazem parte do que aqui se está chamando "especificidades" regionais, ou "regiões": enquanto ocorre no Centro-Sul esse desdobramento e aprofundamento da força-de-trabalho como mercadoria, no Nordeste açucareiro-têxtil essa nova circularidade vê-se embotada pelo fato de que a forma do capital ali predominante acha-se empatada pelas formas não-capitalistas de reprodução da própria força-de-trabalho. A ruptura da "região" açucareira-têxtil, porém, no sentido de sua invasão pelas mercadorias do Centro-Sul e, portanto, da imposição da nova forma de circularidade do capital que se projeta e introjeta na própria mercadoria força-de-trabalho, não se dá automaticamente; isto é, a troca de mercadorias, mesmo quando, uma delas contém composição orgânica do capital superior, é insuficiente: as classes sociais hegemônicas no espaço de uma "região" – e essa hegemonia faz parte ela mesma do conceito de "região" – dispõem de defesas *para além* da inferioridade da produtividade da sua força-de-trabalho (OLIVEIRA, 1981, p.65)

Por trás da reprodução dessas relações de produção pré-capitalistas no Ceará estava, conforme já explicitado, uma estrutura arcaica sustentada na concentração da terra e dos poderes políticos e econômicos pelos “coronéis”. Assim, para completar a ruptura – já iniciada com a invasão das mercadorias do Centro-Sul no território nordestino – da forma de reprodução do capital vigente no Ceará – e demais espaços do Nordeste – e integrar a região no mercado nacional fazia-se necessária “a quebra da hegemonia política das classes dominantes locais” (OLIVEIRA, 1981, p.66), o que ocorreria depois de 1950, sobretudo por meio da ação do governo federal via SUDENE.

Esse período demarcado pelo intervencionismo institucional da SUDENE e de outros órgãos federais e estaduais, com foco na promoção da industrialização e da integração nacional, constituiu, segundo autores que pesquisam o tema, a segunda fase da industrialização do Ceará, a qual se estendeu de meados da década de 1950 a meados da década de 1980 (LIMA JÚNIOR, 2014), analisado seguidamente, em traços largos fundamentais.

3.4 **O processo de integração produtiva do Ceará na economia nacional por meio da ação da SUDENE e do Estado desenvolvimentista e das oligarquias agrárias**

O Ceará, no início da segunda metade do século XX, permanecia com uma estrutura socioeconômica marcada pela concentração da terra e da renda e por uma economia pouco dinâmica que, centrada no modelo agroexportador, sofria com os impactos das secas recorrentes e com as oscilações do mercado internacional e nacional. Os dados levantados por Farias (2012) acerca do PIB cearense em 1960 são ilustrativos, pois enquanto a agropecuária – principalmente

com o plantio e venda do algodão – respondia por 45% da riqueza total produzida no estado, a atividade industrial participava com apenas 8%.

> O Ceará sempre foi uma região de economia pouco dinâmica e periférica no Brasil. Estado pobre, distante dos grandes centros mundiais do capitalismo, sujeito a secas periódicas e de solos ruins (pouco férteis e desgastados pela erosão, uso contínuo e falta de investimentos), apresentava uma estrutura latifundiária intocada e uma elevada concentração de renda, o que diminuía por demais o mercado consumidor interno. Sua economia no início dos anos 1960 continuava frágil, baseada no comércio, na produção agropastoril, na lavoura de subsistência e nas atividades extrativistas, sujeita aos efeitos das estiagens e às variações do mercado internacional/nacional (...) (FARIAS, 2012, p.388-389).

Enquanto isso, na região Centro-Sul do Brasil ocorria a aceleração do processo de industrialização, a partir de 1930, com o padrão nacional-desenvolvimentista, mediante forte intervenção estatal e tendo como horizonte a integração no mercado internacional. A partir do final dos anos de 1960 até 1985, iniciam-se ações governamentais para desconcentração da atividade industrial por meio de uma política regional ativa – no Nordeste viabilizada pela criação da SUDENE em 1959 – voltada para a promoção do desenvolvimento fora da Região Metropolitana de São Paulo, mas de forma integrada e complementar a ela (ABDAL, 2017).

A razão para isso – conforme já exposto no capítulo anterior – está para Ianni (2004), no fato de que, dentre outros processos, a expansão urbano-industrial e a migração interna recolocaram o problema do desenvolvimento desigual e combinado, o qual passou a compor as preocupações dos governantes interessados na eliminação ou redução das desigualdades e descontinuidades entre setores diversos e/ou subsistemas nacionais. Já para Oliveira (1981) foi a exacerbação do conflito de classes no Nordeste, o qual tem a aparência de conflitos ou desequilíbrios regionais, que resultou na criação da SUDENE, enquanto intervenção planejada do Estado para destruir de forma acelerada a economia nordestina, no contexto de integração nacional mais amplo.

No caso do Ceará, a predominância do ideário desenvolvimentista produziu reflexos antes mesmo da intervenção da SUDENE nesse território. O período da redemocratização – que se estendeu de 1945, quando ocorreu a queda do Estado Novo varguista, até 1964 – foi marcado, por um lado, pelo surgimento de lideranças afinadas com a ideologia desenvolvimentista, dentre

os quais estão Virgílio Távora[139] e Carlos Jereissati[140] (GARCIA FILHO; SAMPAIO, 2014). E por outro lado, pelas iniciativas federais e estaduais que, já na metade da década de 1950, iniciam o estabelecimento de instituições de caráter técnico-científico-burocrático para atuar sobre as questões referentes ao desenvolvimento econômico do estado. As ações do governo estadual somadas à ação da SUDENE criarão, conforme será visto, uma poderosa estrutura para a industrialização do Ceará (MACEDO; LIMA JÚNIOR; MORAIS, 2012), confirmando o papel do Estado na viabilização das condições da produção.

Além da SUDENE, esses autores destacam as seguintes ações do governo federal na década de 1950: criação do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), entre 1952 e 1954, mas só instalado em 1954, com sede em Fortaleza; a criação da Universidade do Ceará, depois Universidade Federal do Ceará (UFC), também em 1954; e a transferência da sede do DNOCS do Rio de Janeiro para o Ceará em 1961. Essas instituições, segundo Farias (2012), foram decisivas para a efetiva industrialização do Ceará, dados os investimentos – as tradicionais oligarquias, especificamente a burguesia local, como outras burguesias do país, não tinham capital para financiar a industrialização tardia do estado – e o apoio técnico – prepararam não só projetos e estudos, mas igualmente um grupo de técnicos que seriam aproveitados nas gestões estaduais – ofertados.

Quanto à ação do governo estadual no período, se destacam: a implantação do Conselho Estadual de Economia em 1954; a criação do Banco do Estado do Ceará (BEC) em 1962, visando executar as operações bancárias necessárias aos programas de investimentos, e com isso, diminuir os problemas da ausência de um mercado local de capitais (LIMA JÚNIOR, 2014; MACEDO; LIMA JÚNIOR; MORAIS, 2012). Ademais, segundo esses autores, novas instituições, bem como planos e programas visando fomentar a industrialização do Ceará seriam criados a partir de 1963, quando se desencadeia a preocupação com a atração de indústrias para o estado.

---

[139] Militar de carreira e filho do Senador Fernandes Távora, herdou o comando de um tradicional grupo oligárquico – com sustentação na região sul cearense – da União Democrática Nacional (UDN), vindo a exercer, dentre outras atividades políticas, o mandato de deputado federal (1951-59 e 1967-71), de governador do Ceará (1963-66 e 1979-82) e de senador (1971-79 e 1983-88) (FARIAS, 2012).

[140] Liderança de enorme prestígio econômico e político no Ceará, nascido nesse estado em 1916, mas de origem libanesa – era filho de Aziz Kali (comerciante libanês) e de Maria José Boutala Jereissati. Assumiu os negócios (comércio de bacalhau e tecidos) de sua família, ampliando as atividades empresariais para os setores industriais, agrícolas e imobiliários. Ganhou projeção nacional com metalúrgicas, hotéis e shoppings center. Sua entrada na política ocorreu no ano de 1949, sendo presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Foi eleito deputado federal durante dois mandatos consecutivos (1955-1962) e depois senador em 1962, mas faleceu no ano seguinte (COSTA, 2015).

É nessa época que se inicia o período conhecido como "governos dos coronéis"[141], cuja permanência se estendeu até meados da década de 1980. A política cearense passa a ser compartilhada por três grupos oligárquicos[142] liderados pelos coronéis do Exército Virgílio Távora (1963-66 e 1979-82), César Cals[143] (1971-74) e Adauto Bezerra[144] (1975-78). O Estado ocupado e dirigido de modo oligarquizado manteve, nesse período, suas características – fragilidade estrutural das oligarquias dirigentes, interdependência entre poder central e poder local –, de forma que o seu controle foi revezado entre os coronéis – nenhum deles tinha força para hegemonizar o poder, tendo sido estabelecida uma espécie de pacto, chamado pelos historiadores de "Acordo dos Coronéis" – e sustentou-se no apoio recebido dos "coronéis" dos sertões e, sobretudo, da ditadura civil-militar entre 1964 e 1985 (FARIAS, 2012).

Segundo o autor, ao mesmo tempo em que as gestões dos coronéis se basearam nesses padrões políticos conservadores – o que implicava reproduzir a estrutura que os sustentava, ou seja, manter a concentração fundiária, bem como a profunda desigualdade social –, paradoxalmente, guiados pelas ideias desenvolvimentistas, eles realizaram grandes projetos estruturantes que contribuíram para mudar o perfil econômico cearense. Produzia-se, assim, uma modernização conservadora ou, como sugere Lima Júnior (2014), uma "modernização de superfície" na qual as mudanças voltadas para o desenvolvimento do estado ocorriam associadas a velhas estruturas de poder que ditavam o grau de profundidade e o ritmo do processo de modernização.

---

[141] Não se trata dos "coronéis" dos sertões – esses, conforme exposto, foram senhores de terra que receberam do governo central da colônia, no período imperial, prerrogativas de justiça e militar, sendo nomeados coronéis da Guarda Nacional –, mas de militares de carreira – no posto de coronéis do Exército – que exerceram o controle político do estado no contexto da ditadura civil-militar. Contudo, vale frisar que esses coronéis, conforme será explicitado, tinham ligações intrínsecas – tinham nelas suas origens e/ou mantinham articulação direta – com as tradicionais oligarquias cearenses, os "coronéis". De tal forma que esse poder local e o poder central constituíram as bases de sustentação dos "governos dos coronéis".

[142] Farias (2012) aponta que apesar da reorganização dos grupos políticos cearenses – a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) reuniu políticos oriundos dos agora extintos União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Democrático (PSD), além de outros dos antigos Partido Social Progressista (PSP) e até do PTB, enquanto a oposição, organizada no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), era composta por uma ala do PSD e quase a totalidade do PTB –, ocorrida em 1965 com a criação do bipartidarismo via Ato Institucional Nº2 (AI-2), formaram-se dentro da ARENA – CE três facções políticas lideradas pelos coronéis, ambicionando o controle do Estado. Conforme ainda será detalhado, eles iriam se revezar no poder e para mantê-lo chegariam, até mesmo, a estabelecer acordo sobre a sucessão do governo estadual em 1982, quando ocorreria a primeira eleição direta para governador do estado desde o início da ditadura.

[143] Militar de carreira e político que, dentre outros cargos, foi governador do Ceará (1971-74) e senador (1979-87) (FARIAS, 2012).

[144] Militar de carreira afastou-se dessa atividade para se dedicar aos negócios de sua família – era filho de tradicionais proprietários de terras em Juazeiro do Norte –, tendo conseguido com seu irmão, tornarem-se os maiores produtores, beneficiadores e financiadores do algodão no Ceará. Na política foi deputado estadual (entre 1959-70), deputado federal (1971-74 e 1979-83), governador (1975-78) e vice-governador do Ceará (1983-87) (FARIAS, 2012).

> Partindo do pressuposto de que não há divórcio entre a política e a economia, os personagens políticos que protagonizaram estes movimentos inserem-se no contexto também da transformação conservadora ocorrido em âmbito nacional. Os líderes estaduais que conduziram as medidas de promoção do desenvolvimento durante este período reuniam características de certo modo contraditórias que se constituiu em base de aliança local ao quadro político predominante tanto na vigência do nacional desenvolvimentismo de caráter populista quanto sob o regime militar. (...) as figuras de Virgílio Távora, Plácido Aderaldo Castelo, César Cals e Adauto Bezerra, numa espécie de extensão do desenvolvimentismo ao Ceará, promoviam uma "modernização de superfície" visto que fundavam-se nas velhas estruturas de poder tradicional cujos instrumentos de reprodução eram o voto de cabresto que reportavam aos currais eleitorais não somente no sertão semiárido mas também na capital do estado. (...) através do exercício deste poder, objetivava-se o domínio sobre os grau de profundidade e os ritmos seguidos pelo processo de modernização que se pretendiam conduzir (LIMA JÚNIOR, 2014, p.55-56).

Na primeira gestão de Virgílio Távora (1963-66) foram promovidos os alicerces do processo efetivo de industrialização do Ceará que, de um modo geral, manteve-se centrado no setor tradicional – indústrias têxteis e de vestuário, óleos vegetais, calçados e artefatos têxteis (ver Tabela 37). Seu I Plano de Metas Governamentais (PLAMEG I) estabeleceu medidas de natureza econômica e administrativa a serem executadas pelo Estado, com foco, sobretudo, na industrialização (FARIAS, 2012).

Tabela 37 – Número e percentual de estabelecimentos e pessoal ocupado por gêneros da indústria de transformação no Ceará – 1960-1970 (continua)

CLASSE E GÊNEROS	1960		1970	
	Nº de empresas	Nº de trabalhadores ocupados	Nº de empresas	Nº de trabalhadores ocupados
Indústria de transformação	2.169	19.328	3.890	38.165
Minerais não-metálicos	509	3.034	826	5.539
Metalurgia	25	505	196	2.398
Mecânica	13	151	89	453
Material elétrico e de comunicação	01	83	49	437
Material de transporte	03	17	40	315
Madeira	74	524	209	1.049
Mobiliário	112	473	326	1.393
Papel e papelão	01	06	06	-
Borracha	03	10	15	121
Couros e peles e produtos similares	44	274	74	298
Química	41	1.396	91	2.006
Produtos farmacêuticos e veterinários	10	170	08	143
Perfumaria, sabões e velas	21	542	21	182
Produtos de matérias plásticas	-	-	07	-
Têxtil	140	5.227	159	5.485
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	210	1.223	152	2.619
Produtos alimentares	787	3.954	1.332	12.369
Bebidas	46	404	124	1.508

Tabela 37 – Número e percentual de estabelecimentos e pessoal ocupado por gêneros da indústria de transformação no Ceará – 1960-1970 (conclusão)

CLASSE E GÊNEROS	1960		1970	
	Nº de empresas	Nº de trabalhadores ocupados	Nº de empresas	Nº de trabalhadores ocupados
Fumo	10	319	09	-
Editorial e gráfica	46	663	68	1.100
Diversas	73	353	89	365

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – VIII Recenseamento Geral.

Dentre as referidas medidas de estímulo à industrialização, destacaram-se: a realização de obras de infraestrutura (energia elétrica, transportes e comunicações); a oferta de financiamento à burguesia local; as isenções fiscais às indústrias do Centro-Sul; a criação do I Distrito Industrial em Maracanaú – região metropolitana de Fortaleza; a criação de órgãos e empresas estatais – a Superintendência de Desenvolvimento do Ceará (SUDEC), a Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODEC) e a Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN) – voltadas para a promoção do desenvolvimento industrial, atuando, de forma articulada às ações federais, no planejamento e na execução das metas estabelecidas (FARIAS, 2012; MACEDO; LIMA JÚNIOR; MORAIS, 2012).

O PLAMEG I, segundo Farias (2012), alcançou grande êxito, propiciando a elevação da renda do estado, embora não a sua desconcentração. Mas para isso foram fundamentais as verbas e o apoio técnico dos órgãos federais já referidos e, também, de instituições e programas internacionais. Sobre esse último fato, vale relembrar que a entrada de capitais externos no Brasil foi facilitada a partir da segunda metade da década de 1950 – nesse período o país iniciava sua etapa de produção dos meios de produção e apresentava poupanças internas insuficientes – , de forma que a industrialização que nasceu do capital interno, fazendo relativa oposição ao imperialismo, passou a ser controlada do exterior (IANNI, 2004). O propósito da *Guerra Fria* e as exigências do valor orientavam política e economicamente o expansionismo fordista do capital e,

> Para tanto, Távora contaria também com verbas e apoio técnico de instituições e programas internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Aliança Para o Progresso (programa de ajuda econômica do governo norte-americano visando a barrar o avanço das esquerdas latinas), afora os já referidos órgãos federais, especialmente da Sudene e do BNB. Tais entidades foram responsáveis pela liberação de capitais, por incentivos fiscais em benefício do Ceará, pela formulação de diagnósticos, pela elaboração e condução dos projetos para as obras de infraestrutura (FARIAS, 2012, p.390).

No que se refere às verbas federais, especificamente da SUDENE, destinadas ao Ceará no período dos "governos dos coronéis", Lima Júnior (2014) aponta que apesar do estado ter ficado em terceiro lugar – atrás da Bahia e de Pernambuco – quanto ao recebimento de investimentos por meio do sistema de incentivos (ver Tabela 38), esses ocorreram em níveis mais marginais, em comparação com os referidos estados, e numa etapa posterior – somente na década de 1970, com a implantação do III Polo Industrial do Nordeste no Ceará é que os efeitos dos investimentos serão mais observados.

Tabela 38 – Projetos aprovados pela SUDENE por unidade federada – 1960-1984 (1)

ESTADOS	Nº DE PROJETOS	INVESTIMENTO TOTAL		EMPREGOS DIRETOS
		VALOR (R$)	%	
Alagoas	65	828.756	3,4	12.822
Bahia	447	8.910.817	37,3	104.538
Ceará	384	2.102.242	8,8	70.336
Maranhão	123	1.884.377	7,8	16.158
Paraíba	291	1.169.435	4,9	36.494
Pernambuco	523	4.369.174	18,2	121.076
Piauí	122	894.894	3,7	13.454
Rio Grande do Norte	134	1.344.668	5,6	34.143
Sergipe	61	839.061	3,5	13.322
TOTAL	2.150	22.343.424	93,2	422.343

Fonte: Sampaio Filho, 1985.

(1) Estão excluídos os projetos aprovados para o norte de Minas Gerais e Espírito Santo, também áreas de atuação da SUDENE.

Segundo Lima Júnior (2014), Bahia e Pernambuco foram os estados que primeiro receberam investimentos e em maior quantidade porque, em virtude da estrutura produtiva preexistente ligada à agroexportação, apresentavam melhores condições para efetivarem sua integração ao mercado nacional. No caso do Ceará, sua inserção tardia na economia nacional seria consequência da integração subordinada às economias regionais maiores no passado e também da pouca diversificação da estrutura econômica precedente.

As deficiências infraestruturais – no suprimento de energia elétrica para uso industrial e na infraestrutura portuária, rodoviária e de comunicações para o escoamento da produção – e a ausência de investimentos de vulto por parte do Governo Federal, por sua vez, segundo Sampaio (1985), estão entre as razões para o Ceará ter despertado pouco interesse do capital internacional e do Centro-Sul. Para isso também contribuíram, segundo o autor: a falta de medida substantiva para modificar a realidade estadual, então marcada por secas periódicas e indicadores sociais característicos das áreas mais pobres do planeta; a indisponibilidade de outras economias externas – expressa, por exemplo, na inexistência de matérias-primas em

escala industrial, com exceção do algodão arbório; o mercado interno de proporções reduzidas; e a distância entre os centros supridores de insumos e os centros consumidores.

Em razão do pouco interesse do grande capital pelo Ceará – apenas na Bahia predominou capital externo (PEREIRA JÚNIOR, 2003) –, a massa de capital, predominantemente mercantil, da burguesia local ligada às atividades tradicionais, que impunham obstáculos ao desenvolvimento pleno das forças produtivas, passa a ser vista como alternativa para promover a industrialização cearense, mediante sua modernização via recursos públicos. Com isso, os investimentos da SUDENE e dos governos estaduais passam a induzir a formação de uma conduta empresarial *moderna* que, conforme será visto, terá desdobramentos no âmbito político, contestando relativamente à hegemonia da típica oligarquia agropecuária local (LIMA JÚNIOR, 2014).

> Nessa conjuntura, persistia cada vez mais o fortalecimento econômico e político de uma emergente classe empresarial, influente junto aos governantes, beneficiada por eles, mas que, efetivamente, não apresentava o controle do Estado em mãos. As oligarquias tradicionais ainda mandavam (FARIAS, 2012, p.405).

A modernização conservadora, iniciada na primeira gestão de Virgílio Távora à frente do governo do estado, segundo mostram os estudos de Lima Júnior (2014) e Farias (2012), foi mantida pelos governantes seguintes, no período de 1967 a 1978 (ver Anexo A). Em paralelo às ações do Estado ocupado oligarquicamente – dentre as quais estão o clientelismo, o fisiologismo, a corrupção e o autoritarismo – eram executados planos e programas que, voltados para o desenvolvimento econômico do estado via industrialização, demarcavam a transição do modelo agroexportador para outro centralizado na indústria e nos serviços, com uma população cada vez mais urbana.

> Curiosamente, representando, vindo ou estando ligados às tradicionais oligarquias cearenses, os governos dos coronéis, com apoio da ditadura prosseguiram com a modernização conservadora do Ceará, iniciada nos anos de 1960 por Virgílio Távora. No período (...) continuaram os planejamentos governamentais, os investimentos do Estado em obras de infraestrutura e a concessão de incentivos à burguesia local e nacional no sentido de fomentar a industrialização cearense. Analisados sob esse ângulo, os coronéis apresentaram-se como uma amálgama de "modernidade" e tradição, visto que as práticas de clientelismo, fisiologismo, corrupção, autoritarismo, repressão aos movimentos populares, etc. continuavam acontecendo como antes, ao mesmo tempo em que realizavam grandes projetos estruturantes/capitalistas no Estado, intensificando a transição de um modelo socioeconômico eminentemente agrário para outro com população cada vez mais urbana e economia voltada, principalmente, para a indústria e os serviços (FARIAS, 2012, p.405).

Dados do IPEA mostram os efeitos da modernização conservadora, centrada no desenvolvimento econômico via industrialização, sobre o PIB do estado. Vê-se que as ações desenvolvidas nos "governos dos coronéis", de fato, demarcaram a transição do modelo agroexportador para outro centralizado na indústria e nos serviços (Tabela 39). A indústria aumentou substancialmente sua participação no PIB na passagem da década de 1960 para 1970, enquanto a agropecuária apresentou oscilações que culminarão com a perda de sua posição para a indústria na década seguinte, quando os efeitos dos investimentos realizados – em especial com a instalação do III Polo Industrial do Nordeste no Ceará em 1978 – serão mais observados.

Tabela 39 – PIB do Ceará segundo valor adicionado por cada setor econômico – 1950/1980 (1)

Setor econômico	Ano x valor (R$) (1)							
	1950	% do total	1960	% do total	1970	% do total	1980	% do total
Total	1.632.196,61	100	2.671.018,73	100	4.108.918,46	100	11.697.578,97	100
Agropecuária	806.970,58	49,4	1.092.924,73	40,9	780.960,74	19,0	1.797.148,09	15,4
Indústria	102.105,13	6,3	212.523,23	8,0	681.565,74	16,6	3.434.646,41	29,4
Serviços	723.120,90	44,3	1.365.570,77	51,1	2.646.391,98	64,4	6.465.784,47	55,3

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IPEA.

(1) valor adicionado - preços básicos - a preços do ano 2000.

Concomitante ao processo de industrialização do Ceará ocorre uma intensificação do movimento de migração do campo para a cidade no período entre as décadas de 1950 e 1980, o qual culminará na predominância da população urbana sobre a população rural, embora essa ainda tenha apresentado, no final do referido período, um alto percentual (46,52%) na composição da população cearense (Tabela 40).

Tabela 40 – População residente no Ceará por situação do domicílio – 1950/1980

Situação do domicílio	Ano x Variável							
	1950		1960		1970		1980	
	Pop. (Pessoas)	Pop. - % do total geral	Pop. (Pessoas)	Pop. - % do total geral	Pop. (Pessoas)	Pop. - % do total geral	Pop. (Pessoas)	Pop. - % do total geral
Total	2.695.450	100	3.337.856	100	4.491.590	100	5.380.432	100
Urbana	679.604	25,21	1.124.829	33,7	1.811.202	40,32	2.877.555	53,48
Rural	2.015.846	74,79	2.213.027	66,3	2.680.388	59,68	2.502.877	46,52

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico.

Além da industrialização, contribuiu para o fenômeno em questão a seca ocorrida entre 1979-84, segundo Farias (2012) a mais longa do século XX, cujo enfrentamento por parte do governo envolveu as mesmas medidas aplicadas em anos anteriores, dentre as quais a criação de frentes de trabalho. Ademais, acredita-se que a manutenção da concentração fundiária no Ceará, em todo o período dos governos dos coronéis, também contribuiu para a acentuação do fenômeno da migração.

Em 1960 os estabelecimentos com menos de 100 ha respondiam por 82,09% do total de estabelecimentos e por apenas 23,85% do total da área, enquanto aqueles com mais de 100 ha somavam apenas 17,89% do total de estabelecimentos e abarcavam 76,13% da área total. Em 1985, próximo do final do referido período típico oligárquico, enquanto os estabelecimentos com menos de 100ha respondiam por 93,25% do total e apenas 34,58% da área total, os estabelecimentos com mais de 100ha eram apenas 6,71% do total, mas detinham 65,42% da área total (Tabela 41). Confirma-se, assim, a simbiose entre concentração fundiária e industrialização na experiência do Ceará.

Tabela 41 – Percentual de Estabelecimentos e área dos estabelecimentos por grupos de área no Ceará – 1960/1985

Ano	Percentual dos estabelecimentos e área total (hectares – ha) x Grupos de área							
	Menos de 10 ha		10 a menos de 100 ha		100 a menos de 1.000 ha		1.000 ha e mais	
	Estab. - % do total geral	Área dos estab. - % do total geral	Estab. - % do total geral	Área dos estab. - % do total geral	Estab. - % do total geral	Área dos estab. - % do total geral	Estab. - % do total geral	Área dos estab. - % do total geral
1960	28,27	1,45	53,82	22,40	16,92	48,11	0,97	28,02
1970	48,91	3,89	41,49	27,48	8,99	44,35	0,5	24,28
1975	51,66	4,7	39,65	29,15	8,29	46,29	0,4	19,86
1980	47,86	3,93	42,48	29,03	9,14	46,5	0,44	20,53
1985	63,26	6,17	29,99	28,41	6,4	45,41	0,31	20,01

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Agropecuário.

Passando à análise da segunda gestão de Virgílio Távora (1979-1982), é nesse período que é lançado o II Plano de Metas Governamentais (PLAMEG II), objetivando dar continuidade e consolidar a modernização conservadora – intensificando o modelo de desenvolvimento centrado na indústria – por ele iniciada na década de 1960. Segundo Farias (2012), além das obras de infraestrutura[145], Távora manteve as isenções fiscais às empresas privadas locais –

[145] Destacaram-se no período, segundo Farias (2012): as melhorias na capital quanto ao abastecimento de água, reforma do porto e ampliação e internacionalização do aeroporto; a conclusão do Distrito Industrial de Maracanaú; a expansão da energia elétrica rural; e a construção de rodovias no interior.

apoiando a burguesia local na ampliação e modernização de suas fábricas – e às do Centro-Sul, como forma de atraí-las[146]. Para isso foi criado o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI)[147], enquanto parte das ações estaduais complementares ao planejamento regional praticado pela SUDENE (LIMA JÚNIOR, 2014).

Os planos do referido coronel, segundo Farias (2012), foram favorecidos pelo então presidente da República, do regime ditatorial, general Ernesto Geisel que – diante do crescimento das oposições à ditadura no Sudeste, buscou, por meio de vantagens econômicas, o apoio das elites de outras regiões – enviou recursos, destacadamente via SUDENE/BNB/Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR). Essas ações do governo federal se combinaram com as do governo estadual culminando na instalação do III Polo Industrial do Nordeste no Ceará[148] – também em Maracanaú, onde foi implantado o I Distrito Industrial na primeira gestão de Távora.

O objetivo da ação, segundo Sampaio Filho (1985), era aumentar a participação das indústrias dinâmicas na economia do Ceará alterando, assim, as bases do seu sistema produtivo. O estado – contrariando os padrões do processo de desenvolvimento regional, no qual as indústrias tradicionais cresceram de forma mais lenta que os gêneros industriais considerados dinâmicos – mantinha a mesma estrutura industrial existente antes da criação da SUDENE, conservando as indústrias tradicionais à frente de seu desenvolvimento industrial – conforme mostram as Tabelas 36 e 37. Esse fato é de fácil compreensão quando se observa que os investimentos foram direcionados para a burguesia local ligada às atividades tradicionais, em razão do pouco interesse do grande capital pelo Ceará, conforme já discutido.

Os investimentos realizados com a instalação do III Polo Industrial no Ceará, entretanto, não alteraram significativamente a estrutura industrial do estado porque a distribuição dos incentivos continuou priorizando os ramos tradicionais – têxtil, alimentação e calçados (ver Tabela 42) –, pondo em evidência que a intervenção da SUDENE não tinha por objetivo descentralizar as indústrias de base, mas criar complementariedades para o capital do Centro-Sul, conforme apontado por Araújo (1999). Ademais, os incentivos priorizaram Fortaleza e

[146] Segundo Farias (2012), vieram para o Ceará vários grupos industriais como Vicunha (ramo têxtil), Gerdau (metalurgia) e Artex (têxtil).
[147] O FDI é instituído pela Lei Estadual 10.367 de 07 de dezembro de 1979 e constituiu a principal ferramenta do Programa de Atração de Investimento Industriais do Estado do Ceará (PROVIN), criado no segundo governo de Virgílio Távora (1979), mas somente implementado no governo de Tasso Jereissati (1990), aprofundando-se nos anos subsequentes (LIMA JÚNIOR, 2014).
[148] Segundo Sampaio Filho (1985), em 1978 foi formalizada – por meio da exposição de motivos Nº 259 da Presidência da República – a criação de um grupo de trabalho interministerial para elaborar os estudos básicos e as providências iniciais necessárias à consolidação e desenvolvimento do III Polo Industrial do Nordeste, localizado no Estado do Ceará.

adjacências, de forma que os projetos da SUDENE mantiveram a desigual distribuição econômica no Ceará, consolidando a estrutura herdada da pecuária e do algodão (LIMA JÚNIOR, 2014; PEREIRA JÚNIOR, 2003).

> [...] A macrocefalia urbana exercida por Fortaleza e toda a sua Região Metropolitana embora com origens concentradoras mais antigas, ganha reafirmação neste período. [...] Quanto ao aspecto setorial, segundo também já prenunciado, a criação do distrito se direcionou para setores já existentes, sob a ótica de modernização tornando-os competitivos para o mercado nacional e internacional. Os setores têxtil, vestuário e de confecções, calçados, alimentos e bebidas ganham novas dimensões principalmente pela ampliação das escalas de produção. Ainda que sendo com o protagonismo do capital local [...] era uma forma adequada ao desenvolvimento do capital monopolista que estava sendo promovido nos estados da região. Estes distintivos são pontos importantes que articulam de um lado a intervenção governamental planejada promovida em nível federal nos marcos do desenvolvimentismo e complementada pelos governos estaduais, e de outro a constituição dos principais grupos econômicos e políticos bem como à caracterização espacial de suas atuações (LIMA JÚNIOR, 2014, p.60).

Tabela 42 – Número de estabelecimentos e pessoal ocupado por gêneros da indústria de transformação no Ceará – 1980

Classe e gêneros	1980	
	Nº de empresas	Nº de trabalhadores ocupados
Indústria de transformação	5.625	94.694
Minerais não-metálicos	1.985	14.915
Metalurgia	161	6.186
Mecânica	63	2.473
Material elétrico e de comunicação	16	1.446
Material de transporte	33	1.137
Madeira	412	2.420
Mobiliário	220	2.709
Papel e papelão	14	493
Borracha	17	732
Couros e peles e produtos similares	65	908
Química	104	2.361
Produtos farmacêuticos e veterinários	06	405
Perfumaria, sabões e velas	25	384
Produtos de matérias plásticas	19	1.496
Têxtil	224	10.840
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	375	13.776
Produtos alimentares	1.589	27.613
Bebidas	88	1.519
Fumo	02	-
Editorial e gráfica	126	2.165
Diversas	81	716

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – IX Recenseamento Geral do Brasil.

Se por um lado, a implantação do III Polo Industrial do Nordeste não foi capaz de alterar as bases do sistema produtivo do Ceará – no sentido de aumentar a participação das indústrias dinâmicas na sua economia –, por outro, segundo Pereira Júnior (2003), propiciou que o tradicional ordenamento econômico do estado fosse superado – como sinalizam os dados do

PIB referente à década de 1980, dispostos na Tabela 39. As atividades agropecuárias – a produção algodoeira local entrou em profunda crise e decadência no final da década de 1970, ou seja, concomitantemente ao estímulo à industrialização (FARIAS, 2012) – abriram espaço para uma economia moderna e dominada pelas relações eminentemente capitalistas.

A política industrialista produziu efeitos também sobre as relações de poder no estado, pois enquanto a burguesia industrial local era favorecida, a economia sertaneja se desestruturava com a decadência da produção algodoeira, levando junto os currais eleitorais dos "coronéis" que constituíam uma das duas bases de sustentação dos "governos dos coronéis". A outra base, a ditadura civil-militar, também se desestruturava, de forma que sem essa para definir qual dos três coronéis governaria o Ceará, a disputa entre eles acirrou-se – antes agrupados na ARENA, com o restabelecimento do pluripartidarismo em 1979 se dividiram em três partidos –, enfraquecendo-os ainda mais. Assim, apesar da sobrevida do "Acordo dos coronéis" mediante o "Acordo de Brasília"[149], eles perderam, nas eleições de 1986, o controle do Estado para a burguesia industrial cearense, outra fração da classe dominante local (FARIAS, 2012).

> Chegávamos a meados da década de 80. Secas, avanço da industrialização, movimentação popular, colapso do algodão, crise da pecuária, declínio da ditadura, divisão e enfraquecimento das já divididas e enfraquecidas oligarquias tradicionais cearenses. Tínhamos um momento de rupturas; a conjuntura favorecia a ascensão de novas forças políticas. [...] Contudo, não seriam os setores progressistas da sociedade que dominariam a política local. Ao contrário, isso ficaria a cargo de uma facção da própria classe dominante, também oligárquica, mas travestida de nova e moderna: a crescente burguesia industrial cearense, que em 1986 conseguiu eleger para governador do Estado o jovem empresário Tasso Ribeiro Jereissati. Eram as mudanças (IBIDEM, p.419).

Sampaio Filho (1985) auxilia no entendimento do processo pelo qual a burguesia industrial chegou ao controle do Estado no Ceará. Segundo ele, a recente indústria cearense passava na década de 1980 por um processo interno de sucessão da primeira para a segunda geração, mas ainda permanecia controlada por seus fundadores e proprietários, mantendo o

[149] Diante do impasse sobre o candidato à governador nas eleições de 1982, os coronéis Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra, após reunião com o então presidente João Batista Figueiredo, assinaram em março de 1982 o "Acordo de Brasília", no qual pactuaram: que Gonzaga Mota (professor da UFC e técnico do BNB, que havia exercido o cargo de secretário de planejamento na segunda gestão de Távora no governo do estado) seria o candidato "neutro" dos coronéis; que Bezerra seria o vice-governador, enquanto Távora concorreria ao senado e Cals ganharia a Prefeitura de Fortaleza; e que as secretarias e os cargos de 1º e 2º escalão seriam divididos igualmente entre os três coronéis. Entretanto, após eleito, Mota rompeu com os coronéis – transferindo-se para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) –, bem como com o governo federal e nas eleições seguinte (em 1986) apoiou o jovem empresário Tasso Jereissati – repassou a esse os apoios de chefes políticos tradicionais/oligarcas/"coronéis" conquistados por meio da oferta de empregos na máquina pública – na disputa contra os coronéis (FARIAS, 2012).

modelo tradicional de empresas familiares. As divergências ideológicas[150] existentes entre os "velhos" empresários – essa primeira geração iniciou suas atividades no comércio ou na exploração da terra – e os "jovens" empresários – em sua maioria herdeiros do primeiro grupo –, constituíam um dos principais obstáculos ao poder de pressão da burguesia industrial, impedindo-a de se firmar como força hegemônica no âmbito do Estado.

Isso começa a mudar quando ocorre uma aliança entre os dois grupos – estabelecida em razão do poder de reivindicação dos jovens empresários, que em sua maioria descendiam dos industriais e já se encontravam no comando das empresas, e do apoio dos empresários da primeira geração –, expressa no fato do então presidente da Federação das Indústrias do Ceará (FIEC), José Flávio Costa Lima, ter abdicado da condição de candidato natural para a presidência do Centro Industrial do Ceará (CIC)[151], como vinha ocorrendo desde 1959, dando espaço para o grupo emergente de jovens empresários que, então, chegam à direção do CIC em 1978 (SAMPAIO FILHO, 1985).

Os representantes da segunda geração de empresários cearenses objetivavam, por meio do CIC, redefinir o relacionamento entre segmento industrial e o Estado, "cobrando (...) uma nova postura das elites políticas e econômicas do Ceará e do Nordeste, em detrimento do comportamento até então vigente, onde basicamente predominavam a passividade do empresariado e o paternalismo do Estado" (SAMPAIO FILHO, 1985, p.82). Para tanto, fizeram da referida entidade um espaço de debate com os mais variados segmentos da sociedade, atuando como um efetivo aparelho privado de hegemonia – uma entidade associativa que atua de maneira política, como um "partido" não eleitoral, capaz de aglutinar setores sociais, inclusive outras entidades associativas, segundo definido por Fontes (2017), com base em Gramsci.

---

[150] Sampaio Filho (1985) destaca que enquanto a primeira geração de empresários apresenta uma forte ligação com valores conservadores (como o patriarcalismo e o coronelismo), refletida em sua prática econômica (limitada aos interesses particulares do seu negócio) e política (na busca pela intimidade com o poder político para atender os interesses particulares, utilizavam o poder econômico para garantir o sucesso eleitoral), a segunda geração de empresários adquirira visão empresarial mais ampla e menos conservadora refletindo em um outro estilo gerencial (baseado no planejamento e delegação de responsabilidades) e numa atuação política diferente. Contudo, para alcançar e manter o controle político do Estado, o empresariado do CIC não hesitou em estabelecer articulação com as oligarquias tradicionais, revelando que sua prática não era tão distinta assim.

[151] O CIC surgiu em 1919 com o nome de Centro Industrial Cearense, a partir de um encontro promovido pelo jornalista-industrial Álvaro da Cunha Mendes, com o objetivo de que fossem tratados assuntos pertinentes ao desenvolvimento industrial do Ceará, tendo funcionado assim até o final da década de 1920 quando foi esvaziado em razão da criação da Federação das Associações do Comércio e Indústria do Ceará (FACIC). Após cerca de 30 anos desativado, a entidade foi reativada em 1959 com o nome de Centro Industrial do Ceará, porém totalmente dependente da FIEC. O presidente da Federação era também da entidade sindical e do CIC (entidade paralela de caráter civil), assim permanecendo até 1978 (SAMPAIO FILHO, 1985).

Fato é que essa atuação dos jovens empresários levou ao rompimento da aliança entre os empresários da primeira e da segunda geração e possibilitou que esses últimos fossem vistos pela sociedade local como a nova força democrática[152], em um contexto de abertura política que então se iniciava. Assim, à desestruturação das bases dos coronéis e ao uso da máquina pública – conforme apontado na nota nº149 – se somou o contexto de mudança nacional e, ainda, um *marketing* político inovador – na campanha eleitoral foi reiteradamente divulgado o *slogan* de "governo das mudanças" para simbolizar as ações e intenções modernizantes tanto na política, no sentido de erradicar os tradicionais padrões de intervenção existentes, quanto na economia, nos termos de uma inserção no mercado mundial defendida como sendo a única forma de superar a pobreza no Ceará –, tendo sido esses os fatores que favoreceram a campanha vitoriosa da burguesia industrial ao governo do Ceará em 1986 (FARIAS, 2012).

Motivados, segundo Nobre (2008), pelo descontentamento com a condução político-econômica do "governo dos coronéis", que debilitava as condições de investimentos estatais para potencializar os projetos capitalistas estritamente personalizados, os empresários do CIC assumiram o governo do Ceará e anteciparam nesse as práticas neoliberais – ajuste fiscal e reforma administrativa do Estado, política industrial voltada para a inserção da economia local no mercado mundial – que se tornariam hegemônicas no Brasil somente anos depois. Ou seja, curiosamente, o Ceará inicia o projeto neoliberalizante já nos anos de 1980, no contexto da redemocratização, antes deste debate atingir o Estado nacional efetivamente.

> As alterações na política do Ceará nos últimos tempos, com a troca de governantes em meados dos anos 80, envolvem um conjunto de mudanças na própria condução dos interesses do capital, bem como novas condições da luta política entre as classes sociais. Com o novo ciclo de poder hegemônico, põem-se na esfera estatal necessidades que refletem os processos vinculados à acumulação capitalista em sua fase de mundialização. (...) Ao mesmo tempo, as variações na política deste Estado federativo implicaram, também, nova dinâmica nas relações entre as classes sociais, com o predomínio do neoliberalismo como projeto político assumido pela elite empresarial do CIC e que sintetiza os interesses do capital transnacionalizado (NOBRE, 2008, p.54).

Essa dinâmica expressa, portanto, um novo estágio da ligação regional com a dinâmica internacional do capital, bem como uma nova fase no desenvolvimento capitalista no Ceará, a qual se estende de meados da década de 1980 aos dias atuais. No próximo capítulo buscar-se-á

[152] Entende-se que uma expressão disso foi a coligação "Movimento pró-mudança", sob a liderança de Tasso Jereissati, formada pelo seu então partido PMDB e por parte da esquerda cearense, representada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (FARIAS, 2012).

analisar as particularidades do processo de inserção do Ceará no ciclo imperialista neoliberal e como essa lógica tem sido reproduzida no estado, destacando a forma como esse tem participado da reprodução do capital.

Finaliza-se o presente capítulo recuperando sucintamente as discussões realizadas. Viu-se que o Ceará tem historicamente participado do processo de valorização do valor de forma subordinada – tanto em relação ao capital externo quanto ao capital interno –, corroborando que o desenvolvimento capitalista é desigual e dimensões regionais da formação social merecem atenção, pois as tendências do capitalismo dependente incidem de forma diversa nos diferentes espaços internos do país e suas relações de produção, ainda que modificadas ou recriadas, seguem um padrão que assegura a reprodução ampliada da dependência.

A condição de subordinação da economia cearense, conforme visto, emergiu já com sua inserção tardia no sistema colonial, via pecuária – o estado esteve subordinado ao capitalismo mercantil do "Nordeste açucareiro" e, em última instância, aos movimentos de reprodução da atividade açucareira, sob o domínio do capital internacional. Mas, foi decisiva a produção de algodão para exportação no âmbito da industrialização europeia, estabelecendo uma relação de subordinação ao capital externo, cuja especificidade propiciou a formação da oligarquia dos latifundiários dos sertões, os "coronéis". Tal fato demonstra que a divisão internacional do trabalho capitalista inclui também práticas severamente arcaicas nessa banda do ocidente.

Com o modelo agroexportador – caracterizado pela dependência do mercado externo e pela superexploração da força de trabalho sertaneja, essa viabilizada pela forte concentração fundiária herdada da pecuária e por relações de trabalho baseadas no regime de parceria –, o Ceará assumiu um papel de fornecedor de matéria-prima na divisão internacional do trabalho, em detrimento de uma economia de matriz especificamente industrial. Esse modelo acarretou, ainda, uma maior vulnerabilidade do estado às secas, vinculando-se à reprodução desse fenômeno e com ele induzindo forte movimento migratório *dos despossuídos*, de forma que, dentro da divisão regional do trabalho, coube ao Ceará um papel de reservatório de força de trabalho, ativado pelo capital em diversos momentos de sua dinâmica expansiva.

Fora dos primeiros movimentos industriais da classe burguesa brasileira, a passagem da economia cearense do modelo agroexportador para outro centralizado na indústria e nos serviços só se efetivou na década de 1970, viabilizada pela ação conjunta do governo federal – via SUDENE – e do governo estadual, visando à integração no mercado nacional. Contudo, esse processo – que ocorreu de forma tardia, por consequência da estrutura econômica pouco diversificada, resultante da integração subordinada do Ceará às economias regionais maiores no passado – não alterou significativamente a estrutura industrial que permaneceu centrada no

setor tradicional – surgida como um prolongamento da agropecuária, a indústria cearense apresenta desde sua origem, uma estreita relação com o comércio de produtos primários. Ademais, a territorialização do capital nessa fase priorizou Fortaleza e adjacências, mantendo a desigual distribuição econômica no estado do Ceará e, com isso, consolidou a estrutura herdada da pecuária e do algodão.

Os incentivos públicos priorizaram os ramos tradicionais – o grande capital não se interessou pelo Ceará, de forma que os investimentos foram, majoritariamente, para a burguesia local ligada às atividades tradicionais, produzindo efeitos, também, sobre as relações de poder no estado – revelando que o objetivo da intervenção da SUDENE não era descentralizar as indústrias de base, mas criar complementariedades para o capital do Centro-Sul. Assim, reproduziu-se a dependência do Ceará – na verdade, do Nordeste como um todo, conforme discutido no capítulo anterior –, dessa vez, numa dinâmica capitalista mais ousada da região.

Portanto, apesar das modificações desencadeadas pelo processo de modernização iniciado ainda na década de 1950, o Ceará permaneceu como um foco interno de dependência e subdesenvolvimento. Sua participação no processo de valorização do valor deixa de ser centrada no modelo agroexportador para ocorrer via atividades dos ramos tradicionais da indústria, caracterizadas por menor intensidade tecnológica e uso abundante de força de trabalho de baixo custo.

É esse Ceará que passa a ser governado pela burguesia industrial local no final dos anos 1980. Isso no cenário tardio de universalização do trabalho abstrato e da mercadorização do território mundial, com densa centralização de capitais e, ao mesmo tempo, uma severa crise de produção e realização do valor, resultante do aumento da composição do capital e consequente redução da massa de mais-valor em relação ao capital total empregado. O enfrentamento pelas economias capitalistas centrais se dá pelo hegemonia da esfera financeira e por um movimento de contenção à queda da taxa de lucro – baseado na elevação da exploração do trabalho e no crescimento do comércio global, viabilizado pela reestruturação produtiva flexível e o neoliberalismo –, provocando sensíveis alterações na dinâmica capitalista mundial.

A queda da taxa média de lucro e as ações contratendenciais usadas para compensá-la também impactam a questão social – desigualdade inerente à forma social do capital –, acentuando suas formas de expressão e/ou criando novas manifestações, estando essas, portanto, intimamente ligadas à dinâmica do capital em sua busca pela valorização do valor e equacionamento das contradições e crises cíclicas. Nessa direção é que a presente exposição de pesquisa apresenta a especificidade da dinâmica do capitalismo imperialista neoliberal no Ceará e seus impactos sobre a questão social no estado, como objetivos do capítulo que se segue.

4 O CEARÁ *EM DISPARADA* NOS GOVERNOS DOS EMPRESÁRIOS, ENTRE 1987 E 2018: PROBLEMATIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS

[...] Já tem conjunto com guitarra americana
Já tem hotel que serve Whisky escocês
E tem matuto com gravata italiana
Ouvindo jogo no radinho japonês

[...] Caruaru tem sua universidade
Campina Grande tem até televisão
Jaboatão fabrica jipe à vontade
Lá de Natal já tá subindo foguetão

Lá em Sergipe o petróleo tá jorrando
Em Alagoas se cavarem vai jorrar
Publique isso que estou lhe afirmando
O meu Nordeste dessa vez vai disparar [...].
Luiz Gonzaga

Os versos de "Nordeste pra frente", escritos em 1968, retratam mudanças econômicas ocorridas na região após inserção na economia do ciclo desenvolvimentista nacional, via SUDENE. Contudo, podem, perfeitamente, traduzir a dinâmica posterior de expansão do capitalismo imperialista neoliberal nesse território – tanto em razão da competição de produtos quanto com a vinda de empresas buscando incentivos fiscais e força de trabalho barata, no contexto da reestruturação produtiva recente.

De fato, conforme visto, o Nordeste "disparou", alavancando seu produto interno bruto, e, contraditoriamente, manteve precárias as condições de trabalho e de vida dos seus trabalhadores. Com base nessas constatações, buscar-se-á neste capítulo analisar mais detidamente a dinâmica desse processo no Ceará, buscando elucidar se, nesse quadro de alavancagem econômica, o referido estado também "disparou" e sob quais condições, dando ênfase aos impactos sobre a questão social. A pesquisa analisou o período que se estende do início da primeira gestão de Tasso Jereissati em 1987, observando o projeto transpartidário do capital na região até 2018, ano de encerramento do primeiro mandato do governador Camilo Santana (PT), quando se concluiu o levantamento de dados da investigação.

O capítulo se inicia com a análise sobre a dinâmica do imperialismo neoliberal no Ceará, buscando evidenciar as particularidades do processo de inserção do estado nesse novo ciclo do

desenvolvimento capitalista e como essa lógica tem sido reproduzida, dando ênfase a forma como o Ceará tem participado do processo de valorização do valor. Em seguida, passa-se à discussão sobre os impactos desse novo estágio do desenvolvimento do capital no Ceará sobre a questão social, tomando por base a análise de algumas das suas principais manifestações.

4.1 **O processo de reprodução do valor no Ceará no contexto do capitalismo imperialista neoliberal**

O Ceará do final da década de 1980, que passa a ser governado pela burguesia industrial, vê consolidar-se sua participação no processo de realização do valor via ramos tradicionais da indústria e não mais pelo modelo agroexportador, sendo essa alteração fruto do processo de modernização iniciado ainda na década de 1950. Outra condição marcante do estado nesse período refere-se ao fato dele se encontrar imerso em grave crise econômica e social, expressa, dentre outros problemas, num quadro alarmante de concentração de renda e pobreza, sendo essa condição então experimentada por 66% da população cearense (FARIAS, 2012).

Segundo ressalta o autor, o projeto dos empresários do CIC frente a esse quadro estruturava-se sobre o discurso de que ações modernizantes no Estado erradicariam os tradicionais padrões de intervenção existentes, deixando para trás os interesses de grupos privados em favor da acumulação e expansão capitalista e do desenvolvimento social, o que supostamente propiciaria a superação da pobreza no Ceará. Isso ocorreu, segundo Nobre (2008), sob a batuta neoliberal com a burguesia industrial cearense executando de forma antecipada – em nível de Brasil – desde o ajuste fiscal e a reforma administrativa do Estado até uma política industrial voltada para a inserção da economia local no mercado mundial. Todavia, vale sublinhar, o Ceará se inseriu efetivamente no circuito produtivo capitalista típico tardiamente, na era neoliberal, ou seja, no final do século XX.

As transformações desencadeadas pelos chamados "governos das mudanças" – *slogan* divulgado reiteradamente para simbolizar as ações e intenções dos envolvidos nas gestões ditas modernizantes – iniciadas na primeira gestão de Tasso Jereissati, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de 1987 a 1990, foram continuadas com a hegemonia do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) nos governos de Ciro Gomes de 1991 a 1994, Tasso Jereissati de 1995 a 1998 e 1999 a 2002, e Lúcio Alcântara de 2003 a 2006.

Os rumos da política econômica dos "governos das mudanças" foram mantidos pelas gestões de Cid Gomes pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) de 2007 a 2010 e pelo Partido Republicano da Ordem Nacional (PROS) de 2011 a 2014, demonstrando estreita ligação com

o projeto de modernização idealizado pelos empresários do CIC na década de 1980 e a possível solidez do projeto empresarial na região em razão da continuidade da política engendrada neste período (PEREIRA JUNIOR, 2011). Por fim, vimos também que a primeira gestão de Camilo Santana pelo PT, de 2015 a 2018, ratifica essa visão do enraizamento da política econômica de três décadas, na medida em que dá continuidade à política econômica do CIC.

Analisando a origem social e trajetória política desses governantes – ver o Quadro 2 no Apêndice B – já é possível fazer algumas observações. A primeira é que apenas Tasso Jereissati é empresário, sendo todos os demais governadores do período pesquisado, em origem, profissionais liberais, ou seja, não compõem nenhuma fração da classe dominante local. Outra observação diz respeito ao fato de que esses governadores são oriundos de famílias com longa tradição na cena política cearense, alguns – como é o caso de Lúcio Alcântara e Ciro Gomes – inclusive iniciaram suas carreiras políticas no contexto de atuação dos coronéis. Isso sugere que o movimento iniciado em 1987 não constituiu uma ruptura com o período anterior, mas antes, uma continuidade e as articulações políticas feitas na primeira eleição de Tasso Jereissati para o governo do estado – conforme visto no capítulo anterior – fortalece essa interpretação.

Iniciando a discussão do processo de modernização no Ceará desencadeado pela burguesia industrial em fins dos anos 1980, tem-se que as mudanças para adequação ao estágio neoliberal do capitalismo começaram no âmbito político com a contrarreforma do Estado no Ceará, cujos pilares foram: a redução dos custos da máquina burocrática, por meio de diversos mecanismos como a privatização de empresas estatais – fundamental não só pela redução do quadro de pessoal, mas pela abertura de setores importantes para a acumulação de capital, como o de energia elétrica e de telecomunicações[153] –, terceirização de serviços e redução dos gastos com o funcionalismo público; e a recuperação da capacidade do governo estadual em arrecadar impostos e negociar suas dívidas (NOBRE, 2008).

Com base na ideia de que a separação entre o público e o privado constituía uma condição essencial para o alcance da modernidade, a proposta propagada pela burguesia industrial cearense era de retirar os investimentos diretos do Estado na economia, mas não foi o que ocorreu. A modernização da máquina administrativa e os repasses financeiros do Governo Federal – realizados na gestão de FHC pelo PSDB, motivados pela ânsia do partido em obter

[153] Farias (2012) destaca as privatizações ocorridas a partir da segunda gestão de Tasso Jereissati (1995-2002): a Teleceará foi comprada, em 1998, pelo grupo nacional Telemar/Oi, cujo um dos sócios é Francisco Jereissati – irmão de Tasso Jereissati; a Coelce foi adquirida por um consórcio luso-hispânico-chileno, também em 1998; e o BEC, em 2005, foi adquirido pelo Bradesco. O autor ressalta que embora os serviços tenham sido ampliados, a qualidade piorou – conforme dados dos órgãos de defesa do consumidor –, as tarifas sofreram aumentos e os trabalhadores – agora terceirizados – passaram a enfrentar a precarização do trabalho que, no caso dos eletricitários, chegou a acarretar até acidentes fatais.

maior espaço político no Nordeste – propiciaram os recursos necessários a uma política econômica que – direcionada para o fomento à indústria, ao agronegócio e ao turismo, enquanto áreas eleitas pelo governo estadual como prioritárias para o desenvolvimento do Ceará – baseou-se na consolidação de obras de infraestrutura e na atração de investimentos, mantendo-se dependente da macro intervenção do Estado (PEREIRA JUNIOR, 2003; NOBRE, 2008; FARIAS, 2012).

Nesse sentido, uma das frentes de atuação do governo estadual foi a criação, entre as décadas 1990-2000, de uma melhor infraestrutura[154] – construção do Sistema Portuário do Pecém para escoamento da produção, melhoria das condições hídricas visando favorecer o desenvolvimento da agroindústria e ampliação do Aeroporto Internacional de Fortaleza como estratégia para intensificar o turismo – para atender às necessidades do desenvolvimento capitalista em âmbito local (NOBRE, 2008).

> Gradativamente se definiu, ainda com base em estratégias de inserção competitiva preconizada a partir 1986, a construção de novas modalidades de acumulação e respectivas apropriações espaciais que foram funcionalizadas pelo sistema urbano pautadas pelo tripé agronegócio-indústria-turismo, adaptando as condições socioeconômicas e espaciais do Ceará às macro mudanças – econômicas e institucionais – que se verificam no capitalismo desde a década de 1970 [...]. Em certa medida, o neoliberalismo no país – que avança a partir do Governo Collor e que ganha impulso na era FHC – foi precocemente internalizado nos governos mudancistas e se sustentaram através do discurso e da prática assentado em dois vetores: 1) gestão pública eficiente, enxuta e com participação mínima do Estado; 2) atração de investimentos, o que efetivamente significou adaptação do Ceará à nova rodada de acumulação que emergia com as transformações do capitalismo (NOBRE, 2008, p.93-94).

A outra frente de atuação do governo estadual consistiu em investir tanto em uma ofensiva campanha publicitária – para divulgar as conquistas locais em termos de ajuste fiscal e equilíbrio das contas públicas – quanto no desenvolvimento de uma agressiva política de

[154] As principais obras para melhoria da infraestrutura do Ceará foram realizadas nas gestões do Tasso Jereissati (construção do Sistema Portuário do Pecém – 1995 a 2002, melhorias no Aeroporto Internacional de Fortaleza – 1998; construção do Açude Castanhão – 1995 a 2002) e de Ciro Gomes (construção do Canal do Trabalhador – 1991 a 1993 – que capta águas do Rio Jaguaribe para o Açude Pacajus, garantindo o abastecimento de água da Região Metropolitana de Fortaleza). O detalhamento das melhorias das condições hídricas realizadas nos "governos das mudanças" ajuda a visualizar a intensidade com que as obras de infraestrutura ocorreram. Do total de 247 açudes construídos no Ceará, 82 (33,19%) foram construídos nos vinte (20) anos em que os empresários do CIC estiveram à frente do governo (entre 1987 e 2006). Outros 61 açudes (24,69%) não apresentam data de conclusão e os açudes restantes (42,12%) foram concluídos em um período de 86 anos (entre 1900 e 1986). Quanto à fonte dos recursos para a construção dos açudes no período governado pelos empresários do CIC: 39 deles foram construídos com recursos do governo estadual; 19 tiveram como fonte de recursos Estado/BNDES e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); 17 com recursos da União; 05 foram construídos com recursos do Estado/União; 01 com recursos do Estado/União/BIRD; e 01 não apresenta a fonte dos recursos. Fonte: Atlas dos Recursos Hídricos do Ceará. Disponível em: <http://atlas.srh.ce.gov.br/infra-estrutura/acudes/index.php?status=1> Acesso em: 01 jun. 2020.

incentivos[155], visando garantir, no então contexto de decadência da SUDENE e esgotamento dos seus fundos, condições competitivas frente a outros estados da federação (NOBRE, 2008).

Com efeito, a burguesia industrial, na verdade, incrementou o processo de modernização conservadora que vinha sendo fomentado pelos "governos dos coronéis", associando-se às táticas arcaicas. Ao lado do moderno discurso do enxugamento dos cofres públicos com a gestão da austeridade, assistiu-se à constituição de atrativos de investimentos para alargar fronteiras ao capital na região, reacendendo a velha política de incentivos executada pela SUDENE e pelos coronéis. Conforme visto no capítulo anterior, as isenções fiscais compunham, desde a primeira gestão de Virgílio Távora na década de 1960, as ações estaduais complementares ao planejamento regional praticado pela SUDENE, tendo sido as mesmas aprimoradas em 1979 com a criação do FDI, principal ferramenta do PROVIN (PEREIRA JUNIOR, 2003; LIMA JÚNIOR, 2014).

Os empresários, segundo Pereira Júnior (2003), contaram com subsídios de natureza variada, usufruindo cumulativamente dos incentivos ofertados pelos órgãos nacionais e regionais como o FINOR, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – para ilustrar os investimentos realizados no Ceará no contexto do imperialismo neoliberal, foram sistematizados na tabela abaixo, os dados sobre o financiamento do BNDES[156] no estado entre 2002 e 2018 –, além dos incentivos do FDI.

Tabela 43 - Financiamento do BNDES no Ceará – 2002-2018

SETOR	PROJETOS FINANCIADOS	VALOR FINANCIADO (R$)	% DO VALOR TOTAL FINANCIADO
Infraestrutura	74	11.344.166.000	64,0
Serviços	52	3.210.048.000	18,1
Indústria	22	3.152.189.000	17,8
Agropecuária	02	30.877.000	0,2
Total	145	17.737.279.000	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do BNDES.

Tratando especificamente sobre o FDI, esse passou por significativas alterações durante os "governos das mudanças", justificadas, segundo Lima Júnior (2014), pelo intuito de desconcentrar os interesses das empresas beneficiadas em relação aos municípios da

[155] Além da isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – esse, conforme será detalhado, constituiu um dos principais mecanismos de incentivo –, o governo estadual também realizava, comumente, a doação ou financiamento do terreno, o fornecimento de água, energia, telefone, a construção de galpões e o recrutamento de trabalhadores (FARIAS, 2012).

[156] Informações disponíveis em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/consulta-op-dir-ind-nao-aut>. Acesso em: 01 jun. 2020.

mesorregião Metropolitana de Fortaleza[157] – ver a distribuição dos municípios cearenses por mesorregiões na Figura 7, contida no Anexo B.

Segundo reforça o autor, as mudanças no mecanismo de incentivos fiscais herdado dos coronéis e a oferta de infraestrutura foram às estratégias usadas para fazer frente ao quadro de estagnação do setor industrial cearense, produzido pela combinação de diversos fatores: estrutura produtiva restrita, cujos efeitos de encadeamentos dos setores tradicionais (vestuário, calçados e artefatos de couro, produtos alimentícios e bebidas) não propiciavam maior diversificação produtiva; predominância de capitais locais; grande dependência das políticas governamentais (centradas nos incentivos); deficiências de infraestrutura e restrições de mercado; crise de endividamento nacional nos anos 1980-1990; e abertura comercial impondo a indústria brasileira e seus complexos regionais à concorrência abrupta.

A primeira alteração na regulamentação do FDI ocorreu em 1989 e visou permitir ao Estado conceder incentivos para a implantação, modernização ou ampliação de empresas no Ceará. Essas recolhiam o ICMS devido ao fisco estadual e recebiam sob a forma de empréstimo – pelo prazo de 72 meses – parcela do imposto para utilizarem como desejassem, pagando o empréstimo corrigido pela metade do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), ao final do prazo de carência (36 meses). Em 1993, as empresas situadas fora da RMF passaram a gozar dos benefícios por um prazo máximo de 120 meses (PONTES, VIANNA, HOLANDA, 2006).

Outras alterações no FDI ocorreram em 1995, 2002 e 2003. Depois de atrair 204 empresas no período 1991-94, tendo 151 delas se localizado na RMF, acentuou-se em 1995 a preocupação com o desenvolvimento das regiões além da RMF e com isso, o valor, tempo para quitação e o percentual do empréstimo a ser pago passaram a variar conforme a localização da indústria – quanto mais distante da RMF, mais agressivos eram os incentivos fiscais. Em 2002, os incentivos foram estruturados de forma a privilegiar municípios identificados como polos industriais em potencial, por terem sido identificados germes de aglomerações produtivas[158]. Em 2003, os incentivos passaram a ser realizados como um pagamento por externalidades

[157] Em 2008, a Grande Fortaleza, ainda chamada de Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, era composta por 13 municípios: Fortaleza, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Maranguape, Guaiúba, Maracanaú, Pacatuba, Itaitinga, Eusébio, Aquiraz, Chorozinho, Horizonte e Pacajus. Já no período 2009-2013 houve a inclusão de Pindoretama e Cascavel, passando para um total de 15 municípios. Por fim, entre 2014 e 2016, foram adicionados Trairi, Paracuru, Paraipaba e São Luís do Curu, totalizando 19.

[158] As atividades econômicas e os respectivos municípios identificados como polos industriais em potencial foram: 1) têxtil – Pacajus; 2) calçados – Fortaleza, Aquiraz, Sobral, Itapajé, Canindé, Quixeramobim, Iguatu e Juazeiro do Norte; 3) couros e peles – Fortaleza, Sobral, Tauá e Juazeiro do Norte; 4) móveis – Bela Cruz, Caucaia, Morada Nova, Iguatu e Juazeiro do Norte; 5) eletro-eletrônico – Fortaleza e Caucaia; 6) metal-mecânico – Fortaleza, Iguatu e Crato. As empresas que se localizassem fora destes municípios também seriam beneficiadas, mas com incentivos menores do que aqueles concedidos para os municípios sedes (PONTES, VIANNA, HOLANDA, 2006).

positivas[159] que as indústrias atraídas produzissem na economia local – o valor do incentivo, o prazo para pagamento e o retorno dependiam da pontuação obtida – e foi criado um sistema de acompanhamento para ampliá-los ou reduzi-los (PONTES, VIANNA, HOLANDA, 2006).

O FDI se consolidou como uma das principais políticas de desenvolvimento econômico do Ceará, especialmente focada na atração de indústrias para o estado que permanece dependente da concessão de incentivos fiscais – situação típica do capitalismo dependente e da economia mundializada dos tempos que correm –, sinalizando para a continuidade da "guerra fiscal"[160]. Observando-se a última legislação referente ao FDI – Decreto nº 32.438 de dezembro de 2017 – vê-se que as modalidades de incentivos ofertados passaram por uma ampliação, pois enquanto em 1989 estavam previstas a implantação, modernização ou ampliação de empresas, na nova legislação além dessas, estão inclusas a diversificação e recuperação de empresas – ver no Quadro 3, Apêndice C, o detalhamento de cada programa que compõe atualmente o FDI.

Analisando os impactos das medidas modernizantes – adotadas em fins da década de 1980 e reproduzidas nos anos seguintes – sobre cada setor da economia, Lima Júnior (2014) evidencia que a modernização da agricultura no Ceará aconteceu em conformidade com o modelo seguido, posteriormente, pelo Brasil como um todo, no qual se prioriza a inserção em ramos com uso intensivo de recursos naturais e em escala para expandir as exportações. No Ceará, a agricultura – que foi seu carro-chefe histórico – ganhou expressão no mercado internacional nesse processo modernizante pelo ramo da fruticultura, o que demonstra um deslocamento proeminente e, ao mesmo tempo, a reposição da estrutura econômica baseada na economia primária.

Os dados sobre as principais exportações do Ceará, segundo o valor monetário, no período de 1997 a 2018, corroboram essas constatações. Produtos da agropecuária aparecem entre as cinco principais exportações realizadas pelo estado no período em questão. Além dos alimentos (bens de consumo) – vegetais e frutas, pescado –, destaca-se, também, o fornecimento de matérias-primas (bens intermediários) – peles e couros, cera e outros óleos, têxteis, ferro e aço –, indicando que a pauta exportadora cearense se encontra centrada na economia primária (Quadro 4).

---

[159] São essas: volume de investimento; setores e cadeias produtivas; geração de emprego; aquisição de matérias-primas e insumo no Ceará; localização geográfica; e responsabilidade social (PONTES, VIANNA, HOLANDA, 2006).

[160] A reportagem do jornal cearense "O Povo" de 31 de maio de 2017, intitulada "Estados se opõem à redução de incentivos fiscais", além de destacar o Ceará como estado com melhor situação fiscal do Brasil noticia a intervenção dos governadores dos Estados do Nordeste, dentre os quais Camilo Santana, junto ao governo federal, pela não retirada dos incentivos fiscais dados às empresas localizadas no Nordeste. Ver em: <https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2017/05/estados-se-opoem-a-reducao-de-incentivos-fiscais.html>. Acesso em: 01 jun. 2020.

Quadro 4 – Principais exportações do Ceará segundo o valor monetário – anos selecionados

Ano	Cinco principais produtos exportados x Valor FOB (US$)								
	1º produto segundo o valor exportado			2º produto segundo o valor exportado			3º produto segundo o valor exportado		
	Produto	CGCE	Valor	Produto	CGCE	Valor	Produto	CGCE	Valor
1997	Vegetais e frutas	BC	141.444.184	Têxteis	BI	55.084.425	Pescado	BC	42.527.068
2000	Vegetais e frutas	BC	143.480.802	Têxteis	BI	87.033.618	Calçados	BC	81.048.152
2005	Calçados	BC	204.453.743	Vegetais e frutas	BC	192.618.456	Peles e couros	BI	127.044.896
2010	Calçados	BC	400.377.970	Vegetais e frutas	BC	314.883.523	Peles e couros	BI	165.101.398
2015	Calçados	BC	263.005.171	Vegetais e frutas	BC	252.764.838	Peles e couros	BI	161.689.940
2018	Ferro e aço	BI	1.383.186.751	Calçados	BC	249.181.346	Vegetais e frutas	BC	244.960.568

Ano	Cinco principais produtos exportados segundo o Valor FOB (US$)					
	4º produto segundo o valor exportado			5º produto segundo o valor exportado		
	Produto	CGCE	Valor	Produto	CGCE	Valor
1997	Calçados	BC	35.085.938	Cera e outros óleos	BI	33.249.778
2000	Pescado	BC	56.477.402	Peles e couros	BI	54.153.115
2005	Têxteis	BI	122.409.716	Pescado	BC	108.326.155
2010	Têxteis	BI	70.425.975	Pescado	BC	63.493.873
2015	Cera e outros óleos	BI	64.496.226	Pescado	BC	46.757.484
2018	Peles e couros	BI	74.874.373	Pescado	BC	63.510.119

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do MDIC.

A modernização da agricultura no Ceará, segundo Lima Júnior (2014), ocorreu em paralelo à decadência do algodão e gradativa renúncia das culturas tradicionais, relegadas à baixa produtividade – aos pequenos produtores e pecuaristas foram destinadas políticas públicas com caráter mais compensatório em termos espaciais e sociais, sendo exemplo o estímulo a ovinocaprinocultura. Isso pode contribuir para explicar a redução, de 1980 a 2017, tanto dos hectares utilizados – de 11.743.268 para 6.895.413 ha, com redução, especialmente, dos destinados às lavouras permanentes e temporárias – quanto da força de trabalho empregada – de 1.069.258 para 955.711 trabalhadores. Para esse último fato, pode ter contribuído, também, a expansão da tecnologia, sendo exemplo o aumento do número de tratores (Tabela 44).

Tabela 44 – Dados sobre os estabelecimentos agropecuários no Ceará – 1980-2017

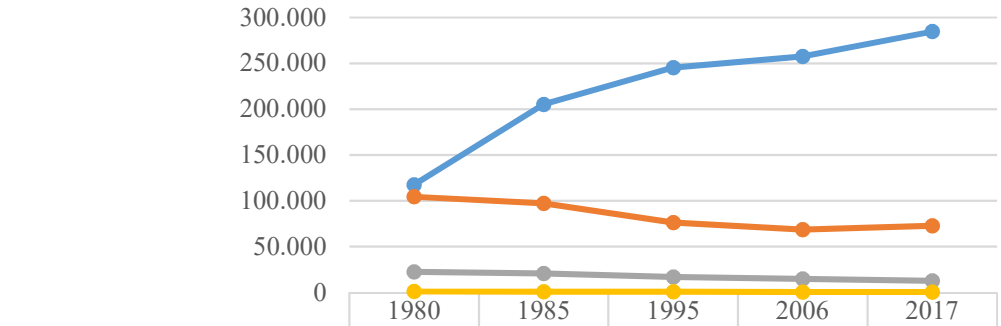
Dados estruturais	Censos				
	1980	1985	1995-1996	2006	2017
Estabelecimentos	245.878	324.278	339.602	381.017	394.317
Área total (hectares - ha)	11.743.268	11.009.161	8.963.842	7.948.067	6.895.413
Utilização das terras (ha)					
Lavouras permanentes	1.530.800	969.939	476.264	584.479	330.463
Lavouras temporárias	1.376.870	1.405.726	892.595	1.338.179	646.348
Pastagens naturais	3.908.918	3.381.575	2.434.673	2.300.141	1.873.280
Pastagens plantadas	126.667	111.917	197.448	314.844	497.612
Matas naturais	3.308.448	2.436.057	2.700.245	2.847.039	3.000.087
Matas plantadas	1.514	6.629	24.626	15.657	6.377
Pessoal ocupado	1.069.258	1.271.800	1.170.724	1.145.990	955.711
Tratores	3.881	4.198	4.528	5.701	6.326

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Agropecuário 2017.

Outro aspecto fundamental sobre a modernização ocorrida no campo cearense refere-se ao fato de que essa ocorreu sem que fosse alterado o *arcaísmo* da histórica concentração fundiária existente (NOBRE, 2008). Os dados dos Censos Agropecuários mostram que de 1980 a 2017, cresceu o número de propriedades com menos de 10 ha (passou de 117.683 estabelecimentos agropecuários em 1980 para 284.633 em 2017), enquanto o número de propriedades com dimensões entre 10 e menos de 100 ha sofreu oscilações, mas voltou a crescer na última década (passou de 68.511 em 2006 para 72.932 estabelecimentos em 2017) e as propriedades a partir de 100 ha sofreram queda ao longo de todo o período mencionado.

Entretanto, apesar das modificações expostas, os dados revelam a permanência de uma forte concentração fundiária no Ceará, pois enquanto as propriedades com menos de 10 ha representam 72,18% do total de estabelecimentos agropecuários e apenas 8,3% do total de ha, as propriedades com dimensões a partir de 100 ha representam 3,33% do universo de estabelecimentos agropecuários e detêm cerca de 58% do total de hectares:

Gráfico 19 – Número de estabelecimentos agropecuários por área (ha) – 1980/2017



	1980	1985	1995	2006	2017
Menos de 10 ha	117.683	205.129	245.312	257.461	284.633
10 a menos de 100 ha	104.445	97.243	76.199	68.511	72.932
100 a menos de 1.000 ha	22.471	20.760	16.871	14.825	12.635
1.000 ha e mais	1.091	1.009	835	685	505

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Agropecuário.

Percebe-se que a modernização da agropecuária no Ceará manteve, portanto, a estrutura fundiária herdada e o processo de redução da participação do setor na economia do estado, o que, conforme exposto no capítulo anterior, vinha em curso desde os "governos dos coronéis". Os dados do IBGE reforçam essa última afirmação, pois o percentual de participação do VAB – valor que cada setor da economia acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região – da agropecuária no VAB total de cada mesorregião do Ceará, no período de 1999 a 2017, sofreu redução em todas as mesorregiões (ver Tabela 45, no Apêndice D) e em quase todas elas – com exceção da mesorregião Jaguaribe – não chegou a 15% em 2017[161].

A maior redução ocorreu nos Sertões Cearenses que antes apresentava, dentre todas as mesorregiões, o maior percentual de participação do setor no total de sua economia (20,73% em 1999). A menor redução se deu na mesorregião metropolitana de Fortaleza – embora nessa a agropecuária apresente um percentual bastante reduzido quando comparada à indústria e aos serviços – que juntamente com a mesorregião Jaguaribe – não por acaso, nessa a agropecuária perfaz 17,63% do VAB total – detém os municípios com maior valor monetário de exportação por produtos da agropecuária no período de 1997 a 2018, sendo esses: Aracati e Icapuí, na mesorregião Jaguaribe; Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Eusébio, Fortaleza e Maracanaú na mesorregião Metropolitana de Fortaleza (ver Quadro 5).

[161] Conforme os dados da Tabela 45, contido no Apêndice D, o percentual de participação do VAB da agropecuária no VAB total das mesorregiões em 1999 e 2017, respectivamente, foi: 16,93% e 11,2% no Noroeste Cearense; 19,75% e 13,8% no Norte Cearense; 0,76% e 0,66% na Metropolitana de Fortaleza; 22,06% e 12,08% nos Sertões Cearenses; 20,73% e 17,63% na mesorregião Jaguaribe; 15,84% e 11,81% no Centro-Sul Cearense; 12,84% e 9,98% no Sul Cearense.

Quadro 5 – Municípios cearenses com maior valor monetário de exportação – anos selecionados

	Ano x municípios com maiores valores de exportação FOB (US$)								
	1997			2000			2005		
	Município	Valor FOB (US$)	Principais produtos exportados	Município	Valor FOB (US$)	Principais produtos exportados	Município	Valor FOB (US$)	Principais produtos exportados
1º	Fortaleza	230.244.206	Frutas; pescado; Cera e outros óleos.	Fortaleza	216.854.755	Frutas; pescado; Cera e outros óleos.	Fortaleza	238.485.350	Frutas; pescado; algodão
2º	Maracanaú	69.491.825	Algodão; alimentos preparados para animais.	Maracanaú	82.769.445	Algodão; fibras sintéticas; frutas.	Maracanaú	195.369.087	Algodão; ferro e aço; peles e couros.
3º	Caucaia	32.230.973	Frutas; Cera e outros óleos.	Cascavel	67.979.448	Peles e couros; frutas	Cascavel	127.600.556	Peles e couros
4º	Sobral	18.226.587	Calçados	Sobral	31.746.809	Calçados	Sobral	61.602.387	Calçados
5º	Cascavel	17.368.365	Frutas	Aracati	15.562.836	Pescado	Aracati	48.171.310	Pescado
6º	Canindé	14.155.313	Calçados	Itapagé	15.220.538	Calçados	Itapagé	37.621.572	Calçados
7º	Horizonte	11.468.265	Vestuário e seus acessórios	Caucaia	11.619.949	Cera e outros óleos	Uruburetama	36.300.641	Calçados; frutas
8º	Uruburetama	9.643.502	Frutas	Canindé	10.770.800	Calçados	Horizonte	34.741.418	Calçados
9º	Aracati	8.441.128	Pescado	Horizonte	7.281.350	Algodão; calçados	Caucaia	22.260.284	Vegetais e frutas
10º	Itapagé	5.763.760	Calçados	Quixeramobim	5.804.534	Calçados	Quixeramobim	22.149.872	Calçados

	2010			2015			2018		
	Município	Valor FOB (US$)	Principais produtos exportados	Município	Valor FOB (US$)	Principais produtos exportados	Município	Valor FOB (US$)	Principais produtos exportados
1º	Fortaleza	263.780.946	Frutas; pescado.	Sobral	184.470.942	Calçados	São Gonçalo do Amarante	1.376.333.866	Ferro e aço
2º	Sobral	179.929.163	Calçados	Fortaleza	177.713.381	Frutas; pescado; Cera e outros óleos.	Sobral	144.508.144	Calçados
3º	Cascavel	160.901.279	Peles e couros; frutas.	Cascavel	134.233.536	Peles e couros	Fortaleza	144.255.017	Frutas; pescado.
4º	Maracanaú	147.675.551	Algodão; peles e couros.	Icapuí	110.601.550	Frutas	Maracanaú	107.046.932	Peles e couros; ferro e aço; algodão.
5º	Itapagé	82.368.946	Calçados	Maracanaú	98.568.741	Peles e couros; algodão; ferro e aço.	Icapuí	90.682.811	Frutas
6º	Icapuí	75.808.977	Frutas	Eusébio	66.329.526	Cera e outros óleos	Caucaia	80.437.098	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos.
7º	Horizonte	45.080.181	Calçados	Uruburetama	62.545.328	Calçados	Itapipoca	54.671.587	Vegetais e frutas; calçados.
8º	Uruburetama	40.999.607	Calçados	Caucaia	50.336.912	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos.	Aquiraz	48.385.688	Frutas
9º	Quixeramobim	38.982.503	Calçados	Aquiraz	24.944.429	Frutas	Uruburetama	36.152.859	Calçados
10º	Caucaia	34.933.803	Cera e outros óleos; Máquinas, aparelhos e materiais elétricos.	Itapipoca	24.002.653	Vegetais e frutas	Cascavel	34.703.830	Peles e couros

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do MDIC.

Em síntese, os dados apontam para uma pauta exportadora centrada na economia primária em detrimento das economias tradicionais, para a reprodução da concentração fundiária, para a redução da participação da agropecuária na economia do estado e, também, para a manutenção da desigualdade e segregação espacial, corroborando a afirmação de Lima Júnior (2014) de que a modernização da agropecuária beneficiou apenas algumas regiões do estado, não apresentando relevância nas regiões onde os problemas do atraso e do subdesenvolvimento – expressos em alto desemprego e pobreza – são severos.

Segundo o autor, essas áreas foram logicamente convertidas em espaços para recepção de indústria de produtos de escala (especialmente calçados e têxteis), mobilizadas pela excessiva oferta de força de trabalho barata e pelos incentivos fiscais. Isso mostra que a precariedade de vida e o desemprego conformam vantagens competitivas no portfólio de investimentos sugeridos pelo Estado, ao lado dos incentivos fiscais. Ao mesmo tempo, exemplificam as expropriações secundárias do capital na medida em que surrupia fundo de reprodução e fundo público que decorrem, em última instância, da renda do trabalho.

Entende-se, portanto, que a ação do Estado – centrada na reprodução da estrutura fundiária fortemente concentrada e no estímulo ao agronegócio em detrimento das culturas tradicionais – tem sido decisiva para moldar as condições propícias à expansão do capital no Ceará no contexto do capitalismo imperialista neoliberal. Isso não só em razão da criação da infraestrutura necessária e da disponibilização de incentivos fiscais, mas também, por contribuir, juntamente com a manutenção do histórico impasse das estiagens[162], para a expropriação dos trabalhadores rurais[163] e sua consequente disponibilização como força de

[162] O Ceará continua sofrendo com os efeitos da estiagem. Segundo dados da Fundação Cearense de Meteorologia e Recurso Hídricos – Funceme, o estado passou recentemente pela pior seca prolongada desde 1910. Não são raros os anos em que as chuvas ficam abaixo da média anual (faixa entre 670 e 930 milímetros, com valor central em 800 mm), conhecidos como ano seco ou ano de estiagem. Mas períodos prolongados com cinco anos de chuvas abaixo da média são menos frequentes. Entre 1910 e 2016 somente em duas ocasiões o Ceará teve cinco anos consecutivos de Seca: de 1979 a 1983 e de 2012 a 2016. Ademais, os dados comprovam que esse último período é o pior já registrado, pois a média anual desta seca é de apenas 516mm, enquanto a média anual de 1979 a 1983 foi de 566mm. Não há comprovações, mas os cientistas trabalham com a hipótese de que as razões para essas médias pluviométricas menores sejam o aquecimento global e as mudanças climáticas. Disponível em: <http://www.funceme.br/?p=1403#:~:text=A%20s%C3%A9rie%20hist%C3%B3rica%20de%20chuvas,seco%20ou%20ano%20de%20estiagem.&text=Ou%20seja%2C%20vivemos%20a%20seca%20mais%20grave%20desde%201910>. Acesso em: 14 jul. 2020.

[163] Segundo a matéria “Seca prolongada intensifica abandono da zona rural do Ceará” do Jornal “O Povo” de 07 de dezembro de 2015, apenas no período entre os anos de 2013 e 2014, cerca de 31 mil pessoas abandonaram a zona rural do estado em direção à zona urbana. Disponível no endereço em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/12/07/noticiasjornalcotidiano,3545176/seca-prolongada-intensifica-abandono-da-zona-rural-do-ceara.shtml>. Acesso em: 25 nov. 2018.

trabalho barata a ser incorporada nas indústrias tradicionais ou nas fileiras do exército de sobrantes, agravando, por um ou outro caminho, as expressões da questão social no estado[164].

Os dados dos Censos Demográficos realizados pelo IBGE reforçam esse entendimento ao mostrarem a continuidade do movimento de redução da população rural no Ceará – processo em curso desde a década de 1960, conforme visto no capítulo anterior – ao longo de todo o período em estudo. Enquanto em 1980 tinha-se 46,52% da população cearense residindo na zona rural do estado, em 2010 esse percentual caiu quase pela metade, contabilizando apenas 24,91% da população do estado no campo:

Tabela 46 – População residente no Ceará por situação do domicílio – 1980/2010

Situação do domicílio	Ano x Variável							
	1980		1991		2000		2010	
	Pop. (Pessoas)	Pop. - % do total geral	Pop. (Pessoas)	Pop. - % do total geral	Pop. (Pessoas)	Pop. - % do total geral	Pop. (Pessoas)	Pop. - % do total geral
Total	5.380.432	100	6.362.620	100	7.418.476	100	8.452.381	100
Urbana	2.877.555	53,48	4.158.059	65,35	5.304.554	71,50	6.346.557	75,09
Rural	2.502.877	46,52	2.204.561	34,65	2.113.922	28,50	2.105.824	24,91

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico.

Isso mostra, também, o avanço da vida urbana no Ceará, ou seja, mesmo que paulatinamente, os dados expressam que a população passou a se concentrar mais nas cidades, o que, possivelmente, exigiu novos arranjos para reprodução social da família proletária cearense, gerando mudanças no modo de vida, de forma geral, crescentemente mercadorizada.

Analisando o movimento de redução da população rural em cada mesorregião do Ceará no período entre 1991 a 2010, observa-se que a maior redução ocorreu nos Sertões – não por acaso, essa mesorregião apresentou a maior redução, também, no percentual de participação da agropecuária no total de sua economia, conforme exposto anteriormente, com base na Tabela 45 (Apêndice D) – que, ainda assim, permanece como a mesorregião com o maior percentual de pessoas residindo em zona rural no estado. As mesorregiões Norte e Jaguaribe também

[164]A matéria "Moradores de rua: problema se agrava na cidade" do Jornal "O Povo" de 23 de abril de 2018, relata – com base nos dados do censo realizado pela Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS) realizado em 2014 e 2015 – que a capital do Ceará tem cerca de 1.718 pessoas em situação de rua e que entre os fatores que tem desencadeado esse quadro social está a permanência do fenômeno da estiagem nos últimos cinco anos. Disponível no endereço: <https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2018/04/moradores-de-rua-problema-se-agrava-na-cidade.html>. Acesso em: 14 dez. 2018.

apresentam mais de 40% de sua população residindo na zona rural, enquanto a RMF revela um inchaço na zona urbana com mais de 97% de sua população concentrada nessa área.

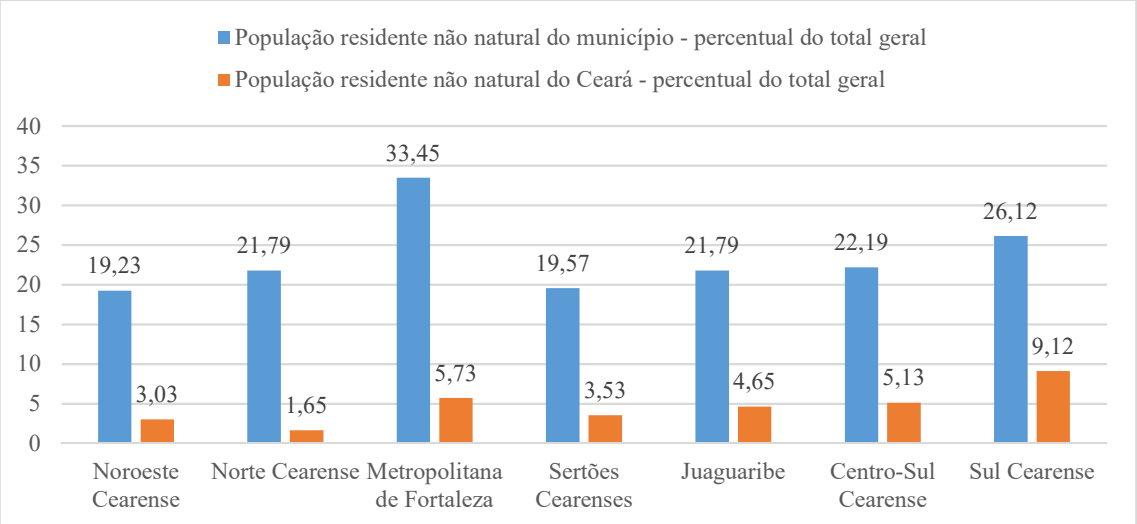
Tabela 47 – Percentual da população residente no Ceará por situação do domicílio – 1991/2010

Mesorregião Geográfica	Ano x Situação do domicílio					
	1991		2000		2010	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Noroeste Cearense	48,79	51,21	58	42	61,32	38,68
Norte Cearense	45,98	54,02	54,35	45,65	57,22	42,78
Metropolitana de Fortaleza	97,08	2,92	97,55	2,45	97,43	2,57
Sertões Cearenses	41,77	58,23	51,52	48,48	57,08	42,92
Jaguaribe	48,81	51,19	56,19	43,81	59,62	40,38
Centro-Sul Cearense	49,93	50,07	57,39	42,61	61,94	38,06
Sul Cearense	61,91	38,09	67,09	32,91	72,32	27,68

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico.

A movimentação da população cearense após a década de 1980 não se limitou a transição entre o campo e a cidade dentro de cada mesorregião do estado, envolvendo, também, um movimento migratório entre os municípios que as compõem, bem como entre elas e para outras regiões do país. No Gráfico 20 é possível ver o percentual da população em cada mesorregião que não era natural do município em que estavam residindo no ano de 2010 e, dentro desse, o percentual daqueles que não eram naturais do Ceará. Observa-se que 33,45% (1.160.100 pessoas) da população total que residia nos municípios da mesorregião Metropolitana de Fortaleza não eram naturais desses, sendo que desse total apenas 5,73% (198.827 pessoas) não eram naturais do Ceará.

Gráfico 20 – População migrante por mesorregião do Ceará em 2010



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico.

Fato é que o Ceará continua perdendo população – o saldo migratório foi negativo em todo o período. Os três principais fluxos de saída de cearense entre 1986 e 1991 foram: São Paulo (94.929 pessoas), Rio de Janeiro (23.346) e Brasília (16.152). Entre 1995 e 2000, permaneceram os mesmos estados como principais fluxos de saída de cearenses: São Paulo (66.384 pessoas), Rio de Janeiro (27.349) e Brasília (10.315). Já entre 2005 e 2010, São Paulo (60.066 pessoas) e Rio de Janeiro (25.819) permaneceram como os estados que mais receberam cearenses, mas em terceiro aparece Pernambuco (9.368), revelando uma mudança no fluxo migratório com: intensificação da migração dentro da própria Região Nordeste, sugerindo deslocamentos a menores distâncias; rotatividade migratória; migração de retorno, possivelmente associada à saturação dos espaços do início da industrialização (IBGE, 2011).

Tabela 48 – Movimento migratório no Ceará – 1991/2010

Ano	Número de Imigrantes	Número de Emigrantes	Saldo líquido migratório
1991	121.652	245.163	(-) 123.511
2000	162.926	186.709	(-) 23.783
2010	112.372	181.223	(-) 68.851

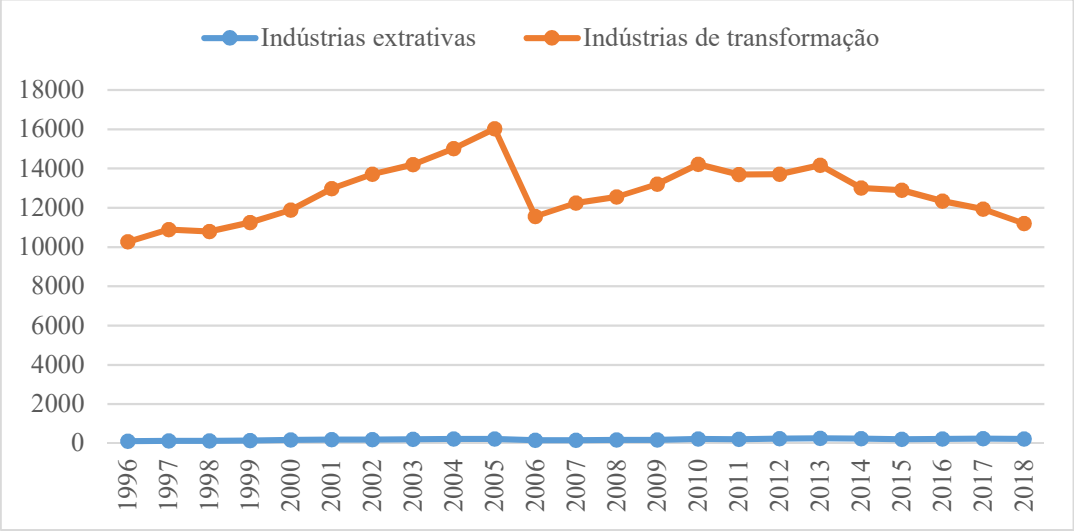
Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico.

Para os rumos do movimento migratório no Ceará entende-se que, também, contribui a dinâmica do desenvolvimento industrial no estado – caracterizada, dentre outros aspectos, pela concentração espacial das empresas, especialmente na RMF. Sobre os impactos das medidas modernizantes sobre esse setor, Lima Júnior (2014) aponta que ocorreu uma fraca expansão de sua participação no Valor da Transformação Industrial (VTI) nacional, em virtude de que a expansão da participação do estado ocorreu no grupo dos bens de consumo não duráveis (no qual se destacam os ramos de calçados, vestuários e alimentos), dependendo, portanto, de outras regiões para produção de máquinas, por exemplo. Esse resultado revela a manutenção do predomínio dos mesmos ramos de atividade econômica, caracterizados pelo uso intensivo de força de trabalho.

> A reflexão sobre o padrão locacional destes setores, cuja transferência é mobilizada pelas transformações econômicas que obrigam incessante busca de menores custos, reafirmam os determinantes da reestruturação produtiva e o caráter de passividade colocado aos espaços periféricos como o caso cearense, cujos municípios sejam da RMF ou do interior, se constituem em verdadeiras plataformas de recepção de atividades econômicas em transformação. As atividades que aportam o território do Ceará, motivadas pelos reduzidos custos dos fatores de produção adicionados à cesta de subsídios passam por uma reestruturação que afeta em primeira instância os seus lugares de origem onde a reestruturação de fato ocorre (LIMA JÚNIOR, 2014, p.142).

Os dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE – disponível para o período de 1996 a 2018 – mostram um crescimento quase que contínuo do número de indústrias no Ceará nos anos posteriores a chegada da burguesia industrial ao governo do estado, sugerindo que a política econômica executada logrou êxito quanto à atração de investimento. As indústrias extrativas passaram de 115 em 1996 para 226 em 2018. Já as indústrias de transformação[165] que totalizavam 5.625 empresas em 1980 – conforme exposto na Tabela 42, disposta no capítulo anterior – passaram a 14.168 em 2013, mas a partir de 2014 – quando os efeitos da crise mundial começam a repercutir na economia brasileira, conforme visto anteriormente – iniciaram um movimento contínuo de queda, reduzindo para 11.206 em 2018 (Gráfico 21)[166].

Gráfico 21 – Número de indústrias extrativas e de transformação no Ceará – 1996-2018



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Cadastro Central de Empresas.

[165] Na CNAE 2.0, utilizada pelo IBGE desde 2006, as indústrias de transformação estão classificadas em: Fabricação de produtos alimentícios; Fabricação de bebidas; Fabricação de produtos do fumo; Fabricação de produtos têxteis; Confecção de artigos do vestuário e acessórios; Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados; Fabricação de produtos de madeira; Fabricação de celulose, papel e produtos de papel; Impressão e reprodução de gravações; Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis; Fabricação de produtos químicos; Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos; Fabricação de produtos de borracha e de material plástico; Fabricação de produtos de minerais não-metálicos; Metalurgia; Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos; Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos; Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; Fabricação de máquinas e equipamentos; Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias; Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores; Fabricação de móveis; Fabricação de produtos diversos; Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos.

[166] Os dados foram dispostos em um só gráfico, mas são oriundos de duas séries distintas, elaboradas por metodologias diferentes, a saber: uma que se estende de 1996 a 2005, na qual o IBGE fez uso da CNAE; e outra que contempla os anos de 2006 a 2018, na qual o IBGE utilizou a metodologia CNAE 2.0. Essa diferença pode talvez explicar o fato dos dados mostrarem uma queda acentuada no número de indústrias – tanto extrativa quanto de transformação – na passagem do ano de 2005 para 2006, pois nota-se que com exceção dessa queda específica, a série mostra continuidade do crescimento até 2013, quando no contexto de crise na economia brasileira, o número de indústrias inicia um movimento de queda.

Quanto à distribuição das indústrias cearenses por tipo de atividade econômica, os dados mostram que a principal atividade – quanto ao número de indústrias dedicadas a sua realização – na indústria extrativa foi a extração de minerais não-metálicos (destacadamente a extração de pedra, areia e argila[167]) e na indústria de transformação as atividades tradicionais – que necessitam de muita matéria-prima, utilizam pouca tecnologia e muita força de trabalho, sem exigência de qualificação para a maior parte da produção – permaneceram sendo maioria.

Embora venham reduzindo seus percentuais – quanto ao número de unidades dentro do total de indústrias de transformação no Ceará –, as indústrias destinadas à confecção de artigos do vestuário e acessórios apareceram em primeiro lugar e aquelas destinadas à fabricação de produtos alimentícios em segundo, respondendo, respectivamente, por: 30,88% e 19,90% das indústrias de transformação em 1996 (ou seja, 50,78% do total); 27,56% e 21,62% em 2000 (49,18% do total); 30,83% e 18,54% em 2006 (49,37% do total); 32,07% e 16,60% em 2010 (48,67% do total); 29,06% e 16,01% em 2015 (45,07% do total); 25,62% e 17,91% em 2018 (43,53% do total)[168].

Se acrescidas outras atividades também dos ramos tradicionais, o percentual das indústrias tradicionais dentro das indústrias de transformação no Ceará fica ainda maior. A título de ilustração, o percentual de 43,53%, que as duas principais atividades industriais tradicionais – em termos de unidades fabris – apresentaram em 2018, salta para 52,15% se forem acrescidos os números – também indústrias tradicionais – daquelas destinadas à fabricação de bebidas, fabricação de produtos têxteis e de preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados.

As indústrias tradicionais, especialmente aquelas ligadas ao setor têxtil e calçadista, predominam não só quanto ao número de empresas dentro do total das indústrias de transformação no Ceará, mas também, quanto ao valor monetário de suas exportações, figurando entre os cinco principais produtos exportados pelo estado (Quadro 4). Ou seja, o papel desempenhado pelo Ceará no processo global de valorização do valor, no contexto do capitalismo imperialista neoliberal, tem sido o de fornecer matéria-prima e bens de consumo (alimento e artigos do vestuário), produzidos mediante a superexploração da força de trabalho cearense, conforme será exposto.

---

[167] Em 2018, 183 indústrias das 226 existentes no Ceará se dedicaram a essa atividade, conforme indicam os dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE.

[168] A extensão da Tabela contendo os dados sobre o número de indústrias de transformação por tipo de atividade econômica (CNAE 2.0) no Ceará, no período de 1996 a 2018, tornou inviável sua exposição na presente pesquisa. Mas os dados podem ser acessados nas Tabelas 992 e 1732 do SIDRA, no endereço: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipp/brasil>.

Outro aspecto relevante da expansão industrial no Ceará refere-se ao fato de que, ao modo do desenvolvimento nacional, tem permanecido também a concentração espacial, apesar das incessantes buscas de interiorização promovida pelos programas de incentivos fiscais (LIMA JÚNIOR, 2014). Os dados sobre o FDI no período de 1995 a 2005[169] (dispostos na Tabela 49) apontam que: houve uma maior concentração de empresas na RMF – principalmente no município de Maracanaú – e isso apesar da legislação ter contribuído para a redistribuição dos investimentos atraídos; empresas mais intensivas em capital optaram por municípios da RMF, enquanto as mais intensivas em trabalho preferiram se localizar fora dessa; no último período em questão, o restante do estado passou a atrair um número de empresas próximo ao da RMF, apesar do investimento ter se concentrado nesta última, sugerindo que empresas industriais de menor porte que as localizadas na RMF se direcionavam para fora dessa (PONTES, VIANNA, HOLANDA, 2006).

Possivelmente a tardia urbano-industrialização limita a ida para o interior do estado daqueles segmentos que dependem de fluxos tecnológicos e de logística, concentrados na grande região que integra a capital. Isso acaba reproduzindo internamente, no estado, aquilo que acontece no contexto mais amplo do país, em termos da concentração do capital e do desenvolvimento desigual e combinado nos territórios.

Tabela 49 – Investimento, emprego e empresas atraídas por período do FDI (R$ de jan./2006) – 1995/2005

Período		FDI (1995-2002)		FDI (2002-2003)		FDI (2003-2005)	
		Total	%	Total	%	Total	%
RMF	Investimento (R$)	2.872.539.517,40	71,1	270.610.750,86	72,4	601.599.586,81	76,6
	Emprego (Qt)	27.895	48,6	5.678	70,7	14.237	63,2
	Empresas (Qt)	153	56,7	25	62,5	64	52,5
Restante Estado	Investimento (R$)	1.165.648.245,60	28,9	103.252.236,45	27,6	184.127.271,75	23,4
	Emprego (Qt)	29.462	51,4	2.357	29,3	8.274	36,8
	Empresas (Qt)	117	43,3	15	37,5	58	47,5
Total	Investimento (R$)	4.038.187.763,00	100,0	373.862.987,31	100,0	785.726.858,56	100,0
	Emprego (Qt)	57.357	100,0	8.035	100,0	22.511	100,0
	Empresas (Qt)	270	100,0	40	100,0	122	100,0

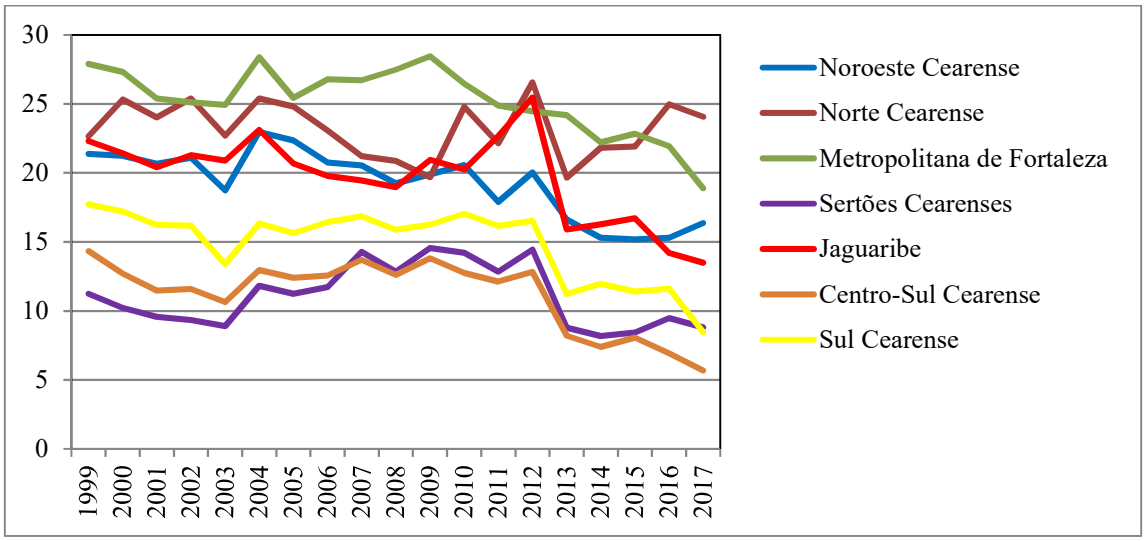
Fonte: PONTES, VIANNA, HOLANDA, 2006.

[169] Não foram localizados relatórios governamentais e/ou pesquisas abordando os efeitos produzidos pelo FDI no período posterior a 2005. Quanto as informações referentes às alterações sofridas pelo FDI em 2017, essa foram obtidas no site da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SETED), no endereço eletrônico: <https://www.sedet.ce.gov.br/incentivos-fiscais/programas/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

Lima Júnior (2014) aponta que a RMF e suas vizinhas, regiões Norte e Noroeste do estado, concentram um número maior e mais diversificado de indústrias, em decorrência da seletividade territorial da acumulação. Em contrapartida, as demais regiões do estado (os Sertões, Jaguaribe, Centro Sul e Sul) seguem com economias estagnadas e de pouca relevância na dinâmica produtiva da indústria cearense.

Os dados sobre o percentual de participação do VAB da indústria no VAB total das mesorregiões, no período de 1999 a 2017 (Tabela 45 no Apêndice D), mostram que – com exceção do Norte Cearense, onde o percentual de participação da indústria dentro do VAB total aumentou de 22,66% em 1999 para 24,06% em 2017, sendo esse o maior dentre todas as mesorregiões – houve redução: Noroeste reduziu de 21,38% para 16,37%; Metropolitana de Fortaleza caiu de 27,09% para 18,89%; Sertões reduziu de 11,25% para 8,81%; Jaguaribe diminuiu de 22,31% para 13,49%; Centro-Sul reduziu de 14,33% para 5,68%; e no Sul Cearense diminuiu de 17,71% para 8,47% (Gráfico 22).

Gráfico 22 – Percentual de participação do VAB a preços correntes da indústria no VAB total de cada de cada mesorregião – 1999-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios.

A concentração industrial também ocorre dentro de cada mesorregião, pois são poucos os municípios[170] que apresentam um número expressivo de indústrias. Tal fato sinaliza para um

[170] Os dados do Cadastro Central de Empresas – disponível somente para o período de 2006 a 2018 – mostram que em 2006, 2010, 2015 e 2018, respectivamente: Sobral aparece como o município do Noroeste com maior número de indústrias – 256, 252, 238 e 221; no Norte, destaca-se Itapipoca – 89, 81, 72 e 59 indústrias; nos Sertões, Quixeramobim tem a maior concentração – 90, 60, 57 e 55 indústrias; na mesorregião Jaguaribe, o município de Russas concentra o maior número de indústrias – 133, 239, 205 e 175 – seguido por Limoeiro do Norte – 125, 114, 96 e 108; no Centro-Sul, Iguatu – com 180, 177, 175 e 161; e no Sul, Juazeiro do Norte aparece com um número expressivo – 723, 903, 715 e 625 indústrias – seguido pelo Crato – com 144, 176, 162 e

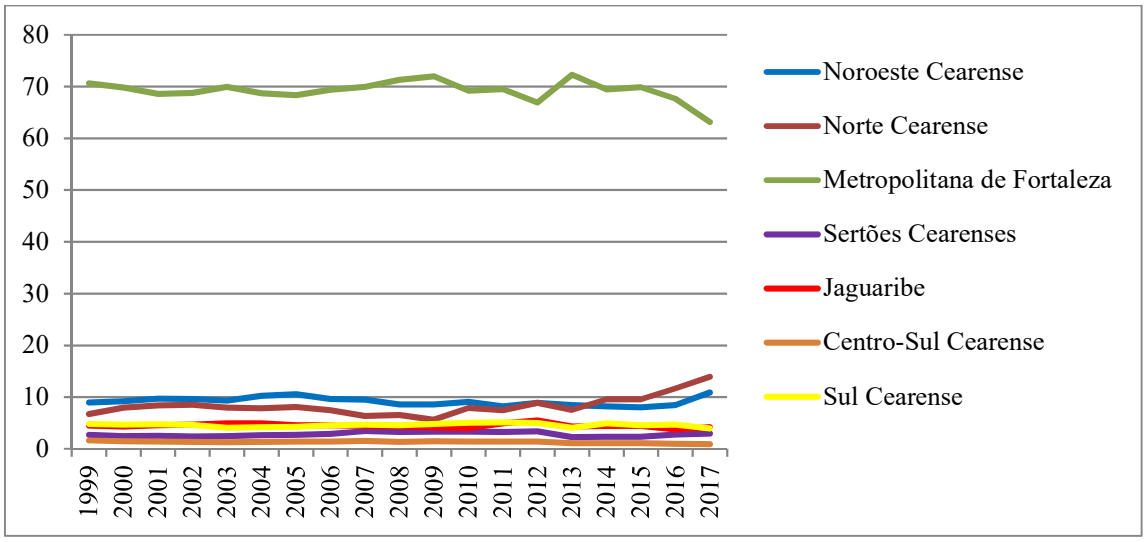
desenvolvimento capitalista desigual e combinado no Ceará, apresentando esse, poucas áreas com dinamismo econômico e uma vastidão de outras sem isso, restando-lhes cumprir o papel de depósito de força de trabalho abundante e barata, fundamental ao processo de valorização do valor de que participa.

Soma-se a isso, uma desconcentração industrial limitada, majoritariamente, às atividades tradicionais – fabricação de produtos alimentícios; de confecção de artigos do vestuário e acessórios; calçadista –, enquanto as de maior desenvolvimento tecnológico – como as de fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos; fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; fabricação de máquinas e equipamentos; fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias – permaneceram não só em número reduzido no estado, mas também concentradas na mesorregião Metropolitana de Fortaleza. Corroboram com essas afirmações os dados contidos no Quadro 5 sobre os municípios e suas exportações.

Essa concentração quantitativa e qualitativa das indústrias explica as diferenças nos percentuais de participação do VAB industrial de cada mesorregião no VAB industrial do Ceará, no período de 1999 a 2017. Conforme apontam os dados, embora a mesorregião Metropolitana de Fortaleza venha apresentando redução em seu percentual de participação a partir de 2014, esse ainda permanece muito elevado (acima de 60%) em relação aos das demais mesorregiões. Norte e Noroeste cearense aumentaram seus percentuais no decorrer do período – passaram, respectivamente, de 6,74% e 8,98% em 1999 para 13,92% e 10,9% em 2017 –, enquanto os Sertões apresentaram crescimento pífio – de 2,71% em 1999 para 2,98% em 2017 – e as demais mesorregiões, queda em seus percentuais – Jaguaribe caiu de 4,49% para 4,2%, Centro-Sul reduziu de 1,63% para 0,9% e o Sul de 4,81% para 3,95% (Gráfico 23).

145 indústrias nos anos citados. Já na mesorregião Metropolitana de Fortaleza, a capital detém o maior número de indústrias no estado – 5.817 em 2006, 7.015 em 2010, 6.092 em 2015 e 4.971 em 2018 – seguida por Maracanaú – com, respectivamente, 404, 571, 606 e 549 indústrias –, Caucaia – 371, 497, 561 e 525 indústrias –, Eusébio – 189, 255, 286 e 279 indústrias – e Pacajus – com 95, 115, 122 e 98 indústrias.

Gráfico 23 – Percentual de participação do VAB a preços correntes da indústria de cada mesorregião no VAB da indústria a preços correntes do Ceará – 1999-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios.

Enquanto agropecuária e indústria reduziram seus percentuais de participação na economia do Ceará, os serviços expandiram em todo o estado. Segundo dados do IBGE, o percentual de participação do VAB dos serviços no VAB total de cada mesorregião cresceu no período de 1999 a 2017: no Noroeste Cearense passou de 61,69% para 72,43%; no Norte aumentou de 57,58% para 62,14%; na Metropolitana de Fortaleza ampliou de 71,34% para 80,45%; nos Sertões foi de 66,69% para 79,11%; no Jaguaribe Cearense aumento de 56,97% para 68,88%; no Centro-Sul passou de 69,83% para 82,51%; no Sul Cearense passou de 69,46% para 81,56% (Tabela 45 no Apêndice D).

Lima Júnior (2014) sinaliza que esse crescimento está associado a uma série de fatores que atingiram o setor de serviços no Brasil: a expansão do setor industrial para as bordas urbanas, demandando atividades de apoio (serviços financeiros, de transporte, comércio, dentre outros); as alterações na dinâmica econômica brasileira, em virtude do processo de desconcentração produtiva; a indução dada pela ação governamental por intermédio de políticas sociais – destacam-se a previdência social, as transferências intergovernamentais, o emprego público e as transferências de renda às famílias pelo Programa Bolsa Família; e também, o aquecimento do consumo.

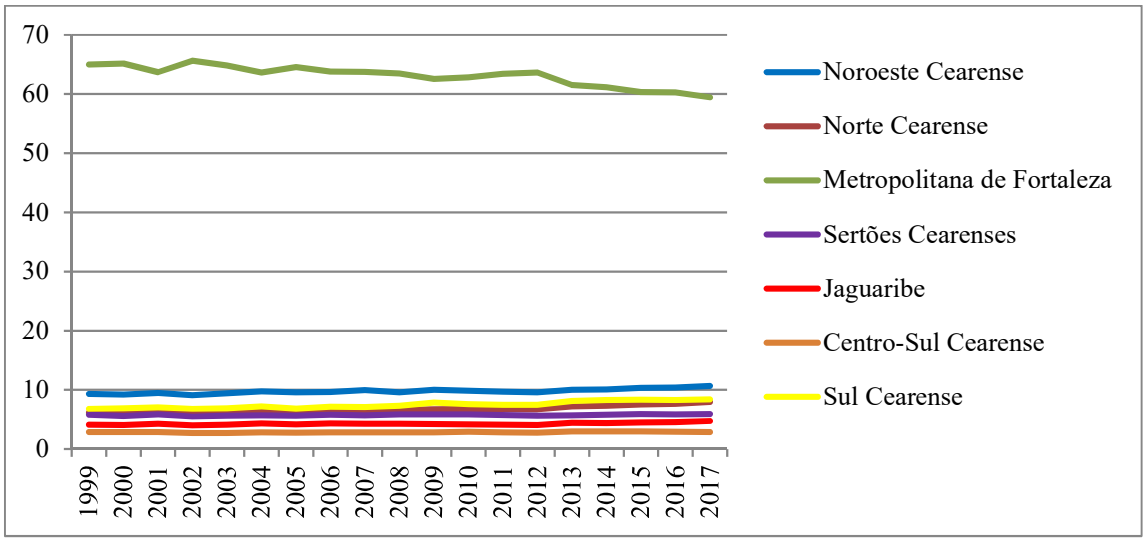
O autor esclarece ainda que no caso do Ceará, a dinâmica do setor de serviços foi afetada, também, pelas seguintes medidas implementadas após 1986: intensificação de políticas nos âmbitos educacional, de saneamento e saúde, como estratégias usadas para adequar a abundante força de trabalho; e sistematização de amplo conjunto de ações voltado para

promover a atividade do turismo, predominantemente na RMF. Essas e outras medidas (como o ajuste das contas públicas), acrescidas da oferta de infraestrutura e dos incentivos fiscais foram, como já destacado, as prioridades da modernização do Ceará.

Em razão da expansão dos serviços estar interligada à expansão industrial, tem-se nele a mesma concentração ocorrida na indústria, com a RMF abarcando mais da metade dos serviços. Entretanto, Lima Júnior (2014) aponta que após 2010 é visível um gradativo movimento de desconcentração em decorrência do crescimento urbano generalizando-se a todo o estado.

Essas afirmações são corroboradas pelos dados da pesquisa "Produto Interno Bruto dos Municípios" do IBGE. Observa-se no gráfico abaixo que o percentual de participação do VAB do setor serviços da mesorregião Metropolitana de Fortaleza no VAB do setor serviços no estado vem em declínio, mas ainda assim responde por quase 60% do total – decresceu de 64,98% em 1999 para 59,44% em 2017. Nesse mesmo intervalo, as demais mesorregiões aumentaram seus percentuais de participação, embora em níveis diferentes: Noroeste passou de 9,32% para 10,66%; Norte ampliou de 6,16% para 7,94%; o percentual dos Sertões passou de 5,77% para 5,91%; Jaguaribe ampliou de 4,12% para 4,74%; Centro-Sul apresentou crescimento bem reduzido, passando de 2,86% para 2,88%; e o Sul ampliou sua participação 6,79% para 8,4%.

Gráfico 24 – Percentual de participação do VAB a preços correntes dos serviços de cada mesorregião no VAB dos serviços a preços correntes do Ceará – 1999-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios.

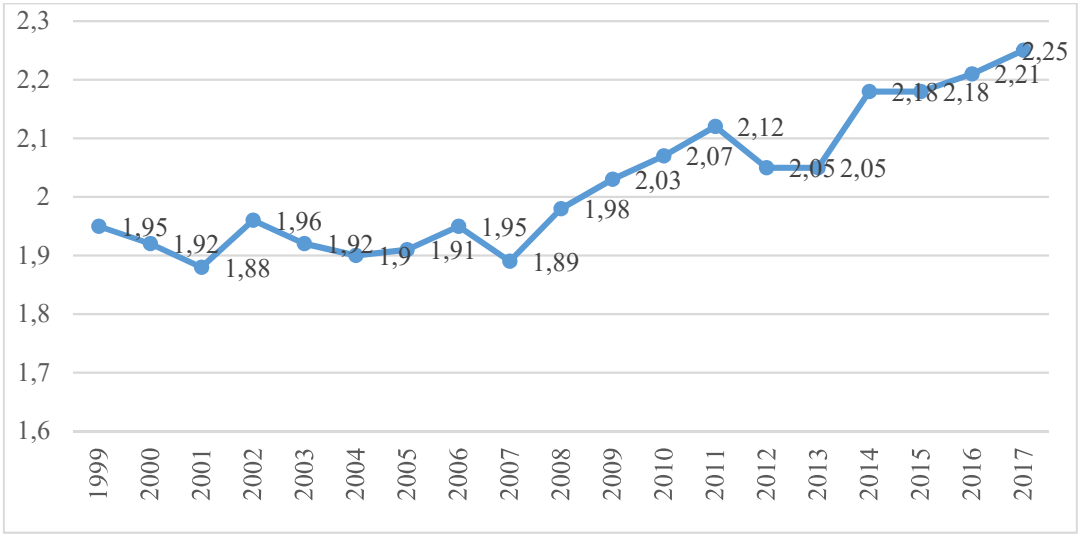
Contudo, Lima Júnior (2014) ressalta que além dos segmentos do setor serviços relacionados diretamente às condições próprias de uma metrópole (tais como transporte e comunicação), as atividades mais sofisticadas continuam predominantemente nos municípios metropolitanos. Os dados do IBGE confirmam, também, essas afirmações. Em 2017, nove municípios[171] da mesorregião Metropolitana de Fortaleza concentraram: 63,82% das empresas do segmento de transporte, armazenagem e correio; 71,32% das empresas do segmento de informação e comunicação; 85,95% das empresas que realizavam atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; e 77,18% das empresas que realizavam atividades imobiliárias.

Essa tendência dos serviços na economia capitalista é generalizada no mundo, principalmente a partir da década de 1980, quando há diminuição do emprego na indústria, favorecido pela automação no segmento, reduzindo o trabalho vivo. Outro fato inerente a isso é a crescente mercadorização das atividades de reprodução para escoar capital excedente, provocando o crescimento dos serviços. Mas, a particularidade das formações sociais dependentes é que elas vão acentuar o trabalho nos serviços sem terem passado pelo estágio do domínio tecnológico e generalização do trabalho industrial, coexistindo o trabalho da moderna economia cearense com o trabalho agrário, o trabalho informal e outras formas pretéritas.

Todavia, os resultados das estratégias adotadas para promover o desenvolvimento econômico do Ceará ganham contornos mais claros, também, com a análise dos dados sobre o PIB do estado, os quais revelam que o Ceará, de fato, "disparou" economicamente. De 1987 a 1999 a taxa acumulada de variação do PIB no estado atingiu 70,6%, enquanto no Nordeste foi de 39,1% e no Brasil 24,7% (PEREIRA JUNIOR, 2011). Nos anos mais recentes, de 2002 a 2014 o PIB do Ceará manteve o crescimento e acumulou uma taxa de 62,62%, enquanto o Nordeste e o Brasil acumularam respectivamente, 58,78% e 50,73%. O desempenho do PIB estadual sobre o PIB federal cresceu, passando de 1,72% em 1985 para 1,95% em 1999, atingindo em 2017 a participação de 2,25% (Gráfico 25).

[171] Os municípios foram: Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Fortaleza, Horizonte, Maracanaú, Maranguape, Pacajus e São Gonçalo do Amarante.

Gráfico 25 – Percentual de participação do PIB a preços correntes do Ceará no PIB a preços correntes do Brasil – 1999-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios.

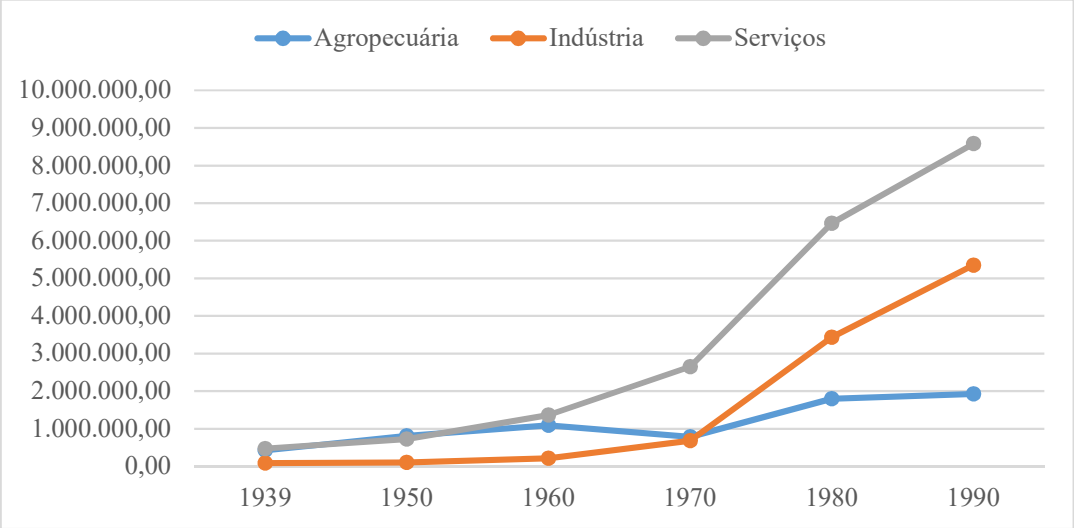
Pereira Junior (2011), ao comparar a taxa de crescimento anual do PIB do Brasil com a do Ceará, ressalta os resultados bastante diferentes entre a década que antecipa os programas de reestruturação no estado e as décadas nas quais surgem os seus resultados. Enquanto de 1985 a 1990 a taxa do Ceará foi de 0,7% ao ano e a do Brasil 2,03%, entre 1990 e 1995 os valores sofrem inversão com a taxa cearense crescendo 6,79% e a nacional 2,86%. De 1995 a 2000, a taxa do estado salta para 9,06% e a nacional cresce apenas 1,69%. Nos anos recentes, de 2010 a 2012, a taxa de crescimento do Brasil foi superior a do Ceará, mas em 2013 e 2014 o referido estado voltou a superar o Brasil, apresentando taxas de crescimento de 5,06% e 4,18% respectivamente, enquanto o Brasil cresceu 3,00% em 2013 e 0,50% em 2014. Com os efeitos da crise na economia brasileira, em 2015 e 2016 as taxas foram descrentes no Ceará (-3,42% e -4,08%) e no Brasil (-3,55% e -3,28), recuperando-se, seguidamente, em 2017 com o referido estado apresentando taxa de crescimento do PIB superior (1,49%) a do Brasil (1,32%) (IPECE, 2017; 2019).

Quanto à composição do PIB[172], nota-se a continuidade das mudanças que vinham em curso nas décadas anteriores. Conforme visto no capítulo anterior, as ações desenvolvidas nos "governos dos coronéis" demarcaram a transição do modelo agroexportador para outro centralizado na indústria e nos serviços – até a década de 1950 a agropecuária respondia pela maior parte da riqueza gerada no Ceará, seguida pelo setor de serviços e indústria (Tabela 31),

[172] Relembrando que o PIB é a soma dos VABs setoriais (valor que cada setor da economia acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região) e dos impostos.

mas nas décadas que se seguiram, o setor de serviços consolidou-se como o de maior participação na riqueza produzida, seguida pela indústria e agropecuária (Tabela 39). Os dados do IPEA sobre o PIB do Ceará mostram que essa dinâmica permaneceu na passagem da década de 1980 para 1990: o setor de serviços participou com R$8.580.833,09, a indústria com R$5.350.781,21 e a agropecuária com R$1.923.309,92[173].

Gráfico 26 – PIB do Ceará segundo valor adicionado por cada setor econômico a preços básicos – 1939/1990

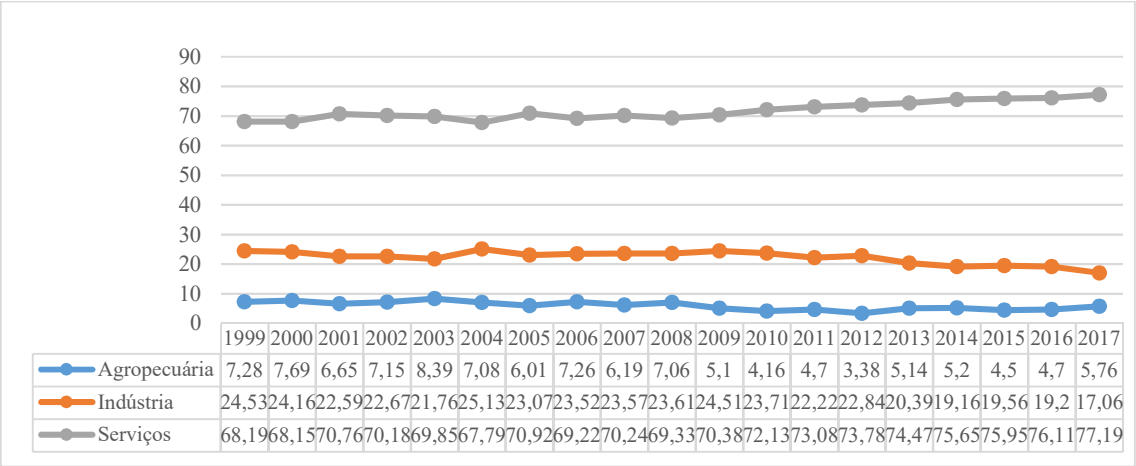


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IPEA.

O setor serviços continuou a ampliar sua participação na economia estadual, passando de 68,1% em 1999 para 77,1% em 2017, confirmando o Ceará como uma pujante economia de serviços. A indústria participou com 24,5% em 1999 e após oscilações ocorridas até o ano de 2009 iniciou um movimento de queda, perfazendo 17% do PIB do estado em 2017. Já o setor agropecuário, respondia por 7,28% em 1999 reduziu sua participação para 5,76% em 2017.

[173] Valor adicionado – preços básicos – a preços do ano 2000. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 01 jun. 2020.

Gráfico 27 – Percentual de participação do VAB a preços correntes das atividades econômicas no VAB total do Ceará – 1999-2017



	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Agropecuária	7,28	7,69	6,65	7,15	8,39	7,08	6,01	7,26	6,19	7,06	5,1	4,16	4,7	3,38	5,14	5,2	4,5	4,7	5,76
Indústria	24,53	24,16	22,59	22,67	21,76	25,13	23,07	23,52	23,57	23,61	24,51	23,71	22,22	22,84	20,39	19,16	19,56	19,2	17,06
Serviços	68,19	68,15	70,76	70,18	69,85	67,79	70,92	69,22	70,24	69,33	70,38	72,13	73,08	73,78	74,47	75,65	75,95	76,11	77,19

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios.

Para esses resultados do PIB do Ceará, referente ao período de 1999 a 2017, suas mesorregiões contribuíram de forma distinta (Tabela 50). Os dados mostram que os esforços dos governos estaduais para descentralizar os investimentos para as outras regiões do estado não têm produzido mudanças substanciais, pois embora a mesorregião Metropolitana de Fortaleza venha reduzindo seu percentual de participação, observa-se que essa ainda respondeu por 58,88% do PIB do Ceará em 2017. Em consonância com os dados apresentados anteriormente sobre o desenvolvimento econômico de cada mesorregião, nota-se, também, que as mesorregiões Noroeste e Norte, em razão de deterem economias mais dinâmicas, apresentaram o segundo e terceiro maiores percentuais de participação. Já as demais mesorregiões apresentaram crescimento pífio ou mesmo decréscimo – como foi o caso do Centro-Sul Cearense –, reflexo de suas economias estagnadas.

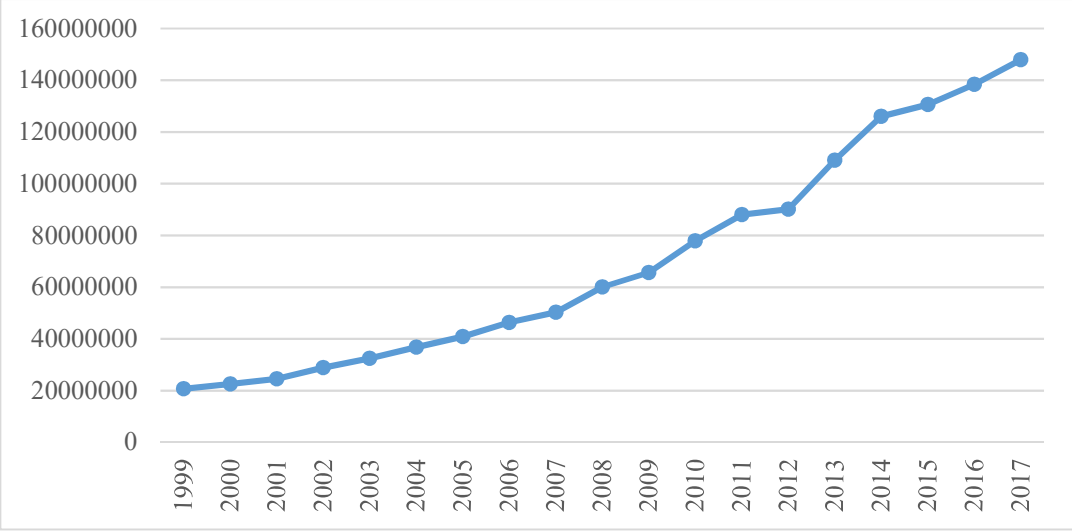
Fato é que o PIB do Ceará sofreu um forte crescimento nas últimas décadas, passando de R$20.733.662 em 1999 para R$147.890.392 em 2017 (Gráfico 28). O PIB *per capita*, segundo apontam os dados do IPECE referentes ao período de 2002 a 2017, também cresceu (passou de R$3.712,24 em 2002 para R$16.395,00 em 2017), porém abaixo do PIB *per capita* nacional (R$8.440,27 em 2002 e 31.702,00 em 2017) e do PIB *per capita* do Nordeste (R$3.956,98 em 2002 e R$16.649,00 em 2017), conforme exposto no Gráfico 29.

Tabela 50 – Percentual de participação das mesorregiões no PIB do Ceará – 1999-2017

Mesorregião Geográfica	Ano																		
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Noroeste Cearense	9,76	9,9	10,04	9,85	10,36	10,69	10,51	10,39	10,38	9,9	10,05	9,95	9,67	9,52	9,83	9,8	9,9	10,21	10,87
Norte Cearense	6,8	7,1	7,34	7,12	7,12	7,24	7,06	7,69	7,34	7,53	7,19	7,96	7,85	8,15	7,52	8,09	8,28	8,71	9,55
Metropolitana de Fortaleza	64,39	64,08	63,54	64,34	63,25	63	63,84	62,63	63,2	63,06	63,47	63,22	63,38	63,79	62,94	61,78	61,58	60,88	58,88
Sertões Cearenses	5,44	5,36	5,4	5,31	5,52	5,22	5,23	5,38	5,23	5,49	5,23	5,16	5,28	4,94	4,9	5,07	5,13	5,29	5,4
Jaguaribe	4,64	4,6	4,74	4,71	4,83	5,12	4,89	5,13	5,12	5,12	4,65	4,51	4,6	4,62	5,22	5	5,01	4,88	5,11
Centro-Sul Cearense	2,63	2,65	2,6	2,45	2,54	2,49	2,45	2,51	2,45	2,42	2,44	2,5	2,48	2,4	2,56	2,7	2,63	2,6	2,57
Sul Cearense	6,35	6,32	6,34	6,21	6,38	6,24	6,02	6,27	6,27	6,48	6,97	6,71	6,72	6,58	7,03	7,55	7,48	7,42	7,62

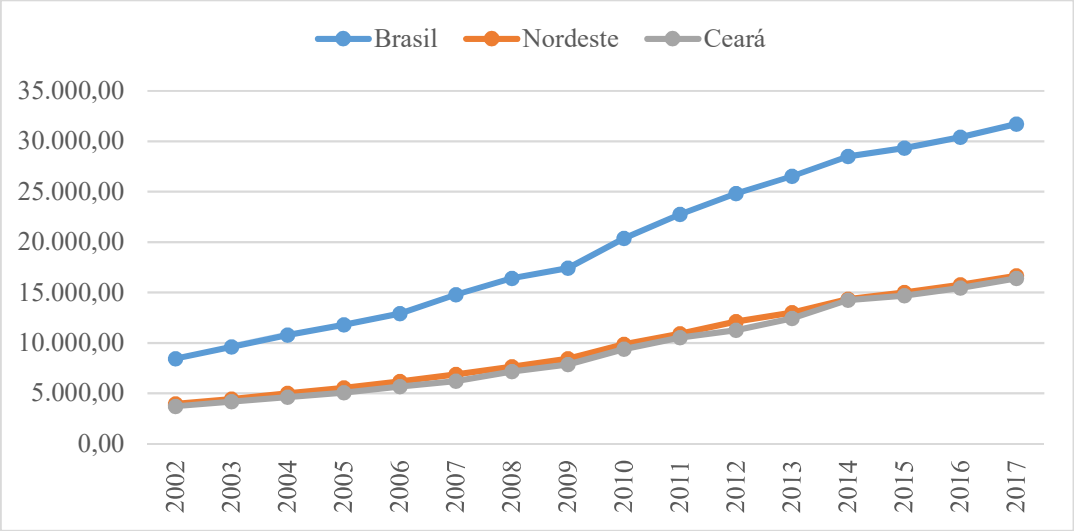
Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios.

Gráfico 28 – PIB a preços correntes do Ceará – 1999-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios.

Gráfico 29 – PIB *per capita* a preços correntes do Ceará – 2002-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia e do IPECE.

Assim, embora o Ceará tenha apresentado taxa acumulada de variação do PIB bem superiores às do Brasil e do Nordeste, observa-se pelo cálculo do PIB *per capita* que o montante de riqueza produzido pelo estado ficou aquém do produzido pela nação e pela referida região. Entende-se isso como sendo uma resultante da forma de participação do estado no processo de valorização do valor – mantida no contexto do capitalismo imperialista neoliberal em razão da reprodução da concentração de capital, expressa tanto no número de empresas quanto nos tipos de atividades prevalentes – que, conforme exposto, tem se caracterizado, entre outros aspectos, por um setor industrial não só reduzido, mas também centrado em atividades tradicionais voltadas para produção de bens com baixo valor agregado.

Em suma, a incorporação precoce do Ceará à lógica do imperialismo neoliberal, viabilizada pela chegada da burguesia industrial local ao controle do Estado, desencadeou um processo de modernização conservadora nesse território. Isso porque a almejada inserção da economia local no mercado mundial: foi viabilizada pela combinação de práticas neoliberais e práticas conservadoras existentes no estado – os recursos públicos extraídos pelas medidas neoliberais sustentaram a política industrial focada tanto na atração de investimentos, por meio do uso inovador de campanhas publicitárias, e, principalmente, da velha concessão de benefícios fiscais, quanto na realização de obras de infraestrutura; ocorreu sem provocar alterações na estrutura herdada da época dos coronéis, mantendo-se a forte concentração fundiária e a concentração do capital; reforçou o papel do Ceará como economia agroexportadora dentro da divisão internacional do trabalho – destacando-se a exportação de

matérias-primas e de bens de consumo, como alimentos e artigos do vestuário – e, consequentemente, também, a condição de dependência do estado.

Apesar do êxito obtido na atração de indústrias, isso não representou um aumento do percentual de participação do setor no PIB do estado. Ao contrário, tanto o setor industrial quanto o setor agropecuário reduziram sua participação na produção de riqueza, enquanto o setor de serviços ampliou a sua contribuição. Ademais, o projeto da burguesia industrial não conseguiu modificar substancialmente a estrutura industrial do estado, permanecendo essa centrada nas atividades tradicionais e concentrada – assim como os outros setores da economia também – na Mesorregião Metropolitana de Fortaleza. Não por acaso as regiões do estado têm participado de formas bem diferentes do processo de valorização do valor, corroborando que o desenvolvimento capitalista, de fato, ocorre de maneira desigual.

Ademais, a modernização conservadora implantada pela burguesia industrial e mantida pelos governos posteriores elevou a produção de riqueza no Ceará, mas – em razão da forma de participação do estado na produção do valor, caracterizada, entre outros aspectos, por um setor industrial reduzido e voltado para produção de bens com baixo valor agregado – essa permaneceu aquém, conforme revelam os dados do PIB e PIB *per capita* do estado quando comparados com os da Região Nordeste e do Brasil.

Explicitadas as particularidades do processo de inserção e de reprodução do Ceará na lógica do capitalismo imperialista neoliberal, faz-se necessário analisar os impactos dessa dinâmica sobre a desigualdade inerente – visto que é produzida e reproduzida pelo capital em sua busca pela valorização do valor e equacionamento de suas contradições e crise cíclicas – ao modo de produção capitalista, ou seja, sobre a questão social, na realidade do Ceará. Para tanto, passa-se à discussão sobre as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores cearenses na cena contemporânea.

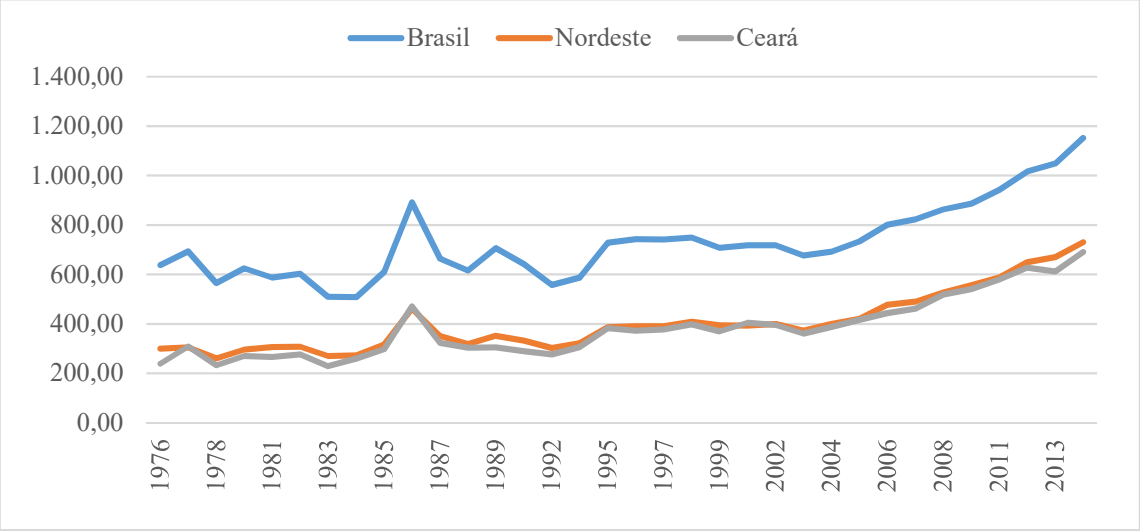
4.2 **Os impactos da reprodução do valor no contexto do capitalismo imperialista neoliberal sobre a questão social no Ceará**

A descrição da medida de distribuição da riqueza de um grupo populacional ou geográfico tem por base a variável do PIB *per capita*. Esse, como se sabe, refere-se à riqueza que caberia a cada indivíduo em um determinado território se o montante produzido fosse dividido igualmente entre todos. Contudo, em essência, na dinâmica do capital, à produção socializada segue-se a apropriação privada da riqueza produzida, em dinâmicas que geram

concentração de renda e desigualdade social, com densidade ainda maior nos territórios do capitalismo dependente.

Nesse sentido, embora a riqueza produzida no Ceará tenha crescido, fruto de toda aquela política mencionada, sugerindo um PIB *per capita* elevado, a série histórica do IPEA, referente ao período de 1976 a 2014, mostra que o estado aparece em todo esse intervalo com rendimento domiciliar *per capita* abaixo da média nacional e da média do Nordeste – com exceção dos anos de 1977, 1986 e 2001 (Gráfico 30). Nos anos mais recentes, de 2015 a 2018, o rendimento domiciliar *per capita* no Ceará continuou abaixo da média do Brasil, mas acabou superando a média do Nordeste após 2016 (Tabela 51).

Gráfico 30 – Renda domiciliar *per capita* média no Brasil, Nordeste e Ceará – 1976-2014



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IPEA.

Tabela 51 – Rendimento domiciliar *per capita* médio mensal no Brasil, Nordeste e Ceará – 2015-2018

Nível territorial	Ano x valor (R$)			
	2015	2016	2017	2018
Brasil	1.297	1.286	1.285	1.337
Nordeste	842	811	818	815
Ceará	813	794	830	848

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IPECE – Indicadores Sociais do Ceará 2018.

Analisando-se a situação por mesorregião do Ceará (Tabela 52), os dados do último Censo Demográfico mostram que o rendimento domiciliar *per capita* nessas ficou abaixo da média nacional, do Nordeste e do próprio estado – com exceção da mesorregião Metropolitana de Fortaleza, cuja média só não foi superior à média nacional. Observa-se, também, que as mesorregiões Norte e Noroeste – juntamente com os Sertões Cearenses – apresentaram as

menores médias do estado, apesar de, conforme visto anteriormente, serem regiões com economia mais dinâmica – em razão da presença de um número maior e mais diversificado de indústrias e percentuais mais elevados de participação no PIB do estado.

Tabela 52 – Rendimento nominal médio mensal domiciliar *per capita* no Brasil, Nordeste, Ceará e suas mesorregiões em 2010

Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Mesorregião Geográfica	2010 (valor em R$
Brasil	767,02
Nordeste	458,63
Ceará	445,88
Noroeste Cearense	271,49
Norte Cearense	253,63
Metropolitana de Fortaleza	677,27
Sertões Cearenses	264,85
Jaguaribe	311,02
Centro-Sul Cearense	308,43
Sul Cearense	339,65

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico.

Os dados sugerem, portanto, que a presença de uma maior ou menor quantidade e variedade de atividades econômicas não é suficiente – embora seja fator fundamental, conforme será demonstrado – para explicar o baixo rendimento *per capita* no Ceará. Aprofundando a análise pelo detalhamento do rendimento por atividade econômica, cujos dados do Cadastro Central de Empresas encontram-se disponíveis para o período de 2006 a 2018, observa-se que a força de trabalho no Ceará apresenta, na maioria das atividades, salário médio mensal inferior ao do Brasil e do Nordeste – por exemplo, em 2018, a média salarial na indústria de transformação no Brasil foi de 3,2 salários mínimos, enquanto no Nordeste foi de 2,1 e no Ceará 1,8 (Tabela 53).

Tabela 53 – Média salarial mensal (salários mínimos) por atividade econômica no Brasil, Nordeste e Ceará – 2006/2018

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)	Salário médio mensal (Salários mínimos)											
	2006			2010			2015			2018		
	BR	NE	CE	BR	NE	CE	BR	NE	CE	BR	NE	CE
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	2	1,6	1,4	2	1,5	1,4	2,1	1,6	1,5	2	1,5	1,5
Indústrias extrativas	5,2	3,3	1,5	6,2	3,2	1,7	5,5	3,1	2,2	5	2,9	1,8
Indústrias de transformação	3,8	2,2	1,8	3,5	2	1,7	3,3	2,1	1,8	3,2	2,1	1,8
Eletricidade e gás	10,9	9,2	10	10,1	9,2	8,5	8,7	7,5	3,8	8	7,2	7,7
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	4,2	3,6	3,5	3,5	3,4	3,1	3,6	3,4	3	3,5	3,2	2,9
Construção	2,7	2	1,7	2,8	2	1,8	2,6	2	2,1	2,3	1,9	1,9
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	2,2	1,6	1,6	2	1,5	1,5	2	1,5	1,6	2	1,5	1,6
Transporte, armazenagem e correio	3,5	2,3	2,2	3,1	2,1	2	3	2,1	2	2,9	2,1	2,1
Alojamento e alimentação	1,6	1,4	1,2	1,5	1,3	1,2	1,6	1,3	1,2	1,6	1,3	1,2
Informação e comunicação	6,4	3,6	3	6,1	3	2,6	5,3	2,7	2,4	5,1	2,5	2,3
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	9,2	5,7	8,5	7,5	4,9	8,1	7,4	4,4	6,6	7,3	4	6,5
Atividades imobiliárias	3	1,9	1,9	2,9	1,9	1,7	2,7	1,9	2,4	2,6	1,7	2,2
Atividades profissionais, científicas e técnicas	4,8	2,9	3	4,1	2,8	2,3	3,8	2,5	2,2	3,5	2,2	2,2
Atividades administrativas e serviços complementares	2,1	1,6	1,5	1,9	1,5	1,5	1,9	1,5	1,6	1,9	1,5	1,6
Administração pública, defesa e seguridade social	4,5	3,3	2,9	4,4	3	3,1	4,4	3,3	3	4,4	3,2	3
Educação	4,5	3,9	3,9	3,8	3,5	3,3	3,9	3,6	3,4	3,8	3,6	3,5
Saúde humana e serviços sociais	3,2	2,4	2,5	3,1	2,6	2,4	3,2	2,7	2,7	3	2,4	2,6
Artes, cultura, esporte e recreação	2,6	1,8	1,5	2,6	2,6	1,4	2,4	1,7	1,5	2,4	1,9	1,8
Outras atividades de serviços	2,7	1,9	1,6	2,4	1,8	1,7	2,2	1,6	1,8	2,2	1,6	1,8
Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	8	10,8	-	7,1	6,9	-	5,9	5	-	5,8	4,3	-

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Cadastro Central de Empresas.

Essa condição é constatada, inclusive, quando se compara o salário médio mensal dos trabalhadores com nível superior no Ceará, no Nordeste e no Brasil, comprovando, assim, que a força de trabalho cearense é, no geral, remunerada abaixo da média nacional e nordestina. Sobre a questão da instrução cabe ressaltar ainda, que os trabalhadores com nível superior apresentaram, em todas as atividades econômicas, salário médio mensal superior ao recebido pelos trabalhadores sem nível superior[174].

Ademais, os dados mostram que a maior parcela dos trabalhadores ocupados assalariados no Ceará não tem nível superior, embora tenha ocorrido uma redução desse percentual (caiu de 84,44% em 2009 para 78,47% em 2018) e aumento no percentual de trabalhadores com nível superior (passou de 15,55% em 2009 para 21,52% em 2018). Por isso, os dados demonstram mobilidade na escolarização da força de trabalho cearense, mas num movimento não universalizado, prevalecendo um quadro de baixa qualificação formal, contrastante com os anseios de uma economia modernizada, sobretudo, tendo em vista a herança histórica mencionada no capítulo anterior.

Além das disparidades na remuneração das atividades econômicas entre os níveis territoriais – Ceará, Nordeste e Brasil –, os dados da Tabela 53 mostram uma grande diferença salarial entre essas no Ceará. Entre 2006 e 2018, o salário médio mensal dos trabalhadores das atividades de alojamento (hotéis e similares; outros tipos de alojamento não especificados anteriormente) e alimentação (restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas; serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada) foi de 1,2 salários mínimos – a menor média dentre as atividades econômicas –, enquanto que as atividades de eletricidade e gás apresentaram o maior salário médio com variações entre 10 a 7,7 salários mínimos.

A maior parcela dos trabalhadores ocupados assalariados no Ceará, conforme Tabela 54 disposta no Apêndice E[175], encontra-se no setor de serviços – cerca de 76% em 2018, sendo que

---

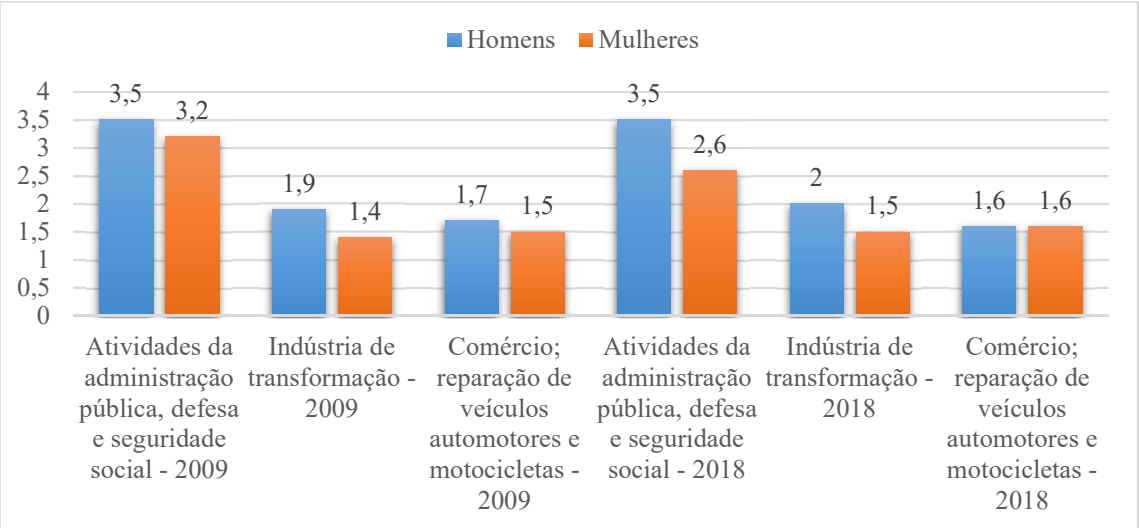
[174] A menor diferença ocorreu nas atividades de artes, cultura, esporte e recreação (trabalhadores com nível superior tiveram, em 2018, salário médio mensal de 2,4 salários mínimos e os trabalhadores sem nível superior de 1,7 salários mínimos) e a maior diferença ocorreu nas atividades de água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (trabalhadores com nível superior receberam, em 2018, salário médio mensal de 9,9 salários mínimos e os trabalhadores sem nível superior 2,9 salários mínimos). Os dados podem ser acessados na Tabela 992 do SIDRA, no endereço: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipp/brasil>.

[175] Algumas mudanças referentes ao total de trabalhadores ocupados assalariados entre 2006 e 2018 que merecem destaque são: a agricultura reduziu o percentual de pessoas ocupadas de 2,19% para 1,47%; a indústria extrativa apresentou percentual inferior a 0,5% em todo o período; a indústria de transformação sofreu redução no número de trabalhadores ocupados (caindo de 19,48% para 16,88%), assim como as do setor da Administração pública, defesa e seguridade social (reduziu continuamente de 26,26% para 18,56%); a Construção apresentou oscilações, mas com crescimento ao final, passando de 3,83% para 4,66%; o percentual de trabalhadores ocupados assalariados nas atividades de "Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas" se mantiveram estável em pouco mais de 19%; as atividades de alojamento e alimentação cresceram (passou de 2,87% para 3,62%), bem como as Atividades administrativas e serviços complementares

as principais atividades empregadoras foram o “Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas” e a “Administração pública, defesa e seguridade social”, com médias salarial de 1,6 e 3 salários mínimos mensal, respectivamente – e na indústria – cerca de 22,5% em 2018, sendo que a principal atividade empregadora foi a indústria de transformação, com média de 1,8 salários mínimos mensal.

Outro aspecto a ser considerado na análise sobre a renda do trabalho no Ceará refere-se à desigualdade de rendimentos entre homens (eles totalizavam 55,98% da força de trabalho ocupada assalariada em 2009 e em 2018 apresentaram leve queda, passando a 55,62%) e mulheres (elas passaram de 44,01% em 2009 para 44,37% em 2018), a qual tem se ampliado no decorrer dos anos. Enquanto em 2009 eles apresentaram salários maiores em 11 dentre 17 atividades, em 2018 essa condição desigual atingiu 13 atividades. Para ilustrar, expõe-se abaixo o salário médio de homens e mulheres nas atividades que concentram os maiores percentuais de trabalhadores ocupados assalariados no Ceará em 2009 e 2018 (Gráfico 31).

Gráfico 31 – Salário médio mensal de homens e mulheres nas atividades econômicas com maiores percentuais de ocupação no Ceará – 2009 e 2018



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Cadastro Central de Empresas.

Para destacar a baixa renda do trabalho no estado, enfatiza-se que 86,93% dos trabalhadores cearenses recebiam até 2 salários mínimos mensal em 2010, segundo dados do Censo Demográfico. Esse percentual era de 79,56% em 2000, tendo ocorrido um aumento dos trabalhadores com remuneração na faixa de até 1 salário mínimo – que eram 41,91% em 2000

(passaram de 7,78% para 9,43%), de Educação (passou de 3,79% para 7,72%) e as de Saúde humana e serviços sociais (cresceu de 2,80% para 6,20%).

e passaram para 55,22% em 2010 – e redução do percentual de trabalhadores sem rendimentos – caiu de 15,73% em 2000 para 12,28% em 2010. Contudo, também sofreu redução o percentual de trabalhadores que recebiam mais que a faixa de 1 a 2 salários mínimos (de 21,92% em 2000 passou para 19,43% em 2010), conforme exposto na Tabela 55.

As tendências apontadas ocorreram em todas as mesorregiões do Ceará – a única exceção foi quanto ao percentual de trabalhadores sem rendimentos na Mesorregião Metropolitana de Fortaleza que aumentou de 2,3% para 2,43%. Segundo o último Censo Demográfico realizado, o percentual de trabalhadores ocupados que recebiam no máximo 2 salários mínimos foi de: 93,56% no Noroeste Cearense; 94,04% no Norte Cearense; 79,47% na Metropolitana de Fortaleza; 94,03% nos Sertões Cearenses; 92,76% no Jaguaribe; 92,18% no Centro-Sul Cearense; 91,24% no Sul Cearense.

Tabela 55 – Percentual de trabalhadores por classes de rendimento nominal mensal do trabalho principal nas mesorregiões do Ceará – 2000, 2010

Mesorregião	Até 1 salário mínimo		Mais de 1 a 2 salários mínimos		Sem rendimento	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Ceará	41,91	55,22	21,92	19,43	15,73	12,28
Noroeste Cearense	53,52	61,07	13,44	10,95	23,54	21,54
Norte Cearense	51,7	62,16	16,05	11,81	22,59	20,07
Metropolitana de Fortaleza	30,2	48,66	32,38	28,38	2,3	2,43
Sertões Cearenses	44,22	55,91	12,14	9,88	34,58	28,24
Jaguaribe	50,85	62,55	18,2	13,81	18,77	16,4
Centro-Sul Cearense	43,20	60,69	14,04	11,66	32,42	20,43
Sul Cearense	50,83	61,74	16,71	14,53	18,62	14,97

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico.

Portanto, essa pesquisa apurou, com os números apresentados, que o desenvolvimento econômico promovido pela burguesia industrial no Ceará em fins da década de 1980 e reproduzido pelos governos subsequentes, ocasionou o aumento da produção de riqueza no estado – essa, conforme exposto anteriormente, ocorreu sem alterar a estrutura herdada dos "governos dos coronéis", caracterizada pela oferta de incentivos, expansão do setor de serviços e indústria, em detrimento da agropecuária, acompanhada por forte concentração fundiária –, mas não elevou a renda do trabalho, permanecendo a maioria absoluta dos trabalhadores cearenses (mais de 85%) com renda mensal de até 2 salários mínimos.

Isso significa que o projeto empresarial em curso envolve a promoção de trabalhadores empobrecidos que têm dificuldades para viabilizar a reprodução social da família por meio da venda da força de trabalho. Quer dizer, a promoção da economia urbana capitalista não alavanca

condições básicas de vida aos trabalhadores, tendo em vista a baixa renda. O incremento econômico se faz às custas de maior expropriação do fundo de subsistência e do fundo de vida do trabalhador (LUCE, 2013), referenciando a renda do trabalho necessário abaixo das condições históricas de reprodução, portanto, ampliando o valor do trabalho excedente.

Associadamente, vale ressaltar as situações de informalidade do trabalho e de desemprego, pois essas variáveis ajudam a esclarecer um pouco mais os impactos da expansão do capitalismo imperialista em sua fase neoliberal sobre as condições de trabalho da população cearense. Os dados dos Censos Demográficos mostram que os percentuais da População Economicamente Ativa (PEA) e População Não Economicamente Ativa (PNEA)[176] sofreram alterações pouco significativas no período de 1991 a 2010: o percentual da PEA aumentou de 48,21% para 51,22% e o percentual da PNEA reduziu de 51,79% para 48,78% em 2010. Nas mesorregiões, com exceção da Metropolitana de Fortaleza, a PNEA ficou acima ou bem próxima de 50% da população nesse período.

Tabela 56 – Percentual de PEA e PNEA no Ceará e Mesorregiões – 1991, 2000, 2010

Unidade da Federação e Mesorregião Geográfica	Ano x Condição de atividade					
	1991		2000		2010	
	Economicamente ativa	Não economicamente ativa	Economicamente ativa	Não economicamente ativa	Economicamente ativa	Não economicamente ativa
Ceará	48,21	51,79	51,42	48,58	51,22	48,78
Noroeste Cearense	46,92	53,08	50,9	49,1	47,84	52,16
Norte Cearense	47,65	52,35	46,6	53,4	46,23	53,77
Metropolitana de Fortaleza	50,81	49,19	54,11	45,89	56,35	43,65
Sertões Cearenses	45,02	54,98	50,26	49,74	45,36	54,64
Jaguaribe	47,39	52,61	50,75	49,25	49,58	50,42
Centro-Sul Cearense	46,79	53,21	49,66	50,34	45,59	54,41
Sul Cearense	46,32	53,68	49,63	50,37	50,56	49,44

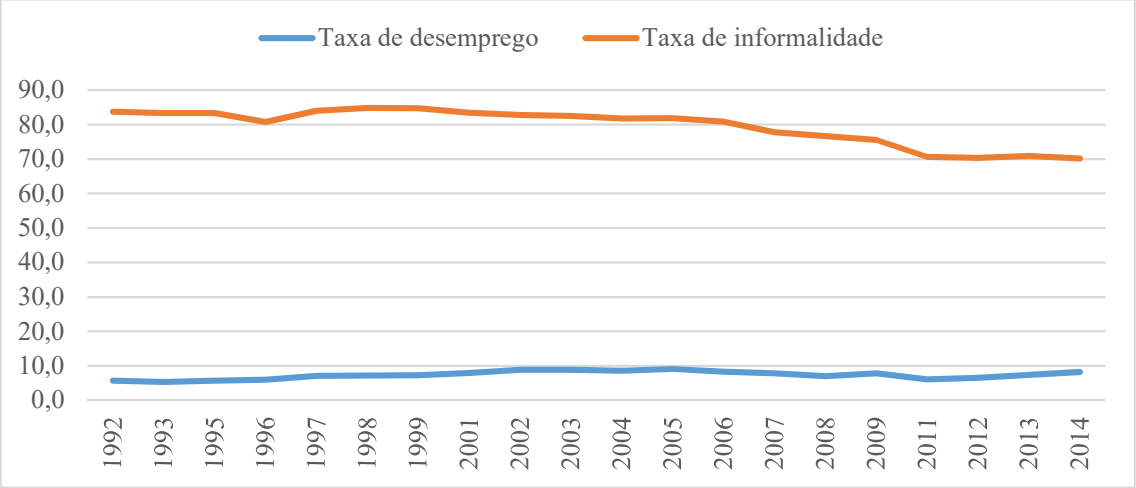
Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico.

Informações sobre o percentual da População Desocupada (PD) dentro da PEA, bem como sobre a informalidade não estão disponíveis no Censo Demográfico de 1991, inviabilizando uma análise comparativa dos dados entre 1991 e 2010. Mas a série histórica do IPEA, referente ao período entre 1992 a 2014 (Gráfico 32), mostra que embora a taxa de

[176] Segundo o IBGE, estão inclusas na PEA os trabalhadores em idade ativa (essa pode apresentar variações entre as pesquisas, sendo que nos Censos Demográficos compreendeu a idade entre 10 e 60 anos) ocupados ou que, em um período de tempo determinado, procuraram trabalho. Ou seja, a PEA é composta pela População Ocupada (PO) e por uma parte da População Desocupada (PD). Já na PNEA, estão inclusos os trabalhadores em idade ativa, mas que não trabalhavam (donas de casas, estudantes etc.) e/ou deixaram de procurar trabalho.

informalidade do trabalho no Ceará viesse apresentando queda, permaneceu alta em todo esse intervalo temporal – de 78,0% em 1992 reduziu para 61,9% em 2014. Em 2018, a taxa de informalidade voltou a subir no estado, atingindo mais de um milhão de trabalhadores cearenses[177], cerca de 12% da população total do estado, então estimada em 9.075,649 habitantes. A taxa de desemprego também sofreu elevação passando de 5,7% em 1992 para 8,2% em 2014, alcançando 12,8% em 2018[178], já no quadro das consequências da crise mundial provocada pela bancarrota dos investimentos *subprime* norte americanos. Os dados do IPEA mostram que de 142.346 trabalhadores cearenses desempregados em 1993 passou-se a 317.363 em 2014 (Gráfico 33). Em 2018 esse número saltou para 472 mil pessoas[179].

Gráfico 32 – Taxa de desemprego e informalidade no Ceará – 1992-2014



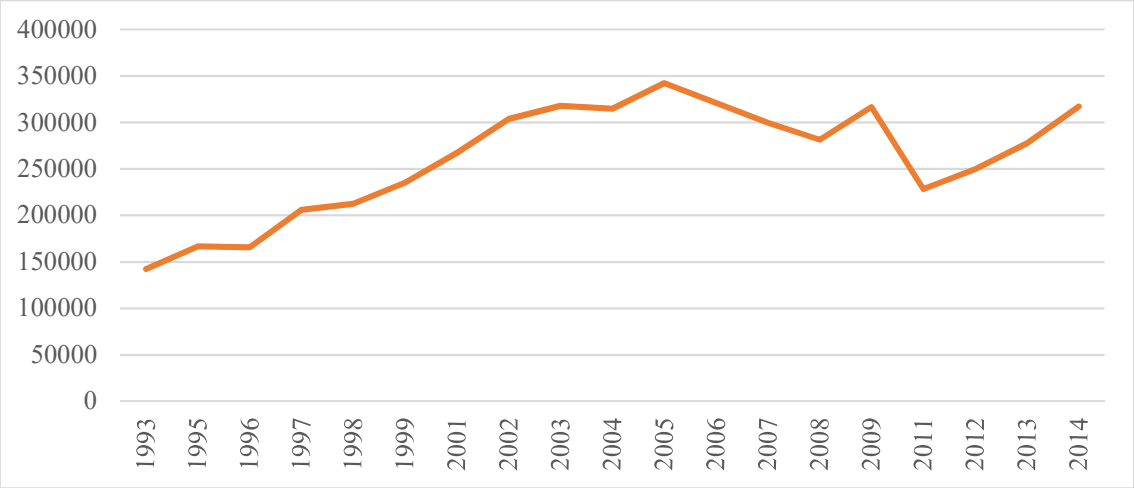
Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IPEA.

[177] Informações contidas na matéria "Trabalho informal cresce 6% no Ceará e atinge mais e 1 milhão de pessoas" do Jornal "O Povo" de 13 de setembro de 2018. Disponível no endereço: <https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2018/09/trabalho-informal-cresce-6-no-ceara-e-atinge-mais-de-1-milhao-de-pess.html>. Acesso em: 13 dez. 2018.

[178] Informações contidas na Matéria "Ceará apresentou taxa de desemprego de 12,8% no primeiro trimestre de acordo com o IBGE" do Jornal "O Povo" de 17 de maio de 2018. Disponível no endereço: <https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2018/05/ceara-apresenta-12-8-de-desempregados-de-acordo-com-ibge.html>. Acesso em: 13 dez. 2018.

[179] Informações contidas na matéria "No Ceará 358 mil pessoas desistiram de procurar emprego" do portal de notícias G1 de 15 de agosto de 2019. Disponível no endereço: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/08/15/no-ceara-358-mil-pessoas-desistiram-de-procurar-emprego.ghtml>. Acesso em: 01 out. 2020.

Gráfico 33 – Pessoas desempregadas no Ceará – 1993-2014



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IPEA.

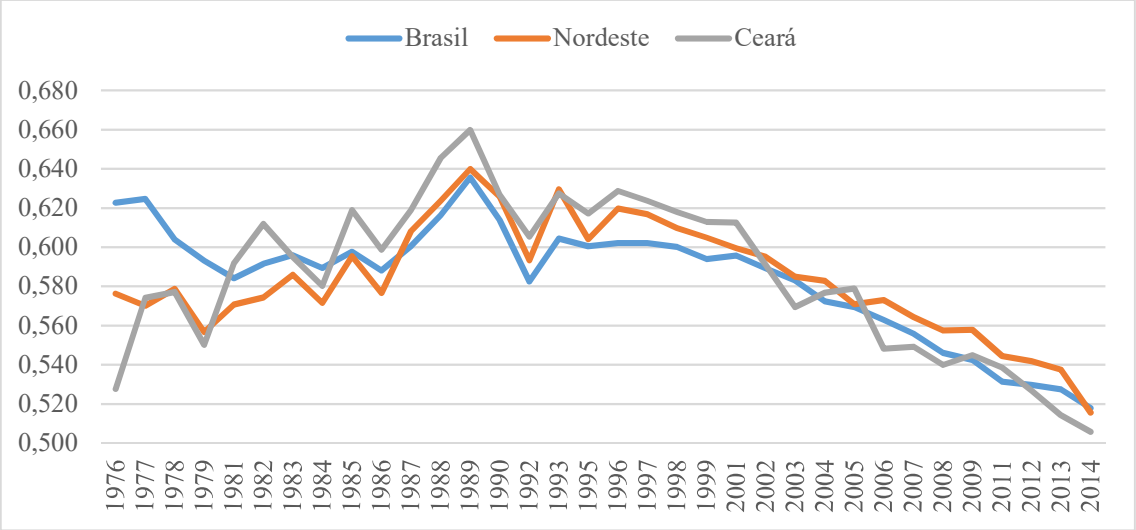
Isso significa que embora a economia cearense tenha dado um pulo significativo, o fez tardiamente, mantendo um mercado de trabalho ainda muito desestruturado, com reduzido assalariamento contratual – daí o alto índice de trabalho informal – além de renda salarial baixa. Isso reforça o entendimento de que a modernização no território cearense foi, de fato, uma combinação de elementos arcaicos e modernos, uma modernização conservadora, pois a expansão do modo de vida do capitalismo contemporâneo se deu articulada à manutenção de precárias relações de trabalho que historicamente marcam o desenvolvimento capitalista no estado. Cabe relembrar que essa é uma condição da economia dependente, a qual compensa o desequilíbrio gerado pelas trocas desiguais. Ademais, o Ceará, como exposto, teve reforçado, na cena atual, seu papel de agroexportador, diminuindo suas chances de maior dinamismo de valor, e mantendo como chave a superexploração da força de trabalho, condição favorecida preponderantemente pela informalidade do trabalho.

Em suma, a baixa renda domiciliar *per capita* no Ceará é uma resultante da combinação dessas situações analisadas: (1) a média salarial da força de trabalho cearense, em geral, encontra-se abaixo das médias nacional e regional; (2) a força de trabalho cearense é majoritariamente composta por trabalhadores sem nível superior, cujo salário médio mensal é inferior ao recebido pelo trabalhador que possui esse nível de instrução; (3) as atividades econômicas que concentram a maior parcela dos trabalhadores são aquelas com os salários mais baixos; (4) a existência de uma desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres; (5) elevados percentuais de informalidade e desemprego.

Na equação da riqueza socialmente produzida no Ceará um dos elementos é, portanto, o baixo rendimento recebido pela força de trabalho local. Consequentemente, outro elemento é

a concentração de renda, historicamente reproduzida no estado, conforme aponta a série histórica do IPEA, referente ao período de 1976 a 2014. Segundo os dados, o Índice de Gini se elevou após a chegada da burguesia industrial ao poder em 1987 – passando de 0,599 em 1986 para 0,660 em 1989 – e depois iniciou um movimento de queda até 2014 – nesse ano o índice do Ceará foi de 0,506 ficando abaixo dos índices do Brasil de 0,518 e do Nordeste de 0,516 –, porém permaneceu sempre elevado ao longo de todo o período. Os dados do IPECE (2018) referentes ao ano de 2018, mostram que o Índice de Gini no Ceará voltou a subir alcançando 0,548, acima dos índices nacional (0,545) e regional (0,545).

Gráfico 34 – Índice de Gini no Brasil, Nordeste e Ceará – 1976-2014



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IPEA.

Em consonância com os baixos rendimentos, alta taxa de informalidade e desemprego, além de forte concentração de renda tem-se elevados percentuais de trabalhadores cearenses em situação de pobreza e extrema pobreza, com diferenças importantes entre as suas mesorregiões (Tabela 57)[180]. Os dados mostram que esses percentuais sofreram redução ao longo do período que se estende de 1991 a 2010 e isso em todas as mesorregiões do estado. Contudo, longe de

[180] Conforme mencionado no primeiro capítulo, não há consenso dos órgãos oficiais de pesquisa em âmbito nacional ou internacional sobre a medição descritiva da pobreza, seja na sua análise monetária – a partir de um patamar de renda, absoluto ou relativo, que serve como linha de corte para definir pobres e não pobres – ou na sua análise multidimensional – restrições que acometem a população em dimensões que não dependem exclusivamente da renda, mas que envolvem, por vezes, a execução de políticas públicas pelo Estado. Considerando que no Brasil essa medida é variável – por isso, a proporção de pobres altera-se conforme o critério adotado (IBGE, 2018) – e a necessidade de analisar as particularidades da pobreza monetária no Ceará, ou seja, de evidenciar como esse fenômeno se apresenta nas mesorregiões do estado, foi utilizada a série histórica do IPEA – a única encontrada com dados disponíveis por mesorregião para as décadas de 1990 e 2000 – e, mantendo as mesmas linhas de corte nela utilizadas, foram calculados os percentuais para o ano de 2010. Nos dados do IPEA são classificadas como pobres os trabalhadores com renda domiciliar *per capita* de 1/2 do salário mínimo e como indigentes (entende-se como sinônimo de extremamente pobres) os trabalhadores com renda domiciliar per capita de 1/4 do salário mínimo.

eliminar a pobreza como propagandeavam os "governos das mudanças", os percentuais permaneceram elevados durante as gestões ligadas aos empresários do CIC e daquelas que vieram depois, de forma que mais de 50% dos trabalhadores cearenses apresentaram renda domiciliar *per capita* de até ½ salário mínimo em 2010. Dentro desse total, 26,24% (2.204.774 trabalhadores) tinham renda domiciliar *per capita* de até ¼ do salário mínimo.

É importante considerar que as políticas nacionais de atualização do salário mínimo e de transferência de renda devem ser relacionadas aqui, pois de maneira geral elas tiveram papel importante sobre a pobreza, na maior parte desse período, em todo o território nacional e, em particular, sobre o Nordeste (PEREIRA, 2018). Mas, de outro prisma é necessário entender que, em termos estruturais, a expansão da dinâmica do valor é o gatilho da expansão da pobreza na medida em que expande a mercadorização das coisas, ampliando a reificação das relações sociais e relegando as necessidades humanas aos porões sociais, o que determina a transformação do tempo de vida em tempo de trabalho ou de disponibilidade para fazer qualquer coisa em troca de dinheiro para viabilizar a sobrevivência.

Em 2010 todas as mesorregiões do estado, com exceção da Metropolitana de Fortaleza, apresentaram mais de 50% de sua população em situação de pobreza, sendo que o Noroeste Cearense apresentou o maior percentual de trabalhadores nessa condição (66,52%), bem como, também, na situação de extrema pobreza (39,16%). A mesorregião Metropolitana de Fortaleza aparece com os menores percentuais de trabalhadores em situação de pobreza (37,17%) e de extrema pobreza (12,47%).

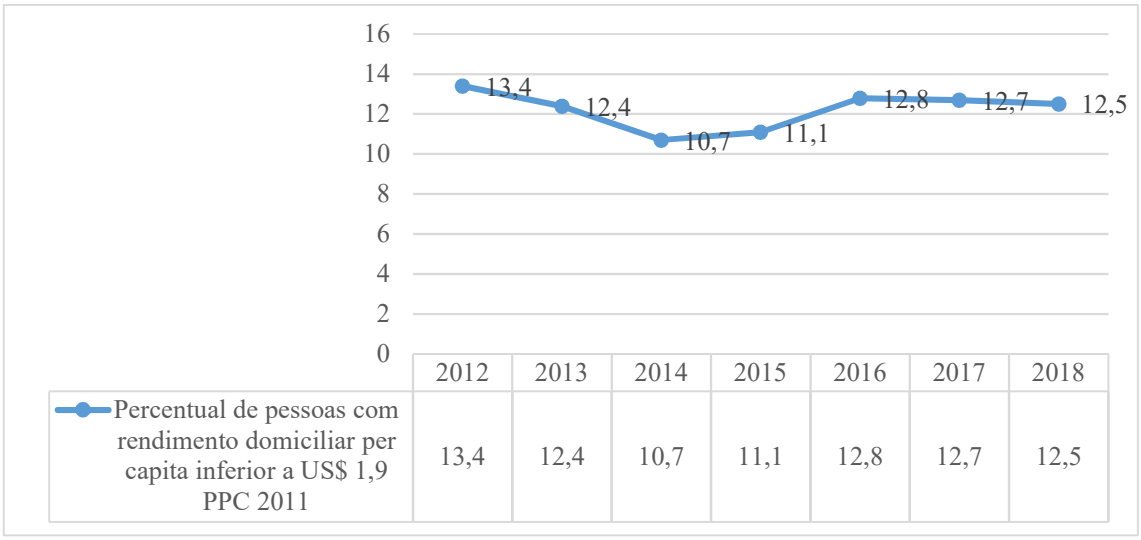
Tabela 57 – Percentual de trabalhadores em situação de pobreza e extrema pobreza no Ceará e Mesorregiões – 1991, 2000, 2010

Mesorregião	Percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* de até ½ salário mínimo			Percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* de até ¼ do salário mínimo		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Ceará	68,23	57,00	52,8	42,00	32,73	26,24
Noroeste Cearense	81,89	71,54	66,52	55,96	45,66	39,16
Norte Cearense	81,52	72,63	66,15	52,94	46,34	37,54
Metropolitana de Fortaleza	47,36	39,17	37,17	21,02	17,07	12,47
Sertões Cearenses	83,51	70,82	65,53	60,16	46,03	39,14
Jaguaribe	75,55	62,53	57,67	45,86	35,21	28,45
Centro-Sul Cearense	79,59	65,97	60,19	55,80	42,10	33,43
Sul Cearense	76,19	63,98	59,54	50,32	38,50	30,65

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados do IPEA e do IBGE – Censo Demográfico.

Dados mais recentes do IPECE (2018) – tomando por base o critério internacional definido pelo Banco Mundial de US$ 1,90[181] por dia *per capita* para medir a extrema pobreza – indicam que em 2018, 12,5% da população cearense estava vivendo na extrema pobreza, o que, em termos absolutos representava mais de 1,131 milhão de cearenses nessa condição. Os dados mostram ainda que no período de 2012 a 2014, o percentual de cearenses na extrema pobreza caiu a uma taxa média de 10,6% ao ano, voltando a crescer em 2015 e depois, iniciando nova queda após 2016.

Gráfico 35 – Percentual de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US$ 1,9 (PPC 2011) no Ceará – 2012-2018



	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Percentual de pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior a US$ 1,9 PPC 2011	13,4	12,4	10,7	11,1	12,8	12,7	12,5

Fonte: IPECE, 2020, p.73.

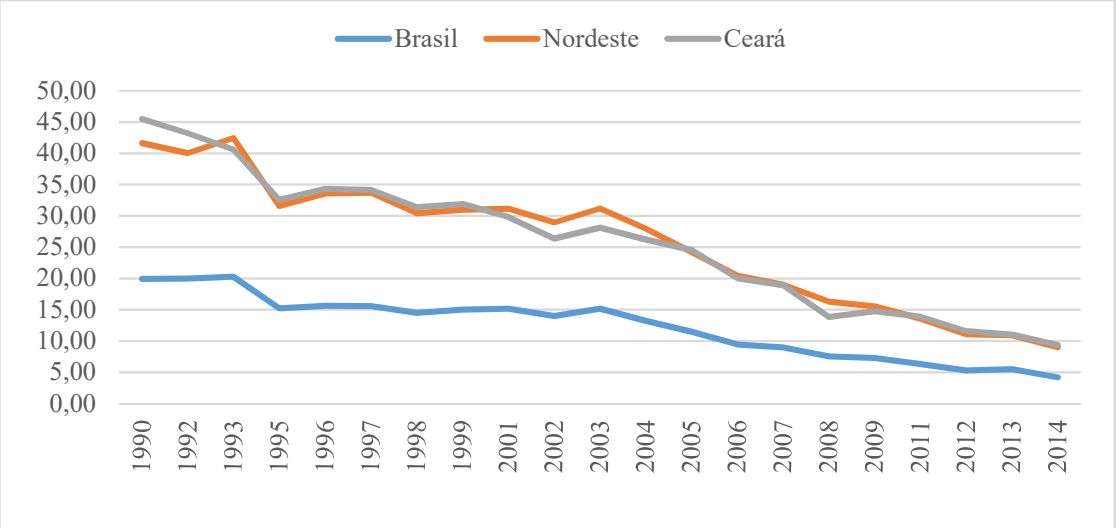
Isso mostra os limites do capitalismo dependente no contexto imperialista neoliberal na medida em que a pobreza da época da economia estagnada do Ceará, ao longo da maior parte do século XX, é reproduzida sobre novas determinações do valor na época de maior dinamismo, como apurado nessa pesquisa.

Comparando-se os dados do Ceará com os do Brasil e do Nordeste constata-se, com base na série histórica do IPEA referente ao período de 1990 a 2014, que o referido estado apresentou, em todo esse período, percentuais de trabalhadores em situação de pobreza e de extrema pobreza dentro de sua população, bem superiores aos valores apresentados pelo Brasil. Destacam-se os dados referentes à extrema pobreza, pois os percentuais do Ceará foram, em

[181] Em 2018, esse valor equivalia, aproximadamente, a R$145 mensais (IPECE, 2020). Considerando que o salário mínimo no referido ano foi de R$954, o valor de US$1,90 diário equivalia a aproximadamente 1/6 do salário mínimo brasileiro, revelando, portanto, que a linha de corte mais difundida internacionalmente subestima a extrema pobreza. A referida publicação não traz os dados referentes à linha de US$ 5,50, usada para medir a pobreza.

toda a série, o dobro dos percentuais nacionais – os números do Brasil e do Ceará em 1990 foram, respectivamente, 19,95% e 45,49% e em 2014 foram 4,20% e 9,38% (Gráfico 36).

Gráfico 36 – Percentual de trabalhadores em situação de extrema pobreza na população do Brasil, do Nordeste e do Ceará – 1990-2014

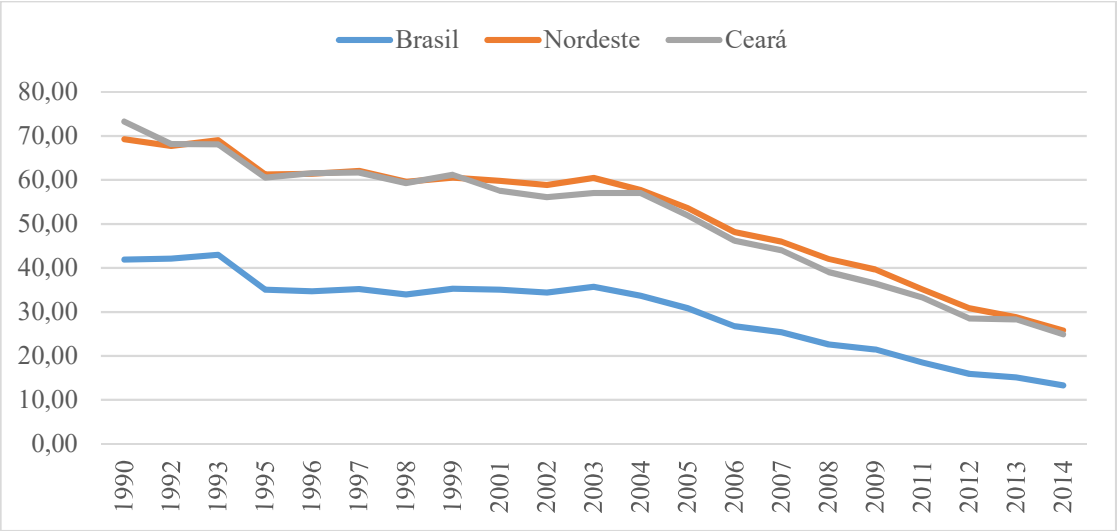


Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IPEA.

Já em relação à região Nordeste, os dados do Ceará mostram-se bem próximos e apresentando oscilação para cima e para baixo das médias regional. Com relação ao percentual de trabalhadores em situação de pobreza, os números do estado mostram-se, na maior parte do intervalo, inferiores as médias da região (Gráfico 37). Já em relação aos percentuais de trabalhadores em situação de extrema pobreza, os números cearenses apresentam uma oscilação maior, sendo que desde 2011 revelam-se superiores aos percentuais da região – os números do Nordeste e do Ceará referentes a essa variável em 1990 foram, respectivamente, 41,63% e 45,49% e em 2014 foram 8,99% e 9,38% (Gráficos 36). Somente em 2017, o percentual referente à extrema pobreza no Ceará volta a ficar abaixo do percentual do Nordeste, mas permanecendo o dobro do percentual nacional, segundo os dados do IPECE (2020) disponíveis no Gráfico 38[182].

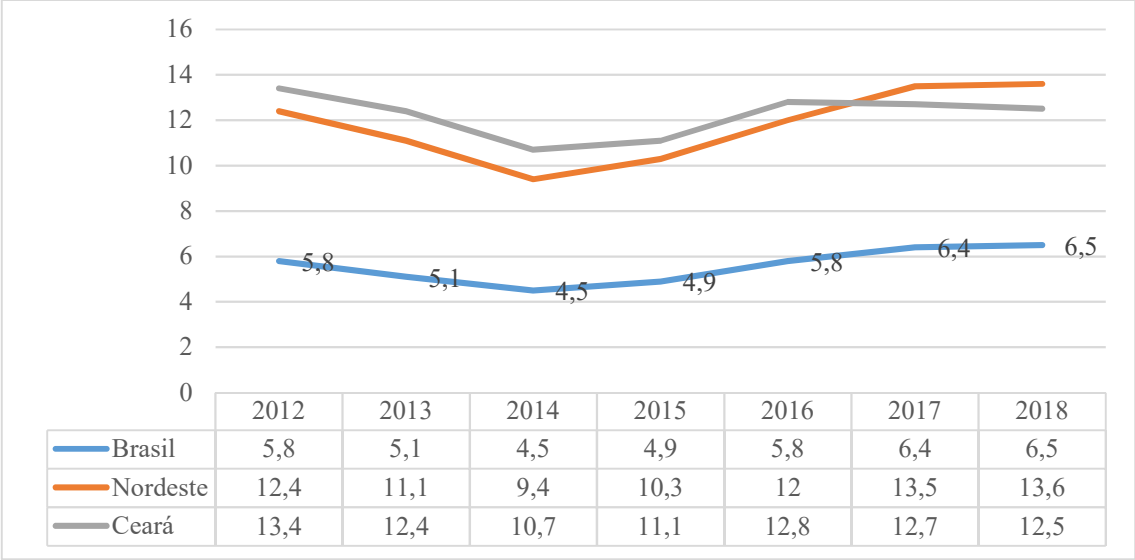
[182] Ressalta-se que nesse caso não é possível estabelecer comparações entre os dados do IPEA e do IPECE porque as metodologias empregadas para análise dessa variável são diferentes – o IPEA estabelece, nesse caso, a linha de pobreza e extrema pobreza com base em necessidades calóricas, enquanto o IPECE utiliza o critério internacional definido pelo Banco Mundial de US$ 1,90 por dia *per capita* para medir a extrema pobreza. O intuito é de apenas apresentar as tendências dessas variáveis.

Gráfico 37 – Percentual de trabalhadores em situação de pobreza na população do Brasil, do Nordeste e do Ceará – 1990-2014



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IPEA.

Gráfico 38 – Percentual de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US$ 1,9 PPC 2011 no Brasil, Nordeste e Ceará – 2012-2018



	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	5,8	5,1	4,5	4,9	5,8	6,4	6,5
Nordeste	12,4	11,1	9,4	10,3	12	13,5	13,6
Ceará	13,4	12,4	10,7	11,1	12,8	12,7	12,5

Fonte: IPECE, 2020, p.73.

O quadro de penúria da classe trabalhadora tem como uma das respostas do capital e do Estado o acesso a crédito. Os dados levantados mostram que a combinação de baixos rendimentos com estímulos financeiros (opções de crédito), no atual contexto de exacerbação da financeirização, resultou no endividamento das famílias cearenses, conforme apontam os dados do FecomercioSP (2016) a respeito das famílias em Fortaleza, entre 2013 e 2016. Embora os dados não possam traduzir a complexa realidade do estado – pois, conforme visto nos dados

anteriores, suas mesorregiões apresentam realidades variadas –, são importantes indicativos sobre o tema[183].

Em 2013, do total de 746.399 famílias residentes em Fortaleza, 21% (quase 160 mil famílias) apresentavam dívidas em atraso e quase 497 mil famílias se encontravam endividadas. Três anos depois, em 2016, o número de famílias endividadas na capital diminuiu para próximo de 485 mil, porém o percentual daquelas com dívidas em atraso aumentou para 23% (quase 175 mil) do total de 760.755 famílias. Os dados mostram, também, uma redução no período do valor médio mensal da dívida e do percentual da renda familiar comprometido com o seu pagamento.

Tabela 58 – Dados sobre o endividamento das famílias em Fortaleza – 2013-2016

Indicador	2013	2014	2015	2016
Taxa de endividamento (%)	67	66	54	64
Número de famílias endividadas	496.676	493.249	411.172	484.723
Valor total da dívida das famílias (R$ mil)	R$754.948	R$475.179	R$415.402	R$ 481.076
Valor médio mensal da dívida por família	R$1.520	R$ 963	R$ 1.010	R$ 992
Rendimento Médio Mensal, Habitualmente Recebido pelas Famílias	R$3.698	R$3.520	R$3.456	R$ 3.528
Renda/Dívida (%)	41	27	29	28

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados do FecomercioSP, 2016.

Entretanto, os dados da "Pesquisa do Endividamento do Consumidor de Fortaleza"[184] – realizada pela FECOMÉRCIO-CE, por meio do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Ceará (IPDC) – sobre o endividamento das famílias em 2018, apontam que o valor médio das dívidas aumentou para R$ 1.465 e o percentual da renda familiar comprometido com o seu pagamento, também, pois alcançou 35,5% dela. Os instrumentos de crédito mais utilizados foram: cartões de crédito; financiamento bancário (entre outros, de veículos e imóveis); empréstimos pessoais; carnês e crediários; e cheque especial.

O crédito, segundo os dados da referida pesquisa, tem sido utilizado para: consumo de itens de alimentação (48,0% das respostas); realização de despesas de educação e saúde (40,4%); aquisição de eletroeletrônicos (34,3%); e compra de artigos de vestuário (32,1%). Ou seja, os cearenses têm precisado se endividar para atender necessidades básicas que deveriam

[183] O endividamento constitui, conforme visto no primeiro capítulo deste texto, uma das consequências da financeirização da riqueza no contexto da crise estrutural de lucratividade e seu reflexos se fazem sentir tanto sobre as famílias e empresas, quanto sobre os governos. Por falta de tempo, a pesquisa não apurou o endividamento do governo para fazer frente ao projeto do *ceará moderno*, abordando-se aqui apenas a capilarização do endividamento sobre os trabalhadores e suas famílias para fazer frente aos limites de renda do trabalho.

[184] Ver a matéria "Fortaleza: endividamento cai em comparação com março de 2018" do Jornal O Povo. Disponível em: <https://blogs.opovo.com.br/radardocomercio/2019/03/28/fortaleza-taxa-de-endividamento-cai-em-comparacao-com-marco-de-2018/>. Acesso em: 07 jul. 2020.

ser supridas pelo salário (tais como alimentação e vestuário) e por políticas públicas (como saúde e educação). O que demonstra que estão trabalhando em troca de remuneração abaixo do custo de sua reprodução e a "solução" para isso é hipotecar o futuro com o comprometimento de renda ulterior instável e, com isso, subsidiar os dispositivos de financeirização do grande capital mundializado.

Em consonância com uma tendência nacional e global, o endividamento do cearense parece constituir, hoje, a principal identidade entre os trabalhadores que brotam das experiências mais heterogêneas de ocupação. Ao mesmo tempo, funciona como mecanismo disciplinador para manter o indivíduo dinâmico num mercado de trabalho cada vez mais precarizado e heterogêneo, ou seja, aceitando qualquer ocupação ou *bico* para poder pagar as dívidas. Numa crescente instabilidade na medida em que *a vida no futuro* (amanhã ou o próximo mês ou ano) já está hipotecada na dívida, por conta dos recursos que lhe foram *adiantados*.

Trata-se, portanto, de uma dupla expropriação. A primeira – considerando a discussão realizada no primeiro capítulo, com base no pensamento de Marine (1973) – consiste no ataque do capital contra o fundo de consumo do trabalho, ou seja, parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho é apropriada pelo capital, sendo, portanto, a força de trabalho cearense remunerada abaixo do seu valor. Isso sinaliza que a histórica superexploração do trabalhador no Ceará tem sido reproduzida no contexto do capitalismo imperialista neoliberal. A segunda expropriação, de caráter financeiro, ocorre com a oferta de crédito que objetiva viabilizar o consumo de mercadorias pelo trabalhador superexplorado e, consequentemente, concretizar o ciclo de valorização do valor, mobilizando a venda das mercadorias e, *de quebra*, financiando os rentistas.

Além da pobreza monetária e do endividamento das famílias, os impactos da forma de participação do Ceará no processo de valorização do valor, no atual estágio de desenvolvimento do capital, sobre a vida dos trabalhadores cearenses podem ser observados pela análise de algumas variáveis concernentes às condições fundamentais de vida. Enfatizam-se, particularmente, as dimensões da moradia adequada, dos serviços de saneamento básico e da educação, tomando por base os dados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Os referidos dados mostram que a maioria dos domicílios cearenses ocupados se encontra na condição de imóvel próprio e que essa condição apresentou crescimento, passando de 69,6% do total de domicílios em 1991 para 73,06% em 2010 (Tabela 59)[185]. Contudo, é

[185] Sabe-se que a categoria "imóveis próprios" pode vir saturada de silenciamentos da dinâmica social, não necessariamente significando propriedade privada de imóvel registrada em cartório, portanto legalmente sacramentada. Na experiência urbana brasileira muitas vezes a posse, a ocupação ou o uso como empréstimo de

preciso discutir quais as condições dessa moradia própria, isso porque o estado do Ceará tem atualmente 809 favelas, localizadas em mais de 40 cidades, totalizando 243 mil domicílios, cerca de 9% dos lares cearenses. Em Fortaleza são 187.167 famílias – 23,56% do total de domicílios da cidade – residindo em favelas, dado que coloca a capital cearense como a quinta cidade brasileira com o maior percentual de domicílios nessa condição.

Os 26% restante dos domicílios cearenses apresentam outras condições de ocupação. Comparando-se os dados de 1991 e 2010, observa-se que houve uma redução contínua do percentual de domicílios cedidos – caiu de 15,83% em 1991 para 8,37% em 2010 – e um crescimento – superior ao observado na condição de domicílios próprios – dos domicílios alugados, os quais passaram de 13,51% em 1991 para 18,09% em 2010.

Essas tendências ocorreram em todas as mesorregiões, porém com diferenças. Comparando os dados de 1991 e 2010, vê-se que a mesorregião Metropolitana de Fortaleza apresentou um pífio crescimento do percentual de domicílios na condição de próprios (0,06%), bem inferior aos das demais mesorregiões, tendo sido o maior crescimento dessa condição de ocupação no Centro-Sul Cearense (6,37%). Quanto ao crescimento no número de domicílios alugados, vê-se que o maior percentual ocorreu no Sul Cearense (5,9%), mas que ainda assim, a mesorregião Metropolitana de Fortaleza permanece com o maior percentual de domicílios nessa condição (22,99% em 2010). E quanto às mudanças no percentual de domicílios cedidos, os dados mostram que a maior redução ocorreu nos Sertões Cearenses (-11,21%).

Esclarecer essas modificações demandaria desagregar os dados e amadurecer o tema num tempo mais alongado, o que não é possível nesta pesquisa. Mas tomando por base as considerações feitas sobre a dinâmica expansiva do capital – que ao expropriar o trabalhador dos meios de produção, especialmente da terra, expande o trabalho abstrato e o consumo de mercadorias – e suas particularidades no Ceará – essa tem ocorrido custeada pelo Estado, baseada na superexploração da força de trabalho e de forma concentrada na RMF –, é possível pensar que talvez: (1) a concentração demográfica na mesorregião metropolitana, os baixos salários e a possível insuficiência de políticas públicas de habitação, estejam na base do déficit habitacional existente; (2) a expansão capitalista sobre as esferas de reprodução social, somada aos baixos rendimentos do trabalho, podem ter influenciado o aumento da prática do aluguel de imóveis em detrimento da prática social de ceder moradia, antes comum no interior cearense[186].

terceiros pode ser informada como imóvel próprio pelos moradores. Mesmo sabendo dessa variação, considera-se pertinente, nos limites desta pesquisa, relacionar o dado como levantado pelo órgão de pesquisa porque de algum modo serve para problematizar os demais habitantes que estão em situação de moradia insegura.

[186] Trata-se aqui de uma observação da pesquisadora sobre o cotidiano da vida da classe trabalhadora do interior cearense, feita a partir de sua experiência de vida como moradora.

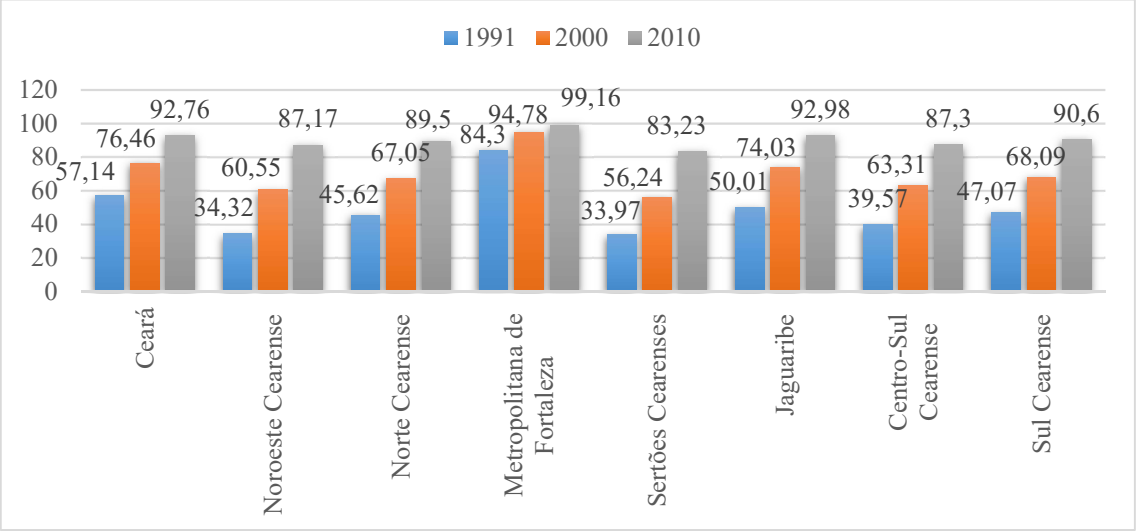
Tabela 59 – Percentual de domicílios por condição de ocupação no Ceará e Mesorregiões – 1991, 2000, 2010

Unidade da Federação e Mesorregião Geográfica	1991				2000				2010			
	Próprio	Alugado	Cedido	Outra condição	Próprio	Alugado	Cedido	Outra condição	Próprio	Alugado	Cedido	Outra condição
Ceará	69,6	13,51	15,83	1,06	74,69	12,04	11,79	1,48	73,06	18,09	8,37	0,48
Noroeste Cearense	70,04	8,69	19,92	1,35	74,7	9,15	14,98	1,17	74,52	13,76	11,27	0,46
Norte Cearense	71,65	6,63	20,46	1,26	77,15	6,64	14,96	1,24	76,81	11,27	11,3	0,62
Metropolitana de Fortaleza	72,42	19,97	7,16	0,45	76,71	15,46	5,96	1,87	72,48	22,99	4,1	0,43
Sertões Cearenses	62,48	9,1	25,92	2,5	68,95	9,26	20,12	1,67	70,75	13,96	14,71	0,58
Jaguaribe	72,66	6,98	19,25	1,11	76,05	7,39	14,94	1,62	76,63	12,05	10,66	0,65
Centro-Sul Cearense	65,15	11,91	21,81	1,14	70,31	12,25	16,99	0,45	71,52	16,21	11,94	0,32
Sul Cearense	65,34	15,19	18,62	0,85	71,5	14,66	12,91	0,92	69,82	21,1	8,67	0,4

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico.

Uma moradia adequada envolve o atendimento de diversas condições de salubridade, dentre as quais a existência de banheiro. Analisando os dados dos censos demográficos sobre os domicílios cearenses, observa-se que embora tenha ocorrido, no período de 1991 a 2010, uma significativa melhoria no aspecto em discussão, 7,24% dos domicílios cearenses permaneciam sem banheiro em 2010. Ademais, cabe frisar que essa inadequação apresenta percentuais distintos nas diferentes mesorregiões do estado, de forma que enquanto nos Sertões Cearenses 16,77% dos domicílios não possuíam banheiro em 2010, na mesorregião Metropolitana de Fortaleza esse percentual era de apenas 0,84% no mesmo ano.

Gráfico 39 – Percentual de domicílios com banheiro no Ceará e Mesorregiões – 1991, 2000, 2010



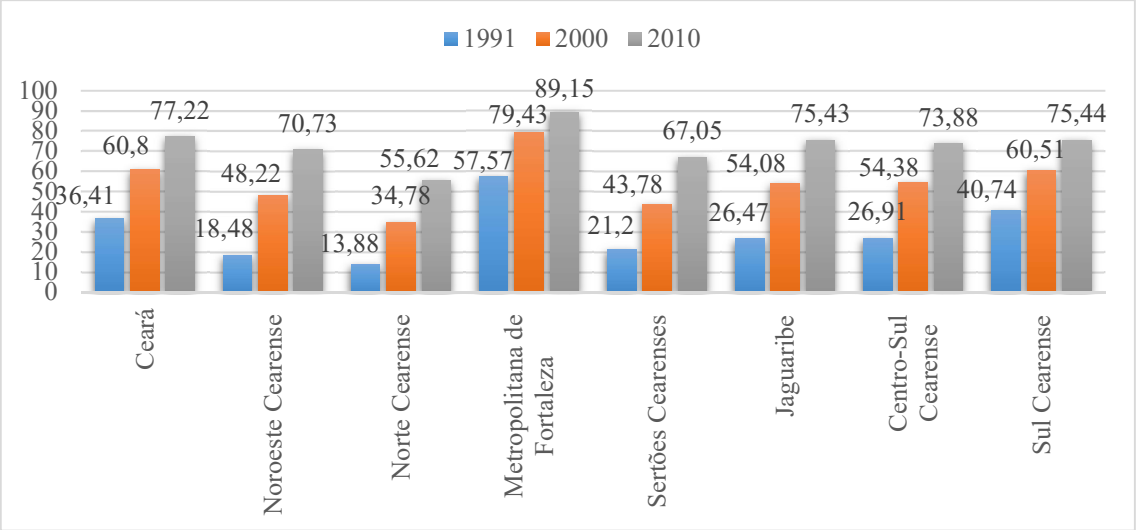
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico.

Sobre o acesso dos domicílios cearenses a serviços de saneamento básico – abastecimento de água por rede geral, coleta de lixo e esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial –, os dados dos censos demográficos mostram que houve expansão dos três serviços em todo o Ceará, porém a proporção não foi a mesma entre esses e tão pouco ocorreu de forma igualitária entre as mesorregiões, reproduzindo condições diferentes de vida para as populações desses territórios[187].

[187] A PNAD Contínua apresenta dados mais recentes sobre os aspectos em discussão. Entretanto, não contemplam a realidade das mesorregiões. Por isso, manter-se-á a apresentação dos dados dos Censos Demográficos e serão apontados em notas os dados da PNAD referentes à realidade do estado no ano de 2017, os quais se encontram disponíveis na matéria "Ceará tem 81% das casas com água disponível diariamente e 44% com saneamento" do portal de notícias G1, disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/ceara-tem-81-das-casas-com-agua-disponivel-diariamente-e-44-com-saneamento.ghtml>. Acesso em: 08 out. 2020.

A maior expansão ocorreu no serviço de abastecimento de água por rede, pois do total de 36,41% dos domicílios cearenses cobertos em 1991 passou-se a 77,22% em 2010. Porém, isso sinaliza que nesse território – com histórico de intenso sofrimento de sua população em razão da dificuldade de acesso à água – 22,78% dos domicílios cearenses em 2010 ainda não tinham acesso garantido a esse recurso natural básico. A pior cobertura do serviço estava no Norte Cearense (55,62% dos domicílios) e a melhor cobertura na mesorregião Metropolitana de Fortaleza (89,15% dos domicílios)[188].

Gráfico 40 – Percentual de domicílios com abastecimento de água por rede geral no Ceará e Mesorregiões – 1991, 2000, 2010

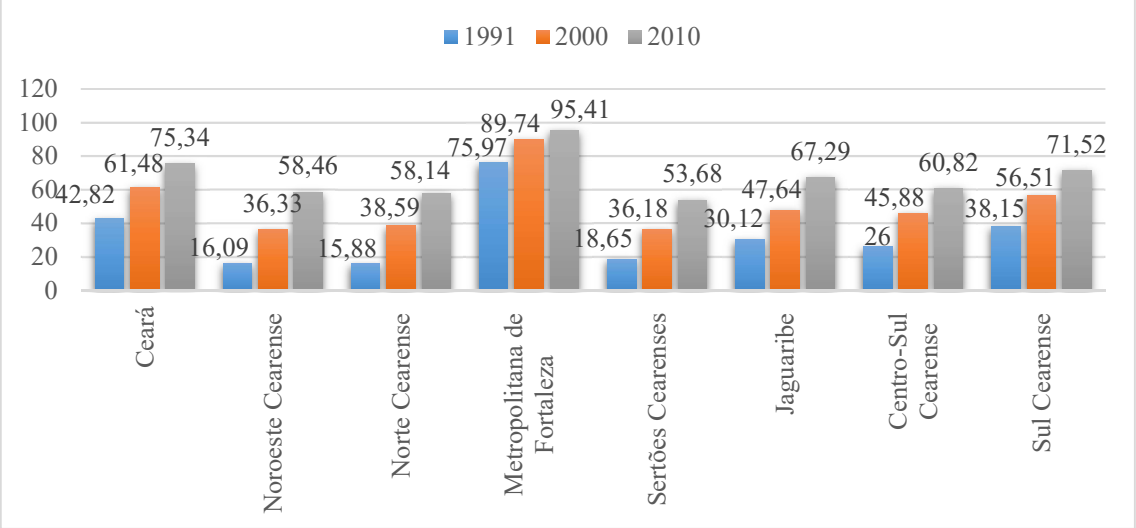


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico.

A coleta de lixo foi o segundo que mais se expandiu, dentre as três variáveis pesquisadas. Em 1991, 42,82% dos domicílios cearenses contavam com coleta de lixo e em 2010 aumentou para 75,34%, um percentual inferior aos domicílios com acesso ao serviço de abastecimento de água por rede. A menor cobertura de coleta de lixo em 2010 estava nos Sertões Cearenses (um pouco mais de 50% dos domicílios tinham acesso ao serviço) e a maior cobertura se deu, novamente, na mesorregião Metropolitana de Fortaleza (95,41% dos domicílios)[189].

[188] Os dados da PNAD Contínua apontam que no Ceará o percentual de domicílios que tiveram disponibilidade de água diariamente foi de 81,4% e em Fortaleza esse percentual foi de 99,5%.
[189] Os dados da PNAD Contínua apontam que 71,1% dos domicílios no Ceará e 93,7% daqueles situados em Fortaleza tiveram o lixo coletado diariamente em 2017.

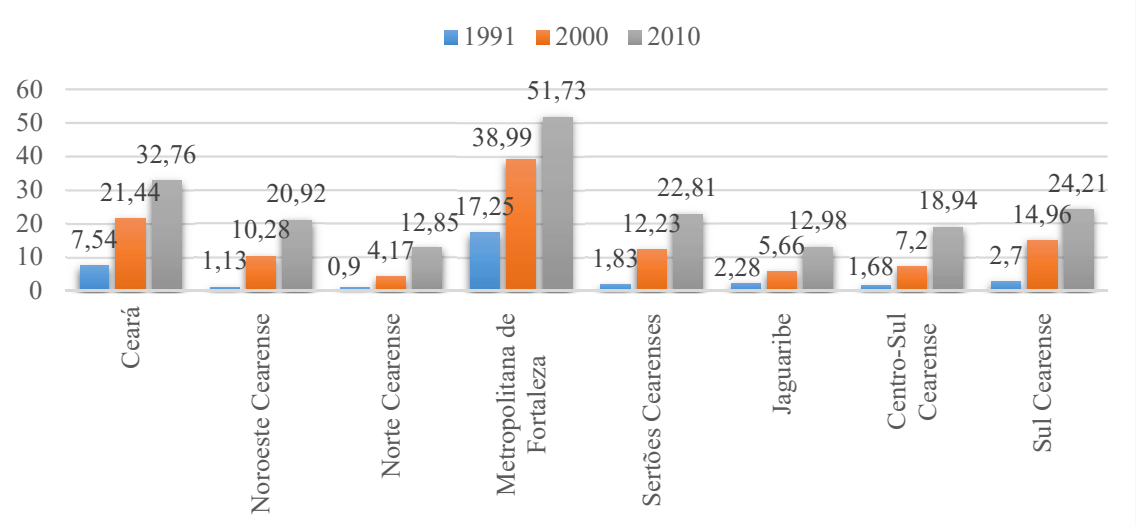
Gráfico 41 – Percentual de domicílios com coleta de lixo no Ceará e Mesorregiões – 1991, 2000, 2010



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico.

Quanto ao esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial, os números são baixos em todo o estado, que passou do baixíssimo percentual de 7,54% dos domicílios com cobertura em 1991 para 32,76% em 2010. Ou seja, a maioria dos domicílios cearenses (67,24%) não tinha acesso a esse serviço no ano de 2010. A menor cobertura estava no Norte Cearense (12,85%) e a maior cobertura na mesorregião Metropolitana de Fortaleza, onde um pouco mais da metade dos domicílios (51,73%) tinham acesso[190].

Gráfico 42 – Percentual de domicílios com esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial no Ceará e Mesorregiões – 1991, 2000, 2010

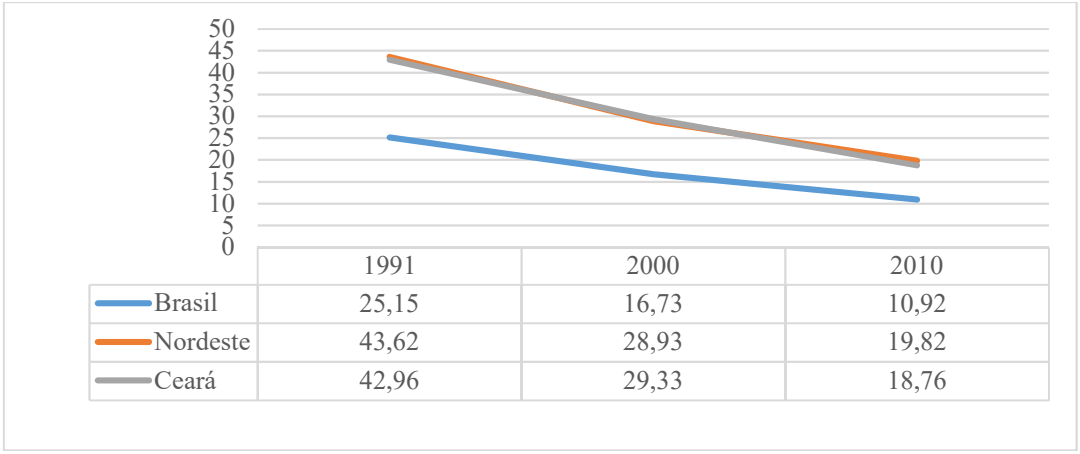


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico.

[190] Segundo dados da PNAD referentes ao ano de 2017, havia esgotamento sanitário em 44,9% dos domicílios cearenses e em 75,6% daqueles situados na capital fortaleza.

No tocante à restrição à educação, os dados dos censos demográficos mostram que historicamente o Ceará tem apresentado percentuais de pessoas com 5 anos ou mais de idade não alfabetizadas bem superiores aos do Brasil e que embora venha reduzindo esse lamentável indicador, ainda apresentou em 2010 um percentual muito elevado (18,76%) de pessoas nessa condição – 1.465.084 cearenses analfabetos (Gráfico 43). A mesorregião com maior incidência de analfabetismo é a dos Sertões Cearenses (28,1%) e a que apresenta menor percentual é a mesorregião Metropolitana de Fortaleza (10,11%), conforme mostram os dados do Gráfico 44.

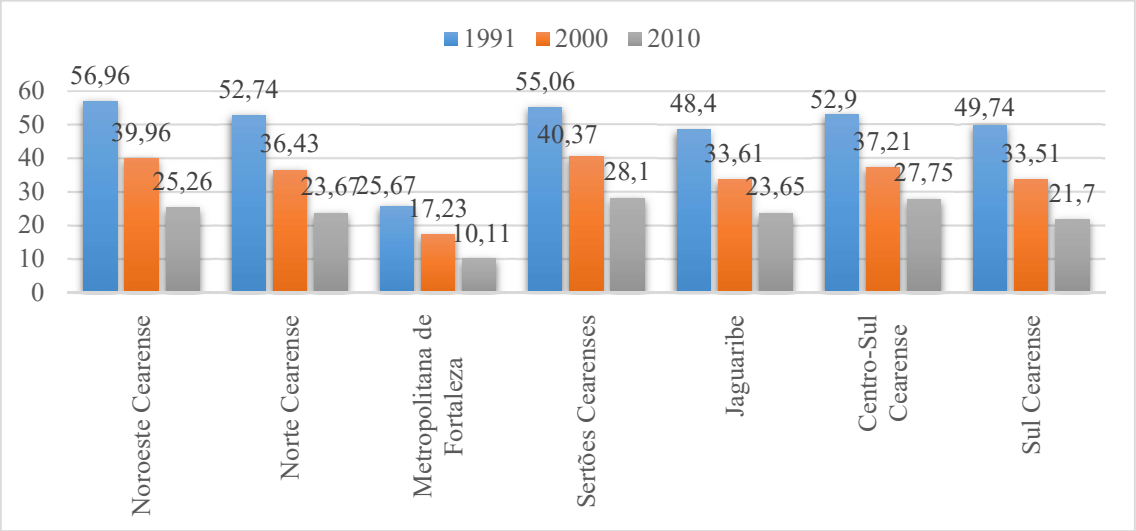
Gráfico 43 – Percentual de pessoas com 5 anos ou mais de idade não alfabetizadas no Brasil, Nordeste e Ceará – 1991, 2000, 2010



	1991	2000	2010
Brasil	25,15	16,73	10,92
Nordeste	43,62	28,93	19,82
Ceará	42,96	29,33	18,76

Fonte Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico.

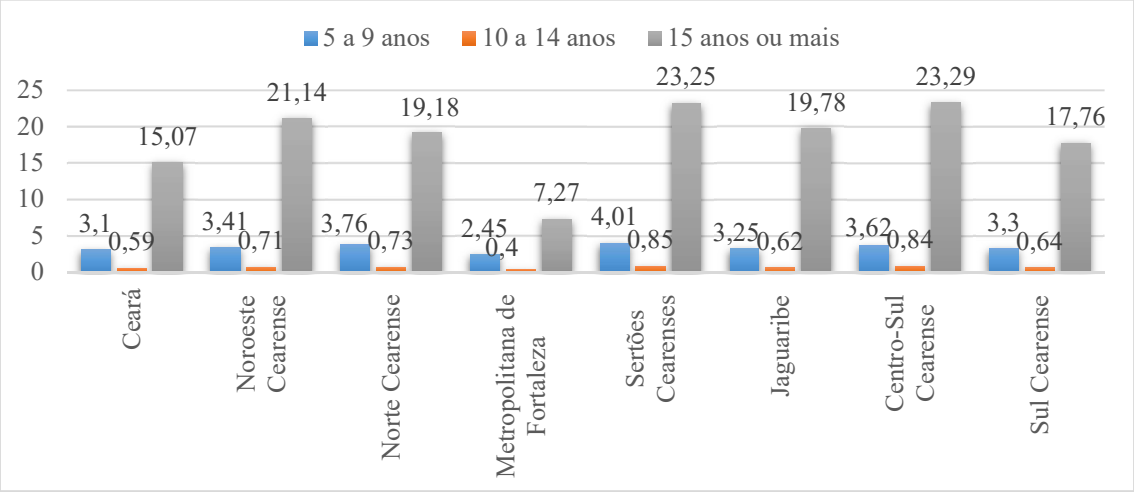
Gráfico 44 – Percentual de pessoas com 5 anos ou mais de idade não alfabetizadas por Mesorregião do Ceará – 1991, 2000, 2010



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico.

Dividindo as pessoas com 5 anos ou mais de idade não alfabetizadas por faixa etária – 5 a 9 anos de idade, 10 a 14 anos de idade, 15 anos ou mais –, observa-se que no ano de 2010, em todo o Ceará, a maior incidência de analfabetismo está na última faixa etária e que dentre as mesorregiões do estado, a Centro-Sul Cearense apresenta o maior percentual (23,29% de pessoas com 15 anos ou mais de idade analfabetas), conforme mostram os dados do Gráfico 45.

Gráfico 45 – Percentual de pessoas com 5 anos ou mais de idade não alfabetizadas por faixa etária no Ceará e Mesorregiões – 2010



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico.

Dados recentes da PNAD Contínua mostram que em 2018 do total da população cearense com 14 anos ou mais de idade, 42,10% não possuíam o ensino fundamental completo, sendo que desse total 10,5% não possuíam instrução, ou seja, eram analfabetas (Tabela 60). A referida pesquisa mostra, também, que do total de jovens no Ceará com idade de 15 a 29 anos, 61,7% não estavam estudando no ano de 2018, sendo que desse total 28,5% nem estudavam e nem trabalhavam (Tabela 61). Esses dados desalentadores apontam para um futuro no qual a força de trabalho cearense permanecerá majoritariamente com baixo nível instrucional e, consequentemente, remunerada com baixos salários, reproduzindo a situação vivenciada historicamente.

Tabela 60 – Percentual das pessoas com 14 anos ou mais de idade no Ceará por nível de instrução em 2018

Nível de instrução	Percentual de pessoas com 14 anos ou mais de idade
Sem instrução	10,5
Ensino fundamental incompleto ou equivalente	31,6
Ensino fundamental completo ou equivalente	9,8
Ensino médio incompleto ou equivalente	8,6
Ensino médio completo ou equivalente	25,6
Ensino superior incompleto ou equivalente	4,6
Ensino superior completo ou equivalente	9,3

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados do IBGE – PNAD Contínua.

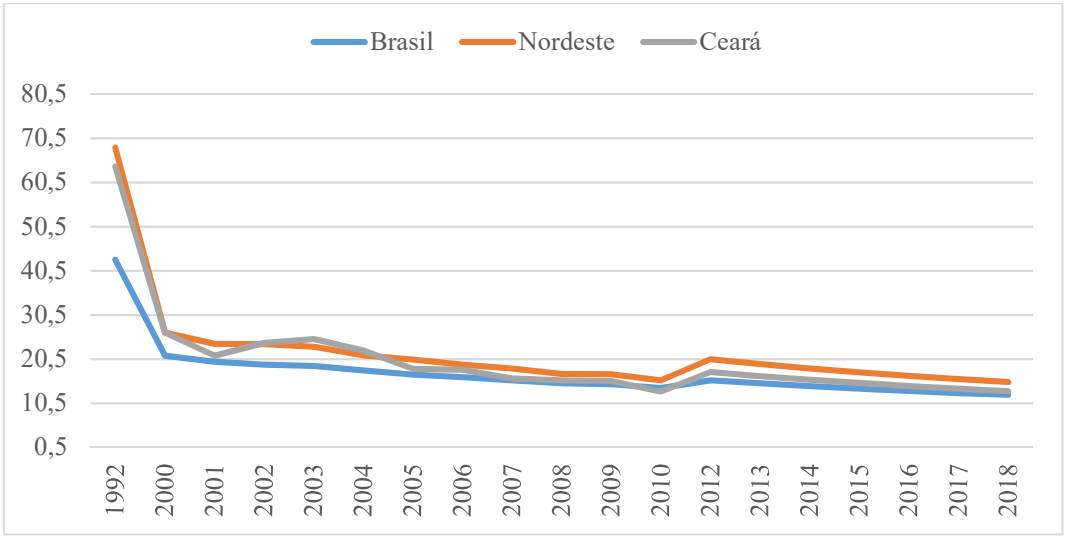
Tabela 61 – Percentual das pessoas de 15 a 29 anos de idade no Ceará por situação de ocupação e condição de estudo em 2018

Situação de ocupação e condição de estudo	Percentual das pessoas de 15 a 29 anos de idade
Ocupadas e frequentando escola, cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou qualificação profissional	10,1
Ocupadas e não frequentando escola, nem cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou qualificação profissional	33,2
Não ocupadas e frequentando escola, cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou qualificação profissional	28,2
Não ocupadas e não frequentando escola, nem cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou qualificação profissional	28,5

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados do IBGE – PNAD Contínua.

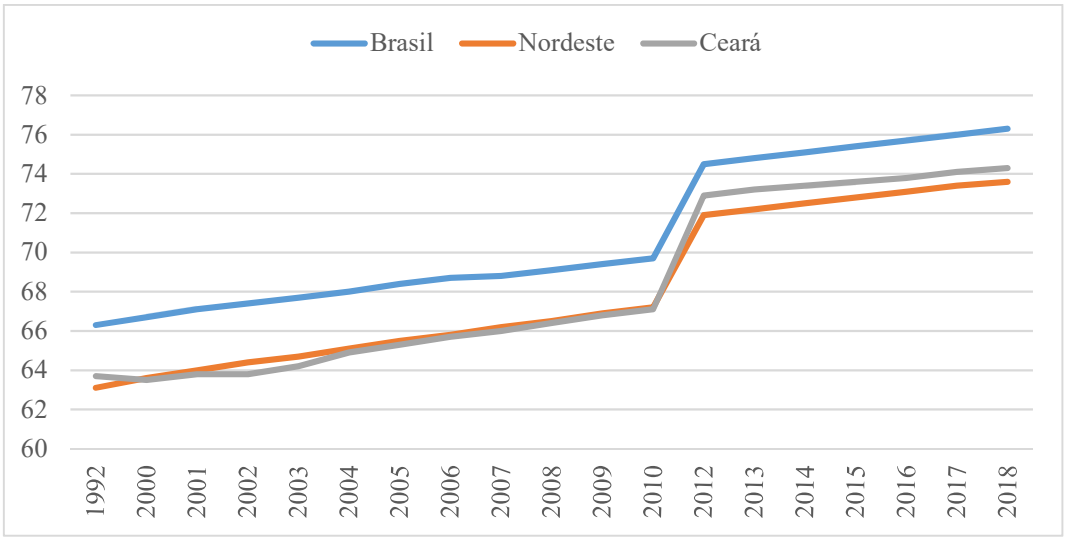
Os impactos dessas condições – dentre várias outras também decisivas e não analisadas no espaço desta pesquisa – de reprodução da classe trabalhadora cearense sobre sua expectativa de vida tem se traduzido, por um lado, positivamente, em duas situações. A primeira refere-se à redução da taxa de mortalidade infantil no estado. Enquanto em 1992 tinha-se uma taxa de 64,1 mortes por 1.000 nascidos vivos, em 2018 esse número reduziu para 13,2 mortes por 1.000 nascidos vivos, embora, ressalte-se, a referida taxa no Ceará esteve em todo esse período acima da taxa nacional. A segunda situação diz respeito à elevação da esperança de vida do cearense ao nascer que passou de 63,7 anos em 1992 para 74,3 anos em 2018 (Gráficos 46 e 47).

Gráfico 46 – Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos) no Brasil, Nordeste e Ceará – 1992/2018[191]



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IPECE.

Gráfico 47 – Esperança de vida ao nascer no Brasil, Nordeste e Ceará – 1992/2018



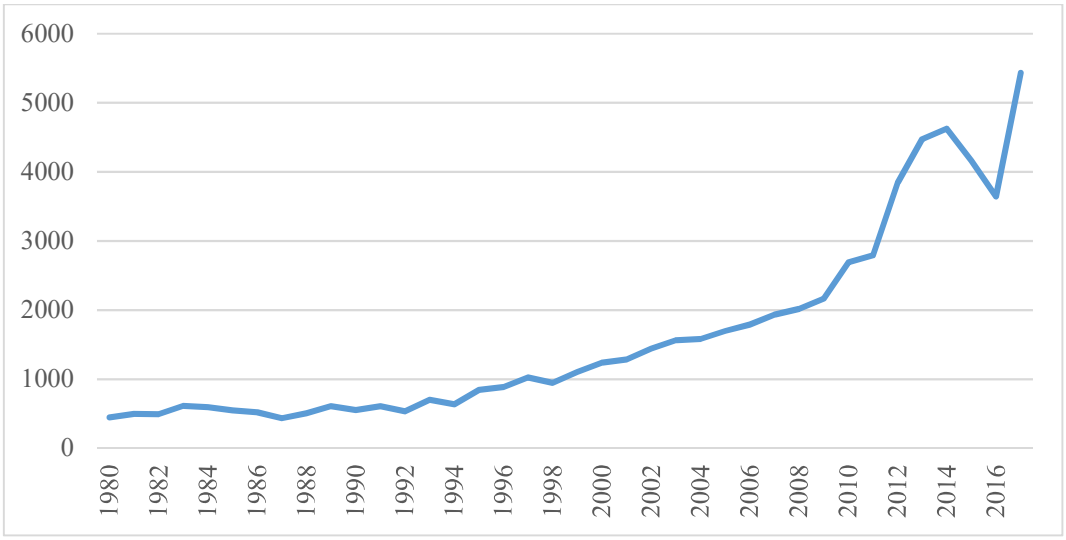
Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IPECE.

Por outro lado, entretanto, as condições de reprodução da classe trabalhadora no Ceará, oriundas da forma específica de desenvolvimento do capital nesse, têm contribuído – juntamente com outros fatores que serão mencionados a seguir – para o aumento da violência no estado, impactando negativamente a expectativa de vida do cearense. Os dados do Atlas da Violência 2019 mostram um incremento acentuado da taxa de homicídio por 100 mil habitantes entre os anos de 2007 e 2017 nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, sendo que o Ceará foi o estado que apresentou o maior crescimento dessa taxa – passou de 23,2% em 2007 para 60,2%

[191] Foram localizados dados referentes aos anos de 1992, 2000-2018 (com exceção de 2011).

em 2017, uma variação de 159,7%. Enquanto o referido documento traz dados para esse período decenal, na página do Atlas na Internet[192] há dados para um período histórico bem mais amplo, mostrando que embora a explosão dos homicídios tenha ocorrido mais recentemente, esses vinham em crescimento já desde a segunda metade da década de 1990.

Gráfico 48 – Casos de homicídios no Ceará – 1980-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IPEA – Atlas da Violência.

O aumento da violência impactou, principalmente, a população jovem – especialmente os homens com idade entre 15 e 19 anos – e grupos específicos (mulheres e população LGBTI), havendo, ainda, uma notória desigualdade racial, pois a maioria das vítimas (mais de 75%) era negra (pretos ou pardos). No caso da população jovem, a taxa de homicídios de jovens por grupo de 100 mil em 2017 no Ceará foi de 140,2% – a segunda maior no país – e a taxa de homicídios de homens jovens por grupo de 100 mil em 2017 foi de 262,6% – também a segunda maior no país. Enquanto em 2007 foram assassinadas no Ceará 1.066 pessoas com idade entre 15 e 19 anos, em 2017 esse número saltou para 3.348 pessoas. No caso do homicídio de mulheres entre 2007 e 2017, o Ceará apresentou o segundo maior crescimento (176,9%) da taxa de homicídios por grupo de 100 mil mulheres.

É ressaltado no Atlas que por trás do aumento da violência nos estados brasileiros estão fatores de natureza idiossincrática. No caso do Ceará – dentre outros estados do Norte e Nordeste – é apontada a exacerbação da violência entre as duas maiores facções criminosas do Brasil – Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) – e seus aliados locais – destacando-se as facções criminosas conhecidas como Guardiões do Estado (GDE) e Família

[192] Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/17>. Acesso em: 01 jun. 2020.

do Norte[193] –, a partir de 2016, pelo domínio de mercados varejistas e de novas rotas internacionais do tráfico de entorpecentes que atravessam os estados do Norte e chegam ao Nordeste.

Especialistas[194] sobre o assunto ressaltam que se a expansão da economia ilícita nesses estados está, por um lado, relacionada a fatores como a localização geográfica – estratégica para o fluxo das drogas entre os países produtores na América Latina e os países consumidores na Europa –, por outro, está intimamente ligada, também, a proliferação da pobreza nessas regiões que sofreram a privação de políticas públicas de desenvolvimento regional. De modo que se conectam os fenômenos da pobreza e do crime com determinações da violência estrutural da forma social do valor. Dentro da população das periferias – que no caso da capital do Ceará começaram a se formar com os campos de concentração para os flagelados das secas, conforme visto no capítulo anterior –, os trabalhadores do exército de sobrantes para o capital, ou seja, aqueles excluídos da economia formal, acabam se integrando às economias informais, dentre as quais as ilícitas como o tráfico de drogas.

Outro aspecto relacionado à questão da violência no Ceará e que não se encontra referenciado no Atlas da Violência 2019, mas que se acredita que deva ser acrescentado aos fatores idiossincráticos da violência no estado, refere-se à cultura de violência como estratégia para resolução de conflitos, a qual – conforme visto no capítulo anterior – remonta o processo de constituição dessa formação social, na qual algumas práticas – como o crime de pistolagem – permanecem vigentes.

> O Ceará foi o estado com maior crescimento na taxa de homicídio em 2017, ano em que se atingiu recorde histórico nesse índice. Não apenas aumentou de forma acentuada a taxa de homicídio contra jovens e adolescentes, mas também contra mulheres, num quadro em que Barreiras sintetizou como uma "simbiose entre arma de fogo, droga ilícita e resolução violenta dos conflitos interpessoais, [onde] tem ganho cada vez mais evidência e relevância a presença forte das facções criminosas no estado, não só no interior dos presídios, mas também nos bairros populares, principalmente de Fortaleza" (IPEA, 2019, p.18).

[193] Entrevista "A onda de violência no Ceará. Crimes de pobres contra pobres e o sucesso financeiro não compartilhado com quem ocupa posições subalternas" realizada com o professor e pesquisador Luis Fábio Paiva. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/586151-a-onda-de-violencia-no-ceara-crimes-de-pobres-contra-pobres-e-o-sucesso-financeiro-nao-compartilhado-com-quem-ocupa-posicoes-subalternas-entrevista-especial-com-luiz-fabio-paiva>. Acesso em: 15 fev. 2019.

[194] Entrevista "A empresa do tráfico de drogas e a proliferação da pobreza no Norte e Nordeste" realizada com o especialista em segurança pública Roberto Magno Reis Netto. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/592354-a-empresa-do-trafico-de-drogas-e-a-proliferacao-da-pobreza-no-norte-e-nordeste-entrevista-especial-com-roberto-reis-netto>. Acesso em: 04 abr. 2020.

Analisando-se os homicídios ocorridos no Ceará em 2017 percebe-se que os municípios que compõem a lista das dez maiores taxas[195] – proporção entre o número de homicídios e a população local – são, majoritariamente, da mesorregião Metropolitana de Fortaleza, o que se acredita que deve estar relacionado à atuação das facções criminosas. Mas há, também, dois municípios da mesorregião Jaguaribe, conhecida na sociedade cearense como uma região onde é comum a ocorrência de crimes de pistolagem, uma ação remanescente da atuação dos capangas/jagunços da época dos "coronéis". Nesse sentido, os dados corroboram que a atuação das facções criminosas ligadas ao comércio de drogas e às práticas inerentes à *cultura da violência* são fatores estruturantes da violência no Ceará e resultado da dinâmica capitalista ali engendrada, arcaica e moderna.

Tabela 62 – Municípios cearenses com as maiores taxas estimadas de homicídios em 2017

Município	Mesorregião	População 2017	Homicídios	Taxa Estimada de Homicídios
Pacajus	Metropolitana de Fortaleza	70.911	105	151
Maracanaú	Metropolitana de Fortaleza	224.804	308	145,7
Horizonte	Metropolitana de Fortaleza	65.928	88	136,7
Itaitinga	Metropolitana de Fortaleza	39.310	46	120,6
Chorozinho	Metropolitana de Fortaleza	19.197	21	116,7
Aquiraz	Metropolitana de Fortaleza	79.128	86	113,1
Tabuleiro do Norte	Jaguaribe	30.489	33	112,8
Eusébio	Metropolitana de Fortaleza	52.667	56	110,3
São João do Jaguaribe	Jaguaribe	7.621	07	110,1
Paraipaba	Metropolitana de Fortaleza	32.515	31	103,9

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IPEA – Atlas da Violência.

Em síntese, o conjunto dos dados levantados mostra que o discurso da burguesia industrial cearense de que as ações modernizantes no Estado favoreceriam a acumulação e expansão capitalista e também o desenvolvimento social, no sentido de viabilizar a superação da pobreza no Ceará – algo inviável dentro dos domínios do capital –, se cumpriu apenas no que se refere ao atendimento das demandas do capital.

Conforme visto, a chegada dos empresários do CIC ao comando do Estado em fins da década de 1980 propiciou a execução de práticas neoliberais pioneiras no país e, consequentemente, a inserção antecipada do Ceará no circuito produtivo capitalista típico da

[195] Fortaleza aparece na 16ª posição, com uma população de 2.627.482 habitantes, um total de 2.145, perfazendo uma taxa de 87,9. Ou seja, não está entre os municípios com as dez maiores taxas de homicídios, porém é o município com o maior número absoluto de homicídios no estado.

era neoliberal já no final do século XX. A modernização da máquina administrativa – via ajuste fiscal e reforma administrativa do Estado – e os repasses do Governo Federal viabilizaram os recursos necessários a política econômica que, voltada para a inserção da economia local no mercado mundial, se baseou na consolidação de obras de infraestrutura e na atração de investimentos – por meio de ofensiva campanha publicitária e do desenvolvimento de uma agressiva política de incentivos.

O projeto de modernização da burguesia industrial, cujos rumos foram mantidos pelos governos seguintes, elegeu como áreas prioritárias para o desenvolvimento do Ceará o agronegócio, a indústria e o turismo. No tocante a agropecuária, foi priorizada a inserção em ramos com uso intensivo de recursos naturais e em escala para expandir as exportações, em detrimento das culturas tradicionais. Ademais, a modernização ocorreu sem alterar a histórica concentração fundiária existente no estado. Acredita-se que o somatório entre essas condições ligadas à ação do Estado e as estiagens está por trás do saldo migratório negativo mantido pelo Ceará no período pesquisado.

Quanto à industrialização, embora a política econômica tenha logrado êxito na atração de investimentos, a expansão ocorreu majoritariamente no ramo de atividades tradicionais, permanecendo as atividades de maior desenvolvimento tecnológico em número reduzido no estado. Ademais, as indústrias em geral, assim como as atividades dos outros dois setores da economia, se mantiveram concentradas, sobretudo, na mesorregião Metropolitana de Fortaleza. Frente a essa demonstração da dinâmica desigual do desenvolvimento do capital, os esforços dos governos estaduais para descentralizar os investimentos não produziram mudanças substanciais e isso se reflete na forma de participação bastante distinta das mesorregiões na produção e apropriação do valor, com consequências diretas sobre as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores em cada uma delas.

O processo de modernização executado pela burguesia industrial do CIC tratou-se, assim, de um aprofundamento da modernização conservadora iniciada pelos coronéis na segunda metade do século XX, pois, dentre outros aspectos, permaneceu dependente da intervenção estatal via incentivos fiscais, manteve a forte concentração fundiária e de capital.

A criação das condições da produção capitalista por parte do Estado, nos termos de MANDEL (1982), representou-se também pelas obras de infraestrutura (mobilidade de mercadorias e urbanização) e pela garantia de força de trabalho de baixo custo. E, desse modo, o Ceará teve reforçado o seu papel como economia agroexportadora dentro da divisão internacional do trabalho – destacando-se a exportação de matérias-primas e bens de consumo não duráveis como os alimentos e calçados, produzidos mediante superexploração da força de

trabalho cearense, expressa, dentre outros aspectos, nos salários abaixo da média nacional e do Nordeste –, bem como manteve seu papel de repositor do exército geral de reserva.

Se essa forma específica de participação do Ceará no processo de valorização do valor produziu, por um lado, um acentuado crescimento econômico – as taxas de crescimento do PIB indicam isso, tendo sido bem superiores às do Brasil e do Nordeste a partir de meados da década de 1990 –, por outro lado, gerou forte impacto sobre a questão social no estado não só mantendo algumas de suas históricas manifestações – como a migração da população rural, baixa renda do trabalho, a concentração de renda, informalidade e desemprego acentuados, número elevado de trabalhadores em situação de pobreza e extrema pobreza, precárias condições de moradia, baixo nível de instrução – como, também, produzindo novas manifestações – como o endividamento das famílias e a elevação da violência –, não deixando dúvidas de que o Ceará "disparou" e junto com ele as contradições da mercadorização da vida social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se expor a investigação sobre as particularidades da modernização capitalista no Ceará, no contexto do capitalismo imperialista neoliberal – no quadro lógico da dinâmica do valor e no quadro histórico de sua territorialização nessa parte do nordeste brasileiro – e seus impactos sobre a questão social. Enfatizamos, particularmente, o Ceará do período que se estende do início da primeira gestão de Tasso Jereissati em 1987 – quando ocorre a inserção do Ceará de forma pioneira no novo ciclo do desenvolvimento capitalista –, observando o projeto transpartidário do capital na região até 2018, ano de encerramento do primeiro mandato do atual governador Camilo Santana.

A exposição enfatizou o Ceará moderno a partir, reitera-se, da dinâmica da forma social do capital e particularidades do seu ciclo de desenvolvimento; da análise do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e na região Nordeste, enquanto totalidades das quais o Ceará faz parte; da investigação sobre a especificidade da dinâmica do capitalismo imperialista neoliberal no referido estado; e da análise das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores cearenses nesse contexto.

A valorização do valor – transformação crescente de trabalho abstrato em dinheiro – constitui a finalidade do capital e por isso sua dinâmica, necessariamente expansiva, envolve além de intensificar a extração de mais-valor, ampliar os espaços para produção de valor – por meio das expropriações primárias, as quais incidem sobre os meios de produção, impondo o trabalho abstrato aos trabalhadores ainda capazes de prover com meios próprios sua subsistência, bem como das expropriações secundárias que envolvem a imposição de novas condições de trabalho, destituído de direitos.

O capital se ergue constituindo e reproduzindo a questão social, mantida não apenas com a dinâmica de busca pela valorização do valor, mas também por processos de agravamento, assumindo novas formas de expressão. Isso ocorre em razão não só dos processos de expropriação, mas também do aumento da composição do capital que tanto amplia o exército de sobrantes quanto acarreta a queda da taxa média de lucro, produzindo, consequentemente, crises cíclicas, as quais o capital responde por meio de medidas contratendenciais que impactam a questão social. Fundamentalmente ainda por tornar o homem indiferente às relações sociais e absorto no dinheiro, conforme mercadorizam-se as dimensões da vida social. De modo que as "soluções" capitalistas são vias de estranhamentos asseverados.

No contexto atual reverbera a crise estrutural de lucratividade do capital iniciada na década de 1970, frente a qual as economias capitalistas centrais responderam impulsionando um deslocamento de capital para saídas que interessam à esfera financeira e um movimento de contenção à queda da taxa de lucro que, baseado na elevação do grau de exploração do trabalho e no crescimento do comércio global, foi viabilizado pela reestruturação produtiva flexível e o neoliberalismo, dando forma a um novo estágio do desenvolvimento capitalista, aqui concebido como imperialista neoliberal.

Essas mudanças têm provocado sensíveis alterações na dinâmica mundial do capital – como a financeirização da riqueza capitalista e a reorganização da divisão internacional do trabalho – e um agravamento da questão social expresso, dentre outras coisas, no desemprego estrutural, aumento da informalidade no mercado de trabalho, queda da renda do trabalho, acentuação da desigualdade de renda e da pobreza, endividamento de empresas, governos e famílias.

Ocorre que o desenvolvimento do capital se realiza de forma desigual nas formações sociais – embora o capitalismo funcione como base para qualquer sociedade, suas determinações gerais se articulam às particularidades de cada território produzindo formas específicas de reprodução do capital –, ou seja, a dinâmica capitalista, bem como os efeitos dela decorrentes – expressões da questão social –, apresentam-se de forma distinta nos países, bem como em suas regiões internas.

No Brasil – país de capitalismo dependente, cuja essência reside na superexploração do trabalho –, o imperialismo neoliberal tanto impactou a forma de inserção do país na geopolítica do valor, acirrando a dependência com a reprimarização da pauta exportadora, quanto alterou substancialmente a estratégia de desenvolvimento nacional, ocasionando o abandono da matriz industrial integral e integrada que vinha sendo viabilizada com a descentralização industrial nas décadas anteriores, retomando e reforçando as estratégias de especialização regional – atividades com menor intensidade tecnológica e maior emprego de força de trabalho tenderam a se deslocar para regiões com força de trabalho excessiva e barata como o Nordeste e as atividades de alta intensidade tecnológica intensificaram a concentração na região Centro-Sul.

Nesse sentido, as mudanças desencadeadas com o capitalismo imperialista neoliberal não só reforçaram as expressões da questão social já existentes no Brasil – típicas de sua condição de país de capitalismo dependente, tais como altos índices de desemprego e informalidade, baixo rendimento do trabalho, forte concentração de renda, elevados percentuais de trabalhadores em situação de pobreza e extrema pobreza –, mas também reforçaram e ampliaram as históricas e profundas desigualdades entre as regiões brasileiras, em virtude do

reforço de suas inserções diferenciadas na dinâmica típica da reprodução do valor, o que só favorece a competitividade mercantil e fragiliza as condições de vida.

Os reflexos desses processos no Nordeste – historicamente em situação de dependência tanto em relação ao capital internacional quanto ao capital da região Centro-Sul – se apresentam, dentre outras coisas, na manutenção de seu papel histórico como repositor do exército geral de reserva, tencionando o rebaixamento do preço da força de trabalho no país, e na reprodução da região como aquela com os piores índices das expressões da questão social elencadas acima.

No Ceará, as tendências do capitalismo imperialista neoliberal se fizeram sentir, de forma antecipada ao restante do país, com a chegada da burguesia industrial do CIC ao comando dos aparelhos locais do Estado no final da década de 1980. O projeto de modernização, cujos rumos foram mantidos pelos governos seguintes, estruturou-se sobre práticas neoliberais expressas na modernização da máquina administrativa – via ajuste fiscal e reforma administrativa do Estado que viabilizou, juntamente com os repasses do Governo Federal, os recursos necessários à ação estatal no âmbito econômico – e numa política econômica que, voltada para a inserção do Ceará no mercado mundial, baseou-se na consolidação de obras de infraestrutura e na atração de investimentos – via ofensiva campanha publicitária e desenvolvimento de uma agressiva política de incentivos.

Foram eleitas como áreas prioritárias para o desenvolvimento capitalista no Ceará o agronegócio – a opção foi por ramos com uso intensivo de recursos naturais e em escala para expandir as exportações, em detrimento das economias rurais tradicionais –, a indústria – objetivando atrair novos investimentos e, também, estimular a localização desses fora da RMF – e o turismo[196]. Essas escolhas incidiram sobre a formação social em questão articulando-se às suas particularidades e as reproduzindo, estando entre essas uma forte concentração fundiária, mercado de trabalho muito desestruturado (com reduzido assalariamento contratual), industrialização centrada nas atividades tradicionais e concentrada na RMF.

Nesse sentido, o projeto de modernização da burguesia industrial constituiu, na verdade, um aprofundamento da modernização conservadora iniciada com os coronéis na segunda metade do século XX. O resultado da articulação entre elementos modernos e arcaicos foi o reforço do papel do Ceará como economia agroexportadora dentro da divisão internacional do

[196] O próprio turismo, que não foi abordado detalhadamente aqui, expressa a mercadorização do lazer e tem efeitos importantes sobre a monetização das tradições culturais e da natureza local, com consequências sobre a capitalização da terra, acirrando a especulação imobiliária e, consequentemente, diferentes matizes das condições de vida.

trabalho – destacando-se a exportação de matérias-primas e de bens de consumo não duráveis, como alimentos e calçados, produzidos mediante superexploração da força de trabalho, expressa, dentre outros aspectos, nos salários abaixo da média nacional e da região Nordeste – e a manutenção de sua função como repositor do exército geral de reserva dentro da divisão regional do trabalho – expressa na apresentação contínua de saldo migratório negativo.

Essa forma específica de participação do Ceará no processo de valorização do valor produziu um acentuado crescimento econômico e, como sua contraface, gerou forte impacto sobre a questão social no estado, reproduzindo históricas expressões – como a migração da população rural, baixa renda do trabalho, a concentração de renda, informalidade e desemprego acentuados, número elevado de trabalhadores em situação de pobreza e extrema pobreza, precárias condições de moradia, baixo nível de instrução – e produzindo novas manifestações – como o endividamento das famílias e a elevação da violência – sentidas de forma desigual por suas mesorregiões.

REFERÊNCIAS

ABDAL, Alexandre. *Desenvolvimento regional no Brasil contemporâneo*: Para uma qualificação do debate sobre desconcentração industrial. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-33002017000200107&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 01 jul. 2019.

ALMEIDA, Humberto Marinho de. *Práticas espaciais, gestão seletiva e o desenvolvimento territorial no Ceará*. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT20-34.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.

ALVES, Denis Fernandes; MARCELINO, Antonio Bruno Fernandes; LIMA JÚNIOR, Francisco do O'; DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz. *Desenvolvimento do estado do ceará: uma análise territorial a partir do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)*. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/28125>. Acesso em: 19 dez. 2019.

ALVES, Giovanni. *O duplo negativo do capital*: Ensaio sobre a crise do capitalismo global. Bauru: Canal 6, 2018.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo*: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Estado, capital e industrialização do Nordeste*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. IN: *Revista Econômica do Nordeste*. v. 30 nº2. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1999.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. Questão social, crise do capital e formação profissional: desafios ao serviço social na contemporaneidade. In: *Sociedade em Debate*. Vol. 24, nº2. Pelotas: UCPEL, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma*: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEZERRA, Adma Viana; MENEZES, Sócrates Oliveira. *A forma da estatística e o conteúdo do desemprego*. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/49.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BIANCHI, Alvaro. *O desenvolvimento desigual e combinado*: a construção do conceito. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2013/02/04/o-desenvolvimento-desigual-e-combinado-a-construcao-do-conceito/>. Acesso em: 13 de mar. 2018.

BONENTE, Bianca Imbiriba. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica*: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. Niterói: Eduff, 2016.

BRETTAS, Tatiana. *Capital financeiro, fundo público e políticas sociais*: uma análise do lugar do gasto social no governo Lula. Tese de doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos*: Planejamento e clientelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: *Desenvolvimento e dependência***:** cátedra Ruy Mauro Marini. FILHO, Niemeyer Almeida (Org.). Brasília: IPEA, 2013.

CARCANHOLO, Reinaldo. *A atual crise do capitalismo*. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie55A%20atual%20crise%20do%20capitalismo.pdf>. Acesso em: 11 de ago. 2019.

CARCANHOLO, Reinaldo; A. NAKATANI, Paulo. *O capital especulativo parasitário*: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1947/2323>. Acesso em: 18 maio 2019.

CARDOZO, Soraia Aparecida. *Comércio internacional, estrutura produtiva industrial, emprego e renda nas macrorregiões brasileiras (2004-2014)*. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5626>. Acesso em: 01 jul. 2019.

COMBAT, Flávio. *A crise do sistema de Bretton Woods*: considerações sobre o papel do dólar na hierarquia monetária internacional. Disponível em: <file:///C:/Users/Dell/Downloads/43393-Texto%20do%20Artigo-146180-1-10-20200705.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2021.

COSTA, Jucelio Regis. *Os jornais em marcha e as marchas da vitória nos jornais*: a imprensa e o golpe civil militar no Ceará (1961-1964). Dissertação de mestrado. Fortaleza, UFC, 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? IN: *Novos rumos*. v.49, nº1. Marília: UNESP, 2012.

COUTO, Cláudio Gonçalves. *Oligarquia e processos de oligarquização*: um problema institucional das organizações. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19949/CEPESP_Couto%2C%20Claudio.%20oligarquia%20e%20processos%20de%20oligarquiza%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 jul. 2020.

DOTA, Ednelson Mariano; QUEIROZ, Silvana Nunes de. *Migração interna em tempos de crise no Brasil*. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbeur/v21n2/2317-1529-rbeur-21-02-415.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

FARIAS, Airton. *História do Ceará*. 1ª reimp. 6ª ed. rev. e amp. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

FECOMÉRCIOSP. *Radiografia do Crédito e do Endividamento das Famílias nas Capitais Brasileiras*: Comparações 2013-2016. Disponível em:

<https://www.fecomercio.com.br/public/upload/file/2017/01/30/radiografia_do_endividamento_das_fam_lias_envio.pdf>. Acesso em: 20 de jul. 2020.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FONTES, Virgínia. Hegemonismos e política: que democracia? In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo.* 1ª Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

_____. *O Brasil e o capital-imperialismo*: teoria e história. 2ª Ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

HARVEY, David. *Os limites do capital.* 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 4ª Ed. São Paulo: Loyola, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*: Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. A Questão Social no capitalismo. IN: *Temporalis.* Nº3. Brasília: ABEPSS, 2001.

IANNI, Octavio. *Estado e capitalismo.* São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

_____. *Síntese de indicadores sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

_____. *Síntese de indicadores sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. *Censo Agropecuário*: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. *Síntese de indicadores sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

_____. *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. *Censo Demográfico 2000*: migração e deslocamento – resultado da amostra. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://loja.ibge.gov.br/censo-demografico-2000-migrac-o-e-deslocamento-resultados-da-amostra.html>. Acesso em: 14 de jul. 2019.

_____. *Censos Econômicos de 1985*: Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

_____. *IX Recenseamento Geral do Brasil*: Censo Industrial – dados gerais. Volume II, Tomo III, Número I. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

_____. *IX Recenseamento Geral do Brasil*: Censo Industrial - dados gerais. Volume III, Tomo II, Parte I, Nº 9 – Ceará. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

_____. *Censos Econômicos de 1975*: Censo Agropecuário – Brasil. Série Nacional, Volume I. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

_____. *VIII Recenseamento Geral de 1970*: Censo Agropecuário – Brasil. Série Nacional, Volume III. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. *VIII Recenseamento Geral*: Censo Industrial Ceará. Série Regional, Volume IV, Tomo II. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. *VIII Recenseamento Geral do Brasil*: Censo Agrícola de 1960. Série Nacional, Volume II, 1ª parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

_____. *Censos Econômicos*: Estado do Ceará. Série Regional, Volume XIV, Tomo II. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

_____. *Recenseamento de 1920*: 4º censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias. Volume III. 1ª parte. Rio de Janeiro: TYP da Estatística, 1923.

IPEA. *Atlas da Violência 2019*. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-201>. Acesso em: 16 dez. 2019.

_____. *Carta de Conjuntura.* Nº 41, 4º Trimestre de 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/181207_cc41_economia_mundial.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.

IPECE. *Indicadores econômicos do Ceará 2019*. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/livro-de-indicadores-economicos-do-ceara/>. Acesso em: 28 abr. 2020.

_____. *Indicadores sociais do Ceará 2018*. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/sintese-dos-indicadores-sociais/>. Acesso em: 28 abr. 2020.

_____. *Indicadores sociais do Ceará 2017*. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/sintese-dos-indicadores-sociais/>. Acesso em: 28 abr. 2020.

_____. *Indicadores sociais do Ceará 2015*. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/sintese-dos-indicadores-sociais/>. Acesso em: 13 dez. 2018.

_____. *Indicadores sociais do Ceará 2011*. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/sintese-dos-indicadores-sociais/>. Acesso em: 28 abr. 2020.

_____. Síntese dos Indicadores sociais 2005. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/sintese-dos-indicadores-sociais/>. Acesso em: 28 abr. 2020.

_____. *Síntese dos Indicadores sociais do Ceará (1992-2002/2003).* Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/sintese-dos-indicadores-sociais/>. Acesso em: 28 abr. 2020.

JAPPE, Anselm. *As aventuras da mercadoria*: para uma nova crítica do valor. 2ª Ed. Portugal: Antígona, 2013.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo*: etapa superior do capitalismo. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

LIMA JÚNIOR, Francisco do O' de. *Estrutura produtiva e rede urbana no Estado do Ceará durante o período de 1980-2010.* Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2014.

LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: *Desenvolvimento e dependência***:** cátedra Ruy Mauro Marini. FILHO, Niemeyer Almeida (Org.). Brasília: IPEA, 2013.

MACEDO, Fernando Cézar de; LIMA JÚNIOR, Francisco do O'; MORAIS, José Micaelson Lacerda. Dinâmica econômica e rede urbana cearense no início do século XXI. In: *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 70 – 93, jan/abr 2012.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio.* São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. 1973. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>. Acesso em: 13 mar. 2018.

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção do capital. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. *O capital*: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Fernando Augusto Mansur de; MARTIGNONI, Enrico Moreira. *Novas tendências no desenvolvimento econômico do Nordeste.* Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/222/200>. Acesso em: 17 set. 2019.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil*: origens da autocracia burguesa. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS Neide César. *Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira.* Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-66282012000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 20 jun. 2019.

NASCIMENTO, Danilla Aguiar do; SANTOS, Janaina Freire dos. O conceito de formação econômico-social: uma análise comparativa à luz de Caio Prado Jr. e José Carlos Mariátegui. In: *Anais do 40º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, 2016. Disponível em: <http://www.anpocs.org/index.php/papers-40-encontro/st-10/st22-6?format=html>. Acesso em: 05 set. 2017.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social.* 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Cinco notas a propósito da "Questão Social". IN: *Temporalis*. Nº3. Brasília: ABEPSS, 2001.

NOBRE, Geraldo. *O processo histórico de industrialização do Ceará.* Fortaleza: Federação das Indústrias do Ceará, 2001.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. *Modernização do atraso*: a hegemonia burguesa do CIC e as alianças eleitorais da "era Tasso". Tese de doutorado. Fortaleza: UFC, 2008.

NOVACK, George. *A lei do desenvolvimento desigual e combinado*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/novack/1968/lei/cap01.htm#ti1>. Acesso em: 13 mar. 2018.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de; ERVATTI, Leila Regina; O`NEILL, Maria Monica Vieira Caetano. O Panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos In: Oliveira, Luiz Antonio Pinto de; Oliveira, Antônio Tadeu Ribeiro de (Org.). *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. As contradições do ão: globalização, nação, região metropolização. IN: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco (Org.). *Economia Regional e Urbana*: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco.* São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *Elegia para uma re(li)gião*: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OSORIO, Jaime. Fundamentos da superexploração. In: *Desenvolvimento e dependência*: cátedra Ruy Mauro Marini. FILHO, Niemeyer Almeida (Org.). Brasília: IPEA, 2013.

OXFAM Brasil. *País estagnado*: um retrato das desigualdades brasileiras – 2018. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/pais-estagnado>. Acesso em: 06 dez. 2018.

PASTORINI, Alejandra. *A categoria "questão social" em debate*. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PAULANI, leda. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. In: *Estudos Avançados*. Vol.23, nº66. São Paulo: USP, 2009.

PEREIRA, Evelyne Medeiros. *A dialética do desenvolvimento desigual interregional*: A questão social no Nordeste brasileiro (2007-2015). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

PEREIRA JUNIOR, Edilson. Dinâmicas territoriais no Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza: um olhar orientado pelo processo de industrialização. In: *Fortaleza*: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

_____. *Território e economia política: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização do Ceará*. Tese de doutorado. Presidente Prudente: UNESP, 2011.

_____. *Espaço, industrialização e acumulação capitalista*: uma abordagem para o Nordeste e o Ceará. Mercator – Revista de Geografia da UFC, ano 02, número 04, 2003.

PINHEIRO, Francisco José. *Notas sobre a formação social do Ceará*: 1680-1820. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PONTES, Paulo Araujo; VIANNA, Pedro Jorge Ramos; HOLANDA, Marcos Costa. *A Política de atração de investimentos industriais do Ceará*: Uma análise do período 1995-2005. Texto para discussão Nº 26. IPECE: Fortaleza, 2006.

RUBIN, Isaak Illich. *A teoria marxista do valor.* São Paulo: Brasiliense, 1980.

SAMPAIO FILHO, Dorian. *A industrialização do ceará*: empresários e entidades. Dissertação de mestrado. São Paulo: FGV, 1985.

SANTOS, Josiane Soares. *"Questão Social": particularidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Mossicléia Mendes da. *Desenvolvimento capitalista e assistência social no Brasil*: a encruzilhada da modernização com o Plano Brasil sem Miséria, 2011-2016. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2018.

SOUSA, Sandro Luis de. *A canção "vozes da seca" de Luiz Gonzaga*: vozes de protesto sob uma perspectiva da análise do discurso. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/11279/8400>. Acesso em: 01 out. 2019.

TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa.* Primeiro volume. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WOOD, Ellen Meiksins. *As origens agrárias do capitalismo*. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo66Artigo%202.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2019.

ZAIDAN FILHO, Michel. *O fim do Nordeste & outros mitos*. São Paulo: Cortez, 2001.

ZENERATTI, Fábio Luiz. *Propriedade e latifúndio*: introdução ao debate sobre sua origem e perpetuação no Brasil. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/download/11267/11756>. Acesso em: 22 abr. 2020.

APÊNDICE A – Percentual de participação das Regiões no PIB e no VAB dos setores da economia brasileira entre 1985 e 2016

Tabela 17 – Percentual de participação das Regiões no PIB da Agropecuária do Brasil – 1985/1998

	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Norte	4,7	7,0	7,3	7,0	8,3	8,0	9,3	8,4	8,3	8,5
Nordeste	17,2	19,6	17,5	17,5	14,1	15,7	16,8	17,0	16,0	16,4
Sudeste	38,9	36,4	37,2	38,1	39,1	37,7	35,2	35,7	36,6	36,3
Sul	29,8	26,3	26,7	26,7	26,9	26,6	27,2	27,4	27,7	27,2
Centro-Oeste	9,4	10,7	11,3	10,7	11,6	12,0	11,5	11,5	11,4	11,6

Fonte: IPEA, 1999.

Tabela 18 – Percentual de participação das Regiões no VAB à preços correntes da Agropecuária do Brasil – 1999-2016

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Norte	8,77	8,21	8,37	20,91	7,68	7,38	8,45	8,46	7,77	7,53	7,98	9,67	10,08	10,65	11,47	11,11	11,66	11,05
Nordeste	17,33	18,83	17,73	27,69	19,8	20,23	21,82	22,24	20,85	21,93	21,04	19,28	18,8	17,59	16,42	17,94	18,67	15,94
Sudeste	33	31,19	30,88	27,64	24,27	25,49	28,72	32,71	30,43	25,21	27,98	27,2	27,52	27,36	23,37	23,8	22,23	24,91
Sul	27,31	26,02	27,23	15,92	30,6	27,99	24,14	25,05	26,96	28,64	26,01	27,45	25,55	23,63	29,47	28,08	28,25	28,03
Centro-Oeste	13,59	15,74	15,79	20,91	17,65	18,91	16,88	11,54	14	16,69	16,99	16,4	18,06	20,76	19,27	19,08	19,19	20,07

Fonte: Elabora pela autora com base nos dados do IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios.

Tabela 19 – Percentual de participação das Regiões no PIB da Indústria do Brasil – 1985/1998

	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Norte	4,0	4,5	4,5	4,5	4,5	3,7	3,7	3,6	3,6	3,6
Nordeste	12,1	10,2	9,9	9,6	9,4	9,8	9,8	9,9	10,5	11,3
Sudeste	65,7	66,2	66,2	66,4	66,4	68,0	68,0	68,1	67,3	66,2
Sul	15,7	16,5	16,6	16,4	16,9	15,4	15,4	15,2	15,4	15,6
Centro-Oeste	2,4	2,5	2,8	3,1	2,8	3,1	3,1	3,2	3,3	3,3

Fonte: IPEA, 1999.

Tabela 20 – Percentual de participação das Regiões no VAB à preços correntes da Indústria do Brasil – 1999-2016

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Norte	4	4,33	5,02	5,07	4,91	5,24	5,07	5,47	5,18	5,48	5,04	6,49	7,06	6,33	6,6	6	6,12	6,24
Nordeste	11,54	10,97	11,21	11,72	10,99	10,9	10,82	11,3	10,81	10,93	11,65	11,6	11,17	11,63	11,37	11,62	12,85	13,43
Sudeste	61,83	61,71	59,95	59,68	60,53	60,05	61,94	61,7	61,58	61,67	59,32	58,79	58,75	58,82	58,02	58,07	55	52,95
Sul	18,42	18,68	19,29	18,07	18,4	18,34	16,93	16,54	17,24	16,68	17,97	17,07	17,11	17,15	17,69	17,78	19,02	20,09
Centro-Oeste	4,2	4,32	4,53	5,46	5,17	5,47	5,23	4,99	5,2	5,25	6,01	6,06	5,9	6,08	6,32	6,53	7	7,29

Fonte: Elabora pela autora com base nos dados do IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios.

Tabela 21 – Percentual de participação das Regiões no PIB dos Serviços do Brasil – 1985/1998

	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Norte	3,5	3,9	4,0	3,4	3,2	3,8	4,3	4,5	4,6	4,7
Nordeste	13,6	13,2	13,0	12,2	11,6	12,9	13,1	12,9	12,6	12,7
Sudeste	57,3	58,0	58,7	60,1	60,7	57,4	57,9	59,3	59,6	59,4
Sul	16,6	14,7	14,4	14,6	14,6	16,0	15,7	14,7	14,6	14,5
Centro-Oeste	9,0	10,3	10,0	9,8	9,9	9,8	9,0	8,6	8,6	8,7

Fonte: IPEA, 1999.

Tabela 22 – Percentual de participação das Regiões no VAB à preços correntes dos Serviços do Brasil – 1999-2016

	1999	2000	2001	2002[197]	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Norte	4,11	4,32	4,24	3,55	3,64	3,99	3,9	3,91	4,03	4,01	4,04	3,9	3,9	3,95	3,9	3,92	3,9	3,87
Nordeste	12,84	12,96	13,06	11,53	11,49	11,82	11,91	11,69	11,84	11,85	12,26	12,39	12,38	12,64	12,81	13,02	12,82	12,96
Sudeste	57,19	57,57	57,57	61,89	60,81	60,09	60,73	61,07	60,36	60,03	60,02	60,11	60,24	59,81	59,57	59,07	58,77	58,55
Sul	15,21	15,17	15,12	15,38	16,14	16,18	15,62	15,39	15,8	15,78	15,42	15,38	15,27	15,36	15,75	15,53	15,95	15,8
Centro-Oeste	10,64	9,98	10,01	7,65	7,92	7,92	7,83	7,94	7,97	8,34	8,26	8,22	8,2	8,25	7,97	8,45	8,56	8,81

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios.

[197] Exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, no valor adicionado bruto a preços correntes.

APÊNDICE B – Quadro 2 – Informações sobre os governadores do Estado do Ceará – 1987-2018[198]

Governador	Período do governo	Partido	Origem social do governador
Tasso Ribeiro Jereissati	1987 a 1990	PMDB	Administrador, empresário e político nascido em Fortaleza – CE em 1948, filho do empresário e político cearense Carlos Jereissati (exerceu a presidência do PTB e foi eleito, pelo Ceará, deputado federal durante dois mandatos consecutivos 1955-1962 e depois senador em 1962) e de Maria de Lurdes Ribeiro Jereissati. Tornou-se um dos homens mais ricos do Ceará (fortuna estimada em R$ 400 milhões[199]), sendo dono de uma *holding* que engloba *shopping centers*, hotéis, moinhos, agroindústrias, fábrica de bebidas, dentre outros negócios. As atividades econômicas da família têm como origem o comércio de bacalhau e tecidos realizado por seu avô paterno Aziz Kali (comerciante libanês que migrou para o Brasil)[200].
	1995 a 1998	PSDB	
	1999 a 2002	PSDB	
Ciro Ferreira Gomes	1991 a 1994	PSDB	Advogado e político nascido em Pindamonhangaba – SP em 1957, filho do cearense José Euclides Ferreira Gomes Filho e de Maria José Ferreira Gomes. Aos 05 anos de idade mudou com sua família para Sobral – CE, cidade onde sua família paterna – composta por pequenos comerciantes e por funcionários públicos – construiu carreira política. No caso de Ciro Gomes, a carreira na política se iniciou com sua eleição para deputado estadual, pelo Partido Democrático Social (PDS) em 1982. Exerceu vários outros cargos públicos (governador do Ceará, Ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco (1994), Ministro da Integração Nacional no primeiro governo Lula (2003-2006), deputado federal pelo Ceará (2007-2011) por diversos partidos aos quais se filiou ao longo dos anos[201].
Lúcio Alcântara	2003 a 2006	PSDB	Médico e político nascido em Fortaleza em 1943, filho do médico e político cearense José Waldemar Alcântara e Silva (deputado federal de 1954-55, senador de 1963 e 1968-75 e governador do Ceará de 1978-79) e de Maria Dolores Alcântara e Silva. Filiado à ARENA, exerceu durante os "governos dos coronéis" o cargo de Secretário de Saúde do Estado do Ceará (no governo de César Cals de 1971-75 e de Adauto Bezerra de 1975-78) e foi nomeado, em 1979, prefeito de Fortaleza por Virgílio Távora, então governador do Ceará. Com a extinção do bipartidarismo em 1979, filiou-se ao PDS (agremiação que sucedeu à ARENA) e por esse foi eleito deputado federal em 1982. Posteriormente, migrou para o Partido da Frente Liberal (PFL) que ajudou a fundar, sendo por esse reeleito deputado federal em 1986. Foi vice-governador do Ceará pelo PDT na gestão de Ciro Gomes, renunciando ao cargo para concorrer à eleição para senador, exercendo o mandato de 1995 a 2003. Ainda em 1995 migrou para o PSDB, partido pelo qual foi eleito governador do Ceará em 2002.

[198]Dentre outras fontes (citadas em notas de rodapé posteriores), o quadro foi construído a partir de informações colhidas do site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC) da Faculdade Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acesso em: 13 out. 2020.

[199] Valor que consta na declaração de bens feita por Tasso Jereissati na campanha eleitoral de 2014. Informação disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2014/680/CE/60000000605/bens>. Acesso em: 13 out. 2020. Mas outros dados sugerem que a fortuna é bem superior – os irmãos Tassio Jereissati e Carlos Jereissati detêm uma quantia estimada em R$ 2,2 bilhões. Informação disponível em: <https://marciatravessoni.com.br/noticias/saiba-quem-sao-os-cearenses-mais-ricos-do-brasil-1o-lugar-acumula-r-76-bilhoes/>. Acesso em: 13 out. 2020.

[200] COSTA, 2015.

[201] Parte das informações foram colhidas da matéria "Oligarquia irritada" do Jornal *Folha de São Paulo*. Disponível no endereço: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/oligarquia-irritada/>. Acesso em: 13 out. 2020.

Cid Gomes	2007 a 2010	PSB	Engenheiro Civil e político, nascido em Sobral – CE em 1963, filho do cearense José Euclides Ferreira Gomes Filho e de Maria José Ferreira Gomes. Foi deputado federal pelo PSDB (1991-94 e 1995-96), prefeito de Sobral (1997-2000 e 2001-04), governador do Ceará, Ministro da Educação em 2015 no segundo governo de Dilma Rousseff e em 2018, agora filiado ao PDT, foi eleito senador pelo Ceará.
	2011 a 2014	PROS	
Camilo Sobreira de Santana	2015 a 2018	PT	Agrônomo, servidor público federal (analista do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA) e político, nascido no Crato – CE em 1968, filho do engenheiro civil e político Eudoro Santana (deputado estadual de 1987 a 1998) e de Ermengarda Santana. Foi filiado ao PSB de 1990 a 2002, quando migrou para o PT, partido pelo qual foi eleito deputado estadual (2011-2014) e governador do Ceará.

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE C – Quadro 3 – Informações sobre o FDI (Decreto nº 32.438/Dezembro de 2017)

PROGRAMA	FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS	BENEFÍCIO
Programa de Incentivos ao Funcionamento de Empresas – PROVIN	Implantação, ampliação, diversificação, recuperação e modernização	Setor industrial	Diferimento de até 75%, com retorno de até 25% (com carência de 36 meses), prazo global de até 10 anos (podendo ser prorrogado por igual período), definido com base na pontuação, levando em consideração: • Emprego Gerado (P1); • Custo de Transação (destino da venda; origem da matéria-prima) (P2); • Localização (P3); • Responsabilidade Social, Cultural e Ambiental (P4); • Pesquisa e Desenvolvimento (P5); • Adequabilidade a Base de Produção Regional (Pe).
Programa de Incentivos às Centrais de Distribuição de Mercadorias – PCDM	Implantação e/ou expansão	Comércio atacadista (central de distribuição de mercadorias)	Redução de até 75% do valor do ICMS gerado em fundão das saídas interestaduais, sem similar produzido no estado. • Empresa que já opera no Estado: se e somente se assegurar um incremento de 5% recolhimento de ICMS, em comparação com o período imediatamente anterior ao do enquadramento no programa; Empreendimento novo: faturamento de R$ 15 milhões, a ser alcançado da seguinte forma: R$ 5 milhões nos primeiros 12 meses, contados a partir da data da assinatura do Termo de Acordo; R$ 10 milhões do 13º ao 24º mês.
Programa de Atração de Empreendimentos Estratégicos – PROADE	Implantação de estabelecimentos industriais	Empresas industriais dos ramos de: •Extração de minerais metálicos; •Fabricação de produtos de minerais não-metálicos; •Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos; •Fabricação de automóveis, caminhonetas, utilitários, caminhões e ônibus; •Fabricação de produtos químicos; •Indústria Têxtil; •Fabricação de Calçados; •Fabricação de produtos do refino do petróleo e de produtos petroquímicos;	• Condições especiais: investimento mínimo de R$ 200 milhões, podendo incluir os investimentos realizados do grupo pela sociedade empresária em outros estabelecimentos no Estado do Ceará, devendo o empreendimento ser localizado a uma distância mínima de 150 km de distância em linha reta entre o município ao qual pertence e a capital do Estado. • Até 99% de diferimento, com 1% de retorno; • Prazo global de 10 anos; Podendo ser renovado por igual período.

		•Siderurgia; •Fabricação de locomotiva, vagões e outros materiais rodantes •Fabricação de aeronaves, suas peças e componentes; •Moagem trigo; •Fabricação de motores elétricos, suas partes e acessórios; •Outras atividades que não tenham similar em produção no território nacional; Implantação de sociedade empresária em poligonais a serem definidas por ato próprio do Poder Executivo, localizados, necessariamente, em regiões que possuam unidades prisionais e/ou casas de privação provisória de liberdade, administrados pela Secretaria de Justiça e Cidadania-SEJUS, ou qualquer outra que a substitua, garantindo-se um percentual de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das vagas de empregos dos internos do Complexos Penitenciários do Estado do Ceará.	
Programa de Incentivo da Cadeia Produtiva Geradora de Energias Renováveis – PIER	Fabricação de equipamentos utilizados para geração de energia renovável	Empresas fabricantes de equipamentos para geração de energia renovável	• Diferimento de 75%, com retorno de 1% • Prazo Global de 10 anos • Renovação: podendo ser renovado por igual período
Apoio aos Setores Têxtil e de Confecções – ASTC	Atração e implantação de novas empresas do setor têxtil	• Setor têxtil (indústria de fiação, tecelagem e malharia); • Setor de confecções (indústria de confecção de artigos do vestuário e acessórios).	Diferimento de até 88% do ICMS gerado pela operação de produção própria da sociedade empresária, com retorno de 1%, nas seguintes condições: • Têxtil: modalidade de implantação (empresa nova) com investimento mínimo de R$ 30 milhões; • Confecções: modalidade de implantação (empresa nova) com investimento de R$ 15 milhões; • Prazo global: 10 anos; • Renovação: podendo ser renovado por igual período *(subprograma).
Importações de Máquinas e Equipamentos e de	Máquinas e equipamentos para compor o ativo fixo do empreendimento e a	Máquinas e equipamentos, com Protocolo de Intenções; matérias-primas e insumos, com Termo de Acordo.	Diferimento de 100% do ICMS nas importações de máquinas e equipamentos para compor o ativo fixo do

Matérias-primas e Insumos – IMEMPI	matérias-primas e insumos para utilização em seu processo industrial		empreendimento e de matérias-primas para utilização no processo industrial.

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da SEDET, 2020.

APÊNDICE D – Tabela 45 – Percentual de participação do VAB de cada setor da economia no VAB total das mesorregiões do Ceará – 1999-2017

Mesorregião Geográfica	Variável	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Noroeste Cearense	Participação do VAB da agropecuária	16,93	18,89	16,35	17,21	20,66	17,87	15,23	18,49	15,5	17,49	13,45	11,57	12,94	10,1	11,39	10,54	8,95	10,1	11,2
	Participação do VAB da indústria	21,38	21,24	20,65	21,09	18,73	22,97	22,35	20,74	20,54	19,25	19,89	20,56	17,89	20,04	16,62	15,29	15,18	15,31	16,37
	Participação do VAB dos serviços	61,69	59,88	63	61,7	60,61	59,16	62,41	60,77	63,96	63,26	66,66	67,87	69,16	69,86	71,99	74,17	75,88	74,59	72,43
Norte Cearense	Participação do VAB da agropecuária	19,75	18,77	15,86	16,9	18,89	17,38	14,73	17,85	15,16	17,07	13,1	10,36	12	8,43	11,95	12,3	11,02	10,5	13,8
	Participação do VAB da indústria	22,66	25,31	24,02	25,4	22,69	25,4	24,82	23,06	21,21	20,87	19,68	24,79	22,15	26,56	19,66	21,82	21,92	24,97	24,06
	Participação do VAB dos serviços	57,58	55,92	60,12	57,7	58,42	57,22	60,45	59,09	63,63	62,06	67,22	64,85	65,85	65,01	68,39	65,88	67,06	64,53	62,14
Metropolitana de Fortaleza	Participação do VAB da agropecuária	0,76	0,77	0,76	0,73	0,89	0,74	0,68	0,76	0,68	0,71	0,58	0,47	0,45	0,39	0,59	0,59	0,58	0,57	0,66
	Participação do VAB da indústria	27,9	27,31	25,38	25,1	24,92	28,37	25,44	26,78	26,72	27,47	28,45	26,45	24,88	24,46	24,19	22,2	22,83	21,93	18,89
	Participação do VAB dos serviços	71,34	71,91	73,86	74,17	74,19	70,88	73,88	72,45	72,6	71,83	70,97	73,08	74,67	75,15	75,22	77,21	76,59	77,5	80,45
Sertões Cearenses	Participação do VAB da agropecuária	22,06	24,7	20,2	24,26	25,61	19,81	17,62	19,77	15,12	19,36	12,64	10,05	13,74	7,94	10,37	11,48	9,77	11,51	12,08
	Participação do VAB da indústria	11,25	10,21	9,57	9,33	8,89	11,81	11,23	11,72	14,27	12,83	14,56	14,22	12,84	14,44	8,78	8,18	8,44	9,48	8,81
	Participação do VAB dos serviços	66,69	65,08	70,23	66,41	65,5	68,38	71,15	68,5	70,61	67,81	72,8	75,73	73,42	77,62	80,84	80,34	81,79	79,01	79,11
Jaguaribe	Participação do VAB da agropecuária	20,73	22,26	19,74	22,48	22,55	22,47	21,29	24,97	25,31	26,08	17,99	16,05	15,54	13,27	24,61	19,88	17,35	17,33	17,63
	Participação do VAB da indústria	22,31	21,43	20,4	21,28	20,9	23,12	20,67	19,78	19,46	18,96	20,94	20,25	22,67	25,46	15,9	16,27	16,71	14,19	13,49
	Participação do VAB dos serviços	56,97	56,31	59,87	56,24	56,55	54,4	58,04	55,25	55,23	54,96	61,07	63,7	61,79	61,27	59,5	63,84	65,94	68,48	68,88
Centro-Sul Cearense	Participação do VAB da agropecuária	15,84	17,44	15,39	15,93	18,69	14,35	11,52	14,1	10,42	11,52	9,29	7,53	8,6	5,97	9,49	13,43	8,89	11,33	11,81
	Participação do VAB da indústria	14,33	12,71	11,47	11,59	10,63	12,96	12,39	12,57	13,71	12,61	13,81	12,76	12,13	12,82	8,2	7,38	8,07	6,93	5,68
	Participação do VAB dos serviços	69,83	69,84	73,14	72,48	70,68	72,69	76,09	73,32	75,87	75,87	76,9	79,71	79,27	81,21	82,3	79,2	83,05	81,73	82,51
Sul Cearense	Participação do VAB da agropecuária	12,84	11,86	8,56	10,4	14,49	8,68	7,11	8,04	7,74	9,61	7,9	5,05	6,12	3,44	6,86	8,68	7,68	6,53	9,98
	Participação do VAB da indústria	17,71	17,2	16,22	16,19	13,39	16,31	15,62	16,44	16,86	15,89	16,25	17,04	16,15	16,52	11,21	11,95	11,4	11,61	8,47
	Participação do VAB dos serviços	69,46	70,94	75,22	73,41	72,12	75,01	77,27	75,52	75,4	74,51	75,86	77,91	77,73	80,03	81,93	79,37	80,92	81,86	81,56

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios.

APÊNDICE E – Tabela 54 – Percentual do pessoal ocupado por atividade econômica no Ceará – 2006-2018

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	2,19	2,15	2	1,66	1,46	1,52	1,51	1,53	1,62	1,7	1,68	1,59	1,47
Indústrias extrativas	0,22	0,15	0,17	X	0,21	0,2	0,18	0,2	0,19	0,17	0,17	0,15	0,17
Indústrias de transformação	19,48	19,95	19,72	19,69	19,36	18,76	18,33	18,28	17,7	17,08	17,33	16,89	16,88
Eletricidade e gás	0,14	0,12	0,12	X	0,12	X	X	X	X	X	X	X	X
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	0,78	0,78	0,77	0,83	0,79	0,77	0,74	0,86	0,85	0,78	0,74	0,72	0,75
Construção	3,83	4,13	4,64	5,18	6,61	7,25	7,2	6,97	7,58	6,89	5,28	4,88	4,66
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	19,27	19,28	19,4	19,27	19,47	20,13	20,35	20,1	19,97	20,08	20,21	19,59	19,15
Transporte, armazenagem e correio	3,03	2,97	2,85	2,79	2,84	2,97	2,98	2,96	2,98	2,94	3,04	3,01	2,93
Alojamento e alimentação	2,87	2,85	2,99	2,91	3	3,12	3,32	3,46	3,53	3,66	3,6	3,56	3,62
Informação e comunicação	0,8	1,71	0,77	0,75	0,81	0,83	0,92	0,98	0,99	1,11	1,23	1,29	1,4
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	0,8	0,88	0,96	0,9	0,86	0,83	0,98	1,14	1,16	1,24	1,29	1,29	1,35
Atividades imobiliárias	0,22	0,21	0,25	0,27	0,33	0,32	0,36	0,43	0,46	0,55	0,52	0,54	0,59
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1,03	0,97	1,1	1,34	1,47	1,49	1,65	1,73	1,62	1,65	1,63	1,61	1,64
Atividades administrativas e serviços complementares	7,78	6,97	7,38	7,36	7,79	6,98	8,5	8,76	9,19	8,8	9,71	9,55	9,43
Administração pública, defesa e seguridade social	26,26	26,13	22,9	23,01	19,71	19,91	17,59	17,63	16,82	17,18	17,33	18,39	18,56
Educação	3,79	3,59	7,15	6,54	6,35	6,28	6,62	6,51	7,11	7,73	7,9	7,83	7,72
Saúde humana e serviços sociais	2,8	2,74	2,76	3,02	4,72	4,52	4,54	4,52	4,56	4,74	4,58	5,46	6,2
Artes, cultura, esporte e recreação	0,31	0,35	0,36	0,38	0,43	0,45	0,57	0,52	0,48	0,52	0,6	0,55	0,64
Outras atividades de serviços	4,41	4,08	3,71	3,81	3,69	3,53	3,5	3,28	3,07	3,14	3,04	2,96	2,73
Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X

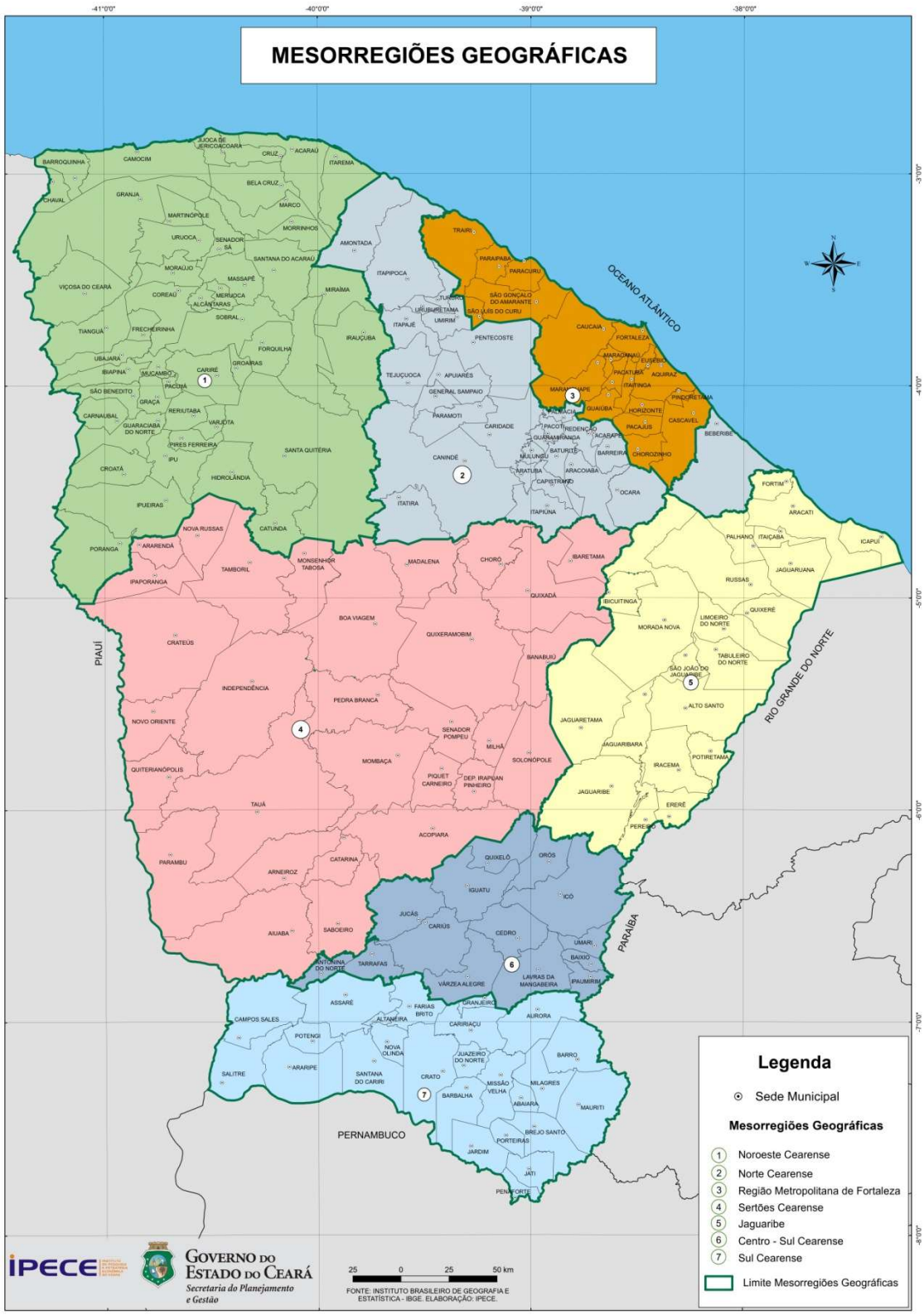
Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE – Cadastro Central de Empresas.

ANEXO A – Planos e Programas governamentais de promoção do desenvolvimento do Ceará – 1960/1987

PLANO	PERÍODO	GOVERNO	OBJETIVOS	PRINCIPAIS MEDIDAS
Plano de Ação Governamental - PLAMEG	1963 a 1966	Virgílio Távora	Dotar o estado de infra estrutura econômica permitindo a participação no avanço industrial que ocorria em nível nacional	- criação empresas públicas de planejamento e fomento ao desenvolvimento industrial (SUDEC, Secretaria de Planejamento); - implantação o I Distrito Industrial de Fortaleza em Maracanaú; - construção de infraestrutura; - eletrificação com energia de Paulo Afonso.
Plano de Ação Integrada do Governo - PLAIG	1967 a 1970	Plácido Aderaldo Castelo	Diretrizes davam continuidade ao plano anterior	- consolidação do I Distrito Industrial; - formação de polos de desenvolvimento com pequenas indústrias; - criação da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário – CODAGRO.
Plano de Governo do Estado do Ceará - PLAGEC	1971 a 1974	César Cals	Aceleração do processo de desenvolvimento econômico, aumentando a oferta de empregos urbanos, reduzindo a dependência da economia do mercado externo	- atração de investimentos de iniciativa privada local e externa; - estímulo aos setores primários objetivando encadeamentos produtivos; - continuação de melhorias em infraestrutura com destaque para construção/pavimentação de estradas.
Plano de Desenvolvimento do Ceará - PLANDECE	1975 a 1978	Adauto Bezerra	Promover a integração produtiva do Ceará ao sistema nacional reduzindo as disparidades inter-regionais no estado e melhorando malhas urbanas	- programas de capacitação de cidades médio porte; - saneamento básico de Fortaleza; - interiorização do Banco do Estado do Ceará; - criação da Universidade Estadual do Ceará - UECE
II Plano de Ação Governamental – II PLAMEG	1979 a 1982	Virgílio Távora	Consolidar a industrialização e integração produtiva do Ceará	- implantação, em consonância com a SUDENE, do III Polo Industrial do Nordeste, na Região Metropolitana de Fortaleza; - criação do Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI; - pavimentação de estradas cortando o estado; - projetos de irrigação em propriedades privadas.
Plano Estadual de Desenvolvimento - PLANED	1983 a 1987	Luís de Gonzaga Mota	Continuidade dos objetivos anteriores, com foco na integração produtiva e oferta de serviços de infra estrutura	- promoção de atividades industriais articuladas.

Fonte: Lima Júnior, 2014.

ANEXO B – Figura 7 - Mesorregiões do Ceará[202]



Fonte: IPECE, 2020.

[202] Disponível no endereço: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/129x.htm>. Acesso em: 05 out. 2020.